ISSN 0100-1922

ANAIS
DA
BIBLIOTECA NACIONAL

Vol. 114
1994

RIO DE JANEIRO 1996

Presidente da República
Fernando Henrique Cardoso
Ministro da Cultura
Francisco Weffort
Presidente da Fundação Biblioteca Nacional
Eduardo Portella
Diretor do Departamento Nacional do Livro
Elmer C. Corrêa Barbosa

ANAIS
DA
BIBLIOTECA
NACIONAL

Vol. 114
1994

SUMÁRIO

Apresentação 5
Seminário A Economia Política do Livro 7-69
Imagens da seca de 1877-78 no Ceará: uma contribuição para o conhecimento das origens do fotojornalismo na imprensa brasileira
Joaquim Marçal Ferreira de Andrade e Rosângela Logatto 71-83
Subsídios para uma análise histórica de periódicos raros — Angela Di Stasio 85-133
Coleção de jornais manuscritos — Waldir da Cunha 135-147
O que é controle bibliográfico universal? — Winston D. Roberts 149-171
O papel da Agência Bibliográfica Nacional Ross Bourne 173-182
Controle bibliográfico universal em um contexto em mudança — Tom Delsey 183-196
Suplemento ao catálogo *Manuscritos do botânico Freire Alemão*
Darcy Damasceno e Waldir da Cunha 197-208
Reestruturação administrativa da Biblioteca Euclides da Cunha
Adriana Pereira da Fonseca Villaça 209-217
Preciosidades do acervo: Os irmãos Valérios — Joaquim Marçal Ferreira de Andrade 219-224
Relatório da presidência da Fundação Biblioteca Nacional 225-276

ISSN 0100-1922

AN. Bibl. Nac.	Rio de Janeiro	v. 114	p. 1 - 276	1994

Biblioteca Nacional (Brasil)

Anais da Biblioteca Nacional — Vol. 114 (1994) — Rio de Janeiro: A Biblioteca, 1996.

v.: il.; 26 cm

Continuação de: *Anais da Biblioteca Nacional* do Rio de Janeiro.

ISSN 0100-1922

1. Biblioteca Nacional (Brasil). 2. Biblioteca Nacional (Brasil) — Catálogos. 3. Manuscritos — Brasil. 4. Brasil — História. 5. Brasil — Bibliografia, I. Título.

CDD 027.581

Anais da Biblioteca Nacional, v. 114, 1994

Coordenação editorial: Marcus Venicio Toledo Ribeiro
Programação gráfica: Achille Lollo, Mauro Britto e Mauricio Moraes
Revisão: José Bernardino Costa e Osmar de Barros Teixeira
Fotos: Marcia Mongardim e Osório Mendes
Ampliações fotográficas: Cláudio de Carvalho Xavier e Renato Cavalcanti

Este volume foi publicado em 1996

pela FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL.
Av. Rio Branco, 219 - 20040.008 - Rio de Janeiro (RJ)

Impresso no Brasil

APRESENTAÇÃO

Incumbiu-me o presidente da Fundação Biblioteca Nacional de, como diretor do Departamento Nacional do Livro, apresentar este volume dos *Anais*. Gostaria de assinalar inicialmente que, desde o primeiro número dos *Anais da Biblioteca Nacional* publicado em 1876, cumprindo o Regulamento estabelecido pelo Decreto nº 6.141, esta obra de consulta para estudiosos e pesquisadores vem mantendo surpreendente periodicidade, como publicação anual. Chega, agora, ao 114º volume; somente entre os anos de 1892 e 1895 os *Anais* não foram editados. A regularidade da publicação e a coerência de sua linha editorial fazem dele um dos periódicos especializados mais antigos, senão o mais antigo, da história editorial no Brasil.

Em cada novo número, os *Anais da Biblioteca Nacional* revelam novos aspectos interessantes do acervo da Instituição e também, como prescrevia o dispositivo, divulga trabalhos de seus servidores e de especialistas convidados. Esta foi a linha traçada há 119 anos e seguida com rigorosa coerência até hoje. Neste número, o leitor encontrará as comunicações pronunciadas por ocasião do encontro promovido em 1992 pela Biblioteca Nacional para discutir A Economia Política do Livro, amplo e oportuno debate sobre os diversos problemas que envolvem a atual indústria editorial no Brasil. Outro trabalho relevante é o ensaio de Joaquim Marçal Ferreira de Andrade, coordenador do Profoto da Biblioteca Nacional, que traz à luz um dos marcos iniciais do fotojornalismo no Brasil: Imagens da seca de 1877-78, um artigo que faltava na história tão rica da fotografia no Brasil. É a documentação por imagens fotográficas de tipos humanos assolados pela grande seca de 1877-78 no Ceará. Duas dessas fotos, cujos originais são da Biblioteca Nacional, foram publicadas no jornal *O Besouro*, trabalho do fotógrafo, até então desconhecido, J.A. Correia.

Seguem-se dois trabalhos sobre o acervo de periódicos da Biblioteca Nacional: o primeiro, de Angela Di Stasio, é um estudo sobre periódicos raros no Brasil que também registra o primeiro periódico de cada província do país, trazendo subsídios para a pesquisa sobre o jornalismo brasileiro; o segundo, de autoria do ex-funcionário da Divisão de Manuscritos, Waldir da Cunha, é um breve catálogo da pequena, mas curiosa e inédita coleção de jornais manuscritos aqui existente.

Incluem-se também neste número dos *Anais* três das mais importantes palestras do Seminário da Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas (IFLA): o Suplemento ao catálogo *Manuscritos da Botânico Frei Veloso*, trabalho em parceria de Darcy Damasceno, ex-chefe da Seção de Manuscritos (1957-1982), e Waldir

da Cunha, que também chefiou esta área de 1988 até julho de 1995, quando se aposentou, e o relato sobre a Reestruturação da Biblioteca Euclides da Cunha, feito pela sua diretora, Adriana Pereira Villaça.

Este volume traz ainda uma seção nova (Preciosidades do acervo), destinada a divulgar, valendo-se de imagem e texto, o acervo da Biblioteca Nacional. Neste volume, o destaque é dado à fotografia "Os trinta Valérios", do fotógrafo Valério Octaviano Rodrigues Vieira, um dos pioneiros da fotografia no Brasil, natural de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro.

Enfim, mais um número dos *Anais* que testemunha a importância do acervo da Biblioteca Nacional e a contribuição intelectual de seus funcionários e colaboradores eventuais, provas de ser esta instituição um dos centros de pesquisa e cultura mais antigos e prestigiados do país.

Elmer C. Corrêa Barbosa
Diretor do Departamento Nacional do Livro
Fundação Biblioteca Nacional

A ECONOMIA POLÍTICA DO LIVRO

(Palestras e recomendações)

Participantes (pela ordem de apresentação):
Sérgio Paulo Rouanet, Affonso Romano de Sant'Anna, Ary Benclowicz, Alfredo Weiszflog, Sérgio Barcelos Telles, Jayme Raposo, Célio da Cunha, Marcio Souza, Lia Wyler, Marcio Cataldo Reis, Plínio Doyle, Antônio Houaiss, Maria Celeste Garcia Mendes, Luiz Perdigão, Público (debate).

Seminário realizado na Biblioteca Nacional no dia 13 de maio de 1992, por iniciativa da Secretaria da Cultura da Presidência da República e da Fundação Biblioteca Nacional

Mesa na primeira sessão do seminário, presidida pelo secretário da Cultura, embaixador Sérgio Rouanet.

Lia Wyler, Affonso Romano de Sant'Anna, José Mindlin e Sérgio Paulo Rouanet.

Economia Política do Livro

Sérgio Paulo Rouanet
Secretário de Cultura da Presidência da República

Com a aprovação da lei de incentivo à cultura e da lei do cinema, podemos dar por encerrada uma primeira fase de nossa política cultural: o reforço da capacidade financeira do Estado para atender a demandas culturais vindas da sociedade.

Mas uma política cultural não se esgota no atendimento dessas demandas. Essa é uma função excessivamente reativa, quando a Constituição nos impõe responsabilidades mais abrangentes, em áreas que vão além do financiamento da cultura, por mais importante que ele seja. Teríamos que ter uma política para o teatro, para a música, para a pintura, e não somente um conjunto de meios para apoiar financeiramente o teatro, a música e a pintura.

Poderíamos produzir essas políticas com a maior velocidade. Bastaria tirá-las do fundo de uma gaveta brasiliense, impô-las aos interessados e implementá-las.

Mas essa solução seria uma caricatura tecnoburocrática. Precisamos de políticas setoriais, sim, mas elas devem brotar de uma discussão ampla com os interessados diretos, e não de decisões estatais. Precisamos de políticas acordadas em diálogo com os agentes culturais, de políticas co-partilhadas com a sociedade civil, mais ainda: de políticas da sociedade, implementadas através do governo.

Nasceu daí a idéia de realizar uma série de seminários, com a designação geral de "economia política da cultura". Congregaríamos as entidades representativas da produção, circulação e consumo dos diferentes bens culturais, para que cada uma delas verbalizasse seus problemas, experiências, e frustrações, com vistas a identificar os obstáculos existentes em cada área e buscar as soluções possíveis.

Toda jornada supõe um primeiro passo. Decidimos começar o projeto com um seminário sobre o livro, na data de hoje na Biblioteca Nacional. Por que o livro, por que hoje, por que na Biblioteca Nacional? Escolhemos o livro, por seu simbolismo evidente como a base de toda cultura. Escolhemos a Biblioteca Nacional, por sua significação histórica para o livro e a leitura. E escolhemos o dia 13 de maio, não tanto pelo significado intrínseco dessa data — não temos a pretensão descabida de preparar uma "lei áurea do livro" — como pela circunstância de que foi nesse dia, há exatamente um ano atrás, nesse local e em torno do tema do livro, que o presidente da República lançou a nova etapa de sua política cultural.

Para a realização deste seminário, determinei aos meus assessores e à Fundação Biblioteca Nacional que realizassem previamente um amplo levantamento estatístico e bibliográfico e que, principalmente, dialogassem com os fabricantes de papel, editores, gráficos, livreiros, tradutores, escritores, distribuidores e bibliotecários sobre todos os problemas relacionados com acesso ao livro.

Examinando a bibliografia, encontrei dois depoimentos que considero de grande importância.

O primeiro é de Olímpio Andrade, autor do *O livro brasileiro*, assegurando que a indústria do livro se apresenta dinâmica desde que disponha desses componentes de energia:

> — a existência ou não de importante massa de população letrada, economicamente forte e politicamente influente;

— a variedade ou a uniformidade do gosto e do comportamento dessa população, qualquer que seja a sua importância numérica.

A evolução de ambas as coisas depende, por seu turno, de muitos fatores, tais como evolução intelectual ou cultural, o tipo de regime político e a estrutura social, mas existe uma fórmula que nos dá a idéia, ainda que insuficiente, pelo menos aproximada, da referida variedade ou uniformidade de gostos. Consiste em dividir os títulos produzidos pelo número de habitantes do país: se o quociente é baixo, isso significa que grande número de pessoas se satisfaz com um número pequeno de títulos, o que revela, por outro lado, tendência para a uniformidade; se é elevado, deixa supor que a tendência é para a variação, sendo muito larga a faixa das exigências do consumidor.

Não são fortes no Brasil, conclui o autor, esses componentes de energia. A massa da população à altura de consumir livros não é numericamente importante do ponto de vista da produção em grande escala, não sendo ainda bem conhecido o seu comportamento como população leitora, agora e em futuro próximo.

O segundo depoimento é de Richard Bamberger, que ao analisar as razões porque em certos países se lê muito mais do que em outros, ou seja, países em que os leitores representam uma proporção maior da população, pôs em relevo os seguintes fatores:

1. a posição do livro na escala de valores do país, tal como se expressa através dos gastos financeiros, proporcionalmente à promoção do livro;
2. a tradição cultural;
3. as oportunidades de leitura;
4. o papel representado pelos livros na escola e no sistema educacional.

Na verdade, a experiência internacional dos países desenvolvidos demonstra que o desenvolvimento da indústria editorial só acontece quando existe uma base de sustentação, que é um sistema nacional de bibliotecas públicas.

O Brasil, pelas suas características próprias, pelos contrastes existentes, necessita de uma política do livro que seja fator determinante da melhoria da qualidade de vida da população.

É por isso que foram convidadas autoridades dos diversos segmentos do livro para neste seminário propor soluções adequadas para o estabelecimento da referida política.

Além do diálogo com a iniciativa privada, quero também registrar a importância dos contatos realizados com outros órgãos do Governo Federal.

Foi o caso do Ministério da Educação, cujo titular jamais negou estímulo a essa iniciativa. E foi o caso do Ministério das Relações Exteriores, cuja cooperação se revelou indispensável para pensar a projeção externa do livro brasileiro.

Devido à natureza das dificuldades existentes, muitas situadas na área tributária, reveste-se de particular importância a colaboração do Ministério da Economia, através do embaixador Marcílio Marques Moreira, do secretário especial de Política Econômica, Roberto Macedo, e da secretária nacional de Economia, Dorothéa Fonseca Furkim Werneck, que julgam do maior interesse a realização desse seminário e pretendem examinar com toda atenção as medidas que ele vier a propor, dentro de sua área de competência.

Nesse sentido, gostaria de informar aos presentes que será criada em breve pela se-

cretária Dorothéa Werneck uma Câmara Setorial do Livro, a primeira na área cultural, que será representada pelas entidades aqui presentes e que constituirá o desdobramento natural deste seminário.

Gostaria de terminar com uma informação de grande atualidade: neste exato momento, o presidente da República está assinando dois decretos, no âmbito deste seminário: um criando um Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, e outro estabelecendo um Programa de Incentivo à Leitura — Proler.

Senhores participantes deste seminário: tenho a certeza de que as propostas apresentadas aqui contribuirão decisivamente para melhorar os circuitos de produção e difusão do livro brasileiro, criando condições condignas para os autores, remuneradoras para os editores e justas para os leitores, pela derrubada das barreiras que impedem grande parte da população brasileira de ter acesso ao livro.

Desejo-lhes toda a felicidade em suas deliberações.

Economia Política do Livro

Affonso Romano de Sant'Anna
Presidente da Fundação Biblioteca Nacional

Em 1986 a extinta Pró-Memória criou uma comissão, da qual eu fazia parte, para preparar as "diretrizes para um política do livro no Brasil".

Descobrimos logo de saída que vários documentos semelhantes haviam sido elaborados recentemente:

- 1963 — "Soluções para os problemas do livro no Brasil" (Sindicato Nacional de Editores de Livros)
- 1969 — "Pelo livro: planos, fatos, resultados" (INL, Umberto Peregrino)
- 1976 — "Projeto de uma política nacional do livro" (Câmara Brasileira do Livro e Sindicato Nacional dos Editores de Livros)
- 1985 — "O relatório do grupo de trabalho criado pela Portaria 596, de 20.6.79, para estudar os problemas da comercialização do livro" (Tename, INL, Mobral etc.)
- 1986 — "Diagnóstico de atuação e perspectiva de realizações do INL" (INL).

Não vou repetir aqui o documento final proposto ao Governo de então, senão recordar algumas observações que reencontrei ao dar com algumas notas pessoais sobre o tema elaborado naquela oportunidade.

Mas me lembro que o documento era dividido em quatro partes: o autor do livro; a produção do livro; a difusão do livro e a legislação do livro.

Na primeira (o autor do livro), propúnhamos: instituição de incentivos à criação intelectual beneficiando os autores através de bolsas a projetos editoriais, a criação de prêmios e de bolsas de tradução do português para o estrangeiro e vice-versa.

Neste capítulo, falávamos do estímulo ao reconhecimento do autor brasileiro no exterior e do zelo pela dignidade do escritor disciplinando o uso indiscriminado de fotocópias.

Quanto à produção do livro, recomendava-se o treinamento da mão-de-obra especializada em todas as fases de produção do livro e uma série de estímulos à indústria do papel.

No que diz respeito à difusão do livro, sugeríamos um Catálogo Geral do Livro Brasileiro, uma espécie de *Books in print* para que se soubesse o que está circulando e onde localizar os livros. Propúnhamos a óbvia criação de bibliotecas em lugares atípicos, a promoção do livro no exterior, a realização de uma feira móvel do livro de língua portuguesa e a criação de pelo menos duas revistas: uma informativa sobre o livro destinada fundamentalmente a editores e livreiros e outra, nos moldes da antiga *Revista do Livro*, de caráter cultural.

Nas minhas anotações pessoais que acabaram não aparecendo claramente no documento final, vejo, seis anos depois, que propunha, baseado num exemplo francês, a criação de um Fundo Nacional do Livro feito com verbas advindas de:

— 0,20 % dos livros vendidos;
— 2 % da renda sobre livros estrangeiros;
— ou: conforme lei semelhante a que existe no cinema, utilização de uma per

centagem do que for pago ao IR pelo livro/autor estrangeiro;
— uma percentagem sobre reproduções em xerox (na França, 3 %).

Queria ainda a criação de institutos estatais do livro seguindo o modelo do Rio Grande do Sul, o que seria já uma revolução parcial na questão do livro e do autor no país.

Queria também uma lei que exigisse que todo município tivesse pelo menos uma biblioteca. Hoje existem uns mil municípios sem biblioteca alguma.

Naquele tempo queria que também já se desse força à Fundação do Livro Infantil e Juvenil que exerce uma influência saudável sobre esse setor no país.

Não imaginava que poucos anos depois estaria à frente da Biblioteca Nacional, convertida em Fundação, depois de ter absorvido o extinto Instituto Nacional do Livro.

Abrindo este seminário, confesso que ainda me inquieta uma série de problemas antigos agora acrescidos de novos.

Preocupa-me um mercado editorial onde o autor recebe seu pagamento em alguns casos de quatro em quatro meses, outros de seis em seis, sem qualquer correção monetária, o que faz com que o dinheiro lhe chegue hoje com uma desvalorização de 80%.

Preocupa-me que exista uma ciranda de dinheiro entre livreiro e editor e que o livro seja lançado na praça com um preço aumentado cinco ou mais vezes em relação ao seu custo.

Peter Rohl, Alfredo Weszfog, Affonso Romano de Sant'Anna, Sérgio Paulo Rouanet, Marcio Souza, Ari Benclowicz e Sérgio Machado.

Preocupa-me o fato de que em 1987 tivéssemos 60 mil títulos no mercado, que entre 1986 e 1987 tivessem surgido 168 novas editoras, que se movimentasse 1 bilhão de dólares anuais, que tivéssemos 1.200 livrarias e 3.500 pontos de venda (fora bancas e supermercados) e que hoje, com a crise, os editores dizem estar vendendo 50% a menos, que um autor nacional conhecido venda mil exemplares e que um Ken Follet não chegue a 5 mil.

Mas temos feito progressos, por outro lado.

Surgiu no Brasil, finalmente, a figura do agente literário. Os autores de um tempo para cá já recebem adiantamento de direitos autorais. Nas universidades há cursos de criação literária, modo duplo de formar mais do que autores, leitores.

Em pouco mais de um ano, a Fundação Biblioteca Nacional conseguiu, apesar da dramática situação financeira do país:

— criar o Sistema Nacional de Bibliotecas aglutinando 4 mil e já ter realizado vários encontros nacionais e regionais para implementar o setor, partindo agora para os bibliobus;

criar o Proler, que está realizando convênios e propondo ações com o MEC, Secretaria de Meio Ambiente, Ciacs, Banco do Brasil, Companhia Vale do Rio Doce, Ministério da Saúde, UFRJ e secretarias de Cultura de uma dezenas de estados;

— ter uma política de participação nas feiras nacionais e internacionais do livro e editar o *The Brazilian Book Magazine*;

— publicar uma série de catálogos em português e outras línguas para orientar editores nacionais e estrangeiros e agora partir para o *Books in print*;

— realizar o I Encontro de Agentes Literários internacionais envolvidos com a literatura brasileira;

— programar para este ano o II Encontro de Agentes Literários, acoplado a um encontro de editores internacionais de suplementos literários;

— no plano internacional, apresentar na Feira de Frankfurt em 1994 um Brasil com uma moderna indústria editorial e autores de primeira linha.

Não tem sido fácil. E cada um aqui sabe de suas próprias dificuldades. Mas tem havido muitas vitórias gratificantes e sobretudo trabalhamos com alegria. Aqui fazemos trinta milagres por dia. Quando, além do Sistema Nacional de Bibliotecas e do Proler, hoje criados por um decreto presidencial, fazemos a recuperação do fabuloso Anexo no cais do porto (iniciativa para a qual procuramos parceiros) quando espalhamos pelo país diversos Escritórios de Direitos Autorais (EUA), quando começamos a trabalhar pela inserção em nosso acervo de 200 mil volumes, que constituíam a famigerada Coleção Paralela, quando instalamos finalmente a informática aqui dentro, quando conseguimos a Casa da Leitura, lá nas Laranjeiras, quando conseguimos isto e outras coisas que seria aqui fastidioso ressaltar, é sinal que estamos conseguindo realizar a proposta da Biblioteca Ano 2000.

Este seminário, sugerido por nosso querido secretário de Cultura da Presidência da República, é um momento de crítica e autocrítica para que possamos aperfeiçoar um projeto que não é pessoal nem apenas de uma única instituição, mas de toda a cultura nacional.

Livro para Todos

Ary Benclowicz
Presidente da Câmara Brasileira do Livro

Há anos o país vem defrontando o problema de melhor atender à necessidade de fornecer livros para os alunos das escolas públicas.

Houve várias tentativas através da Colted — Comissão do Livro Técnico e Didático, do INL — Instituto Nacional do Livro, da Fename — Fundação Nacional do Material Escolar e atualmente da FAE — Fundação de Assistência ao Estudante, experimentadas pelo Ministério da Educação com o objetivo de atender às necessidades dos alunos de escolas públicas. Nenhuma foi bem-sucedida por várias razões:

> 1) No sistema inicial a escolha era feita centralizadamente por chamados especialistas, que deveriam escolher quais os livros adequados para todo o país. Esse sistema implicava uma unidade ideológica não só extremamente perniciosa para uma nação que se pretende democrática, mas também altamente corruptora, pois a decisão estava concentrada nas mãos de poucos.

Não foi pequeno o número de empresas editoras e gráficas que, mesmo sem experiência na produção e comercialização deste tipo de livro, passaram a participar do mercado e do programa enquanto a escolha foi centralizada. Deixaram o mercado e o programa quando o sistema de escolha foi alterado.

O fato importante dessa fase foi a rejeição pelos professores dos livros escolhidos pelos chamados especialistas. Milhares de livros ficaram em depósitos e/ou porões das escolas, sem utilização.

> 2) A partir de 1985, com a criação do PNLD — Plano Nacional do Livro Didático, foi atendida a reivindicação dos editores de livros de que a escolha fosse feita pelos professores de cada escola, pois somente eles estão em condições de escolher quais os livros mais adequados aos seus alunos e à sua metodologia de ensino. Foi elaborado um catálogo geral de livros didáticos que anualmente é distribuído a todas as escolas públicas de primeiro grau. Desse catálogo os professores escolhem a primeira e segunda opções para cada matéria. Uma vez devolvidos à FAE, todos os formulários de escolha são processados e consolidados, por título e por editora, para dar início às assim chamadas negociações entre a FAE e os editores.

Terminadas as negociações em que foram fixados os preços e os prazos de entrega, começa a agonia da contratação de serviços gráficos para que no devido tempo tudo esteja nos estoques da FAE, que durante esse período já deve ter licitado as empresas que deverão fazer o manuscrito e entrega desse material a cada uma das milhares de escolas contempladas.

É um sistema trabalhoso, envolvendo várias etapas, como veremos adiante, cada uma delas exigindo a observância de uma série de formalidades e providências difíceis de serem bem executadas por uma entidade ágil e bem treinada, quanto mais pelo aparelho estatal, por natureza burocrático e tendo que agir adstrito a um emaranhado de preceitos legais que, constantemente, o impede de tomar soluções rápidas.

Não é de se estranhar, portanto, que o objetivo básico do programa, que é a en-

trega dos livros didáticos aos alunos das escolas públicas, no início de cada ano letivo, não venha sendo atendido em relação à grande maioria de tais alunos.

Em 1991 foram adquiridos cerca de 67 milhões de livros. Cerca de 90% deles só foram distribuídos aos pontos de recepção em junho e julho, ou seja, quatro a cinco meses após o início do ano letivo, que ocorreu em fevereiro. Outra parcela, de 5 milhões de livros sem qualquer defeito, em vez de serem encaminhados às escolas, tomaram o destino dos depósitos de reciclagem de papel, como foi amplamente noticiado pela imprensa.

É importante ressaltar que parte dos livros ficam parados nos pontos de recepção, de onde devem ser redistribuídos para os municípios mais distantes, conforme exporemos mais adiante.

Em 1992 não fugiremos à regra, pois o programa já se encontra irremediavelmente comprometido.

Uma outra questão que contribui decisivamente para a ineficiência do programa é a orçamentária. Os recursos para a execução do programa deveriam estar disponíveis em agosto de cada ano. Ocorre que nesse período do ano tais recursos já estão fortemente desgastados, tornando-se insuficientes para a execução planejada.

A partir deste fato, o início do programa vai sendo retardado, objetivando-se juntar o saldo dos recursos de um ano com os do ano seguinte, para tornar possível sua execução. Ora, isso ocorre em dezembro, ou início de janeiro de cada ano. Logo, também por tal aspecto é impossível os livros chegarem no momento adequado às mãos dos alunos. Mesmo que houvesse recursos no momento apropriado, as complexas etapas decorrentes da ingerência estatal na distribuição do livro didático causam distorções tais que dificultam até o que é mais simples, além de elevar os custos de produção.

Consideremos, para raciocinar, um cronograma ideal que, diga-se de passagem, jamais foi cumprido nesses sete anos que o PNLD vem sendo implementado.

Nessa situação hipotética jamais ocorrida, e duvidamos o seja um dia, teríamos mesmo assim apenas quatro meses para a produção dos livros didáticos. Isto acarreta uma extraordinária elevação dos custos gráficos necessários, pois é o meio natural que o mercado gráfico especializado encontra para atingir, nesse período, uma receita que possa compensar a queda de atividade nos oito meses seguintes que a ausência do livro didático iria ocasionar.

Outro aspecto de suma importância é o da redistribuição. A FAE contrata uma transportadora para mixar os livros adquiridos, de acordo com os pedidos das escolas.

Contudo, essa transportadora não é responsável pela entrega dos livros ao destinatário final, mas sim pela entrega em determinados pontos no país, a partir dos quais deverá existir uma redistribuição. Um exemplo torna mais clara a situação: um ponto de entrega, que pode ser uma delegacia regional de ensino localizada em determinado município e que tenha sob sua jurisdição outras delegacias de municípios vizinhos, cabendo a estes últimos a retirada dos livros na delegacia regional. Não é incomum que parte desses outros municípios não tenham os recursos para executar a tarefa; desse modo, os livros acabam permanecendo na delegacia regional e não chegam a seu destino. O Brasil é um país territorialmente extenso e o que acabamos de relatar ocorre com freqüência.

Deve-se ter em mente ainda que bastaria o atraso por parte de uma editora na entrega de três ou quatro livros, entre os títulos comprados, para impedir o início do encaminhamento, às escolas que os escolheram, de todas as demais obras requeridas.

Quando o programa é alardeado aos quatro ventos, só se fala do preço de aquisição

junto ao editor, que é baixo, esquecendo-se de somar os custos de operação, divulgação, seleção, negociação, recepção, estocagem, envio e controle de recepção pelas escolas, deixando de lado o aspecto fundamental que é o da eficiência do sistema.

O programa adotado é inadministrável. Além de ocasionar a perda de escassos recursos públicos, põe em jogo a própria credibilidade da administração pública que, imbuída das melhores intenções, informa pelos meios de comunicação à sociedade sobre a doação dos livros escolares, para, algum tempo depois, se ver desmentida, inquirida, contestada, quando não, em certas ocasiões, até ridicularizada.

Existirá um processo que possa resolver o problema de forma simples e, ao mesmo tempo, eficiente e ampliador de oportunidade?

Existe. Vamos nos tornar um país moderno e, mais do que tudo, eficiente. Vamos utilizar a estrutura instalada, em termos de livrarias, distribuidores e vendedores de livros existentes no país.

A solução é fácil e já foi testada com muito sucesso. Trata-se do *checklivro* CBL, da Câmara Brasileira do Livro. Em 1988, foi feito um acordo entre o Instituto Nacional do Livro e a CBL, no qual era repassada para a Câmara Brasileira do Livro a verba destinada à aquisição dos livros pelas bibliotecas estaduais. As bibliotecas por sua vez recebiam um checklivro do INL, e com ele podiam adquirir os livros que necessitassem junto aos livreiros da cidade ou, quando não os houvesse, da cidade mais próxima. O livreiro por sua vez, mediante apresentação da nota fiscal de venda, descontava o checklivro na CBL, que controlava o correto emprego da verba na aquisição dos livros. A Câmara, por sua vez, consolidava todas as notas fiscais de checklivros, apresentando-os ao INL para fechamento do processo.

Sistema similar pode ser aplicado pela FAE com as devidas adaptações, com enormes vantagens, sendo que os checklivros seriam encaminhados para as escolas para a aquisição de livros tanto didáticos como aqueles destinados às salas de leitura. As escolas, supervisionadas pelas APMs, somente poderiam adquirir os livros dos livreiros ou distribuidores locais ou, quando não existirem, na cidade mais próxima do mesmo estado. Estes estabelecimentos encarregar-se-iam não só da encomenda das obras escolhidas às editoras, como também de pagá-las e descontar o checklivro na CBL.

As vantagens são evidentes:

a) como o programa ocorreria no início de cada ano, as verbas orçamentárias não estariam desgastadas e sua utilização seria otimizada;

b) haverá uma saudável competição entre editores e entre livrarias para fornecer ao menor preço possível, a fim de não perderem a adoção;

c) os livros chegariam às escolas no início do ano letivo e de forma correta;

d) a cbl, por sua vez, numa câmara de compensação dos checklivros, pode supervisionar o processo a um custo infimo, pois, não só como entidade sem fins lucrativos e idônea, tem mais de quarenta anos dedicados à promoção dos livros e ao hábito de leitura, o que a credencia a conhecer todos os elementos que estão envolvidos no processo;

e) o ministério da educação, através do fae, estaria atendendo, de

forma ágil e barata, aos alunos das escolas públicas do país e, ao mesmo tempo, fortalecendo as livrarias e distribuidores já existentes, bem como resolvendo um dos mais crônicos problemas do livro no Brasil, que é a falta de livrarias;

Em pouco tempo, pela obrigatoriedade de aquisição através de livrarias, nos mais longínquos rincões, surgirão pessoas interessadas em abrir uma livraria ou em oferecer um espaço para livros em seu estabelecimento comercial;

O produção gráfica diluir-se-ia por todo o ano e os livros chegariam tranqüilamente das editoras até os alunos sem necessidade de percorrer as intricadas e minuciosas etapas descritas, decorrentes da intervenção da máquina estatal no processo.

Este é um processo que pode ser desenvolvido com a cooperação dos poderes públicos estaduais ou municipais. Por ser tão simples e transparente, só precisa de um administrador público com visão e coragem para aplicá-lo.

Os tempos atuais exigem um estado atuante que procure suprir as necessidades básicas das parcelas mais carentes da sociedade.

Suprir necessidades básicas, todavia, não significa necessariamente que a própria máquina estatal tenha que fornecer os produtos ou serviços requeridos. Hipóteses há, e o livro é uma das mais expressivas, em que suprir significa tão-somente prover tais parcelas sociais dos recursos para tanto.

Exportação de Livros no Brasil

Alfredo Weiszflog
Diretor da Câmara Brasileira do Livro

Como cidadão brasileiro, exportador por convicção e contribuinte sem discussão, sinto-me envergonhado ao fazer esta apresentação sobre as exportações brasileiras de livros.

O Brasil, o maior país da América Latina com a maior indústria editorial, produzindo anualmente entre 40 e 50% de toda a indústria do continente, com o maior e mais atualizado parque gráfico, bem como a oitava indústria papeleira do mundo, exporta somente 3,5 milhões de dólares anuais em produtos editoriais ou impressão de livros e 9 milhões de dólares em jornais e revistas.

Certamente, dirão os senhores, que isto é fruto do nosso subdesenvolvimento e como em tudo não estamos em condições de competir com os europeus e os asiáticos. Como explicar, porém, que países muito menores e com maiores problemas que os nossos, como o Chile e a Colômbia, exportam anualmente 20 e 95 milhões de dólares, respectivamente? Qual é o problema básico? A falta de estrutura de custo adequada, instabilidade econômica, problema cambiais, falta de *know how*, ou falta de cultura de exportador? Provavelmente um pouco de tudo.

Antes de entrar nos problemas específicos, deixem-me explicar um pouco como se dividem as exportações:

1) Livros em português. O mercado natural é Portugal que tem importado anualmente em torno de 3.5 milhões de dólares, praticamente o mesmo que importamos daquele país. Este mercado tem duas grandes limitações: o tamanho, pois não ultrapassa a 10% do mercado brasileiro; e por incrível que pareça a própria língua, que em muitos casos como na literatura infantil tem que sofrer uma verdadeira tradução para que possa ser vendida. A solução foi ou é fazer co-edições com editoras portuguesas ou instalar-se em Portugal.
Um mercado incipiente tem sido o dos nossos países vizinhos, onde a Câmara Brasileira do Livro vem tentando, com o apoio do Itamaraty, nomear um livreiro local que se interesse em promover e vender livros brasileiros. Até o presente momento foram nomeados um na Argentina e outro na Colômbia e ainda está se procurando a forma ideal de atendê-los com rapidez e preços acessíveis.
Existem, ainda, pelo mundo afora, alguns livreiros idealistas que têm vendido livros brasileiros, portugueses e espanhóis e que têm nas universidades os seus principais clientes. Não sei como sobrevivem, pois têm apenas um pequeno apoio das editoras e autoridades brasileiras.
O mercado africano de língua portuguesa praticamente não existe. Qualquer fornecimento àquele continente é, antes de mais nada, uma ação de caráter estritamente político e entre governos.

2) Venda de direitos autorais. Apesar dos esforços, a venda de direitos autorais é uma atividade extremamente penosa e geralmente realizada por agentes literários que numa labuta corpo-a-corpo tentam colocar no exterior os textos de nossos autores. Tanto a Biblioteca Nacional como a Câmara Brasileira do Livro vêm tentando ampliar a rede de agentes e, ao mesmo tempo, motivar e explicar tanto a autores como a editores a tirar melhor proveito deste trabalho.
A venda de direitos autorais não é em si um item de grande expressão econômica, apesar de que pode fazer uma enorme diferença para o autor. Hoje já não são poucos os autores que têm na receita de direitos autorais vendidos no exterior uma boa parcela do seu ingresso financeiro. Não podemos esquecer, porém, que quanto mais livros brasileiros são publicados no exterior mais cresce o prestígio do país, editora e autor e, convenhamos, é uma forma extremamente barata de se fazer propaganda e relações públicas.

3) Impressão de livros. Esta é a forma que mais tem trazido divisas aos países. Os principais exportadores de serviços gráficos são Japão, Hong Kong, Taiwan e, mais recentemente, Cingapura, na Ásia; Itália, Espanha, Holanda, na Europa; Chile e Colômbia na América Latina. Quase todos começaram em uma época em que a mão-de-obra era barata e pouco a pouco foram transformando suas gráficas em indústrias de alta tecnologia. A Colômbia, por exemplo, começou produzindo os famosos livros tridimensionais que eram impressos e recortados na gráfica e depois montados em casas de famílias de Cáli que os produziam por tarefa e a muito baixo custo. Hoje a Colômbia produz todos os tipos de impressos, com mais de vinte gráficas dedicadas à exportação, além de atender ao mercado interno.
Para se ter uma idéia da importância desta atividade basta lembrar que para cada milhão de dólar investido geram-se dez novos empregos diretos e um faturamento anual de pelo menos um milhão de dólares em divisas.

Reconhecendo esta importância o governo colombiano criou uma série de mecanismos para fortalecer e incentivar a indústria exportadora. Através do Proexpo financia a participação do setor nas principais feiras, paga todo o material promocional e convida constantemente importadoras em potencial para visitar o país e suas instalações industriais.
De um modo geral, verifica-se que os serviços gráficos representam aproximadamente 60% do total de livros exportados e que são alavanca importante no desenvolvimento da indústria editorial, como veremos mais adiante.

4) Co-edições e produção editorial na língua do importador. Este é o estágio mais importante das exportações, pois significa que o livro a ser exportado não implica somente a sua impressão com filmes fornecidos pelo cliente, mas, sim, a criação e produção de originais no país de origem e a comercialização, por conta própria ou em co-edição, com algum editor ou distribuidor no país de destino.
Este sistema, além de desenvolver novas potencialidades no campo editorial como o surgimento de novos autores, ilustradores, profissionais de editoras, tem a evidente vantagem em dar mais-valia ao produto de 50 a 100%. Uma das grandes vantagens da co-edição é a fidelidade do cliente, pois está nas mãos do fornecedor o direito autoral do livro impedindo que se imprima em qualquer lugar sem o consentimento do mesmo. Um bom exemplo do que foi citado é o da Melhoramentos, que hoje representa 34% do total de exportação de livros, iniciou a sua atividade exportadora com simples serviços gráficos e evoluiu para a criação de títulos próprios para exportação na linha infantil, o que salvou sua atividade exportadora nos anos de 89 e 90, quando a política cambial não permitia a competição na área gráfica. Hoje, com mais de duzentos títulos comercializados em mais de 14 línguas, a Melhoramentos desenvolveu novos autores e ilustradores que, em alguns casos, já vendem mais no exterior que no próprio país. Ressalve-se, porém, que este tipo de exportação funciona melhor com produtos ilustrados que têm mais-valia que os de simples texto corrido.

Mais uma vez podemos aprender com a Colômbia que, para incentivar a exportação de produtos com mais-valia, criou o Plan Vallejo, que dá aos fornecedores os mesmos incentivos de exportação concedidos ao exportador final (neste caso o editor) e permitindo ao editor, em caso de co-edição para mercado interno, utilizar-se dos mesmos custos que a exportação, reduzindo desta forma o preço de livro nacional.

Mas qual é o mercado potencial de que estamos falando? A América Latina tem um comércio inter-regional de uns 250 milhões de dólares anuais, tendo chegado ao dobro em épocas de vacas mais gordas. Os Estados Unidos importam anualmente 900 milhões de dólares em livros. Apesar de o mercado americano não ser tão sofisticado quanto o europeu e unir quantidades elevadíssimas de cada título, é um mercado que exige constância de qualidade, preço baixo e absoluta pontualidade de entrega. O mercado europeu, apesar de imenso, tem exigências de qualidade que muitas vezes não podemos atingir por falta de matérias-primas adequadas e de *know-how* e, pela multiplicidade de línguas e culturas, tem às vezes tiragens surpreendentemente baixas.

Quais poderiam ser, então, as soluções para que possamos chegar e até superar os 1X1 milhões de dólares anuais?

No que tange à exportação do livro em português, continuar incentivando a criação de novas livrarias no exterior providas de um estoque mínimo e de uma assinatura anual do CBP — Catálogo Brasileiro de Publicações e que promovam o livro brasileiro

com todo o apoio institucional e de infra-estrutura das nossas embaixadas e consulados; criação e fortalecimento de novos centros de estudos brasileiros no exterior; desenvolver um ou mais distribuidores brasileiros que se interessem em suprir estas livrarias a preços e condições competitivas; encontrar soluções com as companhias aéreas de tarifas preferenciais, pois se trabalha com quantidades pequenas, mas que precisam chegar com rapidez.

Quanto à venda de direitos autorais, dotar a Biblioteca Nacional de recursos suficientes para que possa ampliar as atividades que hoje já exerce, como o financiamento da tradução, a divulgação através de revista própria ou outros meios disponíveis e, em conjunto com a Câmara Brasileira do Livro, procurar novos agentes literários que poderão ampliar o mercado não só na área da literatura, mas em outras como as áreas técnicas e científicas, onde o Brasil tem muito a contribuir.

Nas edições criar mecanismos para que as editoras possam financiar o desenvolvimento editorial de novas obras e, particularmente, as mais extensas com custos financeiros de exportação e não os do mercado interno, que inviabilizam qualquer projeto um pouco mais ambicioso. Como o setor é extremamente terceirizado, encontrar solução para restituir a enorme quantidade de taxas, impostos e encargos sociais indiretos que sobrecarregam os custos. Recriar o extinto *drawback* verde amarelo para incentivar os fornecedores a participar do esforço exportador do cliente final, tornando-o competitivo. Desburocratizar a abertura de filiais no exterior a sós ou em *joint-venture* com editores locais, a exemplo do que já fazem algumas editores argentinas no Brasil. Criar urgentemente o seguro de crédito contra riscos políticos, uma vez que neste ramo os competidores só exigem saque e a carta de crédito fica cada vez mais difícil, pois bloqueia muito a linha de crédito do cliente.

Na área editorial estamos num enorme descompasso tecnológico em função de longos anos de obscurantismo na área de informática; os principais países da América Latina já estão praticamente informatizados em todas as operações editoriais, o que contribui, em muito, para a redução de custos.

Na área gráfica, valem as mesmas sugestões antes mencionadas, acrescidas de que necessitamos, urgentemente, renovar o parque gráfico. Para tanto necessitamos que o país volte a estar em boa situação junto aos organismos financeiros internacionais, de modo que voltemos a ter linhas de créditos baratas e de longo prazo. Enquanto isso não acontece, deveria existir no BNDES uma linha para aval bancário que não fosse onerosa tanto nas taxas quanto no bloqueio das linhas de crédito das empresas.

Qualquer das quatro modalidades de exportação somente poderá frutificar se houver uma estreita colaboração entre o poder público e o privado. Um não pode viver sem o outro, mas juntos poderão transformar o Brasil num país em que todos tenham orgulho em viver e onde não precisam ter vergonha de falar sobre a nossa exportação de livros.

Embaixador Rouanet

Muito obrigado. Observando a agenda dos nossos trabalhos, eu verifico que não houve uma previsão específica para um tema que me parece da maior importância que é a *importação do livro estrangeiro*. Eu sei que o embaixador Sérgio Telles vai falar agora sobre a Difusão Internacional do Livro.

Não sei se ele estaria preparado para conversar sobre o problema da importação,

senão eu perguntaria ao senhor Weiszflog, que se ocupou do aspecto de exportação do livro, se poderia improvisar rapidamente algumas informações e considerações sobre um problema que é importantíssimo para todos nós, cuja ferramenta de trabalho em grande parte é a utilização de livros em inglês, francês, alemão e espanhol.

Se ele poderia dizer quais são as principais dificuldades? Por que está tão caro o livro estrangeiro? E o que poderia ser feito para reduzir o preço?

Alfredo Weiszflog

Por sorte tive que manipular esses dados esses dias. Estão razoavelmente frescos na cabeça. O Brasil, enquanto exporta somente 5.5 milhões de dólares, importa anualmente em torno de 30 a 40 milhões de dólares de livros.

Predomina, sem dúvida nenhuma, a língua inglesa com aproximadamente 15 milhões de dólares, ou seja, a metade das nossas importações é de língua inglesa.

Em seguida vem o espanhol, em torno de nove milhões de dólares: predominam a Espanha e a Argentina, com um número surpreendentemente grande — em torno de três milhões de dólares em livros. Em seguida vem Portugal com cerca de três a quatro milhões de dólares por ano, enquanto França e Alemanha repartem mais ou menos dois milhões de dólares e depois distribuem de forma muito variável e ano a ano entre os diversos países.

O problema da importação do livro em si, apesar de não ser um especialista nesta área, mas ouvindo o que os colegas importadores permanentemente reclamam, são basicamente os preços dos livros na origem.

A tradição importadora do Brasil é basicamente de livro técnico e científico, e não de livros da área de ficção. Esta é a área onde os preços no exterior têm os preços mais elevados já na própria origem.

Fora isso, como a importação é extremamente pulverizada, nem todos os importadores conseguem condições favoráveis dos editores. E os descontos que eles normalmente obtêm são os descontos dados às livrarias locais, em torno de 30%. A isso são adicionados todos os custos de frete, desembaraços que têm sido extremamente burocratizados no Brasil e, para dizer a verdade, em muitos casos, os importadores sofrem mordidas consideráveis para conseguir liberar a sua mercadoria.

O importador evidentemente repassa esse livro ao livreiro nacional e dá sessenta dias ao livreiro. Ele precisa incorporar ao preço desse livro, da mesma forma como fez o editor nacional, os custos da inflação projetada. Se não tiver condições de repassar esses custos, ele não terá condições de pagar o seu fornecedor no exterior.

Este, por sua vez, quanto ao crédito, não é tão bonzinho quanto os fornecedores nacionais. Ou seja: não pagou uma vez, não recebe a segunda, o que leva efetivamente a um encarecimento substantivo do livro.

Difusão Internacional do Livro

Sérgio Barcellos Telles
Diretor do Departamento Cultural do Itamaraty

Eu queria, antes de mais nada, agradecer pela convocação do sr. secretário de Cultura para participar deste seminário. Com a maior satisfação, estou aqui para explicar um pouco algumas coisas explicáveis e outras, provavelmente, inexplicáveis. Mas, em todo caso, é a primeira apresentação de que eu participo.

Assumi o Departamento Cultural do Itamaraty há pouco mais de três meses, e gostaria de explicar, em breves palavras, o que vem lá acontecendo em relação à política do livro. Nós dispomos de 139 postos em todo o mundo, entre embaixadas, consulados gerais e consulados simples. Começamos com um inventário geral de meios, os quais, pelo que pudemos observar, não são muito alentadores.

As dificuldades orçamentárias que deparamos foram acrescidas por uma certa "automutilação" proveniente do próprio Ministério das Relações Exteriores. Nós, que tínhamos uma parcela de 2,4% do orçamento geral da União, estamos agora limitados a 0,4%. Então, conseqüentemente, as dificuldades foram-se acumulando. Em função disso, algumas das nossas embaixadas realmente têm uma carência de titulares importantes para a divulgação da cultura brasileira. Daí a necessidade de trabalharmos em absoluta cooperação com a Secretaria da Cultura, na medida em que a diplomacia cultural representa a vertente externa de uma política cultural interna. Nós não temos nem condições nem meios para, sozinhos, falarmos pelo Brasil no exterior, antes disso, torna-se necessária a participação direta, estreita e cúmplice da sociedade brasileira como um todo, quando se trata de divulgar a nossa cultura.

A diplomacia, evidentemente, tem uma vocação ativa, ofensiva, e uma vocação defensiva. É necessário que ela corresponda realmente a esses anseios da sociedade. Para isso, foi combinada com o senhor secretário de Cultura toda uma estratégia inicial para o assunto, seguindo a orientação do senhor ministro. Idealizou-se um seminário como ponto de partida para que se pudesse, democraticamente, auscultar as necessidades e expectativa da sociedade brasileira em relação à sua diplomacia cultural. Tendo por título "Cultura, Diplomacia e Sociedade", esse seminário pretende estabelecer um, dois, três ou quatro projetos realistas que demonstrem essa parceria entre a sociedade, a Secretaria da Cultura e o Itamaraty. Deverá realizar-se em meados de julho próximo, e eu quero ter o prazer de convidar todos os interessados para debater conosco estes tão importantes temas. Não vai ser um seminário apenas de "estrelas". Muitas vezes, as estrelas têm uma certa dificuldade em harmonizar as próprias galáxias: cada qual tem seu universo e, assim, tem que ser o seu próprio produtor cultural.

A partir daí, vamos fazer projetos globais, tipo "Rio de Janeiro e Machado de Assis", com simpósio, teatro, cinema, festivais etc., começando em Brasília como uma espécie de ensaio geral. Está também nos nossos planos a criação do "Prêmio Itamaraty de Incentivo à Cultura", em coordenação com a Secretaria da Cultura: uma espécie de pequeno e modesto — mas significativo — prêmio de viagem para jovens talentos. Esperamos que esta iniciativa sirva de exemplo da vontade política do Itamaraty na reintensificação de suas relações com a sociedade brasileira.

Evidentemente, como estou no cargo há pouco tempo, a minha participação neste

debate é modesta. Devo dizer que a difusão do livro no exterior é uma tentativa espasmódica — devido à falta de meios ou à falta de especialista — de levar a nossa cultura a outros países. Em vista disso, solicitei a algumas embaixadas que fizessem um levantamento da política do livro.

Vou tentar falar, rapidamente, de algumas contribuições, limitadas às nossas embaixadas em Tóquio, Washington, Londres, Lisboa e Buenos Aires.

Como os senhores sabem, o Itamaraty sempre se associou, de modo especial, ao universo do livro. A natureza da Casa estimula a ressonância do pensamento e da matéria escrita. Não são poucos os diplomatas brasileiros — de Ribeiro Couto a Vinícius de Moraes, de Antônio Houaiss a José Guilherme Merquior, de Guimarães Rosa a João Cabral de Melo Neto, de Josué Montello a Sérgio Paulo Rouanet — que agregaram sua obra à história da literatura brasileira. As minhas omissões nessa colheita não são tão significativas quanto as citações. Até mesmo em razão desse vínculo tão íntimo entre a diplomacia e a atuação literária, a difusão do livro se tem constituído numa vertente importante da diplomacia cultural, seja através da divulgação da produção editorial brasileira propriamente dita, seja através da iniciativa própria, pelo sistema de co-edição, basicamente em língua espanhola.

Mediante esse sistema, a nossa embaixada em Buenos Aires patrocinou co-edições de alguns títulos, dentre os quais eu citaria: *Os sertões*, de Euclides da Cunha; *As imaginações pecaminosas*, de Autran Dourado; e *Sala de armas*, de Nélida Piñon.

A embaixada em Lima, dentro da coleção "Tierra Brasileña", já publicou 46 obras, nos formatos plaquete, caderno e livro de bolso. Assim, difundiram-se obras de Carlos Drummond de Andrade, João Cabral de Melo Neto, Manuel Bandeira, Augusto de Campos, Cruz e Souza, Jorge de Lima, Gonçalves Dias, Castro Alves, Marly de Oliveira, Mário Quintana, Ferreira Gullar e Francisco Alvim. Incursionamos também pelo terreno da crítica e do ensaio, abordando temas como o Modernismo no Brasil, o Concretismo, a história da música no Brasil e até mesmo as crônicas políticas de Carlos Castello Branco.

A embaixada em Pequim acaba de nos solicitar recursos para uma co-edição chinesa de uma antologia de textos brasileiros e latino-americanos. Devotado tem sido também o trabalho da embaixada em Caracas, que, a exemplo da de Lima, vem participando do sistema de co-edições, tendo lançado, em 1989, uma antologia da poetisa Ana Cristina César, prematuramente falecida. De sua parte, a embaixada em San José da Costa Rica editou, em 1991, o livro *Literatura brasileira*, de Afonso Chaves, sobre a obra de Cecília Meireles, Mário de Andrade, Thiago de Mello, Clarice Lispector, Dalton Trevisan e outros. Cabe ainda ressaltar, paralelamente, a edição da revista *Brasil Cultural*, pela embaixada em Buenos Aires, que, bravamente, resiste à crise orçamentária. Nesse mesmo caso encontram-se as revistas e cadernos culturais das embaixadas em Tóquio, Paris, Caracas e, em Madrid, a revista *Cultura*.

A outra vertente do trabalho do Itamaraty na divulgação do livro brasileiro constitui-se no apoio e na participação em feiras, em estreita coordenação com empresários e com o Departamento Nacional do Livro e a Fundação Nacional do Livro Infanto-Juvenil. O esforço realizado já tornou tradicional a presença brasileira em feiras como as de Assunção, Bogotá, Santiago, Montevidéu, Frankfurt e Buenos Aires. Nesta última, o estande do Brasil tem sido freqüentemente distinguido, como o foi nestes últimos dois anos, como o melhor dentre os estrangeiros. Destaca-se também a nossa participação na feira de Guadalajara, no México, que é voltada especificamente para o mercado do livro didático e de editores universitários. Hoje, nossa participação vem tendo o apoio

da Câmara Brasileira do Livro, que tem sobressaído no esforço pela integração do livro no Continente.

É importante, neste ponto, mencionar a presença destacada que o Brasil terá na Feira de Frankfurt de 1994. Durante muito tempo, tal participação tem sido objeto de grande interesse por parte da direção da feira. A coordenação era do Ministério das Relações Exteriores e do extinto Instituto Nacional do Livro, sendo que hoje a Câmara Brasileira do Livro tem papel hegemônico no processo. Como consagração desse trabalho, o Brasil recebeu convite da diretoria da feira para participar como país-tema na edição de 1994. Se, de um lado, este convite dá mostra da proporção alcançada pelo livro brasileiro na Alemanha, acrescido ao fato de que Frankfurt detém o primeiro lugar na movimentação do mercado editorial internacional, de outro lado alerta para a necessidade do empenho que devemos empregar para corresponder à escolha. Trata-se, por conseguinte, de um compromisso de grande envergadura assumido pelo Governo brasileiro e pelo setor empresarial. Essa participação do empresariado se dá também através de eventos paralelos programados como difusão global da cultura brasileira, nas áreas da música, das artes plásticas e, é claro, da literatura. É importante que o nível dessa apresentação global do Brasil na Feira de Frankfurt corresponda às expectativas de um país tão sofisticado quanto a Alemanha. E é um desafio continental igualmente importante na Europa.

A par dessa situação sistêmica, os setores culturais das nossas embaixadas freqüentemente servem de intermediários entre os autores brasileiros e os editores estrangeiros interessados em publicar suas obras. Ainda recentemente, nossa representação em Budapeste logrou interessar uma editora húngara na publicação de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda. Esse exemplo tem frutificado em várias línguas, atingindo inclusive as instituições culturais internacionais e nos levando a participar de coleções patrocinadas pela Unesco com obras como *Risco de bordado* e *Ópera dos mortos*, ambas de Autran Dourado.

Porém, não obstante esses esforços em prol da difusão de nossa literatura no exterior, não devemos nos iludir: ainda há muitos obstáculos internos e externos a serem vencidos, que vão desde a questão da observância dos direitos autorais no Brasil e nos outros países, as barreiras de idioma e a imensa oferta de títulos estrangeiros no mercado livreiro internacional até a reduzida disponibilidade de meios para a divulgação da produção editorial brasileira.

Quando falei, antes, de que era necessário fazer uma autocrítica, é porque é essencial, numa questão desse nível, que nós tenhamos realmente a parceria do empresariado da indústria e comércio culturais. É muito difícil funcionarmos isoladamente. Tentamos identificar objetivos nessa parceria e sabemos que apenas a indústria e o comércio culturais são capazes desse efeito multiplicador de nossos talentos no Brasil e no exterior. O respeito do Itamaraty pela indústria e pelo comércio culturais é absolutamente ostensivo e francamente necessário. O Itamaraty, em coordenação com as demais entidades brasileiras interessadas, tem procurado promover a participação de nossos escritores nas mostras internacionais e em eventos acadêmicos. É o caso, por exemplo, da presença dos escritores brasileiros Bella Josef, Nélida Piñon e Autran Dourado na feira de livro de Buenos Aires — quero dizer, a presença *física* desses autores. Da mesma forma, compareceram à mostra do livro brasileiro em Havana, no final do ano passado, os jornalistas Carlos Castello Branco e Moacyr Werneck de Castro e a romancista Ana Miranda. No nível acadêmico, cabe lembrar a participação de três especialistas brasileiros no seminário História e Ficção, no ano das atividades da

Cátedra Guimarães Rosa na Universidade Autônoma do México, cuja criação se originou de iniciativa do saudoso José Guilherme Merquior, quando embaixador naquele país. Dentro em breve, deverá ser iniciado o programa em comemoração ao centenário de nascimento de Graciliano Ramos, organizado pela Universidade de Lisboa, com a colaboração da nossa embaixada e o apoio da Secretaria de Cultura da Presidência da República.

O Itamaraty tem, ainda, acompanhado com especial interesse o aspecto dos prêmios internacionais de literatura. Dentre esses, destaca-se o Prêmio Luís de Camões, instituído em 1989 pelos governos brasileiro e português, num esforço comum de aproximação entre os dois países de expressão portuguesa. Com ele foi agraciado o nosso poeta João Cabral de Melo Neto, juntamente com o moçambicano Mário Craveirinha e o português Miguel Torga. Da mesma forma, o Itamaraty vem sugerindo e apoiando indicações de nomes brasileiros para o Prêmio Nobel de Literatura.

Outro ponto a ser salientado, e para o qual peço a atenção especial dos senhores, é a questão da doação de livros brasileiros a bibliotecas de universidades estrangeiras e entidades afins, tal como ocorreu em 1990 com os livros exibidos na Feira de Frankfurt, que foram cedidos à Biblioteca da Academia de Ciências de Budapeste; os apresentados na Feira de Gotemburgo, que ficaram com a Biblioteca da Suécia, além de outras doações que o Itamaraty vem fazendo.

Nós, que pertencemos à diplomacia, não somos vocacionalmente editores de livros. Nosso produto e nossa utilidade se dão no nível da informação. É isto o que queremos colocar inteiramente à disposição dos senhores: o intercâmbio de informações. Há um esforço muito grande de algumas embaixadas no sentido de editar, aqui e acolá, um livro, às vezes de maneira quase amadorística... O que temos a fazer é buscar a já citada colaboração empresarial, de forma que esse capital de informação seja utilizado com competência profissional. Por isso, quando solicitamos às editoras a doação de livros para os nossos centros de estudos brasileiros existentes no exterior, deparamos o problema do livro permanente: muitas vezes, torna-se difícil adquirir diretamente das editoras esse bem permanente que é o livro. E isto deveria ser uma contribuição proveniente das próprias editoras, como divulgação de seus produtos...

O Itamaraty tem investido milhões de dólares, ao longo de muitos anos, para criar uma infra-estrutura que está à disposição dos senhores editores. Seria natural, isto é, esperar-se-ia que os editores se utilizassem dessas facilidades para divulgar suas mercadorias. Então, as doações são solicitadas com esse propósito: a divulgação dos produtos das editoras, da indústria gráfica e do talento dos nossos escritores.

Uma curiosidade: não sei se os senhores sabiam, mas em Londres existe a cobrança dos direitos autorais pelas bibliotecas públicas. Os consulentes, a cada livro lido, pagam uma taxa da qual uma pequenissima parcela corresponde a direitos do autor.

Eu não tenho soluções a oferecer, porque simplesmente não sou editor nem livreiro nem autor expressivo para essa coisa. O que posso dizer aos senhores é que o Itamaraty está inteiramente às ordens, inteiramente à disposição de todos os que apresentem soluções para os problemas da divulgação do livro, de acordo com a própria vivência setorial de cada um.

Nós podemos continuar com nossas pesquisas. Podemos guardar os relatórios para a Câmara Brasileira do Livro e para outras entidades. Mas reconheçamos que é bem difícil, neste momento, sugerir alguma coisa realmente efetiva, que possa, em curto prazo, auxiliar na solução de problemas estruturais tão sérios para a nossa cultura.

Livro Brasileiro em Portugal e Livro Português no Brasil

Jayme Raposo
Adido Cultural da Embaixada de Portugal

Senhor secretário da Presidência da República, senhoras e senhores. Antes de entrar no tema de minha proposta, gostaria de agradecer ao sr. secretário de Cultura a amabilidade do convite para que Portugal estivesse presente nesse importante encontro. É um fato que a literatura brasileira é estudada nas universidades portuguesas e que a literatura portuguesa é disciplina nas universidades brasileiras. É também inegável que prosadores e poetas dos dois países se encontram na confraria da língua portuguesa e que ensaístas se debruçam sem preconceito sobre os textos de ambas as margens do Atlântico, que analisam e dissecam para alimento da cultura muitos exemplos de clássicos dos dois países. O padre Antônio Vieira, Camões, mastigado por várias gerações de brasileiros, e Fernando Pessoa, que julgo estar mais na boca da juventude brasileira do que na cabeça dos jovens portugueses. Mas pergunto: será que o escritor contemporâneo português é conhecido no Brasil? O escritor brasileiro contemporâneo é conhecido em Portugal? Estas simples perguntas levam-nos àquilo que eu diria ser o lado oculto do livro, o livro como produto de consumo. Esse é um assunto complexo, difícil de enfrentar, altamente sensível mas obrigatório nesse encontro sobre a economia política da cultura. E é um tema complexo, difícil, sensível, porque, se há concordância na dificuldade, na identificação das dificuldades, não é fácil conciliar os interesses e sim falar no livro como instrumento de cultura; difícil é conciliar os interesses que estão por trás do livro como produto de consumo. Até relativamente poucos anos, as trocas comerciais entre Portugal e Brasil na área do livro resumiam-se a simples pressões de escoamento de um produto. Há aproximadamente 10 anos o livro começou a pesar na balança comercial luso-brasileira e, ultimamente, as bienais internacionais do livro vieram contribuir decisivamente para a colocação do livro português no mercado brasileiro. Portugal e países como Espanha, França e México têm procurado nas bienais internacionais do livro, no Rio de Janeiro e em São Paulo, atingir o leitor brasileiro. Através dos resultados dessas bienais e de algumas pesquisas de mercado, pode-se concluir que o livro português faz parte das indicações bibliográficas que circulam nos meios universitários, que as traduções portuguesas estão mal divulgadas no Brasil e que existem lançamentos editoriais portugueses que levam muito tempo para entrar no país. Dou como exemplo os ensaios de natureza política e literatura infantil ou lançamentos que poderiam se constituir em boas opções de leituras e, consequentemente, bons negócios. Estas conclusões permitem afirmar que o livro — em particular o livro português — circula como um produto bem aceito no mercado editorial brasileiro, mas que o volume de vendas deve passar por novas estratégias e soluções. Algumas de teor polêmico e que, por isso mesmo, seria interessante anunciar, porque estimulam o debate. Vou correr o risco de falar sobre esse lado oculto do livro, mas preciso, para isso, que todos estendam as mãos e, com elas, façam uma rede de compreensão para meampararem na queda.

Devo começar por dizer que dificilmente os editores e os distribuidores com quem constantemente troco impressões sobre estes assuntos coincidem na apresentação de estatística e porcentagens e que os números que eu eventualmente citar são apenas

referências relativas e servem tão-somente como efeito de avaliação comparativa e não têm, por conseguinte, qualquer valor absoluto. Além disso, as alterações cambiais, praticamente diárias, são o fator de dificuldade para apresentar cifras corretas e definitivas.

Começamos, então, por falar da taxa sobre o livro e câmbio livreiro. O livro não está sujeito, no Brasil, a taxas de importação. Infelizmente, Portugal requer isso do livro. Uma recente taxa de importação, de 5%, um imposto chamado IVA, que é a parcela de ocorrência na integração Portugal na comunidade do país.

Em números aproximados, os custos das operações de desembaraço aduaneiro não ultrapassam os 2%, os fretes e taxas de transportes da mercadoria ficam no patamar variável dos 15 a 30%, a percentagem do livro para os livreiros é de 7 a 10%. Em face de percentagens relativamente baixas, os importadores falam em padrão de vida para justificar os altos custos da mercadoria. Um exemplo relativo ao livro português, que em Lisboa custasse 3 mil escudos, cerca de US$ 22, poderia atingir no Brasil os Cr$ 100 mil, cerca de US$ 42.

Hoje um dos grandes obstáculos à importação do livro português é o câmbio livreiro praticado no Brasil, onde aproximadamente um escudo vale Cr$ 42, câmbio esse que torna incompatível o livro diante do poder de compra do leitor brasileiro. E ainda dizem que o preço desse mesmo livro é conseqüência do lucro do canal distribuidor, que pode onerar o custo do exemplar em até 40% do preço inicial, apesar dos prazos possíveis de 45 ou mais dias para se pagar a fatura.

Eu só produzo aquilo que vi e aquilo que ouço, não são juízos meus e afirmações pessoais.

Plínio Doyle e Jayme Raposo.

Outro assunto implícito no problema do livro é a dicotomia importador/distribuidor e livraria. Os exportadores portugueses deixam por vezes transparecer que os agentes brasileiros importadores do livro nem sempre revelam a necessária capacidade de adaptação ao mercado e que têm dificuldades para dominar os canais de distribuição. Por outro lado, está comprovado que as estruturas portuguesas já instaladas no Brasil não têm conseguido também adaptar as variedades econômicas do país. Finalmente, há ainda a situação peculiar do livro português colocado nas livrarias brasileiras. O local de venda do livro português não é brasileiro nem estrangeiro. Por essa razão e por estar escrito em língua portuguesa, o livro português aparece misturado e engolido pelas edições brasileiras. Em contrapartida, nessas mesmas livrarias, os livros em língua estrangeira ficam em estantes isoladas e, portanto, a eles é dado um lugar de destaque.

Quanto às traduções portuguesas, são geralmente de boa qualidade, mas não estão disponíveis para o leitor brasileiro, porque a compra dos direitos autorais limita a colocação desses livros ao mercado português. É por essa razão que, em algumas edições, encontra-se a frase *Venda interditada na República Federativa dos Estados Unidos do Brasil.* Reconhecemos que é difícil a compra de direitos autorais para todos os países de língua portuguesa, em caso específico de certo tipo de tradução. Geralmente essa operação não interessa ao agente literário, mas há outros problemas por trás que dificultam.

Já os direitos autorais e a sua enunciação são matéria longa que merece um extenso debate, e neste campo há posições completamente controversas. Em geral, os escritores portugueses aceitam que a venda dos direitos autorais para o Brasil tem interesse não só por questões de prestígio, mas porque comprometem o editor e o distribuidor brasileiro na venda do livro. E pelas mesmas razões favorecem o autor português com o direito a edição previamente adquirido, porque esse editor negocia o direito de *copyright*. Outro lado da controvérsia: o distribuidor português entende que o editor brasileiro tentará sempre negociar em termos de vantagens e em função de tiragem baixa que não representem riscos de investimentos. Mas, na realidade, o editor brasileiro tem se mostrado favorável à compra do direito autoral. Julgo importante frisar este ponto, porque esse negócio representa uma opção própria, em função das preferências do mercado, oferece uma resposta mais rápida às exigências do leitor e exclui os custos dos transportes transoceânicos. Um outro ponto que deve ser sublinhado, em relação aos direitos autorais mais negociados e com vantagens, é o caso do escritor português José Saramago, na lista dos *best sellers* há várias semanas. Saramago teve respeitado na íntegra o texto e a ortografia portuguesa embora seja, talvez, o escritor português mais difícil no seu tipo de redação. Julgo que isto prova que as diferenças lingüísticas entre Portugal e Brasil existem, como existem diferenças lingüísticas entre Madeira, ilha da Madeira e Lisboa ou entre Ceará e Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. São apenas um argumento da ocasião e não obstáculos intransponíveis à leitura de portugueses no Brasil e de brasileiros em Portugal. Dou como exemplo, neste momento, o fato de lermos quatro novelas brasileiras em Portugal. Os portugueses tiveram num ou outro caso alguma dificuldade de adaptação ou de apreensão de uma ou outra palavra, mas julgo que ninguém aceitaria o argumento se viesse de Portugal ou se Portugal colocasse o assunto desta maneira: não compramos mais novelas brasileiras, não entendemos a língua das novelas. Isto nos obriga a cair no eterno falado acordo ortográfico. O recente acordo ortográfico estava previsto para entrar em vigor em 1º de janeiro 1954 e para ser cumprido entre os sete países usuários da língua

portuguesa. Hoje, levanta algumas dúvidas práticas nos meios editoriais, inclusive os portugueses. Os editores já estão preocupados com as quedas de vendas de certos tipos de livros, como os dicionários, e com as futuras quedas de vendas dos livros didáticos, nas edições de textos de apoio escolar e de literatura infantil. Vou fazer uma pergunta de ordem prática, sem esquecer que sou conselheiro cultural da embaixada de Portugal em Brasília: alguns dos senhores sabem concretamente ao abrigo de que acordo ortográfico estão a escrever? Temos aqui várias direções. Será que alguém pode dizer? Estão a escrever ao abrigo do acordo 44.51 alguns dos senhores? Muito grato... (alguém fala...) Qual a sua graça? Confesso que não sei ao abrigo de que acordo escrevo e também confesso que passei a aceitar há muitos anos que a língua é uma coisa viva, que se movimenta, e que são necessárias regras para abalizar o caminho. Mas como hoje, com a televisão ou o rádio, os meios de comunicação rápidos, ninguém vai prender a língua, os acordos são necessários. É preciso ter uma norma, mas lembro sempre que todos nós decoramos até a exaustão as regras de trânsito, os sinais e, no dia seguinte à prova de trânsito, cometemos pequenas infrações. Meu tempo é curto, mas queria, antes de chegar às conclusões, acrescentar outros tópicos para a discussão de todos estes assuntos do relacionamento livro Portugal-Brasil, Brasil-Portugal. Há tópicos que não nos passam desapercebidos na conversa com editores e livreiros, como a redução das taxas de fretes aéreos, por exemplo, o tratamento privilegiado para o despacho de livros, até mesmo com credenciamento dos importadores e exportadores, para evitar o custo dos despachantes, dispensa de taxa de armazenamento, os mecanismos mais eficientes ou, talvez, divulgação melhor da legislação que evita a bitributação dos direitos autorais e a unificação da trilogia para edições de livros e de revistas técnicas. Acho que há um cardápio interminável de problemas que poderiam ser enunciados, mas o embaixador Sérgio Rouanet pediu-nos, no princípio, que apresentássemos também soluções. É fácil criticar, é fácil eu dizer que estou certo. Provavelmente aquele senhor que eu não quero citar é que está errado. Claro que estas funções não podem aparecer como milagres ou toques de varinhas de condão, mas poderíamos pensar que Portugal e Brasil e os países africanos de origem lusófona têm um patrimônio comum, que é a língua portuguesa, que gera um produto que é o livro e esse patrimônio e esse livro têm que ser administrados como instrumentos de cultura e como instrumentos de consumo.

Que é necessário encontrar mecanismos corretos e eficientes para divulgar os autores de língua portuguesa entre os sete países lusófonos.

É urgente fomentar o intercâmbio contínuo de escritores entre os sete países, com a necessária cobertura dos órgãos de comunicação social. Cada um o tem ao seu alcance, de uma maneira ou de outra.

Que é necessário estimular o encontro de editores de obras em língua portuguesa para a discussão de soluções que tornassem o livro acessível ao leitor comum.

Que é importante apoiar as co-edições, que aliás estão previstas no Acordo Cultural assinado entre Portugal e o Brasil.

Que é preciso encontrar formas de promover, conjuntamente, no estrangeiro, o autor de língua portuguesa.

Que é preciso utilizar os canais disponíveis, como disse o embaixador Sérgio Telles, para fazer circular, nos países lusófonos, informações editorial e literária sobre o autor.

Todos, o Ministério de Relações Exteriores, editores, autores, todos temos que nos empenhar na divulgação internacional do Prêmio Luís de Camões. Enquanto não con-

seguirmos dar ao Prêmio Luís de Camões uma projeção internacional, perderemos o próprio prêmio, que tem a finalidade de divulgação do autor em língua portuguesa.

E só nos resta pensar que existe naturalmente um Mercado Comum do Livro de língua portuguesa, que abrange o Brasil, Portugal, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, sem esquecermos as comunidades de língua portuguesa espalhadas pelo mundo, o que nos leva a insistir num ponto. Talvez seja mais importante acentuar as nossas semelhanças lingüísticas do que perder tempo em explorar as pequenas diferenças que muitas vezes não passam inclusive de modos regionais.

Embaixador Rouanet

Bom, a intervenção do adido cultural da embaixada de Portugal foi interessante, inteligente, provocativa. Nós agradecemos ao dr. Jaime Raposo Costa. Realmente, não sei sob império de qual acordo ortográfico estamos escrevendo no momento.

Imagino talvez que seja uma síntese de todos eles. No que diz respeito ao acordo ortográfico em si, quero dizer que é uma política absolutamente prioritária da Secretaria de Cultura levar ao estágio final a aprovação pelo Congresso do acordo ortográfico luso-brasileiro. Temos a convicção de que este acordo é importante, mas não é suficiente para facilitar a penetração mútua de livros luso-brasileiros. Sem essa uniformização ortográfica fica muito difícil haver um aumento significativo de livro brasileiro em Portugal e de livros portugueses no Brasil. A necessidade da retradução dos livros de um país num outro país poderia ser evitada se houvesse uma uniformização ortográfica.

A língua portuguesa tem esse privilégio duvidoso de ser, talvez, a única língua de cultura onde existem diferenças de grafia fundamentais entre diferentes países que falam essa língua. O inglês falado na Índia, falado em Calcutá, não tem nada a ver com o inglês falado no sul dos Estados Unidos e, no entanto, os jornais indianos e os jornais americanos escrevem o inglês absolutamente da mesma forma, com a exceção de duas ou três variantes que todos conhecem. Então não vejo nenhuma razão para o Brasil, para a língua portuguesa, permanecer com esse privilégio absolutamente questionável de não ter uma uniformidade ortográfica.

Essa uniformidade existe e, como eu disse, não é uma condição necessária para que exista uma penetração no mercado dos dois países, do livro brasileiro em Portugal e do livro português no Brasil. De modo que, no que diz respeito à Secretaria de Cultura, estamos acompanhando com a máxima atenção a tramitação do acordo ortográfico no Congresso e temos a esperança de que assim como os portugueses fizeram um grande esforço de obter a aprovação no parlamento do acordo, e não foi fácil para os portugueses, porque havia, como sabe o dr. Jaime Raposo Costa, oposição da opinião pública portuguesa, mas mesmo assim nos deram um exemplo de boa vontade, eu acho que cabe a nós tentar extrair com uma certa rapidez do Congresso brasileiro uma aprovação do acordo ortográfico, que evidente será facilitado com a solução de certos atritos diplomáticos que, atualmente, envenenam as relações culturais dos países, mas, tenho certeza, de uma maneira absolutamente efêmera. São pequenos incidentes de percurso no destino dessa comunidade, destino que se chama comunidade luso-brasileira. Gostaria de pedir ao professor Josué Montello para comentar esse tema.

Josué Montello

O documentário é uma coisa muito breve, que talvez explique nossa divergência. Certa vez na Academia discutia-se muito, de uma maneira apaixonante e apaixonada, o problema ortográfico, e o poeta Manuel Bandeira de repente se curvou na mesa do presidente, escreveu algumas linhas e me mandou pela secretária da Academia. Eu abri e li o seguinte: "Deus deu a palavra ao homem e ao diabo a ortografia, por isso os homens se comem nessa orto-antropofagia."

Célio da Cunha
Diretor do Departamento de Educação dos 1º e 2º graus do Ministério da Educação e Cultura

Educação Básica e Leitura

É com imenso prazer que o Ministério da Educação, através da Secretaria Nacional da Educação Básica, comparece a este Seminário, esperando de alguma forma contribuir para o seu êxito. Antes de dar início aos comentários que preparei para este evento, o MEC — SENEB cumprimenta a Secretaria de Cultura e a Biblioteca Nacional pela realização e atualidade do debate proposto.

Dentro do tempo que foi reservado ao MEC e na linha do tema sugerido — A Questão da Leitura no Ensino Básico — procurarei fazer uma exposição sucinta, abordando os pontos que considero fundamentais. Assim, a primeira questão que precisa ser discutida é a própria situação da educação básica no Brasil. A avaliação do rendimento escolar feita pela fundação Carlos Chagas e pelo próprio MEC aponta um quadro dos mais preocupantes. Uma das mais recentes avaliações feitas em todo o território nacional, com alunos da 1ª, 3ª, 5ª e 7ª séries do ensino de 1º grau, mostra um desempenho abaixo de 50% em média em relação aos conteúdos mínimos previstos. Uma das causas desse baixo desempenho é a precariedade do domínio da leitura. Essa pesquisa é recente e o MEC cuida de examinar seu significado social. Outras pesquisas de avaliação do rendimento escolar estão sendo planejadas com o objetivo de verificar a extensão do problema. O MEC decidiu, face à importância de monitorar as políticas em curso, organizar um sistema nacional de avaliação do rendimento escolar. Embora os dados disponíveis sejam provisórios, eles são confiáveis, indicando e mostrando a profundidade da crise educacional.

Por outro lado, uma outra pesquisa feita em São Paulo, sob os auspícios do IPEA, em indústrias de tecnologia de ponta, com trabalhadores e empresários, chamou a atenção para a ausência de domínio de capacidade mínima de expressão e comunicação. Isto é importante, porque o novo paradigma industrial que está sendo construído passa a requerer do trabalhador competências básicas de linguagem e comunicação. Torna-se necessário, portanto, nas séries iniciais do ensino fundamental, desenvolver as habilidades de leitura que já passam a ser reivindicadas pelo mundo do trabalho.

Quando se considera a extensão do universo do ensino fundamental — mais de 200 mil professores e mais de 29 milhões de alunos — fica evidente a dimensão do problema. O Ministério examina a possibilidade, juntamente com os estados e municípios, de dotar essas escolas de padrões mínimos de funcionamento, pois alguns milhares dessas unidades de ensino certamente não merecem o nome de escolas. E dentro da escola, sobressai o papel do professor, ponto fundamental para uma política

de qualidade. Possui o Brasil um contingente ainda expressivo de professores leigos 150 mil aproximadamente. De modo geral, tanto os leigos quanto os que são formados por escolas normais ou cursos de licenciatura são mal pagos e mal remunerados, fato que está concorrendo para ampliar o processo de seleção negativa do magistério.

Um outro aspecto importante desse quadro é o aluno. Ao longo de sua história, o Brasil acumulou um enorme déficit, pois não criou no tempo devido oportunidades de educação popular, excluindo da escola a maior parte das crianças brasileiras. O Ato Adicional de 1834, ano em que o Brasil, isto é, o Estado brasileiro, lava as mãos, para usar a expressão de um historiador de nossa edução, à sorte do ensino primário, pois delegou às províncias a responsabilidade de criar escolas, inaugura uma série história de omissões que chega aos dias atuais. Assim, a magnitude do impasse requer medidas extraordinárias com o objetivo de resgatar essa dívida e possibilitar à civilização brasileira como um todo um patamar mínimo de cidadania.

A omissão histórica do Estado, aliada às práticas intensas do clientelismo e do favorecimento político, gerou uma situação difícil, sobretudo no que se refere à má aplicação dos recursos financeiros e de inúmeras formas de desvio do dinheiro destinado à educação. Contribuíram para a sedimentação dessa anomalia os períodos autoritários das décadas de 1930 e 1960. Além de não serem muitos os recursos reservados à educação, eles nem sempre chegam ao seu destino final devido à burocracia e aos intermediários.

Para combater essas distorções, o ministro José Goldemberg tem procurado colocar em prática uma política de austeridade e de qualidade, com ênfase, por um lado, no uso ético dos recursos e, por outro, valorizando o professor, ou seja, colocando o professor no centro de uma pedagogia da qualidade. Não se trata de um discurso vazio, mas de uma proposta séria. A política de valorização do magistério possui três vertentes básicas: formação e capacitação, carreira e salário e condições de trabalho. Essas três dimensões estão sendo enfrentadas simultaneamente. O Ministério tem consciência de que não será possível resolver todo o problema no horizonte de uma gestão. Todavia, é importante começar, com a esperança de continuidade dessa política.

O discurso de valorização do magistério começou a ter conseqüências financeiras. O MEC está triplicando os recursos destinados a treinamento de professores. Da mesma forma, o problema da formação está sendo pensado pelo Ministério, tanto a nível da escola normal quanto dos cursos de licenciatura.

Outro ponto importante dessa política é a recuperação da escola, da escola brasileira. Houve um tempo em que o Governo brasileiro reservava o melhor de seu orçamento para fundar instituições culturais e educacionais, como a Biblioteca Nacional e o Colégio Pedro II. Hoje há uma inversão. Enquanto a escola está abandonada, edifícios suntuosos são construídos para abrigar a burocracia. É muito grande o número de escolas que precisa de recuperação. Sessenta e cinco por cento do orçamento do FNDE estão sendo gastos para recuperar e ampliar escolas e dotá-las de equipamentos mínimos para o processo ensino-aprendizagem.

É importante salientar que a recuperação de escolas não é só de ordem física. Há uma firme política relativa à melhoria da gestão. A educação brasileira tem uma gestão difícil, que não tem levado a resultados satisfatórios, tanto em nível dos sistemas de ensino quanto em nível de escola. A atual política objetiva fortalecer a ponta, isto é, a instituição escolar, de forma a ampliar a sua autonomia e transformá-la em centro irradiador de educação e cultura. A política de fortalecimento da escola já foi iniciada por algumas unidades da federação.

Quanto aos Ciacs, uma experiência que tem sido objeto de discussões, controvérsias e equívocos, iniciada fora do MEC, o que se pode dizer e ressalta é o fato de que, ao ficar sob a responsabilidade do Ministério, o que se tem procurado fazer é dar um sentido pedagógico ao projeto, duplicando inclusive o espaço físico destinado às salas de aula. O Projeto Ciac objetiva uma escola de tempo integral, o que dificilmente será atingido devido a situações e realidades diversas. Essa limitação não deve impedir que, nos municípios e estados que reunirem condições, a escola de tempo integral seja planejada. As pesquisas disponíveis informam que a escola de tempo integral constitui fator importante para o desenvolvimento cognitivo e afetivo da criança.

Os pontos centrais da política descrita passaram a exigir do MEC uma revisão da sistemática de financiamento. A decisão foi no sentido de usar a cota federal do salário-educação para o exercício de uma função de Estado insubstituível, ou seja, a função equalizadora da educação nacional. Qualquer análise do quadro da educação nacional, hoje, revela disfunções e uma acentuada desigualdade regional em termos de distribuição de recursos. Há uma desigualdade entre os estados, nos estados, entre os municípios e, neles, entre os bairros e as escolas. Tornou-se necessário, assim, a adoção de um conjunto de critérios redistributivos, com o objetivo de, gradativamente, corrigir a desigualdade e fortalecer o papel do MEC em termos de coordenação e equalização. Certamente, o esforço isolado do MEC não será suficiente. É por isso que o MEC está negociando com os estados e municípios, tendo em vista a necessidade de uma política comum e integrada entre as três esferas do poder público.

Tanto o ministro José Goldemberg quanto o secretário Paulo Elpídio, em reuniões seguidas com os estados e municípios, muitas vezes com a presença do governador, buscam induzir a elaboração de plano global de desenvolvimento educacional do estado, incluindo as ações do poder público municipal e estadual. Um dos pontos centrais dessa estratégia é a situação do professor. O MEC está propondo assumir a formação, capacitação e treinamento de professores e a recuperação das escolas. Em contrapartida, os estados e municípios devem assumir a efetiva valorização do magistério. O que se tem em vista é o resgate da função social do professor. De nada adianta treinar professores e, simultaneamente, não se cuidar seriamente do problema salarial dos professores. O MEC está organizando até mesmo um banco de dados para ter informações atualizadas sobre a remuneração docente em todos os estados, numa primeira fase, nos municípios de porte médio, numa segunda fase, até abranger, de forma gradual, todo o país.

O diálogo do Ministério com os estados, que está sendo conduzido pessoalmente pelo ministro de Estado, coloca na mesa de negociações a situação de carreira e salários. É cedo ainda para afirmar o acerto dessa política. Muitos governadores e prefeitos estão sensíveis e trazendo ao MEC novos planos para o magistério. Por seu lado, o MEC está condicionando o repasse de recursos à existência de carreiras que assegurem dignidade. Não se tem ilusão de que esse impasse possa ser vencido em curto prazo. A rigor, não será possível corrigir uma distorção que se acumulou historicamente. O fato novo é a discussão desse problema com as estruturas de poder dos estados e municípios, ou seja, com o nível decisório. Sem isso, isto é, sem equacionar essa questão, a política de qualidade perde o sentido.

A política de qualidade que se procura instaurar tem um componente importante que são as inovações educacionais. Dez por cento dos recursos do salário-educação estão sendo reservados para isso. A inovação educacional é importante para arejar os sistemas estaduais e municipais de educação. Posso assegurar a todos aqui presentes,

que a experiência diária de diálogos com estados e municípios, visitando escolas distantes dos grandes centros, localizadas em regiões pobres, permite dizer que há um clima favorável no ensino de 1° grau em relação às inovações. Há muitas experiências em curso, ora em relação à melhoria da gestão escolar, ora para enfrentar o problema da repetência, que é dos mais graves no Brasil. Não tenho dúvidas em afirmar que há, de fato, uma retomada da educação básica brasileira, independente até mesmo do MEC. O MEC procura ir ao encontro dessa tendência. O fortalecimento do município pela Constituição de 1988 pode ser apontado como um dos fatores dessa retomada. Alguns municípios estão, inclusive, elevando o percentual mínimo de investimentos educacionais para 30 ou 35%.

No contexto dessa nova política e da nova sistemática de financiamento, não poderia ficar à margem a questão da leitura. O MEC tem consciência de sua importância para a educação básica e, devido a isso, comparece a esse evento. Para explicar e dar visibilidade pública a essa prioridade o MEC criou o Pró-leitura, um programa já iniciado em seis estados, que conta com cooperação internacional. O Pró-leitura tem em vista a formação do professor. É uma experiência nova que se situa na perspectiva de melhorar os cursos de formação, articulando escolas normais e superiores. Como é do conhecimento geral, os cursos de licenciatura estão em crise — uma crise de distância — que os separa do objeto principal que são as escolas e os alunos da educação básica.

O seminário que ora se realiza, promovido pela Secretaria de Cultura da Presidência da República e pela Biblioteca Nacional, contribui para o fortalecimento da política educacional nesse setor. A leitura é uma questão de maior importância. Aprender a ler é passo inicial para a conquista da cidadania. Além do Pró-leitura, já mencionado, inúmeras ações do MEC na área estão a cargo da Fundação de Apoio ao Estudante — FAE, como os projetos de sala de leituras e a biblioteca do professor, que serão ampliados e melhorados, pois possuem efeitos dos mais positivos para a infra-estrutura da unidade escolar e nas condições do trabalho docente.

Sem contribuir para uma falsa expectativa, mesmo porque serão necessários vários anos para recuperar o ensino público, creio que já se pode vislumbrar um horizonte mais claro para a educação básica. Se, atualmente, de cada 100 alunos apenas 22 concluem a 8ª série, até o final do século há condições para elevar esse número para 60 ou 70 alunos, o que seria um progresso extraordinário. Basta haver continuidade da política de educação para todos. Este aumento de produtividade do ensino fundamental terá enorme repercussão no ensino de 2° grau, que também é uma meta do MEC. Reportando-me à observação do dr. Rouanet a respeito do depoimento do filólogo Antônio Houaiss, no sentido de assegurar ingresso a, pelo menos, 80 a 85% dos que concluem o 1° grau no ensino médio, pois o Brasil tem hoje uma das menores taxas de matrícula no ensino médio comparativamente aos outros países da América Latina e do Caribe, ressalto a necessidade de uma política integrada de educação entre os diversos graus de ensino.

Para encerrar, agradeço, em nome do MEC, o convite feito ao Ministério pelo dr. Rouanet e pelo professor Affonso Romano de Sant'Anna, que é uma oportunidade ímpar de encontro entre a Educação e a Cultura.

Embaixador Rouanet

Muito obrigado, dr. Célio Cunha, pelo excelente depoimento sobre as atividades do Ministério da Educação na área de entrosamento com a leitura, especialmente no que

diz respeito ao programa de leitura. Tomei nota com muita alegria da exposição feita sobre a orientação que está sendo dada aos Ciacs, agora que passaram para o âmbito do Ministério da Educação, em particular quanto à importância atribuída ao aumento do espaço reservado à sala de leitura. Entendo essa prioridade como uma das características originais do Ciac, que é um entrosamento entre a Educação e a Cultura. Uma das coisas mais audaciosas e pioneiras do programa do Ciac é manter este entrosamento entre Cultura e Educação, em salas de aulas e em espaços reservados à biblioteca e atividades culturais em geral. Os Ciacs já implantados — os três já existentes em Brasília e o que já foi implantado no Rio de Janeiro, no Caju — têm como característica principal, das mais interessantes, a existência, por exemplo, de um grande anfiteatro e de espaços reservados a atividades audiovisuais, além de uma biblioteca extremamente dinâmica. Eu entendo que essa ênfase dada à multiplicação de salas de leitura não representa de nenhuma maneira uma redução do espaço reservado a essas atividades culturais. Queria ter uma confirmação disso, se fosse possível.

Célio da Cunha

O aumento das salas de aulas não interfere nem conflita com o espaço reservado às atividades culturais. O espaço escolar dos Ciacs está subdimensionado. A proposta de o MEC ampliar de 12 para 24 salas é compatível com a área projetada. Destaco ainda, dr. Rouanet, aproveitando a presença de V. Exa. na Secretaria de Cultura da Presidência, que a sala de aula é um espaço cultural. Queremos contar inclusive com a participação da Secretaria da Cultura no projeto do MEC de revisão dos conteúdos mínimos nacionais, com vistas à necessidade de introduzir e dar sentido aos componentes culturais do currículo escolar. Seria desejável transformar a sala de aula em espaço cultural, configurando a indissociabilidade entre Educação e Cultura.

Embaixador Rouanet

Muito obrigado, estamos inteiramente à disposição para esse trabalho conjunto.

Aliás, eu acho que a coisa funciona nas duas direções: as atividades culturais podem estar a serviço também de atividades pedagógicas, assim como as atividades pedagógicas podem ser veiculadoras de conteúdos culturais. Agradeço muito a sua confirmação que, de fato, corresponde a um entendimento que eu venho mantendo a todo momento com o ministro Goldemberg que tem um entusiasmo especial, por exemplo, sobre os anfiteatros, uma das coisas que o presidente da República mais gostou quando visitou os Ciacs e pôde examiná-los na planta. Ficou entusiasmado com a presença dos anfiteatros, por exemplo, nos espaços audiovisuais e bibliotecas, de modo que essa originalidade importante deve ser mantida. Eu tenho a impressão de que isso vai acontecer, porque os dois ministérios estão absolutamente convencidos da necessidade de que as duas atividades devam andar juntas

Algumas Palavras sobre a Promoção Internacional da Literatura Brasileira

Marcio Souza
Diretor do Departamento Nacional do Livro

Apesar de todos os esforços dos órgãos do Governo brasileiro, ao longo da história, na verdade, a falta de um projeto nacional faz com que, em se tratando da presença cultural brasileira no estrangeiro, tudo seja aleatório, quase sempre a despeito do Governo, muitas vezes por mero acaso, na soma final, uma de nossas muitas demonstrações de insensibilidade e miopia política.

Eu comecei um pouco a entender nossa indiossincrasia numa conversa com dois autores ingleses durante um civilizadíssimo jantar. Desses que só acontecem em congressos de escritores de países do hemisfério norte. Bem, o congresso era em Toronto, no Canadá.

Falávamos sobre a sociedade de consumo, quando o romancista Malcolm Bradbury, exercitando o seu permanente sarcasmo, confessou que a diversidade de produtos oferecidos em Londres era tão grande, de tantas procedências, que para não se deixar enganar ele adotara o seguinte critério: só comprava produtos de países de que ele conhecesse, pelo menos, um bom poeta. Foi neste instante que o poeta Stephen Spender mostrou-se interessado na conversa e fez o seguinte comentário para mim:

> Nesse caso, meu caro, nenhum produto brasileiro jamais entrou na casa do sr. Bradbury.

O romancista nada respondeu, calando-se reveladoramente.

> É pena, sr. Bradbury. Porque justamente o Brasil tem hoje, sabe-se lá por que motivo — estávamos no começo dos anos oitenta — o maior poeta vivo que existe, — revelou enfaticamente Stephen Spender. — Ele chama-se Drummond de Andrade. Mas os brasileiros temem em manter o poeta escondido. Jamais entenderei os brasileiros.

A conversa mudou de rumo, o jantar acabou, mas as palavras do grande poeta de *The Edge of Being* ficaram na minha cabeça. Os ingleses, é claro, estavam certos. Promover a cultura de um país no exterior não é questão de cultura, nem mesmo, se me permitem, de diplomacia; é *business*, é negócio. É problema de confiabilidade, de guardar instantânea identidade num mercado mundial cada vez mais duro e competitivo. Ao seu modo, a lógica de Bradbury era perfeita. Quem em seu perfeito juízo compraria um videocassete fabricado em Burkina Faso?

Por outro lado, a observação do poeta Stephen Spender queria dizer que pelo menos já temos matéria-prima para trabalhar. Não vamos começar da estaca zero.

Os japoneses, por exemplo, sabiam muito bem da barreira lingüística quase intransponível do idioma na divulgação de sua literatura. Por isso, esqueceram o liberalismo e criaram uma instituição oficial só para traduzir para as línguas européias, editar e distribuir a literatura japonesa. A instituição chama-se Kodansha Internacional, e muito tem feito para que o Ocidente conheça a extraordinária literatura daquele país.

Enquanto os japoneses agem, nós estamos retrocedendo. Tudo o que foi conquis-

tado, por esforço individual, diga-se de passagem, pelos escritores brasileiros nos anos 70 e 80, está sendo perdido. No ano passado, o Departamento Nacional do Livro abriu inscrições para as bolsas de traduções de autores brasileiros. Cinqüenta bolsas foram oferecidas, mas somente treze editoras se candidataram. No mesmo ano de 1991, apenas cinco livros de autores brasileiros foram traduzidos nos Estados Unidos. Na França, sob o pretexto da recessão, as editoras eliminaram de seus catálogos as coleções latino-americanas, cancelando contratos de edições já firmados com vários autores brasileiros, inclusive *O sorriso do lagarto*, do meu amigo João Ubaldo Ribeiro. Na Espanha, a literatura brasileira, praticamente, desapareceu. Não vou fazer o levantamento inverso porque vai ficar muito feio. De qualquer modo, se examinarmos o catálogo de obras de autores brasileiros editadas em francês, organizado pela professora Estela dos Santos Abreu, aqui presente, com registro desde o século passado até hoje, isto significa apenas dois anos de traduções de autores franceses no Brasil.

Então pergunto-me: o que estamos fazendo com uma literatura nacional de quatrocentos anos de história? Não servirá de lastro para nada, nem mesmo para nossas exportações de suco de laranja?

Quando começamos a reorganizar a estrutura do livro com a criação do Departamento Nacional do Livro, criamos uma seção de divulgação da literatura brasileira no estrangeiro, para entrar nesta arena violenta do mercado internacional das feiras internacionais e do mundo editorial, aí fora. Mas percebemos que era curioso porque o Brasil tinha uma posição passiva em relação à sua proporção. Na verdade, ainda hoje, para se enviar ao estrangeiro um funcionário do programa de difusão da literatura, é preciso que ele primeiro seja convidado. Nós não podemos tomar uma atitude realmente agressiva de ir lá onde está acontecendo a promoção. Nós temos que esperar que venha um convite qualquer. O serviço público exige que o servidor saia do país com o convite. Há uma concepção que desconhece a agilidade e a importância do mercado internacional.

Mas a resposta do poeta Stephen Spender tinha uma coisa a ver com a realidade. O mal é escondermos nossa produção cultural como se a difusão no estrangeiro fosse apenas assunto individual, coisa do artista, do escritor, do poeta. Escamoteamos dos leitores internacionais nossos autores e depois ficamos perplexos quando o rótulo que nos colam por esse mundo afora é o de queimadores de florestas, matadores de índios e violentos foliões de um carnaval agônico e dispendioso.

Trata-se de uma imagem tão inconveniente, tão injusta, mas tão entranhada no mundo, que quando uma editora estrangeira edita um autor brasileiro, este livro não vai para a mesa daquele crítico literário respeitado por sua erudição, mas para as mãos daquele resenhista que trata de textos exóticos, como livros sobre turismo erótico na Malásia, ou culinária da Papuásia.

O velho poeta inglês, que lia Carlos Drummond de Andrade, com muita dificuldade, confessou não entender os brasileiros. Talvez não seja o caso de entender mesmo. Mas não posso deixar de terminar fazendo um pergunta: você compraria um computador fabricado por um exterminador de criancinhas de ruas?

Trabalho do Tradutor

Lia Wyler
Presidente do Sindicato Nacional dos Tradutores

Fico muito satisfeita por ter sido convidada para participar desta discussão sobre os problemas do livro, juntamente com os demais produtores de livros. É a primeira vez em nosso país, creio eu, que ocorreu, numa discussão desta amplitude, a presença visível do tradutor. Isto é: até hoje, o tradutor tem tido a característica de ser invisível, e a minha presença aqui é uma prova de que ele está se tornando visível.

Quando se fala em tradutor, sempre se pensa nos grandes expoentes: num Ivo Barroso, num Antônio Houaiss, num Ivan Junqueira. É em grandes nomes da literatura nacional que se pensa, ao falar em tradução. Esquece-se, assim, que o Brasil é um país em que mais de 60% da produção editorial se constitui de obras traduzidas, representando um enorme trabalho anônimo, que não aparece na grande imprensa. É aquele trabalho quotidiano, que ninguém percebe. O Sindicato Nacional dos Tradutores (Sintra) é o representante dessa categoria de profissionais anônimos, categoria cujo trabalho é aquela ponte necessária entre os idiomas.

José Paulo Paes – poeta, ensaísta e tradutor — conta que Monteiro Lobato, depois de viver durante quatro anos nos Estados Unidos como nosso Adido Comercial, ao regressar ao Brasil em 1931, se dedicou a traduzir. Nascia, dessa forma, há sessenta anos atrás, o modelo sustentado pela indústria livreira, em que o tradutor *aluga* o seu intelecto, sem contrato nem direitos autorais, obrigando-se a produzir uma média diária de vinte laudas traduzidas e dois a três livros por mês! Isso, como não podia deixar de ser, resulta em visíveis prejuízos para a qualidade dos livros e para a cultura brasileira.

De Lobato a nossos dias, muito pouco têm-se ocupado nossos governos com os problemas de tradução e tradutores. Isto, em um país onde tudo aquilo que se veste, come, usa e lê é tradução do Primeiro Mundo. Nossa indústria sequer teria saído do papel, não fossem as traduções de contratos, manuais de montagem e catálogos de peças. Só para ilustrar: um texto fundamental para a compreensão do ofício de traduzir, como *Traducción, literatura y literalidad*, de Octavio Paz, demorou exatamente vinte anos para ser traduzido e publicado! Este é o país em que se finge que o tradutor não existe: em que se afirma que se lêem apenas os originais estrangeiros; em que se omite o nome do tradutor nas resenhas de jornais e revistas, nas bibliografias universitárias e até mesmo nos catálogos das editoras...

As iniciativas para valorizar o tradutor e seu trabalho têm partido de meia dúzia de instituições culturais, além, é claro, dos próprios tradutores como categoria de profissionais liberais, reconhecida por portaria ministerial de 1988. Chamo a atenção para este detalhe porque, ainda outro dia, um editor comentou comigo que "só no Brasil era possível existir um sindicato de *free-lancers*". Eu então argumentei: "Mas que *free-lancers*? Nós, tradutores, somos profissionais liberais!"

Um exemplo de uma dessas raras iniciativas de valorização do nosso trabalho foi dado pela PUC-RJ, que, em 1969, instituiu um curso pioneiro de tradução em nível universitário, como especialização do bacharelado de Letras, de molde a oferecer aos futuros tradutores os desejáveis conhecimentos teóricos e técnicos para lidar com as nuanças da arte de traduzir. Hoje, temos no Brasil 22 cursos desse tipo. Outra inicia-

tiva pioneira da PUC-RJ foi a realização do I e do II Encontros Nacionais de Tradutores. Idealizado para ocorrer a cada dois anos, o Encontro de 1990, na USP, constituiu-se num evento de Primeiro Mundo. Porém — sinal dos tempos — o Encontro de 1992, que seria promovido pela Universidade Federal de Ouro Preto, foi cancelado, por falta de verbas...

Mas, mesmo diante da carência de verbas oficiais, o grupo de tradução da ANPOLL — Associação Nacional de Pesquisas em Literaturas e Letras, que funciona na área acadêmica, já vem, há algum tempo, pesquisando seriamente o assunto. Tal seriedade levou à recente fundação da Associação Nacional de Pesquisadores de Tradução, o que é uma primeira tentativa, um primeiro esforço para se criar uma teoria de tradução brasileira, levando em conta as especificidades do país.

Também fruto da iniciativa privada foi a criação, em 1974, da Associação Brasileira de Tradutores, sob a presidência de Raimundo Magalhães Júnior, com a finalidade (e isto consta de seus estatutos) de aprimorar a qualidade profissional da tradução entre nós. Posteriormente, a Associação se transformou no Sindicato Nacional dos Tradutores, entidade que congrega tradutores técnicos, de filmes e vídeos, intérpretes de conferências, tradutores e intérpretes juramentados e tradutores de livros. Este último é o único segmento da categoria que vem sofrendo declínio, em vista da adversidade das atuais condições de trabalho e da baixa remuneração.

Cada curso de tradução forma uma média de 60 a 80 alunos por ano. Desses, apenas quatro a seis por turma conseguem ingressar no mercado, predominantemente nas áreas industrial e comercial, ao invés da editorial, como seria de esperar. Digo isto porque eu mesma tenho recebido pedidos de editores para lhes indicar tradutores, pois eles não estão mais conseguindo tradutores capazes de fazer um trabalho eficiente.

Para dar uma idéia da situação deste profissional do setor livreiro, basta mencionar que, enquanto o tradutor norte-americano recebe 21 dólares por lauda traduzida, ao brasileiro são pagos apenas um dólar e 63 centavos. Nos demais setores industriais e comerciais, respeita-se o piso de 8 dólares e 17 centavos por lauda, votado pela categoria em Assembléia Geral de 17/12/91. Tal disparidade é tanto mais chocante quando se sabe que um livro tipo brochura custa em média, no Brasil, o mesmo preço de um *hard cover*, nos Estados Unidos: 12 dólares.

Minha intenção inicial era estabelecer um quadro comparativo com outros países como a França, a Alemanha, a Federação Russa, o México e a Argentina. Mas as respostas aos nossos faxs não chegaram com a brevidade esperada. Fica aqui registrada, portanto, em toda a sua eloqüência, apenas o exemplo norte-americano.

Excetuando-se, no caso brasileiro, as concessões do Governo Federal para a abertura dos já citados cursos universitários de tradução, pertencem ao Sintra as iniciativas para manter os tradutores informados das discussões, dos estudos acadêmicos e dos avanços da profissão. Ainda não possuímos um periódico específico de nossa área, porém estamos nos esforçando para criá-lo. O Sintra mantém a melhor biblioteca especializada em tradução do Rio de Janeiro e talvez do país: são apenas 800 volumes, mas é um mínimo superior ao da Biblioteca Nacional, com seus sete volumes, e ao da PUC, com 32 publicações, entre teses e livros. Que me desculpe o presidente Affonso, não é para machucar, mas eu fiquei escandalizada quando vim pesquisar na BN e encontrei apenas sete volumes ..

O embaixador Sérgio Paulo Rouanet: Mas isso é uma coisa pessoal... Eu notei, na sua voz...

A palestrante: Eu contei. Eram sete. Na realidade, no catálogo constavam 47

títulos, incluindo cartilhas do idioma xavante, livros do Bruno Bettelheim, obras de pedagogia, traduções de Ovídio... Mas sobre teoria e técnica de tradução só havia sete livros.

Embaixador Rouanet: Eu tenho um livro sobre teoria da tradução, do Walter Benjamin.

A palestrante: O senhor me empresta?

Embaixador Rouanet: Empresto.

A palestrante: Estou precisando desesperadamente deste livro. Não sei se o Sintra o tem.

Assumi em novembro e ainda não consegui passar em revista tudo o que existe lá. No nosso sindicato toda a diretoria é voluntária, não recebe nenhuma ajuda de custo. Então é preciso traduzir, continuar traduzindo, continuar levando a vida normal e ainda dedicar algum tempo ao Sindicato.

Mas, voltando ao que eu dizia antes, é o Sintra que tem promovido cursos básicos para o aperfeiçoamento do tradutor, tanto para o egresso da universidade como para o autodidata, com apoio de fundações e entidades privadas. Em abril deste ano, promovemos, em co-realização com a Biblioteca Nacional e com apoio das editoras Record e Rocco, um bem-sucedido curso de português para tradutores. Temos mais três programados para 1992, ainda sem patrocínio. Quero ressaltar que o Sintra, embora filiado à Federação Internacional de Tradutores — que é um órgão consultivo da Unesco e é uma organização não-governamental de categoria "A" —, subsiste exclusivamente com o que arrecada em anuidades de seus associados. Sem dúvida, gostaríamos de contar com um maior apoio do Governo Federal.

O Sintra gostaria de que o Governo Federal nos cedesse um dentre as centenas de imóveis que estão sendo alienados na cidade do Rio de Janeiro, para nele instalarmos nossa sede, a biblioteca e um auditório para cursos mensais.

O Sintra gostaria também — apenas *gostaríamos*, não estamos *exigindo* nada — de receber ajuda para atualizar a biblioteca, para tornar viável a publicação de um jornal de tradução, para editar uma bibliografia abrangente sobre tradução.

O Sintra gostaria de que o Governo Federal oferecesse bolsas de viagem e de estudos para os tradutores que quisessem manter-se "afinados" com as constantes mutações que ocorrem nas línguas que eles traduzem. Isto, aliás, poderia ser realizado dentro de um sistema de trocas, já que nós oferecemos bolsas para tradutores estrangeiros virem se atualizar no Brasil.

O Sintra gostaria, enfim, que as universidades não precisassem mais cancelar os encontros nacionais de tradutores por falta de verbas. Assim, poderíamos discutir não só os problemas teóricos e práticos da tradução, mas também uma política menos danosa à nossa categoria e à cultura nacional.

Tenho boas razões para enfatizar esta questão da política danosa à cultura nacional, no que se refere à situação da tradução e dos tradutores. A minha preocupação é o idioma português, a qualidade da língua que falamos e escrevemos, a contratação de tradutores não capacitados. E não digo, com isso, que a capacitação deva vir apenas do curso universitário, não. Todo usário de um serviço tem o direito de exigir uma prova de capacidade do profissional que está contratando. Então, quando vemos por aí traduções malfeitas, pelas quais *todos os tradutores* são estigmatizados pela imprensa,

isso nada mais é do que o fruto dessa danosa política de se encontrar o tradutor mais barato, aquele que aceita o pagamento mais vil pelo seu trabalho. Já existem porém algumas editoras que vêm aplicando testes, exigindo prova de capacidade para contratar tradutores. Isso teria que ser uma norma constante. Não é possível que uma classe inteira sofra degradação e desprestígio porque meia dúzia de editores cultiva o péssimo hábito de dar os serviços de tradução ao primeiro despreparado que aparece, ou àquele que aceita o pagamento mais baixo.

Outro problema a ressaltar é que essas pessoas despreparadas têm a tendência a fazer traduções literais, ou seja, ao pé da letra. Com isso, é a nossa cultura que sofre, porque a tradução literal sobrepõe estruturas estrangeiras às de nossa língua, uma "colagem" na cultura nacional. Daqui a pouco, não estaremos mais falando nem escrevendo português. Na verdade, nem sei o que vamos falar... Quem sabe uma língua universal, muito mais viva, muito mais atuante?

Mas toda a contribuição que poderíamos dar a essa língua universal está sendo diluída pelas más traduções. Isto porque mais de 60% dos livros que se lêem no Brasil são obras traduzidas. E quanto às traduções que chegam às universidades para os pobres coitados dos estudantes lerem? Fico admirada que eles consigam extrair alguma coisa delas, porque eu própria tenho muita dificuldade para entender o que está escrito no português desses livros. Realmente, não sei como é que os estudantes entendem. São uns gênios!

Muito obrigada.

Embaixador Rouanet

Achei ótima a sua exposição. Estava interessantíssima e muito desafiadora. Gostei de quando você falou da necessidade de traduções alfabetizadas, digamos, um dos grandes problemas nas traduções. Você pôs o dedo exatamente no ponto sensível que é contratar profissionais despreparados. E despreparados de três diferentes formas. Do ponto de vista da língua de partida, pessoas que não sabem nem inglês, nem alemão ou francês. Pessoas que não sabem o português. E do ponto de vista do que está sendo traduzido. Esta tríplice ignorância que leva a traduções muitas vezes completamente desbaratadas. Tenho uma experiência pessoal na tradução das obras completas de Freud. Quando as obras de Freud estavam para cair no domínio público, fui abordado por alguns editores e psicanalistas para tentar fazer uma revisão, tentar promover, coordenar uma nova tradução, diretamente do alemão, das obras completas de Freud. Para fazer isso, tive que tentar olhar um pouco o que havia, o que passava no Brasil como tradução de Freud. Era a chamada *standard edition* brasileira, graficamente bem apresentada, um livro de capa dura de aspecto decoroso, como diria o meu carríssimo amigo Antônio Houaiss, um conjunto absolutamente surrealista de disparates de todo tipo. Quer dizer, supostamente a tradução teria sido feita a partir do alemão, na verdade foi feita a partir da *standard edition* inglesa, o que é uma primeira distorção, porque a *standard edition* inglesa é correta, talvez do ponto de vista do inglês, mas contém uma interpretação pessoal a partir de vários termos freudianos, uma interpretação biologizante de Freud. O termo como pulsão, por exemplo, é traduzido por instinto, porque na época se duvidava das respeitabilidades científicas da psicanálise. Portanto, quanto mais biologizante o termo, mais se julgava que a tradução seria bem aceita. Então, a tradução brasileira foi feita primeiro de uma tradução do alemão para o inglês, já em si problemática. Segundo, foi feita por pessoas que não sabiam inglês. Terceiro, foi

feito por pessoas que não sabiam português. E quarto, por pessoas que não entendiam de psicanálise. Então, é uma superposição tão kafkiana de incompetência que faz a gente se desesperar de um dia encontrar no Brasil um trabalho de bom nível de tradução. De modo que as sugestões que você faz, que eu tenho, que você resumiu, que você expôs oralmente, que você resumiu nesse papel que está na minha frente, me parecem da maior importância. Gostaria de dar ênfase especial à sugestão dos cursos de português. Gostaríamos de ter não pessoas que escrevessem como Antônio Vieira ou necessariamente como Antônio Houaiss, mas que pelo menos soubessem utilizar a crase.

A Questão dos Direitos Autorais

Marcio Cataldo Reis
Assessor-chefe da Assessoria Jurídica da Fundação Biblioteca Nacional

Quase cem anos, mais precisamente em 1888, com o advento da Lei nº 496, o gozo da titularidade autoral vigia por cinquenta anos a contar do registro da obra. Desde então já surgia a Biblioteca Nacional como figura primordial no universo do direito autoral brasileiro, porquanto tal registro, por força do artigo 13 da Lei nº 496, era feito aqui.

Após a edição do Código Civil Brasileiro, em 1917, a matéria sofreu sensível modificação, uma vez que o limite da proteção do autor e dos herdeiros passou a ser de sessenta anos, a contar da morte do autor (arts. 649 a 673).

Também foi suprimida a obrigatoriedade de registro, e a titularidade da obra passou a ser declaratória, fato, aliás, que reforça a tese da necessidade de registro como garantia do autor, para usufruir de seus direitos, o que também encontramos na Lei nº 5.988 de 73, atual Lei do Direito Autoral, quando aduz em seu artigo 17 que, para segurança de seus direitos, o autor poderá registrar suas obras, conforme a natureza, na Biblioteca Nacional, Escola Nacional de Música, Escola Nacional de Belas Artes ou Cotea.

Mais recentemente encontramos outra garantia do direito do autor no inciso XXVII do artigo 5º da Constituição Federal.

É, na verdade, autor da obra, em tese, aquele que indicar essa qualidade, salvo se, feitas as provas em direito admitidas, for contrariada a identificação da autoria.

Para as obras em colaboração, os direitos são de todos os autores.

Em obras executadas por dever funcional, ou contrato de trabalho, os direitos autorais são de ambas as partes, salvo convenção em contrário.

Os direitos do autor são divididos em dois pontos:

Patrimonial: é o uso econômico da obra.

Moral: é o direito de invocar a paternidade da obra, autorizar sua modificação, conservar seu ineditismo etc.

Somente o direito patrimonial é passível de alienação.

A cessão de direitos proíbe o autor de utilizar a obra economicamente, podendo ele apenas receber *royalties*. A cessão não impede o autor de introduzir modificações na obra.

A cessão de direitos deverá ser objeto de um contrato entre o autor e o cessionário, estipulando as condições da transação. E esse contrato para produzir seus efeitos deverá ser averbado.

A cessão termina com a morte do sucessor do autor falecido, por decurso de prazo do contrato, por rescisão ou nulidade do contrato e por uso indevido da obra.

A Lei do Direito Autoral, na verdade, é lenta e há ainda sanções civis e administrativas para a violação dos direitos, dentre várias outras, chegando até à perda de todos

O direito autoral, na verdade, é um bem móvel, e deve ser inventariado como tal, para gerar direitos para os sucessores do autor.

A Lei do Direito Autoral elenca prazos de proteção legal. O prazo mais importante é o de sessenta anos após a morte do autor. Existem ainda prazos mais específicos, como a lei só de 25 anos. É importante lembrar que há também o caso dos autores falecidos, que não têm deixado sucessores, dos autores desconhecidos, transmitidos por tradução oral. Na verdade, a finalidade do registro no direito autoral é dar ao autor segurança quanto ao direito a sua obra.

Alguns pontos devem ser ressaltados. Em primeiro lugar, o registro firma presunção *iuris tantum* com relação à autoria. Em segundo, acentua-se o seu caráter imperativo na hipótese da cessão dos direitos patrimoniais do autor, a qual, para valer perante terceiros, terá que ser averbada à margem do registro.

Hoje temos, no Congresso Nacional, dois projetos de lei que vão modificar a Lei do Direito Autoral. A Biblioteca Nacional, junto com a Secretaria de Cultura, tem feito esforços no sentido de participar da elaboração da tramitação desse projeto de lei, para que se possa conseguir um texto que atenda aos anseios tanto da Biblioteca quanto de toda a categoria

Intervenção do embaixador Rouanet

Realmente existe uma Coordenadoria de Direitos Autorais, na Secretaria da Cultura, que estuda os direitos autorais em seu conjunto. Não apenas os direitos autorais relacionados com o livro, mas também os relacionados com disco e com todos os veículos e instrumentos de expressão protegidos pelos direitos autorais. A referência à legislação que está atualmente tramitando no Congresso é algo muito apropriado. Existem projetos de lei que estão rolando já há algum tempo. Tenho a impressão de que chegou o momento de a gente, em colaboração com o Poder Legislativo, chegar a um texto que reflita os interesses de todo mundo.

Eu fui contactado recentemente pelo deputado José Genoíno que tem pelo projeto um interesse especial e tenho certeza de que, conversando com ele, conversando com outros parlamentares que têm também idéias a respeito, poderemos chegar, através dessa cooperação entre o Executivo e o Legislativo, a um texto que seja satisfatório do ponto de vista da proteção do autor, seja ele escritor ou músico ou o que seja.

Bibliotecas Particulares

Plínio Doyle
Bibliófilo e Ex-diretor da Biblioteca Nacional

As bibliotecas particulares sempre existiram, existem e existirão pelos séculos afora. A paixão, o amor, a mania pelo livro continuarão a levar o homem a colecioná-lo, enquanto houver cultura e civilização.

Colecionar livros pode muito bem não passar de um *hobby*. Mas o colecionador particular precisa dispor de vários predicados, que são indispensáveis ao bom trabalho, seja qual for o *hobby* escolhido. Não irá muito longe aquele que se aventura a começar uma coleção irrefletidamente, sem basear-se em certas normas.

No meu modo de ver, são itens úteis e necessários, a serem observados por todo bibliotecário particular, os seguintes:

a) escolha de um assunto ou matéria;
b) poder de compra;
c) tempo disponível;
d) persistência, paciência e confiança; e, acima de tudo,
e) conhecimento do assunto ou matéria escolhida.

Conheço muitas bibliotecas particulares, tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo, nas quais se coleciona de tudo, num ecletismo quase perfeito. Um matemático, que aprecia literatura, coleciona (junta) os dois assuntos. Um médico mescla medicina e poesia em suas estantes. Um escritor, fluente em vários idiomas, reúne obras das literaturas brasileira, inglesa, francesa e outras — o que, no fundo, dá mau resultado, pois tal "reunião" acaba virando um saco de gatos. Em qualquer destes exemplos, como se pode ver, o resultado final não é uma biblioteca, mas um amontoado de livros.

Aí está, em poucas linhas, o item básico para se ter uma boa coleção: o *assunto único*. Foi seguindo rigorosamente essa norma que consegui organizar, no decorrer de cerca de sessenta anos da minha já longa vida, uma biblioteca com uns 25 mil volumes só de e sobre literatura brasileira, incluindo livros, revistas, jornais e suplementos literários. Em 1988, essa biblioteca passou a integrar o acervo da Fundação Casa de Ruy Barbosa; encontra-se atualmente em fase final de catalogação e está à disposição do público para consultas, no Arquivo-Museu de Literatura da referida fundação. As obras em idiomas estrangeiros nela existentes são traduções de autores brasileiros, tais como Machado de Assis, Jorge Amado, Guimarães Rosa, Carlos Drummond de Andrade etc. Escritores de outras plagas — Balzac, Proust, Dostoiévski e alguns outros — somente são lá encontrados em suas edições brasileiras, nas excelentes traduções de Drummond, Manuel Bandeira, Mário Quintana, Paulo Rónai e Rachel de Queiroz, para mencionarmos apenas alguns.

O segundo item — o *poder de compra* — é bastante subjetivo. O capitalista apreciador da boa leitura pode pagar os dólares que forem exigidos por um livro de seu interesse. Já aquele ávido leitor, se suas posses forem medianas, fará um ou outro corte no seu orçamento, pedirá na livraria uma redução de preço ou procurará dar um "jeitinho", tudo por amor ao desejado e almejado livro.

O fator *tempo*, que está estreitamente relacionado com o objeto amado, também é de caráter pessoal e pode ser conseguido com o desejo da realização.

A *persistência* e a *paciência* nos obrigam a seguir o ensinamento de Camões: "*Ó fraqueza / Desistir-se da coisa começada.*" Ligada a estas duas qualidades, a confiança é imprescindível para que alguém venha a se tornar um bom colecionador particular de livros. E digo mais: confiança permanente, sem esmorecimento. O livro almejado, se bem procurado, será encontrado um dia, mais cedo ou mais tarde. Ele talvez nos chegue às mãos através de um amigo que se prontificara a ajudar-nos na procura. Ou, então, por meio daquele livreiro atencioso que anotara o nosso pedido, prometendo esforçar-se para encontrar a obra — no que, aliás, ele não terá feito nada de especial, pois a "raridade" vai aparecer no meio das centenas ou milhares de volumes que lhe chegam mensalmente à livraria! (Melhor dizendo: ao "sebo"...) E aí vem a história: "Sabe como é... Comprei, inteirinho, um lote de alto preço, só porque o seu livro tão desejado estava lá..." Então, não há escapatória. De que jeito você pode resistir a tamanho "esforço de reportagem" que, só por sua causa, o "sebista" fez?

Chegamos, então, ao item mais importante para o bibliotecário particular: o *conhecimento do assunto*. Trata-se de algo que só se obtém mediante a leitura diária de jornais e revistas (velhos e novos), bem como pelo exame detalhado de cada livro, ou seja, a verificação do prefácio, da biografia do autor e da bibliografia, sem esquecer, é claro, o colofão. É importante, ainda, guardar de memória os títulos, atentar para as diversas edições e tomar conhecimento das resenhas e notas críticas publicadas pela imprensa.

O bom colecionador deve manter-se a par do movimento literário. Isso pode ser conseguido com a freqüência — diária, se possível — às livrarias e aos "sebos", onde é indispensável o bom diálogo com os donos, gerentes e funcionários. Dentre as obras que diariamente chegam ao mercado livreiro, o amante da literatura, sentado no chão ou inclinado sobre uma pilha de livros, sempre acaba encontrando uma curiosidade, uma raridade, um título há muito procurado.

Mas exemplifiquemos. Nas bibliografias de Manuel Bandeira, as traduções que constam são as de *Maria Stuart*, de Schiller; de romances de Proust; e de obras de alguns outros nomes de alto valor cultural. Hoje em dia, porém, pouca gente sabe que foi Manuel Bandeira que traduziu *O tesouro de Tarzan* (de E. Rice Burroughs) e *Aventuras maravilhosas do capitão Corcovan* (de Alfred Assolant) para a Companhia Editora Nacional, em brochuras de capas multicoloridas, com grande aceitação pela mocidade da época. Só nos "sebos" se descobrem essas curiosidades e preciosidades... Foi assim que eu mesmo encontrei, em meio a um lote de cerca de dois mil opúsculos que haviam sido adquiridos pelo "mercador de livros" (e meu bom amigo) Carlos Ribeiro e por seu sócio Antonio Sant'Anna, a única obra de Joaquim Manuel de Macedo publicada sob pseudônimo: *Mazelas da actualidade*, em que o nosso romancista se assinou como "Mínimo Severo".

O "sebo" é o segundo lar do colecionador, mas não é tudo. É por isso que Drummond nos ensina, em seu "Soneto da buquinagem": "Buquinemos, amigo, neste sebo."

É necessário, como já dissemos, o conhecimento da vida literária, passada e presente, bem como a leitura atenta das publicações, pois é principalmente lendo que se adquire esse conhecimento. Quem, por exemplo, poderia dizer que a edição *princeps* de *O Guarani*, de José de Alencar, estava eivada de erros? Só o próprio autor, que, na segunda edição, fez essa declaração.

E como é importante a leitura dos prefácios! Só lendo as apresentações, as introduções ou os prefácios é que se irá encontrar, na primeira edição das *Poesias*, de

Machado de Assis (1901), o tremendo erro tipográfico da troca de um *e* por um *a*, na forma verbal *negara*.

Quem, se não tivesse o hábito de esquadrinhar os livros de cabo a rabo, descobriria, no romance *Flor de sangue*, de Valentim Magalhães, uma errata que diz o seguinte: "... e à página 285, 4ª linha, onde se lê 'estourar os miolos', leia-se 'cortar o pescoço'"?

Não fosse a consulta a determinado dicionário, quem encontraria, na letra R, o nome de Manuel Antônio Álvares de Azevedo? O problema é que Machado de Assis iniciou um parágrafo assim: "Relê Álvares de Azevedo... ", e o nosso grande poeta romântico passou a se chamar *Relê Álvares de Azevedo*! Esta barbaridade está no *Dicionário das personagens de Machado de Assis*, de autoria de Francisco Pati, publicado em 1939, por ocasião do centenário de nascimento de Machado. E o mais grave ainda é que esse dicionário teve uma segunda edição, sob o patrocínio do Conselho Estadual de Cultura de São Paulo, na qual o gravíssimo erro foi mantido — o que demonstra que, no caso, não se fez uma leitura prévia cuidadosa.

Mas voltemos ao item paciência, que é algo indissociável da atividade de um bom colecionador. Há que ser paciente, e muito, para ir semanalmente à banca de jornais, comprar os números das revistas e guardá-los para futura encadernação, agindo da mesma forma no que se refere aos suplementos literários. Na minha biblioteca, pode ser consultada a coleção em 23 volumes do ótimo *Suplemento do Estado de S. Paulo*, reunindo mais de 1.100 fascículos publicados aos sábados; o *Suplemento de Minas Gerais*; e o conhecido *Caderno de Sábado*, encartado no *Correio do Povo*, de Porto Alegre. Vejam quanta paciência eu tive para comprar, juntar e conservar tudo isso...

Por último, quero ressaltar um item importante: a sorte. Todo colecionador, como bom bibliômano, deve examinar e conservar os fascículos avulsos de qualquer publicação que encontre nos "sebos", para futuro aproveitamento. Assim foi que eu sempre agi. E a sorte me ajudou.

O caso é que possuía comigo, avulso, o nº 5 de *Tyfuzinho*, uma revista infantil do início deste século, dirigida pelo escritor Viriato Correia. Há anos eu guardava esse exemplar único. Pois bem. Um belo dia, vasculhando as prateleiras da loja do meu caro amigo, o "sebista" Roberto Cunha, deparei um volume encadernado da coleção desse velho "gibi". Ao lhe perguntar quanto custava aquela raridade, o Roberto me respondeu: "Sinto muito, Doyle, mas não posso lhe vender a *Tyfuzinho* como coleção completa. Está faltando o nº 5." Hoje, graças à buquinagem e à atenção que tive (além da ajuda da sorte, é claro), pude resgatar integralmente essa preciosidade da nossa literatura de entretenimento infanto-juvenil.

Embaixador Rouanet

Plínio, acho que você deve ter percebido, pela intensidade e duração dos aplausos, que agradou. Foi uma das exposições mais interessantes e inteligentes que tivemos oportunidade de ouvir. O José Mindlin estava dizendo há pouco que a sorte é realmente um ingrediente necessário nessa carreira de colecionador e caçador de livros. Ele estava até propondo enriquecer a agiografia tradicional, criando a figura da "Nossa Senhora do Livro Velho". Fica a sugestão para o cardeal arcebispo do Rio de Janeiro nos seus entendimentos com o Vaticano.

Por falar em sorte, talvez o exemplo mais extraordinário, em matéria de velhos alfarrábios, foi a histórica descoberta de um buquinista de Paris dos originais, em francês, de um texto até então considerado perdido de Diderot.

O texto foi redigido e manuscrito, enviado a algumas cortes européias no final do século XVIII, chegou a Alemanha, foi traduzido em alemão, lido por Goethe que considerou o texto uma obra-prima. Foi mencionado por Hegel na *Fenomenologia do Espírito* e não se tinha a menor idéia do original francês. O original francês era dado por perdido todo o século XIX e os franceses só puderam ler esse texto a partir de uma tradução do alemão para o francês, até o momento em que um pacífico funcionário público, no final do século XIX, saiu de sua repartição e foi fazer a sua expedição habitual pelos buquinistas dos cais de Paris e descobriu, numa seção com velhos manuscritos, um texto de Diderot que ele conhecia por ser um pesquisador. Examinou, era nada mais nada menos que o original perdido de Diderot. Certamente a Notre Dame de Vieux Livre funcionou e prestou seus serviços pela primeira vez. Acho que todos nós precisamos desse tipo de sorte.

Falando agora num registro um pouco mais sério no que diz respeito a bibliotecas, tenho notado que está se repetindo, com uma freqüência bastante grande, o fato de que determinadas bibliotecas ficam disponíveis para o público depois, em geral, do falecimento do seu proprietário. Coloca-se sempre o problema: o que se fazer depois com esses livros? Isso aconteceu com a biblioteca do Merquior que, no caso, encontrou um final feliz porque foi comprada pelo Banco do Brasil. Está acontecendo com a biblioteca de Afonso Arinos. Existe o problema do Afrânio Coutinho, que está querendo desfazer-se da sua extraordinária biblioteca na oficina literária. Em cada caso se tentam soluções casuísticas ou os livros são levados a leilão. Agora mesmo temos o caso da biblioteca do general Golbery. Ou os livros são levados a leilão ou repassados a universidades, instituições privadas; geralmente saem da cidade de origem e são desmembradas, o que vai um pouco contra a intenção original dos proprietários dessas bibliotecas. Eu me pergunto se não poderíamos, apenas como sugestão e como lembrete para nós mesmos, no Governo, na Secretaria de Cultura — e isso se dirige especialmente ao Affonso — pensar num sistema especial que nos permita lidar com esse problema. Não seria possível pensarmos num fundo especial para a aquisição desses livros? Poderíamos ficar, creio que espaço não faltaria na Biblioteca Nacional, sobretudo agora que o Affonso, com a sua diligência habitual, está ampliando este espaço pela aquisição de anexos, no cais do porto e outros lugares. A gente poderia pensar num sistema que permitisse a aquisição — por exemplo, a Biblioteca Nacional ou outras instituições, a Casa de Rui Barbosa e outras instituições — para impedir o desmembramento dessas bibliotecas, que passam a ter uma vida própria. Uma biblioteca é muito mais, é um desses casos em que o todo é muito mais que a soma de suas partes. Uma biblioteca é uma totalidade viva que não deveria ser desmembrada. Então, fica um pouco como lembrete para nós mesmos essa idéia. O Affonso talvez queira comentar isso: a possibilidade de um fundo qualquer dotado de recursos financeiros adequados para que o Governo possa fazer a compra ou repasse, através de convênios com universidades e a Biblioteca Nacional ou outra instituições, proporcionando um espaço físico para abrigar esses livros. Existe alguma coisa nesse sentido Affonso, você já pensou?

Affonso Romano

Evidentemente que esse assunto nos preocupa a todos. Lembro-me de uma conversa, que tive com José Mindlin a esse respeito. Ele dera uma entrevista dizendo que havia pensado em criar uma fundação que fosse herdeira de sua biblioteca. Seu neto, ouvindo essa conversa, disse: — Ah! *O vovô não vai fazer isso nunca, porque ele sempre*

esquece de fazer isso. Como se ele não tivesse um tempo dedicado a isso, no caso do Mindlin e no de vários colecionadores importantíssimos. Creio que a gente poderia fazer o seguinte: em seguida a essa reunião geral aqui faríamos várias reuniões setorizadas com proprietários de bibliotecas, porque há possibilidade de descobrirmos mecanismos para que essas bibliotecas continuem a existir. Evidentemente que a idéia mais utópica, mais rápida, que me veio à cabeça algum tempo atrás, seria conseguir com o Governo, e não é difícil, um prédio no Rio de Janeiro onde instalaríamos todas essas bibliotecas raras, importantes. Há vários prédios do Governo disponíveis aí e isso seria viável. Seria necessário, no entanto, que se criasse uma fundação em torno disso. Seria muito bonito que tivesse um andar de Plínio Doyle, um de José Mindlin, um para o Paulo Geyer etc. Acho que há outros mecanismos. Inclusive porque o colecionador fica gastando o seu dinheiro e depois a sociedade acha que ele tem de dar aquilo de presente para o Governo, tem de dar de presente para alguém. Não tem de dar de presente a ninguém, ele investiu a vida inteira. Acho que o Governo ou alguém tem de pagar e tem de dar um grande desconto para que isso se incorpore ao patrimônio público. Acho que uma reunião com esses especialistas começaria a encaminhar o assunto, economicamente, como quer o secretário, já que se trata do livro como objeto econômico e não como florilégio, uma coisa imponderável.

Josué Montello

Senhor embaixador, meu querido amigo, eu tenho sobre o problema uma certa experiência. A Biblioteca Nacional tem algumas coleções, que são coleções particulares, uma delas extremamente importante, que é a biblioteca de Nogueira da Silva. Ele era um cidadão que passou a vida inteira a coletar tudo quanto se referisse a Gonçalves Dias. Seu desejo era fazer a grande biografia de Gonçalves Dias. Nogueira da Silva, tinha na Rua Visconde do Rio Branco, perto da Praça Tiradentes, um apartamento unicamente voltado para a glória de Gonçalves Dias, com bustos, quadros, manuscritos, primeiras edições, música. Tudo quanto se referisse a Gonçalves Dias, ele havia reunido nesse pequeno apartamento. Um belo dia, Lúcia Miguel Pereira, que havia acabado de publicar um grande livro sobre Machado de Assis, anunciou numa entrevista o seu propósito de escrever uma biografia de Gonçalves Dias. Saiu esta notícia e à noite, em sua casa, apareceu um cidadão pequeno, andando um pouco nervoso. Tocou a campainha. Abriram e ele disse:

> (...) Eu sou Nogueira da Silva e gostaria de dar uma palavra com d. Lúcia Miguel Pereira. Dona Lúcia, li o seu livro sobre Machado de Assis. É muito bom. Li agora a notícia de que a senhora desejaria fazer uma biografia sobre Gonçalves Dias. Ele ainda não teve a biografia correspondente ao seu gênio, porque a existente, que figura no panteon maranhense de Antônio Leal, é incompleta, não dá a dimensão da glória de Gonçalves Dias, e eu reuni todos esses papéis, todos esses livros, e vim aqui dizer à senhora que tudo isto está na Rua Visconde do Rio Branco, nesse apartamento cuja chave eu venho entregar à senhora. A senhora pode dispor de tudo isto para fazer esse livro.

E realmente foi um livro monumental que ela escreveu sobre Gonçalves Dias. Pois bem, passam-se os tempos, morre Nogueira da Silva, a Biblioteca Nacional adquiriu esta coleção, que teve o destino análogo ao destino da Biblioteca de Coelho Neto, da Biblioteca de Pedro II que, com exceção dos livros, naturalmente raros, se incorporam

ao acervo geral, de maneira que se perdeu o dimensionamento desse acervo meticulosamente reunido pelo maior sabedor da biografia gonçalvina. Essa sugestão, dada pelo Affonso, realmente corresponde ao desejo de todos nós. Mas há também uma experiência complementar. É aquela que está num livro de um dos irmãos Goncourt, Edmund. Um livro que se chama *La maison d'un artist*. Muito bem, no fim da vida, Edmund Goncourt, que passara toda a existência a reunir desenhos, livros, manuscritos, tudo aquilo a que se referisse à história cultural, ficou nas pontas desse dilema: ou montaria esta coleção e ela teria que ser destinada a uma fundação, a uma academia, a uma instituição qualquer que a preservasse no seu conjunto; ou, então — entrou aí o espírito do homem que trazia na memória as emoções vividas por ele, como a preocupação de reunir sua coleção — decidiu restituir as emoções que havia recebido, transferindo seus livros para que fossem vendidos, um por um, a fim de que outros colecionadores pudessem ter a emoção que havia tido e que conservava na sua memória, como uma das alegrias da vida. Este depoimento está no prefácio desse livro, *La maison d'un artist*, que pode ser encontrado aqui na Biblioteca Nacional.

Plínio Doyle

Isso foi o que fez o monsenhor Nabuco, não é, Montello? A mesma coisa fez o monsenhor Nabuco. Mandou por testamento vender nas livrarias para que os outros tivessem, como ele teve, a mesma alegria.

Vista geral do seminário de Economia Política do Livro, na sala de Obras Raras

SITUAÇÃO DO ESCRITOR BRASILEIRO HOJE

(Texto lido pelo secretário de Cultura, Sérgio Paulo Rouanet)

Antônio Houaiss

É — em conjunto — má, pois o escritor — como criador de poesia, ficção, ensaio, ciências, técnicas, por via escrita — depende basicamente da editoração. E a editoração no Brasil — salvo em certos setores didáticos ou religiosos — nunca foi bem, embora tenha fruído de momentos menos maus.

Se se repassa a história literária do Brasil, não surpreenderá o fato de que poucos foram não os escritores que viveram da pena, senão os escritores que por vezes lograram direitos autorais, por alguma ou algumas de suas obras, não raro alienadas em definitivo, quando logravam editores compradores.

Na contemporaneidade, há, realmente, alguns escritores — de livros científicos, de livros didáticos, de livros de ficção (mas jamais de livros de poesia) — que podem sobreviver dos direitos autorais: mas contam-se pelos dedos, não sei se das mãos ou da mão. Trata-se de uma herança provinda da inexistência de um ensino de base decoroso (oito horas por dia, durante oito anos, de 220-240 dias/ano), sobre o qual se erguia um ensino secundário para um mínimo de 80-85% dos egressos do ensino de base, sobre o qual se erguia uma universidade que pudesse formar mais de 10% da população. Não o tivemos no século XIX, quando essa estrutura se forjou ainda nos países "leitores" e estamos longe ainda de tê-la nos próximos decênios, se nos esforçarmos nessa direção.

Naquele caldo de cultura é que se formaram as grandes populações leitoras, em inglês, francês, alemão, italiano, línguas escandinavas, línguas dos ex-estados socialistas europeus — que puderam conviver com os meios de comunicação de massa eletrônicos, fundindo seu lazer leitor com o lazer vedor e auditor sem maiores conflitos, antes pelo contrário: é de ver o tempo e a qualidade desse tempo dado por esses meios à difusão, divulgação e promoção do livro em tais culturas. No Brasil, ao que tudo leva a crer, a presença eletrônica tem sido arma decisiva no combate ao leitor — *ipso facto* ao escritor, embora ninguém possa sustentar a fecundidade da aldeia global oral e coloquial.

Só pela educação formal, com base na aquisição verdadeira do domínio linguageiro (graças ao qual se dominam ciências, técnicas e artes, como criação ou como participação e domínio), o quadro, a longo prazo, poderá ir assumindo novos fundamentos mais perduráveis. Isso, porém, não quer significar que fuja à perspectiva imediata. Não entro nela, pois sei que haverá aqui quem melhor possa fazê-lo. Mas certo óbvio tem que ser explicitado: como esperar que o livro brasileiro — vendido a preço de mercado desenvolvido, para populações que participam decorosamente, por seu *per capita*, de produção e fruição da riqueza — possa florescer no Brasil, com os caracteres precisamente inversos aos acima referidos?

A matéria é de relevância social inarredável. O escritor potencial no Brasil espera o instante em que o seu labor possa, primeiro, ser objeto de editoração, segundo, que daí possa auferir uma compensação relativamente decorosa (ainda sabendo que, como meio de vida exclusivo, essa idéia será realizada por poucos) e, terceiro, que possa, assim, pelo debate das idéias e pelo caldo de cultura assim criado, contribuir para o enriquecimento espiritual (cognitivo, criativo, artístico, científico, ético) do homem e, no seu horizonte glótico, do brasileiro e do lusofônico.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS

Maria Celeste Garcia Mendes
Coordenadora do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas

Foram necessários 55 anos para que a idéia de Mário de Andrade ganhasse conformação oficial, neste instante em que o presidente da República assina o decreto de criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. O primeiro sentimento que nos assalta é que este é um país que anda muito vagarosamente em matéria cultural. Meio século para consolidar um sistema público de bibliotecas é um tempo comprometedor, que talvez indique algo sobre o nosso próprio caráter, até mesmo sobre nossos descaminhos. Mesmo porque as bibliotecas públicas, em muitos países de sólida tradição democrática, são as responsáveis — em grande parte — pela formação dos hábitos de leitura entre os cidadãos, centro propagador de informação, repositório da produção literária nacional e, por fim, mas não menos importante, lastro e estímulo ao progresso e desenvolvimento da indústria editorial.

Há muito que já é lugar-comum o reconhecimento da importância das bibliotecas públicas como um dos serviços obrigatórios dos governos às comunidades. Nos Estados Unidos, e não vejam aqui nenhum tipo de comparação, desde 1917 que as bibliotecas públicas ganharam uma especial atenção da parte dos congressistas, que a tratam como instituição de suma importância no momento de traçar o orçamento da nação. O Poder Executivo dos Estados Unidos, por outro lado, estimulou a especialização dos recursos humanos, a constante modernização de equipamentos e a permanente atualização dos acervos. Em 1949, a Unesco divulgou o Manifesto sobre Bibliotecas Públicas, marcando o crescente interesse sobre a questão nos mais diversos países do mundo.

No Brasil, muitos foram os esforços despendidos pelas sucessivas administrações, a partir de 1808, visando à criação de bibliotecas de diferentes tipos. Este esforço legou ao país as centenárias bibliotecas estaduais, os mais antigos e duradouros espaços culturais do país. Mas, a efetivação de políticas concretas de implantação deste tipo de serviço como missão indeclinável do estado não passou de pura retórica. No entanto, o livre acesso ao conhecimento registrado no livro é pré-requisito para a formação de comunidades autoconscientes, integradas aos mais diversos estratos da cultura de sua nação, ajustadas ao seu tempo e aptas a encontrar o equilíbrio na síntese das ideologias possíveis, que tornam tão variadas as opções de vida na sociedade contemporânea. A função social da biblioteca está integrada com a comunidade e com a escola. Biblioteca e escola se completam, se sucedem em diferentes etapas da vida do indivíduo e o marcam para sempre. Em certos países, as bibliotecas públicas estão tão profundamente enraizadas na comunidade que funcionam como fórum político, central de informações úteis e abrigo para as diversas associações culturais locais.

Durante o Império e na República Velha, deu-se primazia às capitais através de belos edifícios, mas pouco se avançou nas aquisições de acervos. Nos anos 30, quando pela primeira vez se tentou uma política cultural de governo coerente, planejada e com objetivos bem definidos, constatou-se a existência de acervos de grande valor bibliográficos, mas parados no tempo, defasados por falta de recursos e pela crônica desin-

portância que as administrações estaduais votam às bibliotecas. Para completar o grave quadro, o interior do Brasil constituía um verdadeiro deserto em termos de biblioteca pública. Por isto, sob a inspiração de Mário de Andrade, foi criado em 1937 o Instituto Nacional do Livro, com a finalidade de propiciar meios para a produção e aprimoramento do livro, e a investir na melhoria dos serviços bibliotecários, priorizando a criação de bibliotecas públicas em todo o território nacional, através basicamente da doação intermitente de acervos.

Mário de Andrade, em 1939, assim se expressava a respeito do assunto:

> "A criação de bibliotecas populares me parece uma das atividades mais amalmente necessárias para o desenvolvimento da cultura brasileira. Não que essas bibliotecas venham resolver qualquer dos dolorosos problemas de nossa cultura, o da alfabetização, o da criação de professores de ensino de segundo grau, por exemplo... Mas a disseminação, no povo, do hábito de ler, se bem orientada, criará fatalmente uma população urbana mais esclarecida, mais capaz da vontade própria, menos indiferente à vida nacional."

Bem ou mal, o principal objetivo do Instituto Nacional do Livro acabou por se cumprir, legando, ao ser extinto em 1990, a herança de um sistema nacional de bibliotecas públicas de fato, senão de direito, com 4.080 bibliotecas.

Em 1991, cumprindo a reforma na área cultural, instalou-se na Biblioteca Nacional, agora uma fundação, o Departamento Nacional do Livro. Esta nova diretoria da Biblioteca Nacional, se não era exatamente a herdeira direta dos projetos do antigo Instituto, pelo menos recebia a diretriz de prosseguir a política de bibliotecas públicas, sintonizando-as com as novas perspectivas.

Quase como uma resposta ao momento histórico, a criação do Departamento Nacional do Livro veio no momento exato em que os mais diversos segmentos sociais ligados às bibliotecas clamavam por mudanças, considerando o projeto vigente já desgastado pelo tempo e prestes a perder o rumo. A distribuição de acervos, de caixas de livros, editados ou comprados na capital, tinha dado os seus frutos, espalhando bibliotecas em quase todos os municípios, mas começava a mostrar sinais de cansaço. Assim, bibliotecários e educadores reivindicavam uma correção de rumo, propondo, entre outras coisas, a descentralização da compra de livros, sempre feita em Brasília, e os estabelecimentos de mecanismo que de fato respeitassem o espírito federativo na liberdade do estado federado.

A diretoria do Departamento Nacional do Livro, após ouvir os profissionais da área, em encontro nacional realizado no Rio de Janeiro, em junho de 1991, decidiu por uma nova política para as bibliotecas públicas, respeitando o princípio federativo, o que acarretou maior participação dos sistemas estaduais de bibliotecas públicas na definição dos programas e ações que visem transformar as bibliotecas públicas brasileiras em espaços culturais vivos e atuantes. Como conseqüência dessa política, a aquisição de livros para a atualização das coleções passou a ser descentralizada, com o Sistema Nacional de Bibliotecas repassando os recursos financeiros necessários, através de convênios operacionais, levando em consideração as características regionais e o patamar de organização de cada unidade federativa. Através desses convênios, o Sistema Nacional de Bibliotecas estimula os estados e municípios a desenvolverem suas políticas próprias de aquisição, sem esquecer que a descentralização transfere à comunidade a escolha dos livros a serem adquiridos, fazendo com que as bibliotecas cada vez mais se pareçam com o interesse dos usuários. Ao descentralizar a aquisição, o Departamento

Nacional do Livro também está estimulando as literaturas regionais, cujos autores passarão a ter suas obras nas bibliotecas públicas de suas próprias cidades, além de dar aos livreiros locais um novo e importante cliente, o que conseqüentemente aumentará o número de livrarias no país.

A emulação já tem levado muitos municípios a incluírem as bibliotecas públicas em seus orçamentos, dividindo com o estado e a Federação a responsabilidade pelos serviços de ampliação e dinamização dos acervos das bibliotecas. Mas ainda estamos muito longe de experiências como a francesa, que no governo Mitterrand, para superar o atraso de dez anos na renovação de acervos, chegou a adquirir, em determinados exercícios, cerca de 60% da produção editorial daquele país.

Embora o quadro ainda seja desalentador, com muitas bibliotecas mal administradas, abandonadas e divorciadas da comunidade, pode-se afirmar que há sinais de esperança. Entre os profissionais, há quadros excelentes espalhados pelos mais diversos estados. Muitos equipamentos, ainda que utilizados timidamente, podem-se transformar em vetores de mudanças e animação cultural. Resta, então, dizer que, para tudo ser feito, basta apenas uma coisa: vontade política. É saber o que desejamos para este país. É simples!

O Proler

Affonso Romano de Sant'Anna

A fala de Maria Celeste e o que vou dizer agora fazem parte de uma resposta que estamos todos tentando dar àquela indagação do Sérgio Telles sobre a credibilidade e a possibilidade de se fazer algo, mesmo dentro de uma certa crise e dos contratempos. Esse Sistema Nacional de Bibliotecas que está sendo oficializado hoje pelo presidente da República e o Proler constituem realmente duas pontas de lança que não começam hoje, mas há mais de um ano, com frutos bastante concretos. Tivéssemos o orçamento simplesmente normal que a Biblioteca tem no papel, mas que nunca chega — recebemos mais ou menos só 50% desse orçamento —, já estaríamos muito felizes. Neste primeiro semestre tivemos que passar a 9% do orçamento global, entre janeiro e junho. Portanto, repito o que eu disse na primeira intervenção: fazemos trinta milagres por dia.

Passando do Sistema Nacional de Bibliotecas para a questão do Proler. Nos anos 60, todos se lembram, Marshal MacLuhan decretou de certa maneira a morte do livro, e o que ocorreu cerca de quinze, vinte anos depois é que o livro, que não estava morto, ressuscitou com a maior força. Hoje, mais ou menos oito importantes países acabaram de construir grandes bibliotecas nacionais e outros estão fazendo bibliotecas criando sistemas integradores. Portanto, a sociedade visualista pregada por MacLuhan voltou aos seus termos, conteve-se dentro do que lhe era próprio e, hoje, o que estamos vendo é uma crítica a esse tipo de sociedade que começou a surgir nos anos 60, ou seja, a partir da década de 70.

Governos, como o americano, o alemão, o italiano, o francês, descobriram que a educação nesses países era uma tragédia, que os alunos liam os textos e não conseguiam dizer o que estava escrito. Fizeram *enquêtes*, exames e, a partir da decepção do resultado, investiram maciçamente para a recuperação intelectual da sua população. Porém, não se tratava mais de uma alfabetização primeira, mas de um outro tipo de alfabetização que é a leitura.

No Brasil se falou muito tempo do analfabetismo, essa chaga que várias gerações carregaram há muito tempo. Há poucos dias o ministro Goldemberg deu uma entrevista dizendo que a taxa de analfabetismo, hoje em torno de 20%, está caindo. Pois bem, é necessário cuidar dos outros analfabetos, aqueles que pensam que sabem ler. Nesse sentido, a própria Unesco, alguns anos atrás, sentindo a calamidade, decretou que os países trabalhassem em favor de sociedades leitoras, sociedades que a partir do livro despertassem nos cidadãos uma consciência cívica, no sentido da cidadania crítica. Se nos Estados Unidos a primeira dama do país foi convocada para chefiar esse grande momento de leitura, também na América Latina isso ocorreu. Na Colômbia a primeira dama do país foi chamada para chefiar esse grande movimento. Lá se criou uma Fundação chamada Funda Lectura, que está levando de uma maneira, diria, muito bem conduzida, essa política. Aqui, no entanto, há que se fazer a Funda Lectura que os colombianos instituíram. Nada mais é que uma cópia da política de leitura que o Brasil vem desenvolvendo há vários anos. Isso a própria orientadora desta Funda Lectura, Silvia Castanhon, me disse, como um grande elogio aos brasileiros.

Na verdade, o que a Colômbia fez foi uma coisa que nós, na nossa incompetência brasileira, não conseguimos fazer. Nós assinamos aqui no ano passado um convênio

entre papeleiros, editores e a Fundação Biblioteca Nacional, para que papeleiros e editores dessem 0,5% do movimento investido na compra do papel para livros. Essa idéia simplezinha acabaria recolhendo US$ 1 milhão por ano. Um milhão de dólares, acreditamos, poderia ser investido na questão de leitura. Mas não foi possível. Os papeleiros e editores não conseguiram chegar a um acordo. A Colômbia pegou a idéia e já tocou para frente, já está montada a casa, o sistema de computadores já faz a compra de livro, o mercado livreiro colombiano já se vai expandindo. Por isso eu estava tendo uma conversa informal com alguns editores e livreiros, propondo o seguinte: se há uma impossibilidade, uma incompetência de se chegar à mesa e decidir alguma coisa, que o Governo então tome alguma atitude nesse sentido, ou seja, aqueles papeleiros ou editores que não quiserem se sentar à mesa para fazer esse acordo, que não sejam de alguma maneira beneficiados, como certa legislação que existe aí. Pode ser que a linguagem econômico-financeira seja mais convincente do que qualquer outra tentativa de convencimento.

O que estamos fazendo não é apenas uma campanha de leitura. A orientadora deste programa, Eliana Yunes, insistiu desde o princípio que não se trata de uma campanha, mas de uma política. *Portanto, algo mais abrangente, que deve durar muitos anos e criar uma política de estrutura produtiva do país. Hoje, já existem nas faculdades de Letras teses, estudos, pesquisas, voltados para leitura. Vocês estão entendendo que a leitura é uma coisa especial? É uma matéria à parte. Apareceu pelo país vários grupos voltados para a leitura praticando conto a conto, o narrador oral para despertar através da oralidade o primeiro passo para a literatura, o interesse pelo texto. Várias associações se organizam em nível universitário, em nível acadêmico. Nós, brasileiros, temos um problema específico a esse respeito. Aqui vai uma notação de ordem sociológica ou antropológica, na vertente de um Gilberto Freire ou de um Roberto da Matta: somos uma sociedade que lê pouco e não acredita no que lê, por isso desrespeitamos o que está escrito.*

Portanto, o nosso trabalho é duplo, fazer com que as pessoas leiam e compartilhem o que está escrito com a realidade, para que a escrita possa realmente ter valor. Dentro do Proler existe uma série de ações e assim vamos respondendo à pergunta da credibilidade. O programa do Proler foi enviado a várias entidades e secretarias de Cultura no país e chamou, como órgão de consultoria, a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, que tinha uma larga experiência nessa faixa de atuação. O Proler desenvolveu introdutoriamente, aqui mesmo, dentro da Biblioteca, uma série de trabalhos de leitura. Pensávamos: se é necessário ler mais, vamos começar a ler dentro de casa.

Trabalhos foram realizados com funcionários de diversos níveis para introduzi-lo posteriormente no universo do Ciac. Para alguns, o Proler teve uma atuação eficaz. Quanto ao projeto que existe de cultura, requisitamos um espaço de 240m², onde haveria não apenas uma simples biblioteca, entendida como lugar onde se acumulam livros, mas um lugar onde a cultura alegremente acontece inter-relacionada com todas as manifestações artísticas.

Esse foi o projeto desenhado e levado para o Governo. É esse projeto que queremos insistir que o ministro Goldemberg mantenha. Apesar de, numa entrevista ou outra, ele ter vacilado e pensado em diminuir o espaço dessa Biblioteca, está tudo calculado: quantidade de livros, quantos livros a comunidade deve sugerir para a compra, quantos livros o Governo deve comprar, como se organiza uma rede de especialistas que vão trabalhar com a leitura, com a alfabetização, bibliotecários etc. O Proler, ainda de passagem, tem convênios assinados com a Secretaria do Meio Ambiente, convênios em andamento com o próprio MEC, para estabelecer uma política de leitura nas salas de

leitura do país. Tem convênios também encaminhados com o Ministério da Saúde, para que a leitura ocorra de uma maneira efetiva. Por exemplo, dentro dos hospitais. As instituições encarregadas da leitura que trabalham nos hospitais já verificaram que os médicos endossaram essa conclusão. Através da leitura, chega a ocorrer uma melhoria no estado de saúde dos pacientes. E esse tipo de atuação queremos que não somente vá para os hospitais, que vá para as prisões, que vá para todos os espaços que a sociedade abre e que devem ser ocupados através da ação estratégica e assim por diante.

Vocês poderão ver naqueles folhetos ali uma série de acordos e convênios com praticamente todos os espaços do Brasil. Agora, é necessário dizer que tudo isso está sendo feito a partir do nada, não temos recursos financeiros para fazer isso. Contávamos com esse dinheiro do fundo dos papeleiros e editores para incremento. Esse dinheiro está demorando a chegar. O Governo está realmente cortando fundo na carne o orçamento na área do Executivo. E estamos fazendo todo o possível para trazer fundações, trazer todo tipo de organização que possa interagir conosco. Nesse sentido é que a data de hoje é uma data importante: o Sistema Nacional de Bibliotecas e o Proler saem da sua fase de gestação e ganham a maioridade com o decreto presidencial. A estrutura inicial já está construída e pretendemos daqui para a frente dar uma concretude e uma realização maior. Eu tenho certeza de que esse seminário servirá para esclarecer a muitos de vocês sobre os passos que estamos desenvolvendo. Esperamos que no próximo ano, no outro dia 13 de maio, possamos apresentar dados mais concretos ainda sobre estas realizações.

Obrigado.

Embaixador Rouanet

Com relação às questões dos Ciacs, ouvimos a garantia mais explícita, dada pelo representante do MEC, de que as características do projeto original estavam sendo mantidas, de que as áreas reservadas às atividades culturais não se estavam atrofiando em conseqüência da nova política de ampliação de sala de leitura, de sala de aula. Eu acho que devemos aceitar. Não devemos levar tão longe a nossa descrença com relação às promessas oficiais, ao ponto de ficar reiterando ao infinito essa descrença. Recebemos garantias, garantias expressas. Eu recebi garantia do Ministério. O representante do Ministério da Educação reiterou essas garantias. Não há nenhuma razão para colocarmos em dúvida isso.

Sei que o ministro Goldemberg tem uma sensibilidade muito especial para as atividades culturais desenvolvidas no Ciac. Ele sabe, e todos nós sabemos, que o presidente da República tem um interesse especialíssimo nessa parte do projeto do Ciac. Cada vez que ele visita um Ciac, fica deslumbrado diante dos anfiteatros que vê.

Acho que devemos pôr um pouco em banho-maria essa nossa desconfiança. Ela tem algo a ver talvez com a dúvida de Descartes. Mas quando a dúvida metódica se transforma em desconfiança sistemática, não acredito que isso leve necessariamente ao progresso da ciência.

Chegamos praticamente na antepenúltima fase do nosso trabalho e gostaria de pedir ao representante do Ministério da Economia, segundo está previsto, que tome a palavra, para reagir às diversas propostas feitas no âmbito do Ministério da Economia. Eu pediria portanto ao dr. Luiz Fernando Perdigão que tomasse a palavra.

Luiz Perdigão
Representante da Secretaria de Planejamento do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento

Senhoras e senhores, na impossibilidade de comparecer a este seminário em virtude de compromissos anteriormente assumidos, incumbiu-me o Secretário Especial de Política Econômica de ser portador não apenas de sua satisfação pelo honroso convite, mas também de sua certeza de que através desse diálogo e de outros que se seguirão, especialmente entre os diversos envolvidos na produção e distribuição de livros, surgirão caminhos concretos para o desenvolvimento da atividade.

Hoje, nunca antes no passado, as áreas de cultura e de economia do Governo compartilham uma visão comum da importância do setor cultural no desenvolvimento. Isso nos tem permitido agir de forma harmoniosa, com o engajamento mais absoluto da Secretaria Especial de Política Econômica, nos projetos elaborados e conduzidos pela Secretaria de Cultura. Dentre muitos, podemos destacar aquele que criou e ordenou as fontes de financiamento para o setor, contemplando o espectro de atividades culturais que vai daquelas de cunho precipuamente comercial até as que, a despeito da relevância cultural, ainda não oferecem apelo mercadológico. Da parte do Ministério da Economia, há compreensão de que é o homem o elemento fundamental do desenvolvimento, seja diretamente como fator determinante da produção, seja indiretamente, através de seu papel como agente que define, em última instância, o quadro institucional e cultural no qual se inserem as relações de produção.

Hoje, o debate que se trava no Congresso nos faz perceber que esse segundo papel do homem é o mais relevante do desenvolvimento, é o que tem determinado, ao longo da história econômica das nações, a qualidade e o grau de desenvolvimento que têm atingido. A teoria econômica, que bem soube avaliar os retornos decorrentes dos investimentos no homem como fator de produção, ainda se encontra distante de poder apreciar estas externalidades geradas pelo homem no seu papel social de agente criador desse quadro institucional e cultural.

O que estamos querendo dizer com isso é que quando o Governo vem à sociedade apelar para que determinados segmentos paguem impostos ou não recorram à Justiça, de certa forma está apelando para que se crie uma identidade cultural e que isso faça parte do projeto cultural da nação. É o homem pleno, consciente de si mesmo e da realidade que o cerca, que vai estabelecer o grau do novo desenvolvimento futuro.

Em face desse entendimento, a área econômica do Governo tem-se perguntado como pode — em meio a um processo de estabilização econômica que impõe sacrifícios grandes a todos os setores da economia, em especial aos setores mais frágeis — contribuir para que sejam assegurados os meios para que a cultura e a educação, para que o homem enfim se envolva. Acreditamos não haver estrada que possa conduzir a um crescimento equilibrado e que passe simplesmente ao largo do fortalecimento do setor cultural, ou seja, com o país se desenvolvendo economicamente e a cultura investido.

Não obstante tenham surgido novos meios, o livro, ao nosso ver, continua sendo a forma eficiente do homem organizar e transmitir o conhecimento que tem de si e da realidade que o cerca. E, por conseguinte, com a avidez daqueles que anseiam respostas, vamos nos comprometer e temos agido dessa forma nos contatos permanentes que temos tido com a Secretaria de Cultura. Num outro seminário, durante todo o processo de elaboração de projetos, temos a segurança de que vamos nos debruçar sobre

as sugestões que surjam deste ou de outros seminários, na medida da percepção do senhor secretário da Cultura, de que possamos dar uma contribuição efetiva. Obrigado.

Debate

Representante da Indústria de Papel

Eu sou Jaime Bernardes da Editora Nórdica e presidente da Comissão do Convênio do Papel. Gostaria de fazer um esclarecimento rápido principalmente sobre as palavras do Affonso. O convênio do papel efetivamente tem trabalhado durante todo esse ano para montar um esquema de recolha de 0,5% da parte dos editores e 0,5% dos fabricantes de papel. Não tem sido uma tarefa fácil, antes o contrário, e por várias razões. Uma delas, inclusive, é o fato de esse convênio já ter existido no Brasil, durante dois anos consecutivos, e dessa experiência ter resultado deficiências que nós hoje temos que enfrentar, antes de colocar o convênio em funcionamento. Na realidade ele está funcionando, mas o problema principal, que aliás não deve ser surpresa para ninguém, é como fazer a recolha dos recursos. Nós estamos praticamente no fim dos trabalhos necessários para que comece efetivamente essa recolha de recursos, e depois, daí para frente, a comissão do convênio do papel evidentemente vai dispor desses recursos e não vai abdicar, evidentemente, de determinar como eles vão ser aplicados, já que são recursos da iniciativa privada e não do Governo. Eventualmente não temos nada contra o Governo e gostamos de colaborar com o Governo, mas não abdicamos efetivamente de escolher o projeto onde aplicaremos esses recursos. Era isso que eu queria esclarecer. Obrigado.

Público (não identificado)

Eu tenho uma pergunta dedicada especificamente aos fabricantes de papel e aos membros da indústria do livro. Trata-se do aspecto de preservação do papel, pegando aqui um gancho em duas palavras do Peter Rohl, da Associação Brasileira de Tecnologia Gráfica, e Mario Leonel, da Associação dos Fabricantes de Papel e Celulose, que externaram suas opiniões na parte da manhã. Vimos aqui o duplo papel e a questão da atualização urgente da indústria gráfica. Eu perguntaria, dentro desse contexto abrangente que a questão do livro suscita no espaço da Fundação Biblioteca Nacional: o que a indústria do livro brasileiro e os fabricantes de papel instalados no Brasil pretendem, ou já estão realizando, com relação à melhoria da qualidade do papel, sobretudo quando nós estamos numa biblioteca de preservação de memória? Estou falando aqui sobretudo na condição de usuário de longa data da Biblioteca Nacional. E como o usuário transcende o tempo, aquilo que é considerado raro, hoje, se não for cuidado... Para quem não sabe, 99% do que hoje se publica vai virar pó dentro de no máximo duzentos anos, por causa da acidez do papel. O papel alcalino é o mais caro, mas de muito maior durabilidade. Dentro da Biblioteca Nacional temos a figura da contribuição legal e gostaríamos de ver como os editores, os participantes da indústria de livros e os representantes dos fabricantes de papel contemplam essa hipótese. Se já existe algum posicionamento, considerando-se principalmente os exemplares de depósito legal destinados especificamente à preservação da memória de produção in

telectual, brasileira ou estrangeira sobre o Brasil, dentro de um extrato de tempo, considerando o momento em que ela foi escrita, produzida e veiculada.

Público (Eduardo Salomão)

Escutei a exposição da representante do Sintra e acho que os problemas das traduções devem ser desmembrados em duas abordagens distintas: uma cultural e a outra econômica. A produção editorial brasileira evoluiu muito nos últimos anos. Testemunhei parte disso desde a minha infância e pude verificar que o próprio método de trabalho dos tradutores evoluiu muito. Há trinta anos não existiam tradutores: a gente tinha que lidar com pessoas que trabalhavam com cultura ou trabalhavam com as idéias que continham os livros. Estas pessoas não tinham método de trabalho acadêmico, formal, apenas faziam suas versões de textos que vinham de fora. As edições antigas, que a gente ainda encontra, são a prova viva disso.

A faculdade de tradução que a PUC fundou é uma coisa importante, mas sinto falta da presença dos intelectuais brasileiros para orientar e servir de exemplo para a produção literária, quer a produção dos autores nacionais, quer as versões dos livros estrangeiros que precisam circular aqui dentro e precisam veicular as idéias de nível mundial. Intelectuais da estatura do nosso embaixador Rouanet que, apesar de ter identificado problemas em livros, não contribuiu, se furtou, talvez por falta de tempo. Espero que sim. Espero que venha a colaborar ainda com projetos editoriais brasileiros, inclusive o que ele mencionou.

No âmbito econômico, de uma outra forma, o preço médio de tradução, como foi citado, é uma coisa complicada. Porque você avalia o trabalho, e o valor do trabalho de cada tradutor é uma coisa que diz respeito a esse tradutor e ao editor que está publicando o livro. Eu, particularmente, tenho tido a experiência de que muitas vezes o valor da tradução chega a superar o valor pago, a título de adiantamento, por conta dos direitos autorais daquela edição. Então, isso tudo é feito na pequena escala em que o editor é obrigado a trabalhar.

Na realidade, é difícil para o editor pagar mais, porque ele vende pouco e vende pouco por questões conjunturais, e não estão ao seu alcance as soluções desses problemas. A questão da comparação do livro americano por exemplo, que também foi citada aqui. Não dá para comparar a escala do livro americano com o livro brasileiro, particularmente a característica do livro americano apresentado em geral, principalmente pela imprensa, nos últimos tempos. Estão comparando um tipo de livro que não existe nesse país. Eu queria fazer essas ponderações. Acho que o Sintra tem muito a conversar com os editores.

Minha opinião particular é de que a gente pode se encontrar, e deve se encontrar. A gente deve caminhar no sentido de estabelecer critérios conjuntos e de metodologia de trabalho. Acho que a própria faculdade da PUC tinha muito que aprender com os editores. Porque são pessoas em geral de duas, três gerações, que estão no comando das editoras. Talvez tenham uma contribuição valiosa a dar para esse curso também. Independentemente disso, eu acho que a gente também precisa conversar questões que transcendem a abordagem do tradutor. Gostaria de conversar um pouco, e até agora não achei espaço para isso, sobre outros problemas que atingem o livro, problemas de ordem econômica, problemas que decorrem, na minha opinião, simplesmente de uma questão de escala. A gente precisa descobrir juntos como é que se faz para vender mais livros nesse país, precisamos voltar pelo menos ao patamar anterior e isso a gente faz

conversando junto, todo mundo na mesma direção. Todo mundo: autor, editor tradutor, livreiro, os intelectuais que precisam produzir mais. É isso.

Mário Leonel

Senhor Embaixador, eu não estou preparado para dar uma resposta quanto a durabilidade do papel. É um assunto extremamente técnico que transcende a essa reunião, não é? Temos a Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel, que produz trabalhos técnicos e estuda o desenvolvimento das técnicas de produção de celulose e papel. Entretanto, hoje em dia, com a modernidade, o que se tem ouvido falar é que a memória dos escritores é gravada em microfilmagem, que é a maneira mais prática de preservar a memória, até por uma questão de espaço. Se a gente for guardar fisicamente todos os livros que se produzem, vai acabar um dia sem ter onde colocá-los. Acredito que seja interessante, do ponto de vista de preservação de alguma obra mais rara, mas não como norma de caráter geral. De qualquer forma anotei sua pergunta. Vou procurar estudá-la e lhe encaminharei a resposta depois por escrito.

Público (Luciana Firmeza)

Eu também queria reforçar o que o Eduardo falou. Bom, sou Luciana Firmeza, trabalho na Vale do Rio Doce como relações públicas e jornalista e sou casada com um escritor. Eu vou contar uma pequena história para resumir mais ou menos um problema que tenho visto. As ofertas das editoras, das grandes editoras, ao escritor são de 6 a 10% sobre o preço de custo livro durante 6 a 10 anos. Um livro sem uma editora não tem boa aceitação no mercado. Nesse caso, resolvemos, eu e o escritor, criar uma editora, uma microempresa. Passamos por todo processo burocrático de junta comercial, CGC, prefeitura, alvará. Enfim, criamos a editora Firmeza Rocha e fomos lançar os livros através de gráfica. Preço de pesquisa de mercado, preço de papel, as etapas todas que ocorrem no lançamento de um livro, processo de criação, mas aí nos deparamos com diversas dificuldades que deixam realmente o escritor desanimado: o livreiro não compra o livro de um autor desconhecido e nem dá crédito a uma editora que seja microempresa; a imprensa não divulga se você não for um grande anunciante. Esse é o panorama do Rio de Janeiro e de todo o Brasil, a não ser que você tenha um conhecido ou alguém que se sensibilize com isso e que ache diferente.

As equipes de vendas das livrarias, das editoras e das distribuidoras precisam ter um maior treinamento. Porque alguns vendedores não conhecem nem os autores brasileiros. Você entra na livraria e diz: eu gostaria de um livro, uma obra de fulano. Não sei quem é, nunca ouvi falar, responde o vendedor. Além disso, o número de livrarias no Brasil é vergonhoso. Sem falar das bancas de jornais. Não sei se há algum projeto não só sobre feira do livro mas de banca de livros.

O direito autoral é outro problema. O direito autoral do escritor que entrega o livrinho dele lá ao editor. Projetos como: *O escritor vai à cidade*, que a Biblioteca Nacional, através do Departamento Nacional do Livro, está organizando é de uma importância grandiosa para o editor que está começando e para as bibliotecas de cada estado. Porque é a divulgação dos livros da biblioteca, a divulgação da cultura, da nossa cultura. Principalmente através dos novos escritores, novos talentos, de intercâmbios entre os colégios e as bibliotecas, entre as universidades e patrocínio, patrocínio de empresas. Poderia ser feito um *lobby* em torno disso.

Eu trabalho como relações públicas, numa empresa que é diferente desse ramo, acompanho as dificuldades vividas por um escritor. É muito difícil porque você quer levar um livro e fazer isso aqui não é nada fácil. Desde o processo de criação, duração de um romance, no caso 400 páginas, você criar, bolar a história, e de repente você a presenta a editora e aí? Não começa aí, termina aí. É uma grande batalha. A gente precisa — nós, 3% da população intelectual pensante —, precisa pensar nisso. Eu queria deixar esse livro com o senhor embaixador.

Público (Carlos Augusto Lacerda)

Era mais um comentário, mas posso transformar numa pergunta. Sou Carlos Augusto, da editora Nova Fronteira, e, nessa condição, gostaria de esclarecer uma questão que o Eduardo Salomão falou, que é o problema da escala. Não sei se ficou muito claro, mas há cerca de vinte anos a tiragem média era de cinco mil exemplares, e os prazos de comercialização de livros eram de 120 dias. Hoje, as tiragens são de dois mil exemplares e os prazos estão em torno de 45 dias. Este é um dos pequenos fatores que contribuem para o alto custo do livro. Há também que se dizer que o livro é um sistema a gravitar em torno da confiança de todas as partes envolvidas nesse processo. Confesso que precisa ser endossada muitas vezes. Não como foi invocada aqui nessa manhã por um escritor que, desconfiado do seu editor, perguntou como é que ele podia fazer para aferir as contas prestadas.

O escritor tem sempre duas alternativas: a primeira seria pedir uma auditoria nas contas da editora; a outra é mudar de editora. Quando o editor não tem sequer essas duas alternativas, visto exemplo como os de Octalis Marcondes e José Olímpio, que não tiveram chances, apesar de toda uma vida dedicada à obra editorial e à vida cultural desse país. Depois disso, há um sistema de confiança que foi violado. A começar pelo próprio Governo, que desconfia das instituições e dos organismos quando renova e propõe novas alternativas a cada administração. Depois, você tem o elo de confiança abalado entre as editoras e o mercado, visto que as tiragens diminuem a cada novo ano e os prazos precisam ser prorrogados, sem perspectiva de retorno dos investimentos feitos. Agravada pelas taxas de juro e pelas taxas de inflação corrente, esta situação complica muito a vida do consumidor — o principal interessado nessa história — que não confia no Governo a ponto de desembolsar as parcas economias que tem sem saber o que vem pela frente, se um novo choque, se um novo congelamento, um saque nas poupanças, coisas do gênero.

Minha pergunta simplificada seria: o que o Governo poderia fazer para resgatar essa credibilidade que hoje foi perdida? Acho que todo esse discurso proposto aqui, embora legítimo e louvável (são centenas de possibilidades e recursos que, sem dúvida, seriam soluções ótimas para todos nós), será prejudicado se a credibilidade do sistema não for recuperada. Enquanto não houver credibilidade no sistema, vai ser difícil uma solução.

Mas aí, embaixador, é preciso um pouco de iniciativa, no sentido de se garantir a confiança e a segurança dessas propostas. Quando é que isso será possível? Acho que vai ser difícil responder. Talvez não seja possível aqui, hoje, mas a sua proposta de lei, que substitui a Lei Sarney, que substitui as outras duas, já é um primeiro passo. Talvez se simplesmente resgatássemos o Anísio Teixeira, o Paulo Freire, essas pessoas tão antigas, como bem disse o Adib Jatene, na sua entrevista outro dia. Talvez sejam importantes novas obras, mas sem manter e recuperar as já existentes .. Então, essa é a sim-

plificação da minha pergunta. Como é que podemos fazer para recuperar a credibilidade do sistema?

Embaixador Rouanet

Bom, acho que poderia responder afirmando que credibilidade se faz no exercício da credibilidade. Fazendo coisas confiáveis que despertem a confiança das pessoas e cumprindo as promessas feitas. É o que pretendo fazer, dando início, no meu modesto setor de secretário da Cultura, a uma contribuição para esse processo de credibilidade.

Público (Bertelo)

De manhã não foi possível falar. Meu nome é Bertelo. Sou um pequeno editor e vou fazer uma pergunta.

Em primeiro lugar gostaria de me congratular com o embaixador por esse título bastante sugestivo. Após essa onda de idiotia neoliberal, é uma satisfação vermos que já chegamos pelo menos à economia clássica. Já chegamos a Smith e a Ricardo. Mas gostaria de avançar e chegar a Marx. Embora já tenham decretado a sua morte, ainda acredito um pouquinho no velho. Gostaria de colocar uma palavra em cima, a crítica da economia política.

Vimos aqui hoje uma coisa que é comum se ver quando se reúnem livreiros, editores e governo. Mas uma coisa que não ficou clara é a seguinte: se mostraram aqui as mazelas da educação brasileira e as mazelas da vida cultural desse país. Este Governo tem grande responsabilidade com o sucateamento, com tudo que se tinha feito, com essa política maluca de cultura que foi implantada nesses últimos dois ou três anos, que felizmente parece que vai ter alguma nova orientação.

A minha pergunta é a seguinte: essa classe dominante que está neste Governo é a mesma? Não se falou nisso. Evidentemente que não estou propondo uma revolução. Porque, aliás, é fora de moda hoje falar em revolução. O Affonso falou aqui em crítica e autocrítica. Eu acho que essa classe dominante tem que fazer uma autocrítica profunda. Foi ela que levou a essa situação. É muito engraçado quando surgiu essa onda de neoliberalismo. Na Fiesp, em São Paulo, evidentemente seu Mário Amato saiu falando em abertura da economia etc. etc. etc. Bastaram duas medidazinhas que o Marcílio tomou de diminuir as cotas de importação, e já estão contra. Não, vai devagar, vamos esperar ..

Se o embaixador quer de fato fazer a economia política do livro, acho que temos que partir para as questões macrodimensionais. Essa bobagenzinha aqui dos 30% ali, 10% ali, é coisa de economia interna. Se isso resolve... O que nós temos que saber é o seguinte: essa classe dominante quer uma política cultural? Quando nós vemos depoimentos do tipo do prestado pelo Plínio Doyle, a quem quero homenagear, porque além de orgulhar a nós que mexemos com o livro, nos orgulha de ser brasileiro. Evidentemente existem outros por aí que nos deixam envergonhados de ser brasileiros.

Sr. embaixador, temos que discutir num seminário de economia política do livro os detalhes da comercialização do papel, se o papel dura 200 anos, se dura 100, se dura quatro, isso são detalhes. Queremos saber. A pergunta é essa: a classe dominante quer de fato ter uma política cultural? Quer ter uma política educacional? Porque, ao longo dos trinta e quarenta anos é a mesma coisa. Essa história de que vai entrar no Primeiro Mundo... Não vai não. Um país cheio de analfabetos, uma miséria total na questão da

educação, da saúde, não vai entrar no Primeiro Mundo coisa nenhuma nem tão cedo.

Existe outro dado que nós editores temos que enfrentar. Nós não vendemos livro, não é só porque está numa recessão não. É porque não temos leitor. Uma faculdade que não compra livros, onde os alunos fazem um semestrezinho para estudar toda a história dos pensamentos econômicos, óbvio que têm que usar xerox do capítulo, porque ninguém vai ler um manual de economia. O professor não pode dar, em seis meses, cem anos de história do pensamento. O embaixador, se fosse dar em seis meses, daria a Escola de Frankfurt em seis meses. Evidente que ele tem que mandar ler aqueles artiguinhos da revista *Tempo Brasileiro*, e não seus livros. Essa é uma questão. Não se vende livro, não é só por questão econômica, é porque não temos leitor, não temos hábito de leitura e não temos projeto educacional e cultural. A classe dominante está disposta, senhor embaixador? A pergunta então seria esta.

Embaixador Rouanet

O grande perigo de eu tentar responder a essa última pergunta é que ela foi dirigida a uma classe social e não a uma pessoa. Se eu respondesse em nome de uma classe dominante brasileira, correria o risco de que a referida classe dominante pedisse minhas credenciais para falar em seu nome e eu ficaria numa situação embaraçosa, porque não tenho essas credenciais. Gostaria de me referir muito rapidamente a um dos pontos dessa intervenção muito correta, muito construtiva, que acaba de ser feita. Em relação à questão do neoliberalismo. Não sei de que país, com relação a que país está sendo usado esse conceito neoliberalismo. Certamente não é o Brasil. Exatamente não com relação ao governo atual, que não é absolutamente neoliberal, que não acredita no neoliberalismo, que detesta o neoliberalismo, que não fetichiza o mercado. Não acredita no *laissez-faire* e acredita que é necessário realmente que haja uma política cultural traçada, não pelo mercado, mas em cooperação entre o setor privado e o Estado.

A política cultural adotada no Brasil, longe de ser uma política neoliberal, é uma política social liberal com toda ênfase dada a cada um desses componentes. Liberal significa liberdade, crença na liberdade política, nenhum tipo de interferência na liberdade individual, nos direitos de expressão individual, nenhum tipo de censura direta ou indireta. Liberdade significa também recusa de todo o paternalismo, recusa de qualquer filosofia que considere que a cultura é feita pelo Estado. Não, nós acreditamos que a cultura é feita pelo indivíduo, é feita pela sociedade, e que o Estado no máximo tem a responsabilidade de ajudar, de dar estímulos, inclusive financeiros. Necessários para seguir o pleno florescimento dos vetos culturais.

Isso quanto ao comportamento liberal, com relação ao componente social, significa que nós não temos absolutamente o culto do mercado. O mercado sabe fazer várias coisas, mas não todas. O mercado sabe distribuir, sabe produzir com competência bens físicos. Mas o mercado é incompetente para decidir que bens culturais serão produzidos, como serão distribuídos e quem os consumirá. Essas decisões não podem e não devem ser tomadas exclusivamente pelo mercado. Portanto, a crítica a um suposto modelo neoliberal, que estaria sendo usado para a cultura brasileira, pode proceder para países que adotem como ideologia ou como filosofia oficial de governo o neoliberalismo; certamente não se aplica ao Brasil, que rejeita da maneira mais enfática a política neoliberal.

Com relação à referência a Marx. De fato algumas pessoas decretaram a morte do

marxismo. Esse decreto não foi nem minutado na Secretaria de Cultura. Com relação à crítica de economia política, de fato estamos falando em economia política, o termo economia política foi escolhido de uma maneira bastante consciente, bastante deliberada. Queremos, sim, voltar a uma época em que se reconhecia a dimensão política da economia, ou seja, uma deformação tecnocrática do que no século XIX era um pensamento político vertebrado e com compromisso com o social.

É realmente como disse o nosso querido editor: esse seminário é precisamente uma crítica à economia política da cultura, ou seja, às regras do jogo que atualmente prevalecem e que inviabilizam a produção de uma cultura forte e saudável, e inviabilizam o acesso da maioria da população aos bens culturais. De modo que, nesse sentido, tem ele toda a razão. Nós estamos nesse momento engajados num processo de críticas da economia política da cultura.

Público (Marília Mendes Alves)

Sou Marília Mendes Alves, funcionária da Biblioteca Nacional engajada no Proler, programa de leitura. Era para eu ter falado de manhã, mas não houve tempo e eu não podia perder essa oportunidade. É uma pena que o dr. Célio da Cunha tenha se retirado. Mas não posso deixar de falar, embora ele esteja ausente. Espero que o dr. Rouanet, caso ache procedente a minha intervenção, possa levar a ele.

Dr. Célio falou nos Ciacs em educação, em tecnologia moderna, em formação de professores, em retomada da educação brasileira, plano de capacitação de docentes, tudo isso tentando melhorar o ensino de primeiro grau, dentro de, espera-se, uma pedagogia de qualidade. Fiz parte do grupo que idealizou e redigiu o anteprojeto para uma ação cultural nas bibliotecas nos núcleos de cultura dos Ciacs. Porque não quisemos uma conotação somente da palavra biblioteca que, para muitos, tem uma conotação restrita dentro de uma educação moderna.

Participação no debate da funcionária da Biblioteca Nacional, Marília Mendes Alves

Sou bibliotecária e estou trabalhando na área da leitura com a professora Eliana Yunes. Depois de tudo que absorvi, tudo que li, tudo que eu conversei com as pessoas da área — tanto de Educação, quanto de Letras — com bibliotecários, percebi que enquanto não juntarmos educação e cultura, não vamos chegar a lugar algum. Não sei se todos aqui concordam.

Eu não consegui entender bem essa questão dos Ciacs, embora eu ache que tenha sido isso: fizemos um planejamento em que havia a *sala da biblioteca* (seria aquela com o acervo e as mesas para as pessoas lerem, mais o *núcleo de cultura* ao qual a biblioteca estava também incorporada. Biblioteca no sentido moderno: tinha que ter um espaço de cultura, um espaço de teatro, um espaço em que pudessem alunos e professores colocar em prática aquilo que se estava estudando). Não se pode mais entender educação como uma coisa somente passiva, em que se absorve sem se praticar. Há lugares em que os Ciacs seriam o único espaço de cultura, o único lugar de reunião, de discussão. Retirar esse espaço?... O anfiteatro não é suficiente, é um espaço aberto. Vamos botar no Nordeste, com sol rachante na cabeça, pessoas discutindo sobre o quê? Sobre nada. Se estiver chovendo ninguém se reúne.

Peço que seja votada essa discussão com o ministro Goldemberg. É um apelo que eu faço, que seja reestudada essa possibilidade. Acho louvável que se aumente o número de salas de aula, mas cada vez que se aumentar o número de salas de aula, mais necessário será o espaço cultural. Não posso entender isso em hipótese nenhuma numa hora como essa. As três intervenções anteriores, inclusive, deram mais respaldo ao que estou falando.

O embaixador falou: temos que seguir caminhando e temos que confiar. Fizemos o projeto, céticos, como foi dito aqui. Será que vai adiantar fazer um projeto moderno, aquilo que deve ser, aquilo que é preciso implantar? Ou vamos nos ater àquilo que talvez vá ser aceito pelas instituições governamentais? Procuramos fazer bastante, conscientes e com emoção. Vimos a aceitação, de início, da planta proposta pelo nosso projeto. Depois... Não posso concordar quando o dr. Célio diz que, no momento em que passou para o Ministério da Educação, passou mais para a área educacional. Vejo que a área educacional é a que está aliada à cultura e não contra a cultura. Gostaria de perguntar ao professor Rouanet se ele poderia reativar essa intermediação de resgate desta área de expansão. Gostaria também de pedir a Ana Lígia, diretora da Biblioteca Estadual Celso Kelly, que nos dê um depoimento sobre os Ciacs aqui no Rio.

Embaixador Rouanet

Muito obrigado. Com relação aos Ciacs, fiz uma pergunta específica ao representante do MEC. Ele disse, da maneira mais clara, que sim, que o projeto original estava sendo respeitado e que o espaço originalmente reservado à área de atividade cultural não havia sido alterado, apesar de a ênfase ser a ampliação do espaço de sala de aula. De modo que imagino que essa ampliação tenha se dado sem detrimento do espaço reservado para as atividades culturais. Foi o que ele disse. Não tenho nenhuma razão de pôr em dúvida. Sobretudo considerando que conversei repetidas vezes sobre o assunto com o ministro Goldemberg e ele me tranqüilizou totalmente. Segundo, não existe nenhuma intenção por parte do Ministério da Educação de sacrificar o espaço reservado à cultura. A concepção continua sendo a mesma, concepção integrada. A palavra integrada, inclusive, figura da sigla do Ciac. Existe uma integração também nesse nível, uma integração entre as atividades culturais e educacionais. Estou inteiramente tranqüilo, já que isso me foi assegurado não somente pelo representante do

MEC como pelo próprio titular do Ministério da Educação. Continuaremos o tempo todo atentos para prestar nossa colaboração, na Secretaria de Cultura, às atividades de planejamento dos futuros Ciacs.

Público (Ana Lígia Medeiros)

Sou coordenadora das bibliotecas dos Ciacs e diretora da Biblioteca Pública do Estado. Na verdade o que eu faria era exatamente complementar o que a Marília tinha falado e pedir que o projeto, que deu tanta esperança a todas as bibliotecárias e todas as pessoas que trabalhavam com educação e cultura, continue. O tripé educação, saúde e cultura — no momento que se tira uma das pernas, justamente a que dá consciência política ao aluno e a sua própria comunidade, é uma mutilação muito drástica ao projeto dos Ciacs. O senhor que me antecedeu falou que não tem leitor. Eu discordo plenamente. Sou diretora da Biblioteca Pública do Estado, tenho um número imenso de leitores. O que não tem são boas bibliotecas e um sistema bom de bibliotecas públicas escolares que possam atender ao usuário. Há um equívoco e um preconceito das próprias pessoas, dos próprios editores, das bibliotecárias, dos livreiros, de achar que não existe leitor. Eu posso afirmar porque minha experiência diária garante que existe leitor. O que não existe é um bom sistema de bibliotecas públicas e um bom sistema de bibliotecas escolares. O fundamental é que saia daqui, hoje, um fortalecimento do Sistema Estadual de Bibliotecas, do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, principalmente as escolares. Não dá para pensar em educação sem cultura.

Público (Décio Paulo)

Eu, Décio Sérgio Paulo, peço desculpas pela minha insistência, mas acredito ser importante também um aspecto social da atividade editorial livreira desse país. Até metade de 1985, tínhamos um contingente de vendedores de livros de coleções, mais de 30 mil pessoas. Esse contingente, hoje, deve estar reduzido a aproximadamente 10 mil pessoas, a 10 mil homens. Isso se deve à queda de mercado. Mas, acima de tudo, há várias restrições que são feitas nos diversos estados quanto às características da imunidade tributária do livro. Os vendedores de livros são sistematicamente cerceados nas suas atividades, pela Receita Federal, por possuírem notas fiscais que não condizem com a quantidade de livros que transportam e, também, pelo ICMS de cada estado, que procura sempre multá-los pelo mesmo motivo. É um contingente muito importante e nós devemos sempre considerar que os vendedores de livros foram aqueles que criaram vários Plínios Doyles nesse Brasil, porque isso é uma maneira de chegar ao livro.

RECOMENDAÇÕES

O seminário *A Economia Política do Livro*, realizado na seção de Obras Raras da Fundação Biblioteca Nacional, no dia 13 de maio de 1992, contou com a participação dos fabricantes de papel e celulose, indústrias gráficas, editores, bibliotecários, escritores, livreiros, distribuidores, professores, exportadores de livros e leitores, num total de duzentos participantes, além de representantes dos meios da comunicação de massa.

Praticamente todos os segmentos acima relatados apresentaram recomendações de grande importância para a democratização do acesso ao livro e para melhorar as condições da sua produção e distribuição.

Para facilitar a implementação das recomendações, decidi dividi-las em dois blocos: um que chamo de *Governo Federal*, e que será liderado pela Secretaria da Cultura em estreita colaboração com o Ministério da Economia, Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Educação; outro, que chamo de *Iniciativa Privada*, engloba as resoluções que deverão ser acionadas pelos fabricantes de papel e celulose, indústrias gráficas, Sindicato Nacional dos Editores de Livros, Câmara Brasileira do Livro etc. Tanto o Governo Federal quanto a iniciativa privada devem trabalhar num regime de colaboração mútua, um assessorando o outro para facilitar a implementação das recomendações e, mais ainda, dialogando permanentemente com os tradutores, escritores, bibliotecários e leitores.

Assim sendo, as recomendações sugeridas são as seguintes:

Governo Federal

- Assegurar a imunidade tributária ao livro, de acordo com a Constituição Federal.
- Estudar a viabilidade de redução das taxas e impostos.
- Criar mecanismos que facilitem ou favoreçam o sistema de transporte de matérias-primas para a indústria do livro.
- Criar facilidades alfandegárias com vistas à modernização do parque gráfico.
- Desenvolver ações visando ao treinamento e qualificação da mão-de-obra para a indústria do livro.
- Incentivar a publicação de autores nacionais e sua difusão no exterior.
- Estabelecer tarifas postais diferenciadas para o livro.
- Criar mecanismos para coibir as reproduções fotostáticas ilegais.
- Agilizar a regulamentação do Acordo Ortográfico com Portugal, de modo a tornar mais eficiente a divulgação dos autores de língua portuguesa entre os países lusófonos.
- Incentivar a criação de um Sistema Nacional de Bibliotecas e estabelecer um plano de metas que permita absorver parte da produção editorial brasileira, através de um sistema descentralizado de aquisição do material bibliográfico.
- Alterar a legislação federal, que considera o livro como material permanente.
- Criar mecanismos que facilitem a importação e exportação do livro.
- Apoiar a inclusão de atividades culturais, relacionadas com a leitura, nos currículos escolares.
- Desenvolver ações visando à melhoria da qualidade das traduções de livros, tais como a abertura de cursos de tradução e a realização de estudos comparativos com outros países.
- Propor a criação de um Fundo Especial para aquisição e preservação de bibliotecas particulares.

Como secretário da Cultura, desejo enfatizar que todos esses itens terão prioridade na reunião de instalação da Câmara Setorial do Livro no próximo mês de junho.

Iniciativa Privada

- Prestar assessoria ao Governo Federal, através da Câmara Setorial do Livro, visando à implementação das recomendações apresentadas neste seminário. Isso pressupõe a integração de fabricantes de papel, gráficos, editores, livreiros e distribuidores no processo de planejamento e estabelecimento de políticas relacionadas com o livro.

IMAGENS DA SECA DE 1877-78 NO CEARÁ

Uma contribuição para o conhecimento das origens do fotojornalismo na imprensa brasileira

Joaquim Marçal Ferreira de Andrade
Coordenador do Profoto/Projeto de Preservação e
Conservação do Acervo Fotográfico da Fundação Biblioteca Nacional
Professor adjunto de Fotografia do Departamento de Artes da
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rosângela Logatto
Bacharel em História, ex-pesquisadora autônoma do Profoto
Professora de História do Magistério do Estado do Rio de Janeiro

20 de Julho de 1878. O BESOURO. 121

PAGINAS TRISTES.

Scenas e aspectos do Ceará

(Para S. Magestade, o sr. governo e os srs. fornecedores verem)

(Copias fidelissimas de photographias que nos foram remettidas pelo nosso amigo e collega José do Patrocinio.)

Retrato da população retirante... e ainda ha quem lhes mande farinha falsificada e especule com elles!!!

O Besouro – primeira página de edição de 20 de julho de 1878, marco do fotojornalismo brasileiro.

Já é de amplo conhecimento o fato de que a Biblioteca Nacional é guardiã de um vasto e precioso acervo fotográfico do século XIX, cujas imagens mais antigas remontam aos primórdios da disseminação desse processo em nosso país.[1] Nesse fabuloso conjunto documental, onde se destacam as fotografias pertencentes à coleção d. Teresa Cristina Maria — formada pelo imperador d. Pedro II e doada à Biblioteca Nacional há mais de um século — existem inúmeros outros conjuntos de igual valor, oriundos das mais diversas procedências.

Parte desse acervo permaneceu inacessível por todo esse tempo, embora tenha havido uma atividade contínua de catalogação nas últimas décadas. No entanto, todo o trabalho feito até o início da presente década carecia de um maior embasamento normativo e metodológico. Assim, as possibilidades de recuperação das informações contidas nas fotografias anteriormente tratadas são bastante restritas. Ademais, as condições de uso, acondicionamento e guarda do acervo estão aquém do ideal.

Para reverter essa situação, desenvolveu-se na segunda metade dos anos 1980 um projeto interdisciplinar e interinstitucional, o Profoto/Projeto de Preservação e Conservação do Acervo Fotográfico da Biblioteca Nacional, cuja realização foi iniciada a partir de 1989, graças ao patrocínio da Fundação Banco do Brasil, e tomou impulso a partir de 1992, tendo alcançado os primeiros resultados globais no ano seguinte.

O Profoto visa ao tratamento integrado de todo o acervo fotográfico da Biblioteca Nacional, envolvendo pesquisa para identificação, catalogação e indexação automatizadas, reprodução fotográfica, conservação, acondicionamento e armazenamento. Todas as normas, procedimentos e sistemas acotados foram desenvolvidos pela equipe, com base em padrões internacionais.

Embora o imenso do projeto esteja testado e sua eficácia comprovada, sua aplicação à totalidade do acervo fotográfico é lenta, e demandará ainda alguns anos de trabalho árduo. No entanto, já são muitos os conjuntos de imagens colocados à disposição dos pesquisadores nesses últimos anos, fontes de grande valor para o estudo dos mais diversos aspectos do Brasil e do mundo no século XIX.

Ao abordar um documento fotográfico, visando a sua catalogação e indexação, a equipe da Divisão de Iconografia segue uma metodologia no sentido de identificá-lo. Segundo Boris Kossoy, "o valor e alcance dos documentos, bem como sua viável interpretação, está na razão direta de quem consegue — em função de sua bagagem cultural, sensibilidade, experiência humana e profissional — formular-lhes perguntas adequadas e inteligentes. Jamais se poderão decodificar tais informações — que permitem enfoques multidisciplinares — se não houver um mergulho naquele momento histórico, fragmentariamente congelado no conteúdo da imagem e globalmente circunscrito ao ato da tomada do registro. A fotografia enquanto cena de estudos de sua própria história e enquanto instrumento de apoio às mais diferentes pesquisas nunca escapará desta condição. Em função disto ela não sobreviverá sem os dados que a identificam, sem a devida interpretação que a situa e valoriza".[2]

Foi trabalhando nessa linha que a equipe deparou, há cerca de um ano, uma série de quatorze cópias fotográficas de papel albuminado, no formato *carte-de-visite*,[3] que retratam vítimas da seca do Ceará de 1877-79. São crianças, adultos e idosos, maltrapilhos e seminus, posando em estúdio, talvez improvisado. Além da legenda (Seca de 1877-78 Ceará) na parte inferior da imagem, cada retratado aparece entre os versos de uma quadra, dois versos de cada lado, dispostos verticalmente. Todos os textos foram impressos por processo fotográfico, juntamente com o retratado, fazendo parte do

mesmo papel fotográfico. Assim, podemos afirmar que a confecção das cópias foi precedida de um trabalho de montagem texto-imagem pelo fotógrafo.[4]

O resultado das pesquisas sobre esse conjunto demonstrou estarmos diante dos originais fotográficos a partir dos quais se materializou uma das primeiras tentativas de utilização da fotografia pela imprensa brasileira — bem antes da implantação dos processos de reprodução fotomecânica — como documento comprobatório de uma verdade, a exemplo do que ocorreu também em outros países.[5] Para melhor compreender o fato, situemos essas imagens historicamente.

O biênio de 1877-78 marcou a história das secas no Nordeste brasileiro. Tida como a maior daquele século, a seca atingiu grande parte dos estados nordestinos e, em especial, o Ceará. A população sertaneja, acostumada com o ritual imposto pela seca, logo inicia sua retirada rumo às cidades. Segundo Rodolpho Theophilo,[6] em 14 de abril de 1877 chegou a Fortaleza a primeira caravana de retirantes. "Vinham", diz ele, "no mais completo estado de miséria. Pais e filhos tinham sobre o corpo, imundos trapos macilentos, descarnados, pareciam múmias de pé".

Este retrato contundente desenhado pelas palavras de Rodolpho Teophilo se repete por toda a obra e é largamente explorado pela imprensa nacional. É dela que partem as vozes mais firmes de protesto contra aquele quadro de calamidade, reclamando recursos e providências do Governo imperial.

Fotos 7 e 8 do conjunto, cujas "cópias fotolitográficas" foram publicadas em *O Besouro*.

Já naquele ano de 1877 o periódico carioca *Gazeta de Notícias* registrava em seu quadro de redatores o nome de José do Patrocínio, jornalista talentoso e homem de letras que se tornou conhecido pelos discursos inflamados na campanha abolicionista. No ano seguinte, José do Patrocínio seria o homem indicado pela redação do jornal para fazer a cobertura jornalística da tragédia que assolava o Nordeste. Sua principal tarefa seria acompanhar a aplicação de recursos do Governo imperial no combate à seca.

Em março de 1878, é anunciada a criação de uma nova revista no Rio de Janeiro, "O *Besouro* — folha illustrada, humoristica e satyrica", pelo brilhante chargista português Rafael Bordalo Pinheiro. Segundo Raimundo Magalhães Júnior, os êxitos já então conquistados por José do Patrocínio fizeram com que Bordalo se lembrasse dele: "o editorial do primeiro número saiu da pena do folhetinista da Gazeta de Notícias. Nessa nova revista de caricaturas, publicaria também copiosa colaboração em versos, assinada, algumas vêzes, com o nome de Zé do Pato (...). Com pouco mais de um ano de efetiva atuação na grande imprensa carioca, era já uma figura destacada e triunfante, com um futuro diante de si".[7] *O Besouro* era impresso na "Lithographia a Vapor de Angelo & Robin", situada na Rua da Assembléia, de propriedade de Angelo Agostini e Paulo Robin.

O então jovem jornalista José do Patrocínio partiu em viagem a 13 de maio de 1878. Até alcançar o Ceará, o navio em que viajava fez várias escalas ao longo do litoral nordestino oferecendo aos olhos de Patrocínio um espetáculo variado de encanto e miséria. O hábil jornalista transformou estas imagens em artigos enviados à redação da *Gazeta* e publicados sempre ao pé da primeira página sob o título de "Viagem ao Norte".

Ao chegar finalmente ao Ceará, Patrocínio depara um cenário ainda mais chocante e miserável do que tudo o que já tinha visto. A população doente e inválida, que morria nas ruas como insetos secos, impressionaria qualquer observador e sensibilizou ainda mais os olhos e a pena de Patrocínio. As reportagens que nasceram da experiência destes dias constituiriam, nas palavras de Raimundo Magalhães Júnior, o primeiro trabalho jornalístico importante que apareceu na imprensa brasileira sobre o problema das secas nordestinas.

O jornalista certamente desejava buscar cumplicidade para o triste espetáculo que presenciava, mas a eloqüência de suas palavras não era suficiente. *A Gazeta de Notícias* era um jornal de texto, e as poucas ilustrações existentes despontavam na seção de anúncios. Tratou, então, de enviar para a redação de *O Besouro* algumas fotografias de vítimas da tragédia da seca, que ilustravam aquilo que vinha narrando na *Gazeta*: "crianciinhas nuas ou seminuas, com os rostos escaveirados, cabelos emaranhados sobre crânios enegrecidos pelo pó das longas jornadas, com as omoplatas e vértebras cobertas apenas por pele ressequida, ventres desmesurados, pés inchados, cujos dedos e calcanhares foram disformados por parasitas animais, vagam sozinhas ou em grupos, tossindo a sua anemia e invocando, com voz fraquíssima, o nome de Deus em socorro da orfandade."[8]

Essas fotografias foram reproduzidas na primeira página do número de 20 de julho de 1878. A ilustração litográfica, de autoria de Bordalo, mostra a mão de um esqueleto humano, trajando camisa social com abotoadura e paletó, segurando duas *cartes-de-visite* que retratam crianças vítimas da seca e é encimada pelo título "Paginas tristes — Scenas e aspectos do Ceará (para S. Majestade, o Sr. Governo e os Senhores Fornecedores verem)". Logo abaixo, uma observação entre parênteses: "cópias fidelíssimas das

Imagens pertencentes ao conjunto de fotografias de autoria de J. A. Corrêa, que se constituem também em valiosa documentação etnográfica.

fotografias que nos foram remetidas pelo nosso amigo e colega José do Patrocínio . E abaixo da ilustração, que ocupa toda a página, a seguinte legenda: *Estado da população retirante... e ainda há quem lhes mande farinha falsificada e especule com eles!!!*[9]

Na página seguinte desse mesmo número do periódico, em artigo intitulado "O Ceará", são novamente mencionadas as fotografias enviadas por José do Patrocínio: "O nosso amigo José do Patrocínio, em viagem por aquela província, enviou-nos as duas fotografias, por que foram feitos os desenhos da nossa primeira página. São dois verdadeiros quadros de fome e miséria. É naquele estado que os retirantes chegam à Capital, aonde quase sempre morrem, apesar dos apregoados socorros, que segundo informações exatas são distribuídos de maneira improficua. A nossa estampa da primeira página é uma resposta cabal àqueles que acusavam de exageração a pintura que se fazia do estado da infeliz província. Repare o governo e repare o povo na nossa estampa, que é cópia fiel da desgraça da população cearense. Continuaremos a reproduzir o que o nosso distinto colega nos enviar a tal respeito."

Ainda hoje podemos encontrar nos dicionários a palavra "fotografia" como sinônimo de "cópia fiel", "reprodução exata". No primeiro capítulo de "O ato fotográfico", sua célebre coletânea de textos teóricos sobre a fotografia, Philippe Dubois introduz a questão: "Se admitimos muitas vezes com bastante facilidade que o explorador pode relativamente fabular quando volta de suas viagens e elaborar, portanto, por exemplo, para impressionar seu ouvinte, narrativas mais ou menos hiperbólicas, em que a parcela de fantasia e de imaginário está longe de ser negligenciável, ao contrário, a fotografia, pelo menos aos olhos da *doxa* e do senso comum, não pode mentir." Nela a necessidade de "ver para crer" é satisfeita. A foto é percebida como uma espécie de prova, "ao mesmo tempo necessária e suficiente, que atesta indubitavelmente a existência daquilo que mostra".[10]

Em seguida, Dubois se propõe a retraçar "um percurso histórico das diversas posições defendidas no decorrer da história pelos críticos e teóricos da fotografia quanto a esse princípio de realidade próprio à relação da imagem fotoquímica com seu referente". O autor discute as três posições epistemológicas quanto à questão do realismo e do valor documental da imagem fotográfica. A primeira dessas posições, que explica e justifica a atitude de José do Patrocínio e Rafael Bordalo, "vê na foto uma reprodução mimética do real. Verossimilhança: as noções de similaridade e de realidade, de verdade e de autenticidade, recobrem-se e sobrepõem-se bem exatamente segundo essa perspectiva: a foto é concebida como espelho do mundo, é um ícone (...)."[11]

Mas seriam os retratos estampados na primeira página de *O Besouro* cópias fidelíssimas, realmente, das fotografias enviadas pelo repórter? De saída, diríamos que a maneira como as fotografias são apresentadas ao leitor — na mão de uma caveira, certamente "cartomaníaca" como outros milhões de humildes mortais à época, todos colecionadores de retratos em *cartes-de-visite* — tinha o objetivo de chocar, enfatizando ainda mais o conteúdo dramático dos originais fotográficos e do triste quadro da realidade nordestina que eles evocavam. É o chargista Bordalo, mostrando as *cópias fidelíssimas* à sua maneira.

Passemos agora aos retratos fotográficos propriamente ditos. Indubitavelmente, as fotos de número 7 e 8 do conjunto catalogado na Biblioteca Nacional têm o mesmo conteúdo dos originais nos quais Bordalo teria se baseado para produzir sua ilustração, ou seja, são iguais. Numa primeira observação, merece destaque o fato de a ilustração respeitar o formato original (*carte-de-visite*) dos retratos e a inversão da lateralidade dos retratados, o que se explica pelo fato de Bordalo haver copiado as imagens

numa pedra litográfica, posteriormente entintada, que serviu para transferir a imagem para o papel da revista, resultando nessa inversão.

A reprodução da foto 7, à esquerda da página, não apresenta a linha de fundo, que demarca o encontro da parede com o chão, nem a base do "aparelho de pose".[12] O menino foi despido de seus trapos, e o púbis está na penumbra. Foi criado um fundo escuro no terço inferior da imagem, que esvaece na altura dos joelhos. No que se refere especificamente ao tipo físico, no entanto, é evidente a intenção de Bordalo de ser fiel. Embora o volume da barriga e as costelas saltadas estejam mais evidentes na litografia, ambas as características são perceptíveis no original fotográfico, que ademais se encontra hoje bastante esmaecido e amarelecido. No mais, o tipo físico e sua postura, o cabelo e a expressão facial, tudo nos parece o mais fiel que Bordalo conseguiria realizar, consideradas as especificidades de sua atividade numa revista semanal ilustrada, e possivelmente a influência dos textos previamente enviados por Patrocínio.

Com relação à foto 8 reproduzida à direita da página, foi mantida a linha de fundo, eliminado o "aparelho de pose" e sua veste original foi substituída por minúsculo tapa-sexo. O umbigo parece ainda mais protuberante. No mais, valem os comentários feitos ao final do parágrafo anterior.

Curiosamente, Bordalo não dá crédito ao autor dos originais fotográficos que copiou na pedra litográfica. Em dois números do mês seguinte, no entanto, o chargista dá crédito ao escultor Bernardelli e ao fotógrafo português Loureiro, respectivamente, de quem reproduziu obras pelo mesmo processo. E em dezembro daquele ano, publica interessante charge em quadrinhos, onde além de citar nominalmente um estabelecimento fotográfico da cidade, demonstra seus conhecimentos técnicos acerca da

Imagens das vítimas da seca de autoria de J. A. Corrêa

câmara fotográfica e da pouca sensibilidade à luz das chapas de então.[13]

Os quatorze originais da Biblioteca Nacional possuem marcas evidentes de que já fizeram parte de um álbum, em algum momento destruído. Cada uma das *cartes de-visite* podia ser visualizada através de uma janela, onde nem sempre todos os versos das quadras podiam ser lidos. Tudo indica que o mesmo foi construído artesanalmente, embora àquela época já se comercializassem álbuns específicos para esse fim. Os principais indícios nesse sentido são as já mencionadas pequenas dimensões das janelas e o fato de as mesmas estarem ornadas com motivos desenhados a bico-de-pena — quando o comum era a moldura pré-impressa. A parte traseira de todos os cartões apresentava um papel escuro e liso, rasgado nas bordas, o que indica que as fotos foram anteriormente coladas naquele papel. Solicitamos ao Centro de Conservação e Encadernação da Biblioteca Nacional a remoção desse papel em algumas das fotos, e encontramos a marca do fotógrafo, impressa tipograficamente em vermelho: *J. A. Corrêa - Ceará*. Até aqui não localizamos qualquer informação sobre o mesmo.

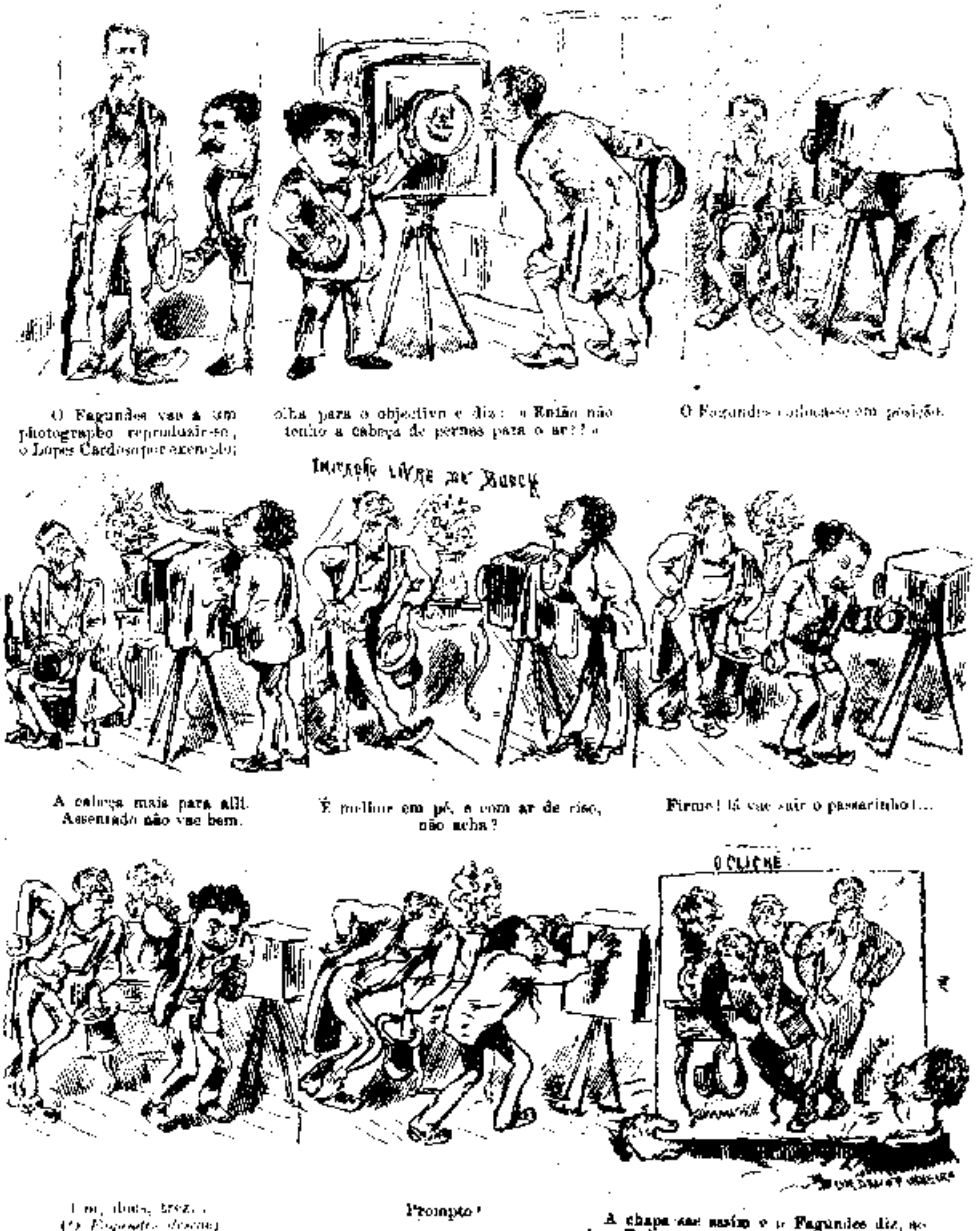
Muitas das *cartes-de-visite* contêm nítidas características da fotografia científica da época, aplicada ao campo da etnologia ou da medicina -- retratos de corpo inteiro de uma mesma pessoa, de frente, perfil e costas. Três dessas imagens estão reproduzidas, também, na já mencionada obra de Rodolpho Theophilo — nesse caso, porém, as cópias foram feitas pelo xilógrafo Dumont.[14]

Todas as fotografias, como já dissemos, são acompanhadas de versos — quadras de conteúdo dramático e lamentoso. O estilo se assemelha em muito aos versos de José do Patrocínio. Vale ressaltar o caráter também didático da série, evidente na foto 14, que retrata um homem de barriga protuberante, vítima da ingestão do "mucunã", planta não-comestível ingerida pelos habitantes da região, que os vitimava. Nessa foto, há um número 1 entre parênteses, após a palavra "mucunã". Acima do retratado, aparece o mesmo número, seguido de uma explicação: "fava do matto. O resultado do conjunto (retratos + textos) é um anticartão de visita, veemente planfeto que denuncia uma realidade que muitos membros da corte se negavam a enxergar.

O conjunto de imagens aqui apresentado dá uma idéia de como vimos trabalhando no sentido de proporcionar o acesso a essas fotografias, através de uma base de dados informatizada — resultado do criterioso trabalho de catalogação e indexação que se segue a pesquisas como a que acabamos de descrever. Naturalmente, este é apenas o primeiro passo: são muitas as questões a serem desenvolvidas no que se refere ao gênero dessas fotografias, ao fotógrafo que as produziu e aos usos e repercussão das mesmas. A Fundação Biblioteca Nacional está fazendo a sua parte, ao resgatar e possibilitar aos pesquisadores o acesso a esses valiosos documentos fotográficos do século passado. Que a comunidade de pesquisadores também faça a sua parte. Há muitos caminhos a serem ainda desvendados no mapa da história da Fotografia Brasileira no século XIX.

FAGUNDICES

PIRANES E PENSAMENTOS FAGUNDICOS



O Fagundes vae a um photographo repruluzir-se; o Lopes Cardoso por exemplo.

olha para o objectivo e diz: « Então não tenho a cabeça de pernas para o ar? »

O Fagundes collocado em posição.

A cabeça mais para alli. Assentado não vae bem.

É melhor em pé, e com ar de riso, não acha?

Firme! lá vae sair o passarinho!...

Um, dois, trez... (O Fagundes diz isto)

Prompto!

A chapa vae sahir e o Fagundes diz, ao vel-a: Todos serão um; eu, Fagundes deputado, sou os trez! Que fagundismo!"!

Charge publicada em dezembro de 1878, onde Bordallo Pinheiro aplica à sátira política seus conhecimentos sobre a técnica fotográfica.

NOTAS

1 - Em 1833 ocorre uma descoberta isolada da fotografia no Brasil, de autoria do francês Hercules Florence, radicado em Campinas. Em agosto de 1839 é anunciada na França a descoberta do daguerreótipo, primeiro processo fotográfico disseminado em todo o mundo. Em dezembro do mesmo ano aporta no Rio de Janeiro um navio-escola francês cujo capelão, o abade Louis Comte, faz em janeiro de 1840 uma demonstração de daguerreotipia para a corte, despertando a atenção do jovem imperador d. Pedro II. Mas é só a partir de meados do século — mais precisamente da década de 1860 — que a fotografia se dissemina em nosso país. A introdução do negativo de colódio úmido e do papel fotográfico albuminado possibilitam o surgimento de novos processos e o aperfeiçoamento do processo negativo-positivo, cuja primeira versão, o calótipo, havia sido patenteada na Inglaterra após o anúncio da invenção do daguerreótipo.

2 - KOSSOY, B. (1989) P. 99-100.

3 - O formato de fotografia intitulado *carte-de visite* foi patenteado na França por André Adolphe - Eugène Disdéri em 1854. Tal nome foi inspirado na sua similaridade com o tradicional cartão de visita. Trata-se de uma fotografia medindo aproximadamente 6x9,5 cm, montada (colada) num cartão de aproximadamente 6,5 x 10,5 cm. Na parte inferior do cartão ou no seu verso, é comum encontrarmos informações impressas acerca do estabelecimento fotográfico responsável pela produção. Sua introdução no mercado provocou substancial barateamento na produção de retratos fotográficos, uma vez que de um só negativo de colódio úmido, colocado numa câmara de quatro objetivas, era possível produzir até oito fotografias. Após a revelação do negativo e confecção da cópia em positivo, o papel era cortado e cada foto montada num cartão. Esse formato de fotografia foi o mais difundido até o final do século XIX em todo o mundo, incentivando enormemente o colecionismo fotográfico de retratos, comumente guardados em álbuns especialmente confeccionados para esse fim.

4 - O conjunto existente na Biblioteca Nacional, composto de quatorze fotografias, recebeu o código de localização FOTOS - FICH. 1,4 (1-14). Transcrevemos a seguir as quadras reproduzidas junto às imagens.
Foto 1 - Desgraçado! Assim creança/Pae, mãe irmãos perdi!/A miséria à mim se avança/Abre as garras e sorri!
Foto 2 - Triste orphão da ventura/Só dores no mundo achei/ Da-me oh! Deus a sepultura/Onde a paz encontrarei!
Foto 3 - (ilegível) olle outr'ora/Foi lusidio e feliz/Mas hoje é pallido espectro/Que a existência maldiz
Foto 4 - Coberto de immundos trapos/Dormindo exposto ao luar:/Fala-me n'alma o talento/Té mesmo para chorar!
Foto 5 - Porque me tornas cadaver,/Miséria, que me assassina?/Porque plantas tantas dores/Na minha'alma inda menina?!
Foto 6 - Nú, e de sol aos ardores/Vive exposto o corpo meu!/Meu pai e mãe, meus amôres!/(ilegível)

Foto 7 - Dexei, por amôr a vida/Me roubarem o pudor/E hoje, mulher perdida/Morro de fome e de horror!
Foto 8 - Foi o céu inexhoravel/Contra á mim, contra á meus paes,/Deixou-me na orphandade/Entregue a dores a ais!
Foto 9 - O filho, como uma furia,/Ergueu-se e um pão pediu!/Pobre pae, ante á penuria,/Tremeu de fome e cahiu!
Foto 10 - Eu sou cadaver esguio/Que por entre os vivos erra;/Meu corpo tumba sombrio/No solo da ingrata terra!
Foto 11 - Tenho fome! tanta fome/Que já não posso erguer/Miséria, que me consume,/Faze que eu possa morrer!
Foto 12 - (ilegível)/Faz-me a vergonha tremer . . /Só das noites ao relento/Posso meu corpo esconder!
Foto 13 - Tão bello! na face outr'ora/Eu tinha os risos dos céus!/E myrrada pelle agora/Cobre mal os ossos meus!
Foto 14 - Como incheí!... Fome maldita,/ Da miséria negra irmã!/Me levaste ao desespero/Té que comi mucumã (1)/(1) Fava do matto.

5 - Em meados dos anos 1860, durante a guerra civil norte-americana — primeiro conflito armado a ser sistematicamente fotografado, do início ao fim - pelo menos dois periódicos ilustrados daquele país, o *Frank Leslie's Illustrated Newspaper* e o *Harper's Weekly*, se utilizaram desse recurso para sensibilizar a opinião pública acerca dos horrores da guerra. Ver CARLEBACH, M. (1992) p. 93-96.

6 - THEOPHILO, R. (1883) p. 93.

7 - MAGALHÃES JUNIOR, R. (1972) p. 53.

8 MAGALHÃES JUNIOR, R. (1972) p. 60.

9 - O *Besouro*, ano I n. 16,20 jul. 1878, p. 121.

10 - DUBOIS, P. (1994), P. 25.

11 - DUBOIS, P. (1994), P. 53.

12 - O "aparelho de pose" cuja base (semelhante ao pedestal de um microfone) e parte da haste regulável nele fixada aparecem em ambas as fotos era utilizado principalmente como apoio para o pescoço, de modo a auxiliar o retratado a se manter imóvel durante os segundos necessários para se tirar a fotografia.

13 - "Fagundices - phrases e pensamentos fagundicos" — *O Besouro*, ano I, n 38, 21 dez. 1878, p. 297.

14 - THEOPHILO, R. (1883) p. 100 - 101 (foto 14), p. 108 - 109 (foto 6), p. 148 - 109 (foto 6), p. 148 - 149 (foto 2).

BIBLIOGRAFIA

O Besouro, *folha illustrada, humoristica e satyrica, publicação hebdomadaria no Rio de Janeiro*. 1878-79.

CARLEBACH, Michael L. *The Origins of Photo Journalism in America*. Washington: Smithsonian Institution Press, 1992.

DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico e outros ensaios*. Trad. Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papirus, 1994.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo: Editora Atica, 1989.

KOSSOY, Boris. *Origens e expansão da fotografia no Brasil — século XIX*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1980.

MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*. 2 ed. rev. pelo autor. São Paulo: LISA, Rio de Janeiro: INL, 1972.

NEWHALL, Beaumont. *The History of Photography from 1839 to the Present*. Completely revised and enlarged edition. 5. ed. New York: The Museum of Modern Art, 1998.

SODRÉ, Nélson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

THEOPHILO, Rodolpho. *História da Secca do Ceará (1877 a 1880)*. Fortaleza: Typ. do Libertador, 1883.

SUBSÍDIOS PARA UMA ANÁLISE HISTÓRICA DE PERIÓDICOS RAROS

Angela Di Stasio
Técnica em Pesquisa da Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional

Nota de agradecimento

O desenvolvimento deste trabalho foi possível, inicialmente, a partir de uma semente plantada pela bibliotecária Vera Füstemau, então chefe da Seção de Obras Raras, que iniciou o inventário do acervo de periódicos raros da Fundação Biblioteca Nacional e sempre soube, de maneira precisa, valorizar a importância desses originais.

Gostaríamos de mencionar o apoio e incentivo da chefia do Departamento de Referência e Difusão, em especial da atual chefe da Seção de Obras Raras, Rejane B. Briglia, pelas sugestões e recomendações que fez durante o desenvolvimento deste trabalho.

Sinceros agradecimentos à professora Maria Fizete dos Santos, que, muito sensivelmente, incentivou a publicação dos assuntos aqui abordados.

Agradecemos, também, à professora Maria de Lourdes Viana Lyra, que, gentilmente, em curto espaço de tempo, conseguiu demonstrar-nos tão vasto conhecimento, auxiliando-nos muito, com sugestões brilhantes e referências bibliográficas.

Agradecimentos carinhosos, também, à amiga e profissional Solange Galvão, da Divisão de Microreprodução, que, com boa vontade, colocou toda a bibliografia de apoio sobre periódicos à disposição, sempre que necessário.

Enfim, agradecemos a todos que contribuíram de alguma forma, para a elaboração e realização deste trabalho, sobretudo participando das buscas às informações que, muitas vezes, não eram encontradas em nenhuma bibliografia, o que dificultou em muito o desenrolar das pesquisas.

CORREIO BRAZILIENSE

DE JUNHO, 1808.

Na quarta parte nova os campos ara,
E se mais mundo houvera lá chegara.

CAMOENS, c. VII. e. 14.

Introducçaõ.

O PRIMEIRO dever do homem em sociedade he ser util aos membros della; e cada um deve, segundo as suas forças Phisicas, ou Moraes, administrar, em beneficio da mesma, os conhecimentos, ou talentos, que a natureza, o arte, ou a educaçaõ lhe prestou. O individuo, que abrange o bem geral d'uma sociedade, vem a ser o membro mais distincto della: as luzes, que elle espalha, saõ das trevas, ou da illuzaõ, aquellas, que a ignorancia precipitou no labyrintho da apathia, da inepcia, e do engano. Ninguem mais util pois do que aquelle que se destina a mostrar, com evidencia, os acontecimentos do presente, e desenvolver as sombras do futuro. Tal tem sido o trabalho dos redactores das folhas publicas, quando estes, munidos de uma critica saã, e de uma censura adequada, representam os factos do momento, as reflexoens sobre o passado, o as soldidas conjecturas sobre o futuro.

Devem-se á Naçaõ Portugueza as primeiras luzes destas obras, que, excitam a curiosidade publica. Foi em Lisboa, na imprensa de Craesbeck, em 1649, que este Redactor traçou, com evidencia, debaixo do nome de Boletim os acontecimentos da guerra da acclamaçaõ de D. Joaõ o Quarto. Neste folheto se viam os factos, taes quaes a verdade os devia pintar, e desta obra interessante se valeo, ao depois, o Conde da Ericeira, para escrever a historia da acclamaçaõ com tanta censura, e acertada critica, como fez.

An. Bibl. Nac., Rio de Janeiro, 114

Introdução*

Ao longo de alguns anos na Fundação Biblioteca Nacional, procuramos desenvolver relevante trabalho de inventário de periódicos raros, pertencentes ao acervo da Seção de Obras Raras. Diversos foram os títulos inventariados e, em decorrência, a contribuição para um melhor desempenho nas pesquisas dos usuários.

Já em 1993, com a participação da Fundação Biblioteca Nacional no projeto "Resgate da Coleção Hemerográfica Ibero-americana do Século XIX", organizado pela ABINIA (Associação de Bibliotecas Nacionais Ibero-americanas), iniciamos, juntamente com as etapas do inventário de periódicos, uma rotina da Seção de Obras Raras, a criação de uma base de dados com esse acervo. Atualmente, essa base de dados já supera a marca dos quatro mil títulos, todos tratados e identificados.

O sistema utilizado para o desenvolvimento da base de dados é o Microisis, ou seja, um sistema genérico de armazenamento e recuperação de informação, com o qual se consegue acessar os periódicos inventariados pelo título, local da publicação, assuntos abordados nos originais ou até mesmo por um determinado intervalo cronológico de circulação dos periódicos.

Constatamos, no decorrer do inventário, juntamente com a alimentação da base de dados, o interesse de diversos usuários da Seção de Obras Raras nesses periódicos. Resolvemos, então, baseados em formulário específico elaborado pela equipe de funcionários, saber quais seriam as informações de maior relevância, visando a satisfazer as solicitações de nossos usuários. O resultado foi surpreendente! Todos os participantes demonstraram interesses comuns, isto é, todos gostariam de saber mais sobre a periodicidade das publicações, os diversos formatos de impressão, o perfil editorial e, principalmente, sobre os primeiros periódicos impressos nas províncias brasileiras do século XIX.

Partindo do resultado da pesquisa com os usuários, bem como do desenvolvimento das etapas do inventário e, também, da experiência com as atividades rotineiras da Seção, pretendemos, com o presente trabalho, divulgar informações sobre o primeiro jornal impresso em cada província brasileira no século XIX, identificando, assim, o perfil hemerográfico desses periódicos e registrando o aparecimento da imprensa nas diversas localidades do Brasil.

Todos os periódicos aqui relacionados foram registrados de acordo com a data de aparecimento da imprensa em cada província brasileira selecionada, no período de 1808 a 1854, o que nos possibilita traçar um perfil cronológico do surgimento da imprensa no Brasil. Para um melhor registro desses periódicos, além de um pequeno histórico, selecionamos as respectivas ilustrações, sempre que possível o número mais antigo publicado.

Apesar da notória falta de literatura a respeito, serão também aqui abordados critérios de raridade para periódicos. Com o apoio técnico da Seção de Obras Raras, juntamente com a experiência adquirida ao longo dos anos, baseamo-nos fundamentalmente, para o estabelecimento desses critérios, nas particularidades do acervo da Fundação Biblioteca Nacional. Além dos critérios de raridade, fizemos ainda um breve histórico do início da Impressão Régia, em 1808. A finalidade dessa publicação não é o estudo exaustivo sobre periódicos raros; mas sim, a referenciação de alguns, objetivando contribuir para a pesquisa nesses periódicos.

Critérios de Raridade para Periódicos Brasileiros

Sabemos que para a determinação dos critérios de raridade de uma publicação, devemos considerar, principalmente, as particularidades de cada acervo. Avaliar e conceituar a raridade de um documento requer buscas freqüentes sobre o assunto. No caso de periódicos, existe uma agravante que dificulta ainda mais o estabelecimento dos critérios, que é a falta de literatura a respeito. Em nenhuma bibliografia consultada, encontramos enfoque de raridade para periódicos. Alguns autores apenas os classificam como raros, sem, porém, fecerem qualquer comentário. Como ilustração, retiramos da obra de Marcello Ipanema intitulada *Das Coisas Raras - Notas para um catálogo de periódicos* o seguinte trecho:

> Foi nesses labores diários que conseguimos redescobrir, usando a expressão feliz de José Honorio Rodrigues, uma série imensa de periódicos que se encontravam em várias partes da Biblioteca. Aqui e acolá fomos recolhendo à Seção de Livros Raros estas jóias preciosíssimas de nosso passado.*

Assim, diante desse dificuldade, decidimos com o apoio técnico da Seção de Obras Raras estabelecer critérios para periódicos. Para isso, consideramos:

- todo o período que caracteriza o princípio da história da imprensa brasileira. No caso do acervo da Seção de Obras Raras, consideramos raros todos os periódicos impressos no século XIX, a partir, é claro, de 1808, data da criação da Impressão Régia.

- todo o período que caracteriza a fase inicial da tipografia local de qualquer região. Um exemplo é a criação da tipografia no Acre que teve seu início em 1902, com o periódico intitulado *O Acre*.

- Números com valor histórico-cultural especial, tais como: as edições clandestinas; os exemplares únicos; as edições comemorativas e as edições que abordam assuntos relevantes dentro de um enfoque regional.

- Material utilizado na impressão, como: tintas, seda, cetim, ilustrações e outros que caracterizam as edições de luxo; edições especiais e exemplares com anotações manuscritas (incluindo dedicatórias).

Impressão Régia
Breve Histórico

No Brasil, a imprensa foi instalada por iniciativa oficial, na primeira metade do século XIX, através do decreto de 13 de maio de 1808, assinado por d. João VI, que criou a Imprensa Régia para servir ao governo do Reino de Portugal, recém transferido para o Brasil. Na confusão da fuga da Família Real, o sr. Antônio de Araújo, que depois seria o conde da Barca, mandou colocar no porão do navio Medusa o material gráfico que havia sido comprado na Inglaterra para fazer parte da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, em Lisboa. Assim, em decorrência da fuga, da compra de material gráfico e dos interesses governamentais, foi instalada a imprensa no Brasil. Com essa circunstância, o príncipe regente aproveitou-se e baixou o decreto.

> "Decreto — de 13 de Maio de 1808 crêa a Impressão Régia
> Tendo-me constado, que os Prelos que se achão nesta Capital, erão os destinados para a Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, e da Guerra; e Attendendo à necessidade, que ha da Officina de Impressão destes Meus Estados: Sou Servido, que a Casa, onde elles se estabelecerão, sirva interinamente toca a Legislação e Papeis Diplomaticos, que emanarem de qualquer Repartição do Meu Real Serviço, e se possão imprimir todas, e quaesquer outras Obras, ficando interinamente pertencendo o seu governo e administração à mesma Secretaria. Dom Rodrigo de Souza Coutinho, Do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, e da Guerra o tenha assim entendido e procurará dar aos empregos da officina a maior extensão, e lhe dará todas as instrucções e Ordens necessarias, e participará a este respeito a todas as Estações o que mais convier ao Meu Real Serviço. Palacio do Rio de Janeiro, em treze de Maio de mil oito centos, e oito"

Logo depois, em 24 de junho do mesmo ano, estabeleceu se como deveria ser processada a administração da Impressão Régia, composta pelos censores reais, foi Antônio de Arrábida, o padre João Manzoni, Carvalho e Melo e o sr. José da Silva Lisboa. Claro que nada poderia ser impresso sem antes solver o exame dessa junta, a quem competia *"examinar os papéis e livros que se mandassem publicar e fiscalizar que nada se imprimisse contra o governo, a religião e bons costumes"*.[1]

Junto com a criação da Imprensa Régia, estava instalada a censura e, conseqüentemente, o total controle da imprensa, já que os meios utilizados para isso dependiam dos interesses do governo. "... Não se pense que, depois de instalada a Impressão Régia, podia o brasileiro imprimir qualquer coisa a seu talante. Não! O edital do Intendente-Geral da Polícia Paulo Fernandes Viana, de 30 de março de 1809, era bem claro:

1- SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. p.22

os que publicarem qualquer escrito sem exame e licença serão presos na cadeia pública e pagarão de pena duzentos mil réis além das mais se impõem aos que procuram a segurança pública."[2]

As notícias sem censura só podiam ser lidas no *Correio Braziliense* ou *Armazem Literario*, considerado o primeiro jornal brasileiro, porém impresso em Londres, por Hipólito da Costa. O primeiro número saiu em primeiro de junho de 1808, circulando a publicação até o ano de 1822, num total de 175 números em 29 volumes. Impresso na Oficina de W. Lewis, apresentava uma linguagem serena, exata, além de uma compreensão profunda da situação brasileira. Sua periodicidade era mensal e possuía epígrafe de Camões: "Na quarta parte nova os campos ára / E se mais mundo houvera la chegára".

Encontra-se no primeiro número do *Correio Braziliense* a seguinte declaração de Hipólito da Costa, enfatizando a censura prévia: "Resolvi lançar esta publicação na capital inglesa dada a dificuldade de publicar obras periódicas no Brasil, já pela censura prévia, já pelos perigos a que os redatores se exporiam falando livremente das ações dos homens poderosos". O *Correio* tinha sua publicação dividida em cinco seções: Política; Comércio e Artes; Literatura e Ciências; Miscelânea e Reflexões e Correspondências. Realmente, um marco para a história do Brasil.

Em todo esse período de censura (1808-1821), encontram-se periódicos basicamente com o mesmo perfil, seguindo, é claro, a linha governamental, com caráter muito mais doutrinário do que informativo. Para exemplificar o início da imprensa no Brasil, citam-se alguns periódicos como: *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1822); *A Idade d'Ouro do Brasil* (1811-1823); *O Patriota* (1813-1814) e outros.

Assim, teve início a imprensa no Brasil.

2- FONSECA, Bondin. *Biografia do jornalismo carioca*. p. 28.

RELAÇÃO DOS PRIMEIROS JORNAIS IMPRESSOS NAS PROVÍNCIAS BRASILEIRAS NO SÉCULO XIX

I - GAZETA DO RIO DE JANEIRO, Corte (Rio de Janeiro), 1808.

II - IDADE D'OURO DO BRASIL, Bahia, 1811.

III - AURORA PERNAMBUCANA, Pernambuco, 1821.

IV - O CONCILIADOR DO MARANHÃO, Maranhão, 1821.

V - O PARAENSE, Pará, 1822.

VI - O COMPILADOR MINEIRO, Minas Gerais, 1823.

VII - DIÁRIO DO GOVERNO DO CEARÁ, Ceará, 1824.

VIII - GAZETA DO GOVERNO DA PARAÍBA DO NORTE, Paraíba, 1826.

IX - O FAROL PAULISTANO, São Paulo, 1827.

X - DIÁRIO DE PORTO ALEGRE, Rio Grande do Sul, 1827.

XI - O ECO NA VILLA REAL DA PRAIA GRANDE, Rio de Janeiro, 1829.

XII - MATUTINA MEYAPONTENSE, Goiás, 1830.

XIII - IRIS ALAGOENSE, Alagoas, 1831.

XIV - O CATARINENSE, Santa Catarina, 1831.

XV - O NATALENSE, Rio Grande do Norte, 1832.

XVI - RECOPILADOR SERGIPANO, Sergipe, 1832.

XVII - CORREIO DA VICTORIA, Espírito Santo, 1849.

XVIII - CINCO DE SETEMBRO, Amazonas, 1851.

XIX - O DEZENOVE DE DEZEMBRO, Paraná, 1854.

N.º 1.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO.

SABADO 10 DE SETEMBRO DE 1808.

Doctrina sed vim promovet insitam,
Rectique cultus pectora roborant.

Horat. Ode III. Lib. IV.

DA REAL BIBLIOTHECA

Londres 12 de Junho de 1808.

Noticias vindas por via de França.

Amsterdão 30 de Abril.

OS dois Navios Americanos, que ultimamente arribárão ao Texel, não podem descarregar as suas mercadorias, e devem immediatamente fazer-se á vela sob pena de confiscação. Isto tem influido muito nos preços de varios generos, sobre tudo por se terem hontem recebido cartas de França, que dizem, que em virtude de hum Decreto Imperial todos os Navios Americanos serão detidos logo que chegarem a qualquer porto da França.

Noticias vindas por Gottenburgo.

Chegárão-nos esta manhã folhas de Hamburgo, e de Altona até 17 do corrente. Estas ultimas annuncião que os Janizaros em Constantinopla se declarárão contra a França, e a favor da Inglaterra; porém que o tumulto se tinha apaziguado. —— Hamburgo está tão exhaurido pela passagem de tropas que em muitas casas não se acha já huma códea de pão, nem huma cama. Quasi todo o Hannover se acha nesta deploravel situação. —— 60000 homens de tropas Francezas, que estão em Italia, tiverão ordem de marchar para Hespanha.

Londres a 16 de Junho.

Extracto de huma Carta escrita a bordo da Statira.

" Segundo o que nos disse o Official Hespanhol, que levámos a Lord Gambier, o Povo Hespanhol faz todo o possivel para sacudir o jugo Francez. As Provincias de Asturias, Leão, e outras adjacentes armárão 80000 homens, em cujo numero se comprehendem varios mil de Tropa regular tanto de pé, como de cavallo. A Corunha declarou-se contra os Francezes, e o Ferrol se teria igualmente sublevado a não ter hum Governador do partido Francez. Os Andaluzes, nas visinhanças de Cadiz, tem pegado em armas, e destes ha já 60000, que são pela maior parte Tropas de Linha, e commandadas por hum habil General. Toda esta tempestade se originou de Bonaparte ter declarado a Murat Regente de Hespanha. O espirito de resistencia chegou a Carthagena, e não duvido que em pouco seja geral por toda a parte. Espero que nos mandem ao Porto de Gijon, que fica poucas leguas distante de Oviedo, com huma sufficiente quantidade de polvora, &c. pois do successo de Hespanha depende a sorte de Portugal. A revolta he tão geral, que os habitantes das Cidades guarnecidas por Tropas Francezas tem pela maior parte ido reunir-se nas montanhas com os seus Concidadãos revoltados. "

BIBLIOTECA NAC.

Título:	GAZETA DO RIO DE JANEIRO
Primeiro Número:	10 de setembro de 1808
Periodicidade:	duas vezes por semana
Tipografia:	Impressão Régia
Editores / Redatores:	Frei Tibúrcio José da Rocha
Dimensão:	18 X 23cm
Circulação:	1808/1822
Linha Editorial:	governamental

Outros dados

Primeiro jornal impresso no Brasil. No primeiro número, informa que "virá à luz" uma vez por semana; porém, logo no segundo número avisa que será publicado duas vezes por semana. Mais tarde, no entanto, passa a ser publicado três vezes por semana.

Era impresso com a seguinte epígrafe em latim: *Doctrina sed vim promovet insitam / Rectique cultus pectora roborant*.

O primeiro anúncio brasileiro saiu na *Gazeta do Rio de Janeiro*, ainda no seu primeiro número: "Estão no Prelo as interessantes Obras seguintes: Memoria Historica da invasão dos Francezes em Portugal no anno de 1807. Observações sobre o Commercio Franco do Brazil."

Apesar de encontrarmos em diversas bibliografias quase sempre o mesmo texto sobre a *Gazeta do Rio de Janeiro*, ou seja, que nada nela constituía atrativo para o público e nem era a intenção dos que a publicavam, podemos afirmar que, através desse importante periódico, são registrados relevantes aspectos históricos, sociais e políticos da época.

Num. 33.

IDADE D'OURO DO BRAZIL.

Terça feira 3 de Setembro de 1811.

Fallai em tudo verdades
A quem em tudo as deveis.

Sá e Miranda.

MONTEVIDEO 16 de Julho.

(DEpois de se referir o artigo da Gazeta de *Sevilha* de 7 de Fevereiro do presente anno para a organisação do 7.° Exercito, se lê a seguinte Nota)

Pela Resolução, que acabámos de escrever, ficarão convencidos todos aquelles, a quem as Gazetas de *Buenos-Ayres* tem imposto. Desenganar-se-hão de que além da *Gallliza*, *Ilha de Leão*, e *Cadiz* tem a Patria os seus Exercitos n'outros pontos importantes, e que no centro do seu territorio os conserva tambem para os oppôr ás forças do *Tyranno*.

O artigo de *Sevilha* prova igualmente o benéfico effeito, que as Partidas patrióticas opérão contra as ponderadas forças do inimigo. Na relação de *Castella-Velha*, que faremos pública, se admirará a constancia, e o valor, com que os dignos filhos da Patria pelejão por salvalla, e os esforços heroicos para conseguir o exterminio do *Tyranno*. Desenganar-se-hão em fim de que nada serve o poder das suas armas contra a sabedoria, e a intrepidez dos nossos irmãos.

BAHIA 3 de Setembro.

Por Ordem do Governo se lembra, e assegura ao Público, que o § 21 do Alvará de 24 de Fevereiro de 1764 está em perfeito vigor, e que em sua observancia o presente recrutamento não contende com os, que seguirem as Escólas com applicação, e aproveitamento, o que deve constar por Attestações dos respectivos Professores, para que não aconteça que a simples matricula nas Aulas usurpe o Privilegio, que a Lei unicamente concede ao verdadeiro estudo; evitando-se assim ao mesmo tempo que fiquem vadios, e vivendo na ociosidade com prejuizo público vassallos, de que a defeza destes Estados necessita.

N. B. Esta segurança da parte do Governo para os neóphytos da Literatura he huma Providencia connexa com o estabelecimento de huma Livraria pública, de huma Typographia, de hum Seminario ecclesiastico, e de tantas Aulas de differentes Artes, &c., que a Munificencia de S. A. R. tem

AN. Bibl. Nac., Rio de Janeiro, 114

Título:	IDADE D'OURO DO BRAZIL
Primeiro Número:	14 de maio de 1811
Periodicidade:	duas vezes por semana
Tipografia:	Manuel Antônio da Silva Serva
Editores / Redatores:	Diogo Soares da Silva de Bivar e o Padre Inácio José de Macedo
Dimensão:	17 1/2 X 10cm
Circulação:	1811 / 1823
Linha Editorial:	governamental

Outros dados

Foi o segundo jornal publicado no Brasil e o primeiro impresso na primeira tipografia particular brasileira, a de Manuel Antônio da Silva Serva, localizada na Bahia.

Saia às terças e sextas-feiras, ao preço de 60 réis cada exemplar. Tinha como epígrafe os versos de Sá Miranda: "Falai em tudo verdades / a quem em tudo as deveis".

Sua publicação era sob os auspícios do conde dos Arcos que ditava as regras de como o periódico deveria apresentar 'as notícias políticas sempre de maneira mais singela, anunciando simplesmente os fatos, sem interpor quaisquer reflexões que tendessem diretamente ou indiretamente a dar qualquer inflexão à opinião pública'.

A Biblioteca Nacional não possui os primeiros números, os quais encontram-se na Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na Coleção Teresa Cristina, doada pelo imperador d. Pedro II.

1821 N.º 1.º

AURORA PERNAMBUCANA

Depois da procellosa tempestade,
Nocturna sombra, e sibilante vento,
Traz a manhã serena claridade,
Esperança de porto e salvamento.
Camões.

Terça feira 27 de Março.

Introducçaõ.

Depois das medidas tomadas no Congresso de 3 do corrente, quiz o Excellentissimo Senhor Governador e Capitão General, que por meio de hum periodico se instruisse o publico de tudo quanto se fizesse a favor da causa d'ELREY, e da Naçaõ; persuadindo todos os povos do Brazil a abraçarem as novas [illegible] que a Augusta Assembléa Nacional está formando em Lisboa, para estabelecer a nossa liberdade politica; e assegurando sobre inabalaveis [illegible] os Direitos da Magestade, e os Direitos da Naçaõ.

Estas medidas, que mereceraõ geral approvaçaõ pelo modo honesto, e ordem com que foraõ tomadas (graças ao bom espirito que reina em todas as [illegible] e habitantes de Pernambuco) devião desde logo publicar-se para [illegible] dos moradores distantes desta Capital, e [illegible] das Capitanias vizinhas, em algumas das quaes tem havido falsas noticias assaz prejudiciaes. [illegible] desgraça nossa achamo-nos destituidos de imprensa, de typos, de impressores, e tudo. O desejo constante, e a diligencia [illegible] grandes [illegible] se hão superado. Homens [illegible] da causa publica, [illegible] com o gosto do General tem feito os maiores esforços: [illegible] ensaios, e com a perseverança hade conseguir-se [illegible] desejado.

Naõ he possivel por agora publicar este jornal de dois em dois dias, [illegible] sahirá quando poder ser, para o que se naõ [illegible] trabalho e diligencia.

O Redactor na publicaçaõ deste papel naõ tem outro fim mais do que a utilidade publica. [illegible]

O pro-

Aurora Pernambucana — O primeiro jornal publicado em Pernambuco. Sahiu o 1º numero a 27 de março de 1821.
Seu redactor foi Rodrigo da Fonseca Magalhães, secretario do Governador Luiz do Rego Barreto. Dimensões — 20 1/2 × 13 1/2.

Título:	AURORA PERNAMBUCANA
Primeiro Número:	27 de março de 1821
Periodicidade:	semanal
Tipografia:	Officina do Trem de Pernambuco
Editores / Redatores:	Rodrigo da Fonseca Magalhães
Dimensão:	20 1/2 X 13 1/2cm
Circulação:	27 de março a 10 de setembro de 1821
Linha Editorial:	governamental

Outros dados

Encontramos na obra de Carlos Rizzini, intitulada *O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil*, às páginas 403-404, o seguinte comentário: "A 27 de março, dela nasceu o semanário *Aurora Pernambucana*, orientado pelo governador e escrito por seu genro e secretário, o português Rodrigo da Fonseca Magalhães. Tinha em mira, como explicava o número inaugural, instruir o público de tudo quanto se fizesse a favor da causa d'El-Rey e da Nação.(...)"

Trazia antes do título os seguintes versos de Camões:

Depois da procelosa tempestade
"Nocturna sombra e sibilante vento,
Traz a manhã serena claridade,
Esperança de porto e salvamento."

ANNO 1821. NUM. 1

O CONCILIADOR DO MARANHÃO.

Sit mihi fas audita loqui
Virg. Æneid. L. 6.

DOMINGO 15 DE ABRIL

MARANHÃO 14 *de Abril.*

Os grandes acontecimentos Politicos das Nações, devendo algum dia entrar nas paginas da Historia, precisão ser minutados por testemunhas contemporaneas, e desinteressadas, a fim de que a Posteridade possa avaliar o merito, ou demerito dos seus cooperadores; aproveitando de huns lições de Virtude, e Heroismo para imitallos, e conhecendo os crimes, e vilezas de outros para detestallos. Eis o fim a que se dirige o trabalho dos Historiadores; porém como estes, ainda mesmo sendo contemporaneos dos factos, não podem presenciallos em todo o Territorio da Nação, cuja Historia escrevem, carecem documentos mais veridicos do que os de huma tradição, quasi sempre suspeita; e eis hum dos fins uteis dos Jornaes. Outro ainda mais essencial he o de servirem de mediadores entre os Governos e os Povos, maximé nas extraordinarias crises, que sempre originão as alterações no Systema Politico de hum Estado. Por hum Jornal conhecem os Povos os passos, que os Governos seguem para regêllos; e estes se instruem sobre os sentimentos com que aquelles olhão as suas deliberações. Que evidente, e inegavel utilidade para hum Paiz onde são admissiveis as idéas liberaes!

Debaixo destes principios, querendo nos concorrer para esta interessante Obra, quanto cabe no curto limite de nossas forças, nos propomos a offerecer ao Publico, neste Periodico, os acontecimentos Politicos, que tiverão principio nesta Cidade no memoravel Dia 6 de Abril, e que successivamente continuarem. Imparcialidade, verdade, e franqueza serão os nossos timbres, e o amor do bem Publico, e da boa Ordem os nossos unicos incentivos. Para o bom de sempenho destes principios rogamos a todos os Habitantes desta Provincia, animados dos mesmos sentimentos, nos queirão communicar tudo o que souberem relativo a factos; assim como as suas idéas tendentes ao bem Nacional, e á justa Causa porque acabamos de declarar-nos; na certeza de que as suas observações serão por nós fielmente transmittidas ao Publico; huma vez que tenhão o cunho da verdade, e decencia, que possa constituillas admissiveis, e não venhão manchadas com huma revoltante impudicicia ou satyra escandalosa, que as torne indignas de lição Publica. Tomaremos a liberdade de fazer algumas reflexões, não só sobre os acontecimentos que observarmos, mas tambem sobre os escritos que nos dirigirem; comtudo naquelles opinaremos sem a pertenção e filáucia de Dogmaticos, e destes nunca nos erigiremos em censores; com ambos nos portaremos com aquella decencia, modestia, e respeito, que exigimos das pessoas que nos honrarem com a sua communicação, as quaes, mesmo divergindo muito dos nossos sentimentos, nem por isso fição degradadas da nossa estima.

Maranhão 6 de Abril de 1821.

Raiou nos Horizontes do *Maranhão* hum dia, que será para sempre memoravel nos Fastos da sua Historia; e com elle brilhou aquelle enthusiasmo de Fidelidade e Patriotismo, que em todos os factos, e épocas caracterizou os Portuguezes de ambos os Mundos. A fausta noticia da Regeneração Politica acontecida em *Portugal* havia dado aos Habitantes do *Maranhão* a infallivel esperança de participarem desta vantagem Nacional; porém o seu caracter probo, e pacifico os conteve, esperando que as representações do Governo Provisorio de *Portugal*, dirigidas á Côrte do *Rio de Janeiro*, deliberassem o Ministerio a prometter ás Capitanias do *Brazil* a adopção da justissima causa, que a Nação abraçava. Esperárão porém debalde: o exemplo da confinante Provincia do *Pará* dispoz os animos para seguil-a; porém ainda esperarão! Esta moderação bem digna de fazer-se nottavel em apoio

Biblioteca Pública do Estado do Pará
Arquivo Público do Brasil
Nº

Título:	O CONCILIADOR DO MARANHÃO
Primeiro Número:	15 de abril de 1821 (manuscrito) / 10 de novembro de 1821 (impresso)
Periodicidade:	duas vezes por semana
Tipografia:	Tipografia do Marechal Bernardo da Costa Soares Pinto da Fonseca
Editores / Redatores:	Antônio Marques da Costa Soares e o Padre José Antônio da Cruz Ferreira Tizinho
Dimensão:	27 1/2 X 16cm
Circulação:	15 de abril de 1821 / 16 de julho de 1823
Linha Editorial:	governamental

Outros dados

Inicialmente, era gazeta manuscrita. Em 10 de novembro do mesmo ano passou a circular impresso, em prelo importado de Londres, trazido pelo governador Marechal Bernardo da Silva Pinto da Fonseca.

A partir de 6 de abril de 1822, passou a chamar-se *O Conciliador*. Com a Independência do Brasil, foi substituído pela *Gazeta Extraordinária do Governo Provisório*, com distribuição gratuita até 1824.

Circulou com 210 números impressos.

O PARAENSE

N. XVII

QUARTA FEIRA 16 DE JULHO

Artigos de Officio

No Periodico Paraense, datado de hoje vem inserido hum artigo, pelo qual consta, que no Lazareto de Bexigosos em Quelluz, foi observado o Cadaver de hum Bexigoso, quatro dias depois da sua morte ainda jazia insepulto: Caso horroroso!!! Logo, que Vm. receber este fara immediatamente constar à esta Junta, os motivos de tão estranho acontecimento = Deos Guarde a Vm. Pará no Palacio do Governo em 10 de Julho de 1822 = Antonio Corrêa de Lacerda, Presidente = João Pereira da Cunha e Queiroz, Secretario = Joaquim Pedro de Moraes Betancourt = José Joaquim da Silva = Balthasar Alvares Pastana = José Rodrigues Lima = Manoel Gomes Pinto = Senr. Belchior Vieira de Macedo.

Illm. e Exm. Senhor = Recebi o Officio de VEx. pelo qual consta observar-se achar-me-so Cadaver de hum Bexigoso tres dias, quando pelo contrario, vou mostrar a VEx. pelas participaçoens do Enfermeiro de Quelluz, em que no dia vinte e nove se achava, como consta do mesmo Officio, vou mostrar mais que no dia trinta foi sepultado o Soldado do 1 Regimento, sendo dada a parte do seu fallecimento pelas tres horas da tarde, e às seis forão chegados dois soldados do mesmo Regimento, com o Servente, mandado pelo seu Coronel Vilaça, para ser sepultado, terceiro; que pela huma hora da tarde falleceu o servente Vicente, que lá estava tambem com Bexigas o cujo foi sepultado pelas seis horas e meia da tarde, quando chegarão os Caleetas com dois soldados do 2 Regimento para abrirem a sepultura, como constatou nos mesmos Officios, que inclusos remeto à VEx. para que VEx. haja de ficar na intelligencia de taes malevolos, que mandão por na gazeta cousas, a fim de insultarem os Cidadãos da Provincia = Deos Guarde a VEx. Hospital Nacional e Real 11 de Julho de 1822 = Belchior Vieira de Macedo Regente.

Documentos que vinhão inclusos.

Senr. Capitaõ Belchior Vieira de Macedo = Participo a Vm. que os doentes vão indo: a saber, o Vicente naõ tem novidade alguma, as bexigas ja vão secando, a garganta alguma melhora tem, porem os olhos ainda os naõ pode abrir bem, por causa da inchação do rosto, fastio, nada, mas antes instante a instante com-

Título:	O PARAENSE
Primeiro Número:	22 de março de 1822
Periodicidade:	semanal
Tipografia:	Typ. Imparcial de Justino H. de Sá
Editores / Redatores:	D. Thomazia Perdigão Patroni
Dimensão:	20 1/2 X 15cm duas colunas
Circulação:	1822/1823
Linha Editorial:	inicialmente, seguia uma linha governamental, sendo modificada a partir da adesão da província ao governo de Pedro I, visando à independência do Brasil

Outros dados

Encontra-se na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* — parte II — vol. 1, às páginas 94, o seguinte texto: "O jornal sustentava a união da província a Portugal, sob o novo regime constitucional alli proclamado pela revolução liberal de 24 de agosto de 1820 e aqui adaptado pela revolução da Junta governativa".

A publicação de *O Paraense* cessou em fevereiro de 1823 no número 70.

Vê-se escudo d'armas do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, estampado no alto da primeira página, acima do título.

N. 2.

COMPILADOR MINEIRO.

QUARTA FEIRA 22 DE OUTUBRO DE 1823.

NOTICIAS NACIONAES.

PAREÇE, que a Opinião Publica da Provincia do Maranhão sempre foi pela independencia de Portugal, e adhesão á causa da Patria; mas não se tinha podido manifestar pela oppressão, em que jazia. Depois da derrota de Fidie, os Povos do Piauhi, e Ceará d'intelligencia com os bons, e honrados Maranhenses se ligárão estrictamente para consolidação do Systema de Independencia desta Provincia, e havendo huns, e outros occup. hostilmente a mais grande parte della, e reduzido a sua Capital a hum apertado cerco, de maneira que chegou a sentir falta dos alimentos de primeira necessidade, não poderão com tudo restaural-la senão á chegada de Lord Cochrane, por se oppôr a Tropa, que alli se achava, e que se mostrou muito mais tenaz com o auxilio de parte da Tropa do Madeira, que já ter.

A 26 de Julho do corrente anno fundeou a Náo D. Pedro I. em que hia Lord Cochrane na ponta da Coroa de Sotavento, proxima á barra da Capital do Maranhão; immediatamente dirigio o Lord Officios ao Governo Civil, e ao Governador das Armas para fazerem a Independencia, e jurarem obediencia á S. M. o Imperador, declarando desde logo, como bloqueados o Porto, Rio, e Ilha do Maranhão, a Bahia de S. José, e agoas adjacentes, segurando ás ditas Auctoridades os melhores desejos pela prosperidade da Provincia, e que verificaria a sua liberdade na plena escolha de Governo. Nó mesmo dia em casa do Governador das Armas se congregárão as Auctoridades, e muitos Officiaes, e assentárão unanimemente, que se proclamasse a Independencia, e se jurasse obediencia ao Senhor D. PEDRO I: a 28 expedio o Lord participação aos Chefes da Força Armada das Provincias do Ceará, e Piauhi para cessarem as hostilidades; no dia 29 fez sahir a Tropa Portugueza, que estava na Cidade, e Fortalezas para se eleger livremente o novo Governo daquella Provincia. O Lord fez logo sahir hum Brigue para o Pará a fazer-lhe a mesma intimação, e he de esperar que já tenha abraçado a Causa do Imperio.

Achou o Lord no porto da Capital hum Brigue, huma Escuna, cito barcas artilheiras, 16 Navios Mercantes.

O Comboy Portuguez, que sahio com Madeira da Bahia, constava de 70 vélas, de que 57 forão tomadas pela Esquadra Brasileira.

A Estrella Brasileira de 7 do corrente diz o seguinte " Parece fóra de duvida, que M. Hyde de Neuville, membro da Camara dos Deputados de França sahio de Brest no principio de Agosto na Fragata Cybelle com destino para o Brasil com escala a Lisboa. Este Diplomata vem encarregado de huma Missão extraordinaria á cerca dos Negocios do Imperio; traz comsigo o Snr. Conde de Gestas bem conhecido nesta Corte (Rio de Janeiro) e nomeado por S. M. C. encarregado de Negocios, e Consul Geral da França no Brasil.

Ill.mo e Ex.mo Snr. — Por Officio do Governo Provisorio da Provincia do Maranhão, em data de 12 de Agosto do corrente anno, vindo

Ar. Bibl. Nac., Rio de Janeiro, 114

Título:	O COMPILADOR MINEIRO
Primeiro Número:	13 de outubro de 1823
Periodicidade:	indeterminada
Tipografia:	Officina Patrícia, de Barboza e Cia.
Editores / Redatores:	Desconhecidos
Dimensão:	29 X 19cm
Circulação:	até 09 de janeiro de 1824
Linha Editorial:	política

Outros dados

O Compilador Mineiro circulou com 29 números. Teve artigo inaugural sem título, fazendo alusão à Assembléia Geral Constituinte legislativa. O teor deste número, e dos que o seguem, demonstram a linha editorial do jornal, apoiando a monarquia constitucional. Com o término do jornal a Officina Patrícia passa a publicar o *Abelha do Itaculomy*.

N°. 1°.

DIARIO DO GOVERNO DO CEARA'

Preço 40 reis

CIDADE DO CEARA Quinta Feira 1° de Abril de 1824.

Sessão do estabelecimento da Typografia.

EM 29 de Março de 1824. Abrio se a Sessão as horas competentes, leo-se a Acta passada, e achou se conforme. Despacharão se varios requerimentos de partes, e expedirão-se varias Ordens, e Officios. Tendo se na Sessão do dia vinte do corrente Accordado, que o Governo faria a creação dos Officiaes, que deverião compor o trabalho da Typografia Nacional, e os Ordenados, que deverião vencer, em quanto do rendimento della não podessem ser pagos: accordou o Governo, que seria o Impressario Francisco José de Sales enviado pelo Excellentissimo Senhor Presidente do Governo de Pernambuco, e venceria o ordenado de trezentos mil reis annuaes pagos pela Fazenda Nacional a quartets, para coadjuvar ao Impressario, e instruir a mocidade haverião dois Ajudantes compositores Felippe José Fernandes Lana, e Urbano José do Espirito Santo com o ordenado cada hum de centó, e sessenta reis por dia nos primeiros tres mezes, e da hi em diante, se lhe augmentaria o ordenado a porporção de seu adiantamento: haverião mais dois serventes com o ordenado de duzento reis por dias: e finalmente haveria hum Redactor do Diario do Governo, que seria o P. Gonçalo Ignacio de Albuquerque Moreó, pessoa de instrucção, e conhecimentos, que venceria o ordenado de quatrocentos mil reis, e todos os referidos ordenados serão pagos pela mesma Fazenda Publica, e recolhendo-se a ella o resultado da venda das folhas, e mais papeis, que se vendessem, nomeando o mesmo Governo a João Bezerra de Albuquerque, Negociante desta Praça para vender em sua loge com o lucro de oito por cento: e outro sim, que as folhas, que não occuparem meia folha de papel por um, e outro lado se vendão a vinte reis, e as que passarem a outra pagina, se vendão a quarenta reis, porem se for folheto, o Impressario como Administrador da Typografia regulará o preço por que se deva vender, intelligenciará ao Gazeteiro o Redactor inserirá nas suas folhas, composições, e escriptos, as memorias, lembranças e queixas, que qualquer individuo lhe requerer, e da mesma forma o Impressario as imprimirá, quando lhe requererem, comtanto que paguem a taxa estabelecida, e as apprezentem as-

Título:	DIÁRIO DO GOVERNO DO CEARÁ
Primeiro Número:	01 de abril de 1824
Periodicidade:	duas vezes por semana
Tipografia:	Typographia Nacional do Ceará
Editores / Redatores:	Gonçalo Inácio de Loiola Albuquerque Mororó
Dimensão:	20 X 14cm
Circulação:	Cessou ainda em 1824
Linha Editorial:	governamental

Outros dados

Publicado em Fortaleza, através de Manuel de Carvalho Pais de Andrade, que de Pernambuco remeteu material tipográfico necessário à publicação do primeiro periódico cearense. Quanto à dimensão, constatamos diferentes formatos: 30 de julho 30,5 X 21,5cm, 03 de novembro — 25,8 X 21cm

GAZETTA DO GOVERNO

DA PARAIBA DO NORTE.

Nº 27. 1826.

SABADO [illegible] DE AGOSTO.

Sans publicité, point de bien permanent. Sous les auspices de la publicité, point de mal durable — J. Bentham.

PARAIBA

[illegible] 13 do corrente, depois [illegible], um corneta do Batalhaõ 19 unido a mais dous ou tres Camaradas Soldados do mesmo Corpo, lançou maõ do seu bellicoso instrumento e atravez toda a Cidade com uma chamada de Campo. O silencio da noite, e o espirito de novidade, pos em movimento, e susto os pacificos habitantes de todas as ruas ao onde foi ouvido o toque, e em consequencia todos os mais Corpos correraõ aos seus Quarteis. N'um momento ficou toda a Cidade em armas, sem se saber de que parte surgiria o inimigo: appareceo logo o Ill.mo Snr. Commandante das Armas acompanhado de seus Officiaes, e dirigindo-se ao Quartel do dito Batalhaõ 19, ja o achou formado: appareceo no mesmo lugar S. Ex. o Snr. Presidente acompanhado pelo Corpo da Policia, e appareceraõ logo todos os Commandantes dos Corpos, que tratando de examinar o caso naõ encontraraõ motivo ou causa, mais de que a alucinaçaõ daquelles Soldados a fim de tumultuariamente requesitarem certas cousas de que necessitavaõ: prenderaõ-se logo os motores de tal motim, e S. Senhoria o Snr. Commandante das Armas fez uma fala aquelle Batalhaõ exhortando-o á ordem; todos os Senhores Commandantes dos Corpos mostraraõ nesta occasiaõ (bem como todas as mais) um decidido amor pela paz e tranquilidade. Em menos de uma hora, tornou-se a Cidade ao mais pacifico estado.

REFLEXOES.

Os Sucessos que tiveraõ lugar em a noite do dia 13 do corrente, parece ter sido um objecto de entreter muita gente em juizos temerarios. Procedendo-se a mais escrupulosa indagaçaõ, achou-se, que o motivo era, segundo a propria confissaõ dos Soldados presos, o fazerem uma representaçaõ a fim de lhe darem o paõ que venciaõ á dous ou tres mezes passados. A simillhante respeito diremos com franqueza os nossos sentimentos em duas palavras.

Naõ ha nada mais justo, que a medida, pela qual se deve destribuir o paõ, seja uma só em toda a parte, e isto que avançamos a respeito da medida do paõ das Tropas, desejaria-mos, que se realisa-se geral e uniformemente em todo o Imperio; porem concluimos, que a occasiaõ naõ foi das mais apportunas para fazer-se esta repentina mudança com a qual o Soldado naõ atina, e muito mais se reflectir-mos, que elle esta privado effectivamente dos mais recursos por falta de numerario. Foraõ porem, os Reos rigorosamente castigados por amotinadores, depois de se ter procedido em regra, e com todos as formalidades do estilo na boa ordem militar; mas isto parece naõ ter comprehendido as vistas de muita gente. Que se pode, pois, concluir de taes sucessos? Por ventura assentaraõ alguns Senhores

Título:	GAZETA DO GOVERNO DA PARAIBA DO NORTE
Primeiro Número:	16 de fevereiro de 1826
Periodicidade:	semanal
Tipografia:	Typographia Nacional da Parayba
Editores / Redatores:	Walter S. Boardman
Dimensão:	desconhecida
Circulação:	desconhecida
Linha Editorial:	governamental

Outros dados

Na Paraíba, a arte tipográfica foi introduzida pelo inglês Walter S. Boardman que levou do Recife, para sua capital, em 1826, a tipografia denominada Nacional da Parayba, na qual foi impresso o primeiro jornal da Paraíba.

N°. 1. 1827. Preço 80 r.

MUSEU PAULISTA
f. 222
BIBLIOTECA

O FAROL PAULISTANO.

Là libertà est une enclume qui userà tous les marteaux.

QUARTA FEIRA 7 DE FEVEREIRO

A [illegible] é hoje o patrimonio que todos os Po[illegible]. Todas as nações tem feito mais [illegible] esforços, tem sido mais ou menos feli[illegible] tem alcançado maior ou menor porção do pa[illegible] [illegible] com mais ou menos quie[illegible] [illegible] parte ravina; mas todas que [illegible] liberdade.

Tem o [illegible] despotismo lutado contra ella. Os [illegible] governos gothicos, que mal se podem ter de pé na velha Europa até se tem pertendido ar[illegible] nas plagas de Colombo aonde tudo é moci[illegible] viço. Fatal espesso véo com que a ambição tem vendado os olhos de alguns monarchas, que des[illegible] os seus verdadeiros enteresses antes querem reger os povos a saber de uma minoredade immo[illegible] [illegible], do que pela vontade geral legitima, [illegible] expressa.

É [illegible] loucura, diz um Escritor, pertender [illegible] retrogradar os costumes, as [illegible] necessidades os interesses, e o espirito [illegible]. O poder da opinião sobre as vontades é [illegible]. Quanto ella quizer será feito; quan[illegible] resistir será derribado. É necessario marchar [illegible] por ella vencido; por que a luta do [illegible] abusivo contra a opinião não é outra cousa [illegible] luta de alguns interesse individuaes [illegible] interesses geraes; da ociosidade e da mole[illegible] trabalho e a industria; das vaidades [illegible], contra a energica e nobre altivez dos sanguexu[illegible] povos contra os productores; da audacia [illegible] dos fracos contra a moderação e pacien[illegible] dos fortes. Os resultados de luta tão desigual não podem ser incertos.

O mundo civilizado será livre, por que o quér ser, por que trabalha para isso com [illegible] e afinco, por que essa é a opinião geral dos povos.

Mas quem espalha a opinião, quem a faz medrar, quem a uniforma, quem lhe altêa os gritos quem lhe presta essa vigoroza e longas azas com que tem precorrido em tão pouco tempo o universo inteiro? É sem duvida a imprensa, o mais util e precioso invento do homem; o baluarte da liberdade, o terror dos despotas, a protectora da humanidade.

O Brasil dice que queria ser livre, e sua Indepen dencia foi o primeiro fructo do sistema constitucional que tinha abraçado para nunca mais deixar; por que se a liberdade não tivesse calado no Brasil haviamos de sofrer [illegible] e quanto nos quizessem fazer as nossa [illegible] impoliticas e injustas Cortes de Lisboa, assim como antes sofriamos todas as injustiças da metropoli.

Foi a imprensa companheira e auxiliadora da liberdade, quem fez a nossa independencia. Grandes louvores, e gratidão eterna aos denodados escritores que nessa epoca appareceram. O Brazil é indepen dente e continua a querer ser livre. Muitos o tem querido fazer retrogradar ou parar em sua brilhante carreira, mas a Imprensa lhes tem opposto inexpu gnavel trincheira; de modo que marcha com lentos pas sos sim mas vai sempre marchando para a liberdade maior que é compativel com a sociedade civil, é a que todos os povos tem indubitaveis direitos, e com a qual plena, e perfeita só podem prosperar. Todas as principaes Provincias deste Imperio tem impren-

A-72
-26

Título:	O FAROL PAULISTANO
Primeiro Número:	07 de fevereiro de 1827
Periodicidade:	semanal
Tipografia:	em tipografia própria
Editores / Redatores:	José da Costa Carvalho (redator principal) e Antônio Manuel de Campos Mello
Dimensão:	21 X 31cm com 04 páginas
Circulação:	1827/1833
Linha Editorial:	política

Outros dados

Observamos que seus artigos são, em geral, consagrados à defesa dos princípios constitucionais, escritos em linguagem moderada.

N° 9[illegible]

IMPOLITO JOZE DA COSTA

DIARIO DE PORTO ALEGRE

TERÇA FEIRA 25 DE SETEMBRO DE 1827. S. FIRMINO B.M.S

CORRESPONDENCIA.

Sr. Redactor.

Quando qualquer Authoridade constituida, abandonando a ley, trata de pizár aos pés os pacificos Cidadãos, fazendo-lhe só pertencendo á estes a desHoora, os disgostos, e finalmente os trabalhos passados: sou pois, Sr. Redactor, hum desses infelizes, que participei desemelhantes prazeres, como com palavras formáes nascidas de hum sincero, e offendido coração passo a expôr: - Hindo eu na manhaã do dia 25 do passado mez de Junho caminhando em frente da porta da venda de Antonio Martins Guimaraens, meu visinho, estando assentado á mesma porta, com os pés algum tanto estendidos para fóra, hum moleque; sem querer, e por casualidade lhe puz levemente hum pé em cima do delle, e levantando-se este, dizendo-me - *que o matasse com hum fuça, pois que era capaz disso*, - e isto com arrogancia; cheguei-me a elle e lhe puz a mão na cara, retirando-se immediatamente clamando; e perguntando eu á quem pertencia o moleque, me certificarão ser do Illm. Sr. Doutor Juiz de Fóra desta Villa, Agostinho Moreira Guerra, por cujo motivo me dirigí á sua residencia, não só para lhe dar hama satisfação, como para o persuadir do atrevimento de seu captivo, afim de que o corrigisse, evitando assim hum terrivel exemplo para os mais escravos; e hindo em meio caminho encontro o Alcaide, que já de ordem de seu Ministro me vinha chamar: chego com effeito á porta da entrada e alli sem mais nem menos, e estando aquelle com hama mão segurando o moleque, furiosamente, e com toda a desattenção me disse: - Entre, seu Patife, Breigeiro, e Desavergonhado, que quero saber com que desafôro deu neste moleque; e querendo - lhe eu expôr o caso acontecido com todo o respeito, e moderação, fui impellido com aquella mesma precipitação mandando-me recolher pelo mesmo Alcaide á Cadeia, conservando-me nella desde ás 8 horas das manhaã athe ás 4 da tarde, que me mandou soltar á rogos e instancias de meu Sogro o Capitão Joze de Souza Avilla, que nem hum só momento poupou em orar por mim; certificando-lhe o mesmo Illm. Sr. Doutor Juiz de Fóra que já tinha hum Summario principiado para com elle me remetter á essa Capital. - E que tal, Sr. Redactor! Será digno o caso de se lhe dar publicidade, ou não? Terei razão para me contar no numero daquelles infelizes que se espezinhão contra á disposição da Ley, e mente do SOBERANO? Ah!!! Constituição, Santa Constituição como es ludibriada!!! Poderia por ventura eu ser considerado Réo de crime para ser preso em flagrante? Haveria razão para não ser ouvido com attenção, e convencido? Teria por acazo commettido crime para se me formar Summario? E em summa merecería o indigno tratamento, que se me deu em toda a extenção, por ter levemente pizado sem querer hum pé de hum moleque captivo, repellindo-lhe com hama pequena bofetada o desaforo, e altivez com que publicamente me insultou?

Não, não, Sr. Redactor, eu estou convencido, e mesmo me asseverra minha consciencia, que nem se me deveria insultar, nem prender, nem mesmo ameaçar com Summario por crimes, que nem delles existe apparencia: porem, Sr. Redactor, todos

Título:	DIÁRIO DE PORTO ALEGRE
Primeiro Número:	1º. de junho de 1827
Periodicidade:	diária
Tipografia:	Rio-Grandense
Editores / Redatores:	João Inácio da Cunha
Dimensão:	13 X 29cm folha dupla em dues colunas
Circulação:	1827 / 1828
Linha Editorial:	atos governamentais

Outros dados

É com o aparecimento do *Diário de Porto Alegre* que começa a história da imprensa do Rio Grande do Sul.

Tancredo Fernandes de Melo, em sua obra intitulada *Os primeiros jornais do Rio Grande do Sul*, afirma que o *Diário* publicava atos oficiais e o presidente fiscalizava o que devia ser publicado.

No nº de 30 de junho de 1828, aparece o seguinte aviso: 'com este número, formaliza-se este "Diário", quem quiser subscrever para o novo Periódico dirija-se à casa do Sr. Pereira Coimbra, na rua da Praia nº 51. As assinaturas são a 4.000 réis".

NUMERO 12. SEXTA FEIRA 14 DE AGOSTO ANNO DE 1819.

O ECO
NA VILLA REAL DA
PRAIA GRANDE.

Periodico de Correspondencias, Cópias, Repetiçoens, e traduc[illegible] interessantes de outros Periodicos e Obras, tanto Nacionaes, como Estrangeiras: Sciencias, Annuncios, Compras e Vendas, Poezias, Agricultura, &c.

Subscreve-se para esta folha no Escriptorio, na casa do canto da rua do Vasco, com a rua Direita da Praia, onde tambem se distribue, e se entregão as Correspondencias &c., e na Cidade na loja de livros de João Baptista dos Santos, na rua da Cadeia: a Subscripção he de 640 réis mensaes.

[illegible] valor [illegible] podem;
Podem [illegible] estudo as Letras; pode
[illegible] que estudo, e valor, [illegible]
[illegible] interesse.

Filinto Elyzi, o Ode XVII.

Artigo em parte copiado do Correio do Brazil N. 62 de 8 de Novembro de 1825, sobre as Sociedades particulares, [illegible] tanto para melhoramento [illegible], como para instrucçoens Scientificas &c.

" O Espirito das associaçoens, começa a desenvolver-se entre nós, elle he quem nos afiança dos progressos da Civilisação, he a alma da industria, e a fonte fecunda das descobertas uteis. Na Inglaterra, na França, Allemanha, Italia &c., não ha huma só Cidade, que não tenha suas Academias, e Sociedades [illegible], fundadas por Cidadãos ricos, e esclarecidos. Estas associaçoens tem por fim, reunir em hum foco, todas as luzes dispersas; perdidas infallivelmente, sem ellas, por entre os turbilhoens de negocios da vida humana, que se velhacos [illegible] tempo, deverão com mais rapidez do que elle, [illegible] o que elle [illegible] nascer. Ellas apprezentão ainda a vantagem real de [illegible] o [illegible] degradado, [illegible] trabalho na execução de [illegible], na fabricação de [illegible], de vencer a indifferença [illegible], e de vingir os [illegible], que este [illegible].

Os [illegible] que [illegible] dos, [illegible]

os homens, que hum dia devem [illegible] as columnas da Gloria da sua patria; a necessidade de julgar das obras dos outros, em todos os ramos, fazem nascer entre as pessoas que fazem parte da Sociedade, ideias novas, que sem ella não terião já mais lembrado: do estado de juiz deseja-se logo passar a fazer parte, e a Sociedade se alegra aos esforços de seus proprios membros; a emulação se anima, e dá origem a talentos; e esta associação, que no principio era olhada por todos aquelles que a compoem, como hum simples artificio patriotico, torna-se hum corpo poderoso, e respeitavel, ao qual se tem depois a honra de pertencer, e por hum sentimento de ambição bem entendida, se reunem em huma perfeita igualdade, todas as illustraçoens. Se tantas vantagens podem nascer das associaçoens de Literatura, e de industria, ha outras ainda mais interessantes, porque ellas [illegible] ainda com mais rapidez, e seus effeitos beneficos, [illegible] immediatos; queremos fallar das associaçoens de Capitalistas, que fazem abrir canaes de navegação, [illegible] e [illegible] estradas, pontes e calçadas; [illegible] e calçadas Cidades, que se [illegible] a agricultura, [illegible], e pantanos, e crião [illegible] multidão de [illegible], que asseguão a felicida-

Título:	O ECO NA VILLA REAL DA PRAIA GRANDE
Primeiro Número:	29 maio de 1829
Periodicidade:	semanal
Tipografia:	Impresso em Oficina montada à Rua do Vasco, depois S. Leopoldo, hoje Visconde do Rio Branco
Editores / Redatores:	No nº 12 indica autoria do 'Um dos Redatores'
Dimensão:	28 X 15 1/2cm
Circulação:	setembro de 1829
Linha Editorial:	governamental

Outros dados

Depois de vinte e um anos do aparecimento do primeiro jornal publicado no Brasil, surge o *Eco na Villa Real da Praia Grande*. Muitas dúvidas se observam nas informações sobre este periódico. Encontramos um texto de Evaristo da Veiga na *A Aurora Fluminense* (1827-1835), onde declara que "*O Eco da Praia Grande*, jornal de que sai naquela vila uma folha cada semana tem adotado um plano, que em geral nos parece útil, e bem concertado, atenta localidade, em que se publica. Até hoje suas correspondências referem-se a objetos da administração municipal, compreendendo as idéias novas e tendendes a chamar a atenção do povo para coisas de que pode resultar um benefício direto ao país (...)".

No *Jornal do Commercio* de 10/07/1908, Maia Forte diz: "A proximidade em que está a cidade de Niterói, outrora Vila Real da Praia Grande, da do Rio de Janeiro, foi sempre o maior embaraço ao desenvolvimento da sua imprensa, que, pelo exíguo número de leitores locais, não pode entrar em competência com os diários cariocas."

A folha tratava de correspondências 'cartas dos leitores"; anúncios notícias de fuga de escravos, venda, aluguel (normalmente pagos) e produção poética.

N.° 1.° Sexta feira 5 de Março 1830.

PROVINCIA DE GOYAS
MATUTIÑA MEYAPONTENSE

Subscreve-se para esta Folha na Cidade de Cuiabá na Loja do Senhor João Fleury de Camargo, na Cidade de Goyaz [illegible] do Senhor Sargento Mor Manoel Francisco Ferreira, na Villa de S. João d' El-Rei na Typographia do Astro, no Arrayal de Traiiras em caza do Rm.° Senhor Visitador Manoel da Silva Alcares e neste Arrayal na Typographia de Oliveira. As Folhas, por hora, sahirão as Terças, e Sextas feiras; o preço da Assignatura 2800 reis por trimestre.

[illegible] rerum principia parva sunt
Sed suis progressionibus usu augentur
Cic. de Fin. lib. v.

PROSPECTO

A liberdade da Imprensa naõ he considerada, como sustentaculo dos Governos bem cons[illegible] naõ, por que offerece meios para [illegible] geral; por quanto he ésta, que es[illegible] huma base a segurança, e obrigaço[illegible] do Cidadaõ; he ella que faz amar a Justi[illegible] respeitar as Authoridades, e obedecer as Leis: hum pôvo instruido, vendo a necessidade da Naçaõ, abraça, e soffre, sem murmurar, os impostos; considéra o Governo, como o seo maior bem, e aborrece o homem sedicioso, e turbulento, como o maior inimigo da Sociedade: naõ entra pois em duvida, que a instrucçaõ seja a melhor e maior Garantia dos Governos Constitucionaes.

Firme nestes principios, e persuadido, que os Periodicos tem concorrido, em grande parte, para se espalharem as luzes entre o pôvo, emprehendi a ardua em presa de redigir o Periodico MATUTINA MEYAPONTENSE, que terá em vista o seguinte.

Integra dos De[illegible]tos e Resoluçoens da Assemblea Geral.

Decretos, Provisoens, e Avisos lançados no Diario Fluminense, que forem applicaveis a nossa Provincia.

Hum extracto das Sessoens de ambas as Camaras Legislativas.

Al[illegible]s Discursos dos Senhores Senadores, Deputados.

[illegible] Nacionaes, e Estrangeiras colhidas [illegible]ores Periodicos.

[illegible]-se todas as Correspondencias, vindo [illegible] as formalidades legaes, e se guardará hum inviolavel segrêdo, quando assim o exijaõ; protesta-se porem de naõ se aceitar correspondencias, que naõ se compadecerem com a decencia que deve apparecer nos escriptos de huma [illegible]lha, que so tem por fim a Felicidade da Patria na identificaçaõ de todos os Brasileiros com a Constituiçaõ, e o IMPERADOR.

Talves pareça mais que audacia, o pertender eu offerecer aos meos Patricios Goyanos, hum Periodico, em hum Arrayal, se bem que o mais populoso da Provincia, falto todavia de communicaçoens, por estar situado fora da Estrada geral, e distante de Goyas 26 legoas, para onde unicamente tem hum Correio mensal: talves haja mesmo quem diga, que a empresa he superior as minhas forças e que naõ calculei a tarefa que me impuz; eu concordo com todos e he mesmo porque reconheço a pobreza dos meos talentos, que nenhum outro nome me pareceo taõ analogo a este Periodico, como o de Matutina; cuja luz muito pouco clarêa, más como naõ se lhe pode negar ser a Precursôra do Dia, creio que assim mesmo hirei dissipando as trevas, ate que Espiritos illuminados queiraõ espalhar suas luzes. Possuido porem de hum verdadeiro Patriotismo, so tendo em vista o bem sêr da Naçaõ, e soccorrido pelas sabias doctrinas da Aurora, Astro, Pharol e outros mais Periodicos verdadeiramente amigos do IMPERADOR, e do Brasil espero satisfazer o que tenho emprehendido.

ARTIGOS DE OFFICIO

Primeira Sessaõ Preparatoria

Aos vinte e nove dias do mez de Novembro de mil oito centos, e vinte e nove, oitavo da Independencia, e do Imperio, pelas nove horas da manhaã, nesta Cidade de Goiaz, em o Paço destinado para as Sessoẽs do Conselho Geral da Provincia, reunidos os Snrs. Conselheiros da mesma Provincia, nomeados para servirem, durante o tempo da segunda Legislatura, e verificando-se o numero sufficiente para haver Sessaõ na forma da Constituiçaõ, Artigo setenta e oito e da Carta de Lei de vinte e sete de Agosto de mil oito centos e vinte e oito, comecaraõ de [illegible]si por acclamaçaõ, para Presiden-

Título:	MATUTINA MEYAPONTENSE
Primeiro Número:	5 de março de 1830
Periodicidade:	inicialmente, duas vezes por semana
Tipografia:	Typographia do Matutina
Editores / Redatores:	Pe. Luiz Gonzaga de Camargo Fleury
Dimensão:	quatro páginas, em papel almaço, contendo duas colunas
Circulação:	5 de março de 1830 / 24 de maio de 1834
Linha Editorial:	Política

Outros dados

No *Matutina* nº 4, de 16 de março de 1830, encontramos um poema de Silva e Sousa sobre a fundação do Jornal:

> "*Chegou enfim a Imprensa de Oliveira, bem haja aquelle engenho que primeiro fez fundir o metal, de que se formo movivel alfabeto, que designa sobre o papel, o que é recomendável, para passar às gerações futuras!*
> *Venturosos despêndios que eternizam o beneficio feito a quem estudo*"

O *Matutina Meyapontense* circulou no arraial de Meia Ponte, atual Perenópolis. Surgia no mesmo ano (1830) a Lei de Imprensa, para realizar a "*linguagem caústica, ferina, desabrida e imoral nas folhas da oposição*".

No primeiro número é registrada a ideologia — os princípios do *Matutina*:

> "Integra dos decretos e resolução da Assembléia Geral;
> Decretos, Provisões e Avisos lançados no *Diário Fluminense*, que forem aplicáveis a nossa Provincia;
> Um extrato das sessões de ambas as Câmaras Legislativas;
> Alguns discursos dos Srs. Senadores e Deputados;
> Noticias nacionais e estrangeiras colhidas nos melhores periódicos;

O *Matutina* circulou com um total de 526 números. Houve mudança na periodicidade, que passou a três vezes por semana, a partir do número 25.

NUMERO [illegible] SABBADO [illegible] FEVEREIRO [illegible]

IRIS ALAGOENSE

JORNAL POLITICO, LITTERARIO, E MERCANTIL.

Subscreve-se para este periodico, em Maceió na Typographia Patriotica, rua do [illegible] N.º 2 e na botica de Marcellino rua do Commercio; nas Alagôas, na loja do Sr. Manoel [illegible], e em Pernambuco na loja de Livros de Joaquim Nunes de Abreu, [illegible] do Livramento, [illegible]. O preço da subscripção é de 2$000 rs. por trimestre, e vendem-se folhas avulsas a 80 rs. nos sobreditos lugares.

[illegible]

Volney, Cap. XIII.

MACEIÓ NA TYPOGRAFIA PATRIOTICA.

CONSIDERANDO das vantagens incalculaveis que da Federação, sanccionada pela Assembléa legislativa, devem resultar ao Imperio em geral, e à esta Provincia em particular, a Sociedade Patriotica de Maceió adoptando a nova denominação de —Sociedade Federal— [illegible] extraordinarias de 14 e 16 do corrente anuio à uma proposta do Sr. Conselheiro e Membro da Commissão typographica Francisco de Meira Luna, e desposa de imitar o exemplo da Sociedade irmã de Pernambuco, encarregou-me da redacção d'um novo Periodico intitulado —O Federalista, [illegible] prospecto [illegible] dia 4.ª Feira 22 de Fevereiro, [illegible] os Socios collectiva e individualmente a contribuir com sua pessoa, e influencia para continuação das publicações periodicas, baluartes inexpugnaveis da Liberdade Brasileira, e fontes inexhauriveis d'instrucção, moral, e civilização tão urgentes em nossa Provincia.

O acontecimento funesto da noite de 23 de Janeiro, sem diminuir o enthusiasmo que me anima a favor do Liberalismo, sempre me deixou n'uma especie d'indecisão à respeito da linha de conducta que pelo futuro me era prudente adoptar, a memoria da Sociedade dezejava meu regresso, e acelerou a minha resignação do honroso cargo que me fôra confiado, minha resolução era tomada, e os preparativos de minha viagem estão feitos, quando varios membros da mesma que me julgarão sempre digno da contemplação dos Liberaes, approvando a doutrina politica que professo, me manifestarão o dezejo da maioria dos Patriotas de me ver permanecer n'esta Villa, e continuar a redigir o Periodico da Provincia. No mesmo dia fui chamado pelo Sr. Presidente, que me tendo lido uma proposta, feita pelo Sr. [illegible] unanimemente approvada depois de algumas modificações, me perguntou se, fiado na protecção da Sociedade quanto à minha segurança [illegible], eu me determinava a acceitar as condições propostas, redigindo a gazeta da Provincia, e dirigindo os trabalhos typographicos. Sensivel as provas [illegible] de [illegible] e amizade que me [illegible] Membros prezentes, mudei a minha determinação, e decidi-me a não desamparar o meu posto, em quanto taes esforços merecerem a approvação dos verdadeiros amantes da Liberdade.

Antes porem de continuar a publicação da Iris Alagoense, julgo de meu dever advertir aos assignantes, e leitores d'este periodico, que se elles examinarem com attenção os escriptos que me são pessoaes, reconhecerão que nunca me desviei do fim que me tinha proposto, e reflectindo que não convem a um escriptor liberal transigir com opiniões contrarias disfarçadas sob o veo especioso de *Moderação* —pregada com violencia— *Clemencia* exigida por quem [illegible] nunca souberão obedecer, e —*Leis*, que [illegible] salutar da Imprensa, aos mesmos [illegible] a violar, convencer-se-ão que é de absoluta necessidade refutar os sophismas manhosos de inimigos occultos que entre nós residem, e isto com a energia e força de raciocinio que obrigão os mesmos [illegible] dos Liberaes a reconhecer que nenhum proveito podem derivar de [illegible] logo que appareça um escriptor [illegible]

Título:	IRIS ALAGOENSE
Primeiro Número:	17 de agosto de 1831
Periodicidade:	duas vezes por semana
Tipografia:	Typ. Patriótica
Editores / Redatores:	
Dimensão:	31,5 X 21,5cm, apresentava-se em quatro páginas de papel almaço, em duas colunas
Circulação:	1831 / 1832
Linha Editorial:	política

Outros dados

Observa-se no texto do prof. Moacir Medeiros de Sant'Ana, em seu livro *A História da Imprensa em Alagoas*, que o periódico em questão teve seu número inicial impresso na Bahia em data desconhecida. Na verdade, a 17 de agosto de 1831 era impresso o segundo número, estampado em Maceió, cujo detentor do original é o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Era um jornal que tratava de política, literatura e comércio, porém, segundo o prof. Moacir, era a política o fator primordial de sua criação.

No nº 50, de 18 de fevereiro de 1832, foi suspensa sua publicação para surgir novamente no dia 22 daquele mesmo mês e ano, porém intitulado *O Federalista Alagoense*, o qual circulou até início de 1836.

Nº 6. QUINTA FEIRA 28 DE JUNHO DE 1832. Preço 60 rs.

O CATHARINENSE

Subscreve-se para esta folha em casa do Redactor na rua do Livramento, e nas lojas de José Caetano Pereira na rua Augusta, e Francisco de Paula Leite na rua do Principe, e nas lojas de José Maria da Luz na rua Augusta, e Joaquim Machado de Souza no Largo da Praça pelo preço da assignatura he 1$000 rs. por trimestre.

Si o crime morde a censura a imprensa,
Quem mão escreve, então, que faz? que pensa?

UNIÃO E LIBERDADE, INDEPENDENCIA OU MORTE

SANTA CATHARINA, NA TYPOGRAFIA DO CATHARINENSE, RUA DO LIVRAMENTO.

Agora que me acho na terra onde primeiro vi a luz do dia, rodeado de meus Patricios, cheio de prazer e alegria a elles me dirijo. Sim Catharinenses, o amor de minha patria, o amor á minha Provincia, he quem hoje dirige minha penna; eu nestes escriptos não terão de apparecer pomposos rogos de sublimidade, com todo meo estilo, ainda que rude, exprimirá sómente a linguagem pura da verdade; despido da lisonja e da viz adulação, eu não tributarei homenagens, sinão á lei, á razão e á justiça.

Nascido entre vós, posto que educado ao longe, sempre conservei no fundo do coração hum sentimento occulto, que me chamava para vós, embora eu não tivesse idéa alguma de nossa terra, minha imaginação constantemente me pintava como a mais bella de todo o Brazil; muitas vezes intentei ir visitar os lares patrios, porem minhas circumstancias o impossibilitarão, até que finalmente offerecendo-se agora occasião favoravel, voluntariamente me apressei a voar para a terra, que me vio nascer: esta minha deliberação não foi movida pelo sordido interesse, e sim pelo [illegible] patrio, pois deixei a Côrte onde fui educado, onde vivi por mais de vinte annos, e onde finalmente deixei grande numero de amigos, para vir com mera passagem para nossa Provincia

Título:	O CATARINENSE
Primeiro Número:	28 julho de 1831
Periodicidade:	desconhecida
Tipografia:	Typographia do Catarinense
Editores / Redatores:	desconhecidos
Dimensão:	24 1/2 X 17cm
Circulação:	desconhecida
Linha Editorial:	política

Outros dados

Em Santa Catarina, a imprensa foi estabelecida em 1831, quando começou a ser publicado em Desterro o jornal *O Catarinense*, e por espaço de mais de trinta annos foi a capital a única localidade a possuir typographia. Só em 1863 teve ingresso em Joinville, passando depois a Laguna (1879)... "— informações retiradas da obra "Genese e progresso da imprensa periódica no Brasil. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, pt.1, 1908. O jornal *O Catarinense* foi fundado pelo capitão de engenheiros Jerônimo Francisco Coelho.

Constatamos dúvidas nas informações sobre a data de criação do jornal. Na enciclopédia Delta Larousse, tomo 3, p. 1.448, encontramos "primeiro periódico de Santa Catarina, fundado a 11 de agosto de 1831 na vila do Desterro hoje Florianópolis, por Jerônimo Francisco Coelho, capitão do corpo de Engenheiros. Editado quatro meses após a abdicação de d. Pedro I (7 de abril de 1831), apoiou o novo governo."

O jornal tinha como proposta defender a liberdade e a independência do país.

821

N. 12. SABBADO 10 DE NOVEMBRO. 1832.

O NATALENSE.

JORNAL POLITICO, MORAL, LITTERARIO, E COMMERCIAL.

Subscrevem-se para esta Folha na Typografia, no Assu em caza de José Varella Barca, em Goianinha em caza de Ignacio Joaquim Dias; a 6$000 réis por anno, 3$000 por semestre, 2$000 réis por quartel, e vendem-se Numeros avulsos a 80 réis.

Admonere volumus, non mordere: prodesse, non laedere; consulere moribus hominum, non offerre. ERASM.

Quizemos admoestar, não affligir, aproveitar, não offender; vigiar os costumes dos homens, não prejudicados.

CIDADE DO NATAL, NA TYPOGRAPHIA NATALENSE.

EDITAES.

À Junta da Fazenda Nacional desta Provincia, attendendo ás difficuldades encontradas no corte do Pau Brazil, pela pequenez do preço até agora estipulado, manda publicar, por meio do prezente Edital, que todo o Pau Brazil cortado nas Matas de Villa Flor, Formoza, até os Marcos será pago nos Armazens desta Capital a preço de dois mil reis por quintal: o das Matas do Tibáu, Pirangi, e Cotuvêlo á mil, e nove centos reis; e o da Ponta Negra, em circumferencia desta Cidade, a mil, e seiscentos reis. E para que chegue a noticia de todos se affixou o prezente. Secretaria da Junta da Fazenda na Cidade do Natal 30 de Outubro de 1832.

Joaquim José Pinto.

O Dr. Antonio de Cerqueira Carvalho da Cunha Pinto Junior, Ouvidor Geral, e Corregedor da Comarca, e Juiz dos Feitos do Rio Grande do Norte com alçada por S. M. I. e C. que Deos Guarde etc.

Faço saber que sendo-me incumbido por Portaria da Junta da Fazenda desta Provincia, de 5 do andante mez, que proceda executivamente contra os devedores da mesma, a fim de sua pronta indemnisação, e não desejando eu que se augmente com custas os debitos de cada hum; os convido compareção neste Juizo a satisfazerem o que devendo se achão, no praso de oito dias os deste Destricto, no de trinta os das Villas visinhas, e no de sessenta os da Villa do Sertão, certos de que não comparecendo no termo marcado terão o dissabor de soffrerem huma activa execução em seus bens. E para que chegue a noticia de todos e se prestem como espero mandei affixar o presente e publica-lo pelo Jornal. Dado na Cidade do Natal sob meu signal e sello ex causa aos 7 de Novembro de 1832. O Escrivão vitalicio da Correição e dos Feitos José Fernandes Carrilho o escrevi. — Antonio de Cerqueira Carvalho da Cunha Pinto Junior. Ao sello ex officio. V. s. s. ex causa. — Cerqueira Carvalho.

O Dr. Antonio de Cerqueira Carvalho da Cunha Pinto Junior, Ouvidor Geral, e Corregedor da Comarca do Rio Grande do Norte, com alçada por S. M. I. e C. que Deos Guarde etc.

Faço saber que achando se muitas das causas movidas na Ouvidoria e Correição desta Comarca incursas no lapso marcado para não poderem continuar, sem nova citação: o que de certo tem acontecido por assim convirem as partes, ou por se terem conciliado, ou por conhecerem a sem razão com que as moverão, e sendo semelhante meio de se dar fim as causas, muito prejudicial, não só aos funcionarios da Justiça como aos Direitos do Sello Nacional, que deverião pagar se as findassem, ou se dellas desistissem ou se compozessem por termo nos autos, e não devendo eu em tal jamais consentir declaro a todas as pessoas que tiverem neste Juizo causa em identicas circunstancias lhe dem o devido andamento, ou lhe ponhão limite com as formalidades exigidas, isto no termo de oito dias para os que residirem nesta Cidade, de trinta nas Villas visinhas, e para os das Villas do Sertão no de sessenta da data deste, e quando assim o não fação procederei a respeito dellas como me cumpre. E para que chegue a noticia de todos e não se allegue ignorancia mandei affixar o presente e publica-lo pelo Jornal. Dado na Cidade do Natal em Correição, sob meu signal e sello do Juizo, ou valha sem sello ex causa aos 8 de Novembro de 1832. — O Escrivão vitalicio da Correição José Fernandes Carrilho o escrevi. — Antonio de Cerqueira Carvalho da Cunha Pinto Junior. —

Título:	O NATALENSE
Primeiro Número:	1832
Periodicidade:	indeterminada
Tipografia:	Tipografia Natalense
Editores / Redatores:	desconhecidos
Dimensão:	30 X 21 cm
Circulação:	1832 / 1837
Linha Editorial:	política

Outros dados

Em 1832, por iniciativa do padre Francisco de Britto Guerra, depois senador, era publicado o primeiro jornal impresso no Rio Grande do Norte. Sua impressão se dava fora da província. Era impresso ora no Maranhão ora em Pernambuco e até mesmo no Ceará. Somente um ano depois da sua primeira publicação, passou a ser impresso em tipografia própria montada na capital, a Typographia Natalense.

Circulou durante cinco anos, quando cessou sua publicação por imposição de um presidente que receava a análise dos seus atos.

Em seu substituto, dizia-se político, moral, literário, comercial e trazia na primeira página as seguintes palavras: "Quisemos admoestar, não affligir, aproveitar, não offender, vigiar os costumes dos homens, não prejudical-os .

ANNO DE 1833. SABBADO 27 DE JULHO. NUMERO [illegible]

RECOPILADOR SERGIPANO.

Subscreve-se para esta Folha em Maroim na casa do Sr. José Pinto de Carvalho, na Villa das Laranjeiras na do Sr. Padre José Joaquim de Campos, e nesta Villa, na Typographia a 2$000 por trimestre, pagos adiantados: e vendem-se os numeros avulsos.

☞ Se o jornal se quereis ser lido [illegible] / Sede [illegible] se quereis ser lidos.

([illegible])

VILLA CONSTITUCIONAL DA ESTANCIA. TYPOGRAPHIA DE SILVEIRA E C.ª

DECRETO.

A Regencia, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro Segundo, em additamento ao Decreto de vinte e tres de Dezembro de mil oitocentos e trinta e hum, Decreta o seguinte.

Os Majores de Legião, usarão do distinctivo estabelecido no citado Decreto para os outros Majores da Guarda Nacional.

O Secretario Geral, o de Capitão da mesma Guarda.

Os Quarteis Mestres, e Cirurgiões Mores, tanto dos Corpos de Cavallaria, como da Legião, terão o distinctivo de Tenentes, tendo alem disto os Cirurgiões Mores no braço esquerdo hum angulo de galão amarello, com o vertice para baixo.

Os Cirurgiões Ajudantes usarão do distinctivo de Alferes, e do dito angulo no braço esquerdo.

Os Sargentos Ajudantes e Tambores Mores, terão o distinctivo de primeiros Sargentos.

Honorio Hermeto Carneiro Leão, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dois de Janeiro de mil oitocentos e trinta e tres, decimo segundo da Independencia e do Imperio.

Francisco de Lima e Silva.
José da Costa Carvalho.
João Braulio Muniz.
Honorio Hermeto Carneiro Leão.

CORRESPONDENCIAS.

Sr. Redactor. — Huma nova injustiça acaba de praticar o Exm.º Conselho Presidencial desta Provincia: e como desta vez tambem foi victima da sua arbitrariedade, não quero deixar de publical-a, ao menos para que o Publico possa conhecer que Conselheiros temos. He o caso:

Sendo levada á presença do Exm. Conselho huma representação por parte de alguns habitantes da Villa e Freguezia de Itabaiana, pedindo (de acordo com os do lugar) fosse erecta em Villa a Povoação da Divina Pastora, e que a ella ficassem pertencendo, por ahi se lhes tornarem todos os recursos tanto mais commodos, como he a differença de huma para seis leguas, alem de outras muitas commodidades; foi-lhes indeferida esta supplica, não obstante ser baseada na razão, ter por fim o bem publico, e o Exm. Conselho achar-se authorisado para crear villas nos lugares, onde for conveniente.

Porem não parou aqui a injustiça do Exm. Conselho: Hum vacivao, não sei lá porque maneira, consegue apoderar-se da representação, e sem que ninguem lhe pedisse esse favor (a não ser alguma pessoa mesmo do Conselho), faz huma replica falsa em nome dos mesmos habitantes do Termo e Freguezia de Itabaiana, pedindo para ficarem pertencendo á Villa de Santo Amaro das Brotas, visto não ter lugar a criação da Villa [illegible] Divina Pastora, e sobre com ella a dita [illegible] sentação, e de novo a submette á deliberação do Exm. Conselho, não vindo assignado este segundo papel pelos mencionados habitantes de Itabaiana, em nome dos quaes requerem.

Logo que appareceu tal papel, tres illus-

An. Bibl. Nac., Rio de Janeiro, [illegible]

Título:	RECOPILADOR SERGIPANO
Primeiro Número:	setembro de 1832
Periodicidade:	duas vezes por semana
Tipografia:	Typographia de Silveira e Cia.
Editores / Redatores:	José Pinto de Carvalho e Padre José Joaquim de Campos
Dimensão:	25 X 15cm com quatro páginas em duas colunas
Circulação:	1832 / 1834
Linha Editorial:	governamental

Outros dados

Era publicado às terças e sábados. À direita trazia como epígrafe "Sede justos se quereis ser livres / Sede unidos se quereis ser fortes" (Washington).

849 QUARTA FEIRA 17 DE JANEIRO N.º 1

CORREIO DA VICTORIA.

ADVERTENCIA.	EPHEMERIDES.	PARTIDA DOS CORREIOS.
O CORREIO DA VICTORIA publica-se [illegible] [illegible] Subscreve-se a [illegible] reis por [illegible], e [illegible] reis por semestre, pagos adiantados, na Typ. [illegible] do editor F. A. de [illegible], rua da Praia. Folha avulsa 80 reis.	Crescente a 2 às 4 horas 22 minutos da manhã. Cheia a [illegible] às [illegible] horas e 27 minutos da tarde. Minguante a 16 às [illegible] horas e 51 minutos da manhã. Nova a 24, às 7 horas e [illegible] minutos da manhã. Crescente a 31, a 4 hora e 30 minutos da tarde.	Rio de Janeiro, Itapemerim, Benevente, Guarapary e Espirito Santo, 1, 5, 10, 15, 20 e 25. São Matheus, Serra, Nova Almeida, Santa Cruz, Linhares e Barra de São Matheus, 2, 12, e 22. Minas nos dias 1 e 15.

PROSPECTO.

E' a imprensa periodica na presente época, o vehiculo de relações entre os povos cultos, o meio facil e producente de prover a instrucção popular, e uma das mais palpitantes necessidades de todas as classes da sociedade, que apparece com o alvorecer da manhã. Tem, porem, a instituição da imprensa periodica outra missão mais sagrada e sublime. Gemea da liberdade, consanguinea da civilisação, deve ella doutrinar e moralisar a humanidade, edifical-a nos preceitos das suas crenças, inicial-a nas pesquizas e indagações das sciencias, guial-a nos conhecimentos das artes, e das letras, arrancal-as das trevas dos preconceitos e dos erros da superstição: tal é a sua importante missão; tal o tem sido até o presente na culta Europa, e o é nos florescentes estados da união Americana, e começa de ser no fertil e robusto imperio do Equador.

Com sua apparição, despontarão as sciencias, artes e letras; e o commercio, que nos abrio as portas á industria, a agricultura, e á navegação, que nos collocou emfim a par de alguns povos do universo.

E sendo que a cada um em particular, ou á todos em geral, é dado o promover os melhoramentos da sociedade, vimos por nossa vez intentar empresa ardua mas honrosa, para hombros mais robustos, que não os nossos; mas certos de que não seremos desamparados daquelles, que mais amão, e se dedicão ao bem ser desta fertil provincia do Espirito Santo, faremos quanto em nós couber para preencher a lacuna que nella se fazia sentir pela falta de um periodico, concorrendo para seu melhoramento, tanto social, como material.

E' a publicação de uma folha diaria de grande necessidade para os habitantes desta capital, precisão, que tem de recorrerem aos jornaes da côrte, e de outros lugares para annuncios de transacções mercantis, e outros objectos. Mister é, porem, algum sacrificio: todavia se reconhecemos a falta que até hoje aqui existe de um periodico, não o devemos desanimar. Assim o *Correio da Victoria* não será publicado, por agora, mais do que duas vezes por semana, segundo o seu contracto, todavia para esperar que, sendo com a concurrencia dos assignantes, e protecção do governo, conseguiremos augmentar o seu formato, e quiça tambem apparecer mais vezes, com pouco ou nenhum augmento do preço porque vae taxada a assignatura.

• Esquando é repetiremos o principio já consagrado no 2.º periodo do nosso prospecto, o qual será por nós fielmente cumprido; mas não podemos dispensar-nos do dever de citarmos o topico relativo á typographia, exarado no luminoso relatorio, que o benemerito ex-presidente desta provincia, o Exm. Sr. Dr. Antonio Pereira Pinto, em quem sobrão as luzes que nos faltão, apresentou ao Exm. Sr. vice-presidente, quando passou-lhe o alto cargo de que se achava investido.

« A assembléa provincial, acertadamente pensando nos inconvenientes da falta de uma typographia, e nos incalculaveis damnos que á provincia tem vindo de não existir nella esse meio poderoso de civilisação, autorisou a presidencia com designada quantia para engajar essa empresa. De accordo com os desejos dessa assembléa, firmei o respectivo contracto, e de janeiro por diante contará a provincia com esse valioso auxiliar de sua futura grandeza. Nutro a intima convicção, que a imprensa tirará a provincia da especie de abatimento em que tem jazido, levará ao conhecimento do governo geral a enumeração de tantas de suas necessidades, e publicará as correspondencias de seus presidentes, alguma das quaes, e bem interessante, existe inedita na secretaria do governo.

« A imprensa fará bem conhecida esta provincia, seus recursos, suas riquezas, tantos rios navegaveis que ella encerra, tantos elementos de prosperidade com que conta; despertará assim, talvez a ambição de novos povoadores, e a elevará ao lugar que lhe compete na lista das demais provincias do Brasil. Será esta mais uma victoria, conseguida pelo famoso invento de Guttemberg: e um dia me encherei de satisfação, quando relatar-se-me os resultados proveitosos, que se colhêo dessa instituição.

« Comtudo, sendo prudente neutralisar alguns males, que tambem são inseparaveis da creação de uma imprensa, em seu começo, no contracto, que fiz, acautelei todos esses prejuizos: o estabelecimento de uma typographia nesta provincia não será o canal por onde se vasem torpes recriminações, aleivosas diatribes; não será uma arena, onde se debatão gladiadores; seus fins são mais nobres: os melhoramentos materiaes do paiz, a publicação dos actos officiaes, a vulgarisação de noticias colhidas em escriptores eruditos; eis o programma que assignalei.

« A transgressão d'estes preceitos será peremptorio motivo da recisão do contracto, e ao prudente arbitrio de V. Ex. cabe o [illegible]

Título:	CORREIO DA VICTORIA
Primeiro Número:	17 de janeiro de 1849
Periodicidade:	Duas vezes por semana
Tipografia:	Typ. Capitaniense
Editores / Redatores:	Pedro Antônio de Azevedo
Dimensão:	28 X 16cm
Circulação:	1849 / 1871
Linha Editorial:	política

Outros dados

Folha política, literária e noticiosa.

"De 12 a 30 de novembro de 1859, deu a estampa o "Catecismo histórico e político de José Marcolino Pereira de Vasconcellos, formando um folheto de 24 páginas.

Alguns autores informam que o primeiro periódico impresso no Espírito Santo foi o *Estafeta*, publicado em 1840. Porém, não se conhece nenhum original. Parece que somente foi publicado apenas um único número.

NUMERO 73. QUARTA-FEIRA 4 DE JANEIRO DE 1854. 2.º TRIMESTRE.

ESTRELLA DO AMAZONAS.

SAI A ESTRELLA DO AMAZONAS publica-se uma vez por semana, e para ella subscreve-se na sua typographia na rua de Manaus casa n.º —: o preço da assignatura he de 2$000 reis por trimestre, que conterá 12 numeros, pagos no recebimento do 1.º n.º de cada trimestre. As folhas avulsas custarão 200 reis. Os assignantes terão 20 linhas gratis, e d'ahi para cima pagarão 80 réis por cada uma.

Cidade da Barra do Rio Negro, na Typ de M. da S. Ramos, rua de Manaus n. — 1854.

O ANNO BOM.

Hoje dia 1.º de Janeiro, o dia de anno bom, sempre festivo, sempre esperançoso, merece agora por mais de um titulo alegres saudações dos habitantes do Amazonas. E o segundo anniversario d'aquelle em que se investio das prerogativas de Provincia esta grandiosa porção do Imperio do Brasil, e ingratos seriamos se não commemorassemos este facto como principal origem de varios beneficios que já gosamos, e de outros muitos ainda mais consideraveis que se nos antolhão no porvir.

Recordando os successos do biennio que hoje finda só temos motivos para render graças a Divina Providencia pelos favores que Se Dignou dispensar-nos. Em todo esse periodo nenhum infortunio, nenhuma calamidade appareceo que affligisse a povo Amazonense, nenhuma emergencia que perturbasse a justa satisfação com que os Brasileiros contemplão o lisongeiro estado de tranquillidade em que se conserva a sua querida Patria.

Quanto aos melhoramentos que dependem dos esforços e da boa vontade dos homens, cremos que tambem não temos razões de queixa. Ainda muito lenta é a nossa marcha na estrada que deve conduzir-nos á posição de verdadeira grandeza; mas pede a justiça que igualmente reconheçamos que todo o zelo, todo o patriotismo dos Poderes constituidos não podem ser por si só bastantes para transformar de repente as condições e circunstancias de um territorio vastissimo, pela maior parte inculto e despovoado, e para fazer entrar os seus habitantes no effectivo goso de todas aquellas vantagens, que cahem aos poros mais adiantados em civilisação. É empreza de muitos annos, e até de seculos; estando porem dados felizmente os primeiros passos, devem os seguintes tornar-se de dia em dia menos difficeis.

Se, como esperamos da protecção do Omnipotente, e do bom senso dos Brasileiros, continuar a ser mantida a ordem publica pela fiel observancia de nossas liberaes instituições, se os Amazonenses, reconhecendo o paternal desvelo com que o Governo do Senhor D. Pedro Segundo cura da sorte e dos interesses d'esta extremidade do Imperio, se empenharem em auxiliar a execução de suas patrioticas vistas; se as discordias civis não vierem desgraçadamente estorvar a marcha que temos encetado, bem proxima estará a epocha em que as artes e a industria comecem a fazer desenvolver de um modo admiravel os incalculaveis elementos de prosperidade que nos liberalisou a Natureza.

Congratulando-nos pois com os nossos leitores por havermos entrado sob tão felizes auspicios no anno de 1854, e estimando muito que tenhão passado alegremente as festas do Natal, continuaremos contentes a tarefa de que nos achamos encarregado. Bem limitadas são as nossas forças, mas ninguem nos excede no desejo de prestar algum serviço a esta abençoada terra que nos viu nascer.

Quartel do Commando Superior da Guarda Nacional da Provincia do Amazonas, na Cidade da Barra do Rio Negro 21 de Dezembro de 1853.

Ordem do Dia N.º 4.

O Coronel Commandante Superior da Guarda Nacional da Provincia manda publicar a proposta, que por copia lhe foi dirigida por officio de Exm.º Snr. Conselheiro Presidente da Provincia em data de hoje, para conhecimento dos Senhores Officiaes promovidos, cujo theor he o seguinte:

Officio. — Transmitto a Vmc. para seu conhecimento a inclusa copia da Portaria d'esta data, pela qual resolvi nomear os Officiaes para o 1.º Batalhão de Infantaria de Guardas Nacionaes do Municipio d'esta Capital, cumprindo que Vmc. faça constar aos residentes na Capital que deverão solicitar no Secretaria do Governo as suas Pa-

Título:	CINCO DE SETEMBRO (mais tarde Estrella do Amazonas)
Primeiro Número:	3 de maio de 1851
Periodicidade:	semanal
Tipografia:	Oficina tipográfica de Manaus.
Editores / Redatores:	Manuel da Silva Ramos
Dimensão:	18 X 26 cm
Circulação:	3 de maio a dezembro de 1851
Linha Editorial:	governamental

Outros dados

Primeiro periódico publicado na província do Amazonas, na cidade de Barra do Rio Negro, hoje Manaus. Após oito meses de circulação, mudou o nome para *Estrella do Amazonas*, tendo ambos como fundador Manuel da Silva Ramos.

A imprensa destinava-se mais a homenagear as autoridades, quase sempre em edições únicas. A reprodução do *Cinco de Setembro* não foi possível, pela dificuldade de encontrarmos algum número do periódico.

O DEZENOVE DE DEZEMBRO.

RG 14453
Museu Paranaense
BIBLIOTECA
SEM EFEITO

ANNO I. SABBADO, 1.º DE ABRIL DE 1854. N.º 1

O DEZENOVE DE DEZEMBRO, propriedade de Candido Martins Lopes, publica-se todos os sabbados, e para elle subscreve-se em casa do proprietario, na cidade de Coritiba, rua das Flores n. 13.

Os annuncios dos srs. assignantes pagarão uma modica retribuição, e dos que o não forem 100 rs. por linha. Communicados, correspondencias e outras publicações conforme o ajuste. Folha avulsa 160 rs.

PREÇOS DA ASSIGNATURA.

Pagos adiantados.

Por anno .... 8$000
Por semestre .... 4$500
Por trimestre .... 2$500

PARTIDA DOS CORREIOS.

Os correios no mez de abril partirão para a marinha nos dias 3, 10, 17 e 24, e para o interior nos dias antecedentes a estes. As malas fechão-se nas vesperas da partida dos correios.

DESIGNAÇÃO DAS AUDIENCIAS.

Governo da provincia. — S. Ex.ª o sr. presidente [illegible]
Chefe de Policia. — O Dr. chefe de policia todos os dias uteis, a todas as horas.
Quarta Feira. — Aud. do juiz de direito as 10 horas.
Quinta Feira. — Aud. do juiz municipal as 10 horas, do juiz commercial as 11, e do delegado de policia ao meio dia.
Sexta Feira. — Aud. do juiz d'orphãos as 10 h.
Sabbado. — Aud. do juiz de direito as 10 h.

LEI N.º 704 — DE 29 DE AGOSTO DE 1853.

Eleva a comarca de Coritiba na provincia de S. Paulo a cathegoria de provincia, com a denominação de — Provincia do Paraná.

Dom Pedro Segundo, por graça de Deos, e unanime acclamação dos povos, Imperador constitucional e defensor perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os nossos subditos, que a assembléa geral legislativa decretou, e nós queremos a lei seguinte:

Art. 1.º A comarca de Coritiba na provincia de S. Paulo fica elevada á cathegoria de provincia, com a denominação de — Provincia do Paraná. — A sua extensão e limites serão os mesmos da referida comarca.

Art. 2.º A nova provincia terá por capital a cidade de Coritiba, em quanto a assembléa respectiva não decretar [illegible]

Art. [illegible] A provincia do Paraná dará um senador, e um deputado á assembléa geral; sua assembléa provincial constará de [illegible] membros.

Art. [illegible] O governo fica autorizado para crear na mesma provincia as estações fiscaes indispensaveis para a arrecadação e administração das rendas geraes, submettendo depois o que houver determinado ao conhecimento da assembléa geral para definitiva approvação.

Art. [illegible] Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mandamos por tanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento desta lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir, e guardar tão inteiramente como nella se contém. O secretario d'estado dos negocios do imperio a faça imprimir, publicar e correr. Dada no palacio do Rio de Janeiro, aos vinte nove de agosto de mil oitocentos cincoenta e tres, [illegible] da independencia e do imperio.

IMPERADOR com rubrica e guarda.

[illegible] Gonçalves Martins.

[illegible] lei, pela qual Vossa Magestade Imperial manda executar o decreto da assembléa geral legislativa, que [illegible] comarca de Coritiba [illegible] provincia, como [illegible]

Para Vossa Magestade Imperial ver.

Manoel José Cardoso a fez.

José Thomaz Nabuco de Araujo.

Sellada na chancellaria do imperio, em 12 de setembro de 1853.

Antonio Alves de Miranda Varejão, official maior interino.

Publicada na secretaria d'estado dos negocios do imperio, em 12 de setembro de 1853.

Na falta do official maior, *Joaquim Xavier Garcia de Almeida.*

Registrada na mesma secretaria d'estado afl. 212 v. do L.º 2.º de leis, alvarás e cartas. Rio de Janeiro, em 13 de setembro de 1853.

Estacio Maria da Costa e Abreu.

O Dezenove de Dezembro.

A imprensa, como todas as instituições e cousas humanas, tem um lado bom e outro máo, pois se é origem fecunda de vantagens sociaes, tambem com razão se lhe attribuem males gravissimos. Ás vezes sôlta e desenfreada como a anarchia, a imprensa atropella tudo, nada é para ella sagrado, nada inviolavel; não ha poder, que respeite, nem preceito a que submetta-se; ataca e escarnece do que é mais caro e precioso ao homem; subverte e desmorona sem nada edificar, e no lugar das illusões apenas deixa o malogro e o desespero; eis o seu lado máo. Outras vezes, porem, desveladamente occupada em investigar só a verdade util e proficua ao paiz, a imprensa, tomando a iniciativa do bem, discute as questões de mór interesse para a sociedade, orienta e dirige a opinião na senda do progresso e dos melhoramentos, e serve de phanal ao poder. Debaixo desse aspecto, ella tributa profunda homenagem á moralidade, e sem

Título:	O DEZENOVE DE DEZEMBRO
Primeiro Número:	1º. de abril de 1854
Periodicidade:	semanal
Tipografia:	Cândido Martins Lopes - Typographia Paranaense
Editores / Redatores:	
Dimensão:	30 1/2 X 21cm - quatro páginas em duas colunas
Circulação:	1º de abril de 1854 / 9 de abril de 1890
Linha Editorial:	governamental

Outros dados

O primeiro jornal do Paraná circulou como semanário, depois passou a ser publicado duas vezes por semana e também, diário. Perde o artigo, ficando apenas *Dezenove de Dezembro*.

A diagramação do jornal não sofreu nenhuma alteração durante todo o primeiro ano de circulação.

É sempre a "Parte Official" que abre o jornal, utilizando para isso três páginas. Na última página, a direita é reservada para os anúncios.

Conclui o editorialista afirmando que a pretensão daquela folha "é despertar e fazer perdurar na lembrança o dia 19 de dezembro de 1853, data da instalação da Província do Paraná".

O *Dezenove de Dezembro*, conforme fontes consultadas, recebia subvenção do governo da provincia para informar atos oficiais. Já no seu primeiro número justifica a abstenção quanto a comentários políticos.

BIBLIOGRAFIA

ANNAES da imprensa periódica brasileira. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, pt. 2, v. 1, 1908.
Tomo consagrado à Exposição comemorativa do primeiro centenário da imprensa periódica no Brasil, promovida pelo Instituto.

BARRETO, Abeillard. *Primórdios da Imprensa no Rio Grande do Sul (1827-1850)*. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, 1986. 292 p.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Catálogo da Exposição de História do Brasil*. Rio de Janeiro, Typ. G. Leuzinger & Filhos, 1881. p. 337-451. Separata dos Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, v. 9, p. 337-451, 1881.

CARVALHO, Alfredo de. *Jornais pernambucanos de 1891-1898*. Revista do Instituto Archeológico e Geográfico Pernambucano, Recife, n. 52, p. 197-222, 1898.

CARVALHO, Alfredo de. *A imprensa baiana de 1811 a 1895*. Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Salvador, v. 6 (21): 397-420; v. 6 (22): 549-567, 1899.

CATÁLOGO de jornais e revistas do Rio de Janeiro (1808-1889) existentes na Biblioteca Nacional. Org. por Iracema Celeste Rodrigues Monteiro. Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, v. 85, 1965.

CEM anos de imprensa no Amazonas, (1851-1950): catálogo de jornais. Manaus: [s.n.], 1990. 213 p.

DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba: Typ. de C. M. Lopes, 1855. Edição fac-similar do ano I, publicada pela Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte em 1980.

FONSECA, Gondin. *Biografia do jornalismo carioca*. (1808-1908). Rio de Janeiro: Quaresma, 1941. 416p.

GÊNESE e progressos da imprensa periódica no Brasil. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, pt. 1, 1908.

HISTÓRIAS da Imprensa em Caxias do Sul. Caxias do Sul: Empresa Jornalística Pioneiro, 1988. 85 p.

IPANEMA, Marcello de, IPANEMA, Cybelle de. *Catálogo de periódicos de Niterói*. Niterói: Instituto de Comunicação Ipanema, 1998. 196 p.

JORNAIS paranaras: catálogo. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, Desporto e Turismo, 1985. 336 p.

LOPES, Antônio. *História da imprensa no Maranhão. (1821-1925)*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1959. 190 p.

PINHEIRO, Ana Virgínia Teixeira da Paz. *Que é livro raro ?: uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica*. Rio de Janeiro: Presença Edições; Brasília, INL, 1989.

RIZZINI, Carlos de Andrade. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822*. Rio de Janeiro, Livraria Kosmos Ed. 1946. 445 p.

SANT'ANNA, Moacir Medeiros de. *Primórdios da imprensa em Alagoas: catálogo da exposição de jornais alagoanos*. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 1981. 21 p.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966. 583 p.

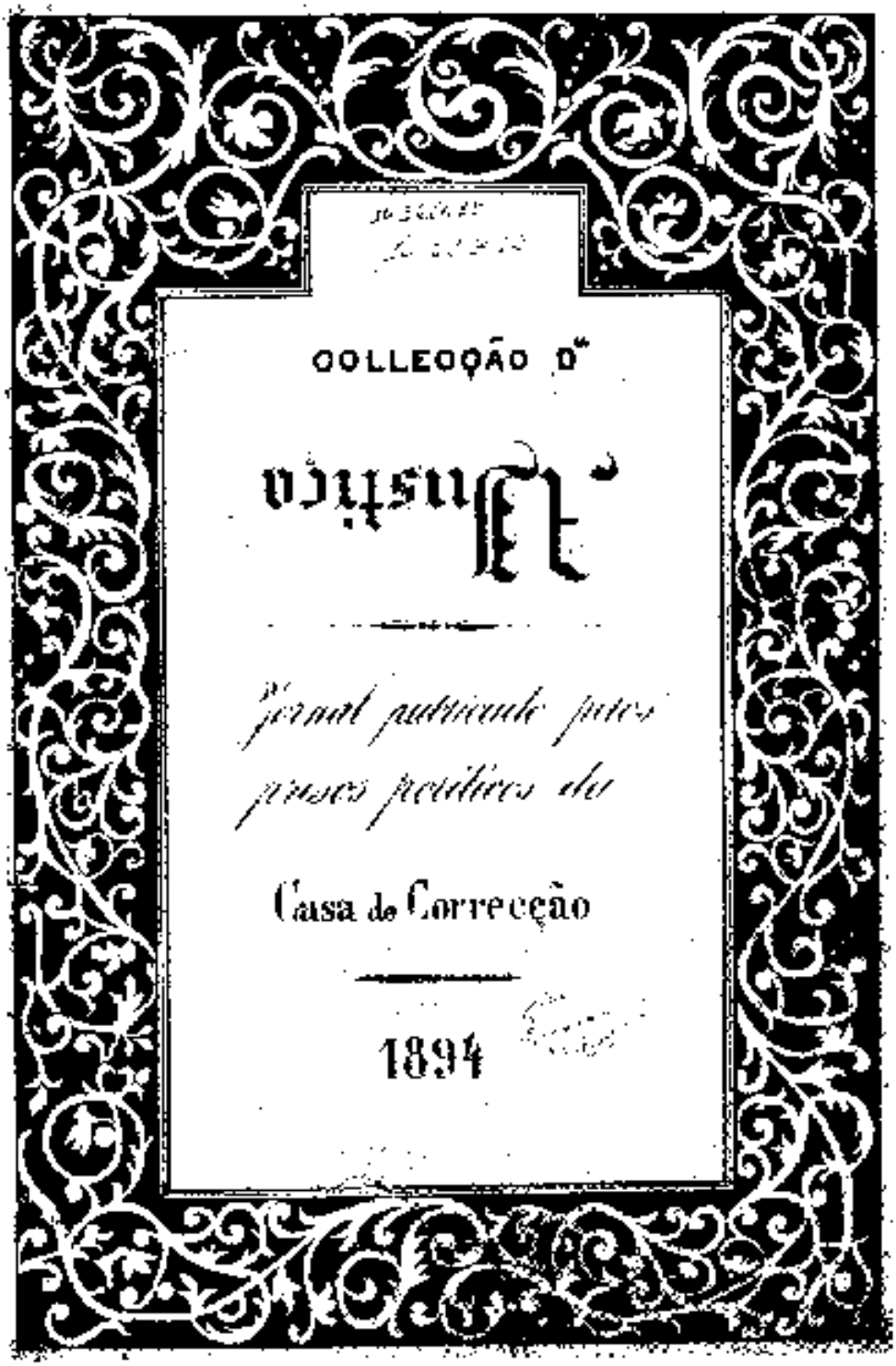
VIANNA, Hélio. *Contribuição à história da imprensa brasileira (1812-1869)*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945. 564 p., il. (Coleção BI: Bibliografia 4).

COLEÇÃO DE JORNAIS MANUSCRITOS

Pasquins e Boletins

(1741 - 1930)

Waldir da Cunha
Chefe da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional
(4 abr. 1988 - 7 ago. 1995)



A Justiça, jornal publicado pelos presos políticos da Casa de Correcção. 1894.

1 - Introdução

É fato por demais conhecido na história da imprensa no Brasil, durante quase todo o século XIX, em especial no período de 1831, ano da abdicação de d. Pedro I, até o final da primeira metade do século XIX, o Império brasileiro, em praticamente todas as províncias, foi inundado por um sem-número de pequenos jornais denominados pasquins, de forte presença social e política.

Suas características principais eram: formato in-4°; exíguo número de páginas (em geral, quatro); muitas vezes um só artigo ocupando todo o jornal; títulos e epígrafes curiosos, a mesma pessoa (anônima, em não poucos casos) como proprietário e redator; periodicidade irregular (era comum não passarem do primeiro número) e, aspecto mais importante, uma linguagem quase sempre veemente, insultuosa, virulenta, habituada a tratar as personalidades políticas por apelidos chistosos ou ofensivos, não obstante o seu sentido predominantemente libertário.

Nelson Werneck Sodré, em sua *História da imprensa no Brasil*, chegou a classificá-los como "floração sem perfume," observando, porém, que se tratava de um produto do tempo, da cultura, da gente. Outra característica curiosa: custavam 40 réis, revelação de que a inflação não era ainda um dos nossos maiores motivos de inquietação.

Mas a história da nossa imprensa ainda não registrou — talvez por ser rigorosamente história da imprensa — a existência entre nós de jornais manuscritos, de produção essencialmente artesanal e semelhantes em alguns aspectos aos pasquins. Embora social e culturalmente menos importantes que estes últimos, eles não devem passar despercebidos.

A Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional guarda um acervo único desses insólitos jornais, provenientes em sua maioria de arquivos e coleções particulares aqui custodiados. Com tiragens mínimas, satíricos, chistosos, alguns eróticos, outros difamadores, eram afixados por seus proprietários em lugares públicos os mais diversos, o que, com certeza, torna mais difícil a preservação dos originais, mas aumenta o seu valor de raridade.

Com o intuito de divulgar o acervo, e também de contribuir para a história da nossa literatura jornalística, preparamos um pequeno catálogo desses jornais, boa parte dos quais tem aqui reproduzida a sua primeira página.

Alguns títulos se destacam como *O Archote*, jornal escolar editado por Fabricius, pseudônimo de Raul Pompéia, o autor do explosivo *O Ateneu*, que, curiosamente, assim comenta o fim do ano escolar: "E o fim do ano é a separação dos colegas, é a ruptura do estreito laço do coleguismo (...) E todo fim de ano é patético (...) todo o fim comove"; *O Tiro*, editado em Santo Antônio dos Tiros, em 3 de junho de 1896, informa no expediente: *O Tiro* é propriedade do mesmo redator a quem deve ser dirigida toda a correspondência. Não se assume a responsabilidade de qualquer publicação; *O Solitário*, que se anuncia como "Órgão dos d'Ilos", e o expressivo *A Justiça* (escrito sempre de cabeça para baixo), "Jornal de três mauvais augure," editado por presos no Rio de Janeiro, e, por isso, com tipografia, redação e administração na "Rua da 5ª Galeria, nº 106 e 108," onde era "o jornal de maior circulação.

Segue-se, pois, a relação completa desses jornais manuscritos, que podem ser consultados na Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

Desenho de página inteira representando os "Funeraes d'A Justiça".

2 - A Coleção

1 – "**Folheto de Lisboa.** Num. 24 Sabbado, 17 de Junho de 1741." 93-96. 4 p. Reg. 9/1926.

Coleção Senador Alencar I - 1, 19, 65

2 – Pasquins sobre o movimento da Independência. S.l., 1821. 3 doc.

II - 30, 32, 16 n. 6

3 – Edital de Francisco Alberto Teixeira de Aragão, intendente-geral da Polícia, estabelecendo as medidas que deveriam ser tomadas para controle dos roubos e assassinatos que vinham se registrando na cidade. Rio de Janeiro, 3 jan. 1825. Ocorrem observações manuscritas. Impresso. 1 f.

Col. Marques II - 35, 4, 47

4 – "**O Lavrador.** Jornal industrial Politico e litterario. Anno 1 CAIACANGA. — Domingo 6 de Janeiro de 1856. N. 1 CAIACANGA. — Manugraphia. De O.A.G.D. — 1856." Trata-se de um jornal impresso, 4 p., publicado em dias determinados, de distribuição gratuita.

Col. Galvão I - 34,25, 9

5 – "**A Careta. Jornal Crítico Poético e Litterato.**" S. l., 22 nov. 1863. Trata-se do nº 4 e traz a indicação: "A Careta publica-se todos os Domingos. Subscreve-se na rua direita n. 82 e na Rua S. Gonçalo n. 4 a razão de 160 rs mensaes pagos adcantados." 4 p.

Fundo antigo I - 48, 4, 31

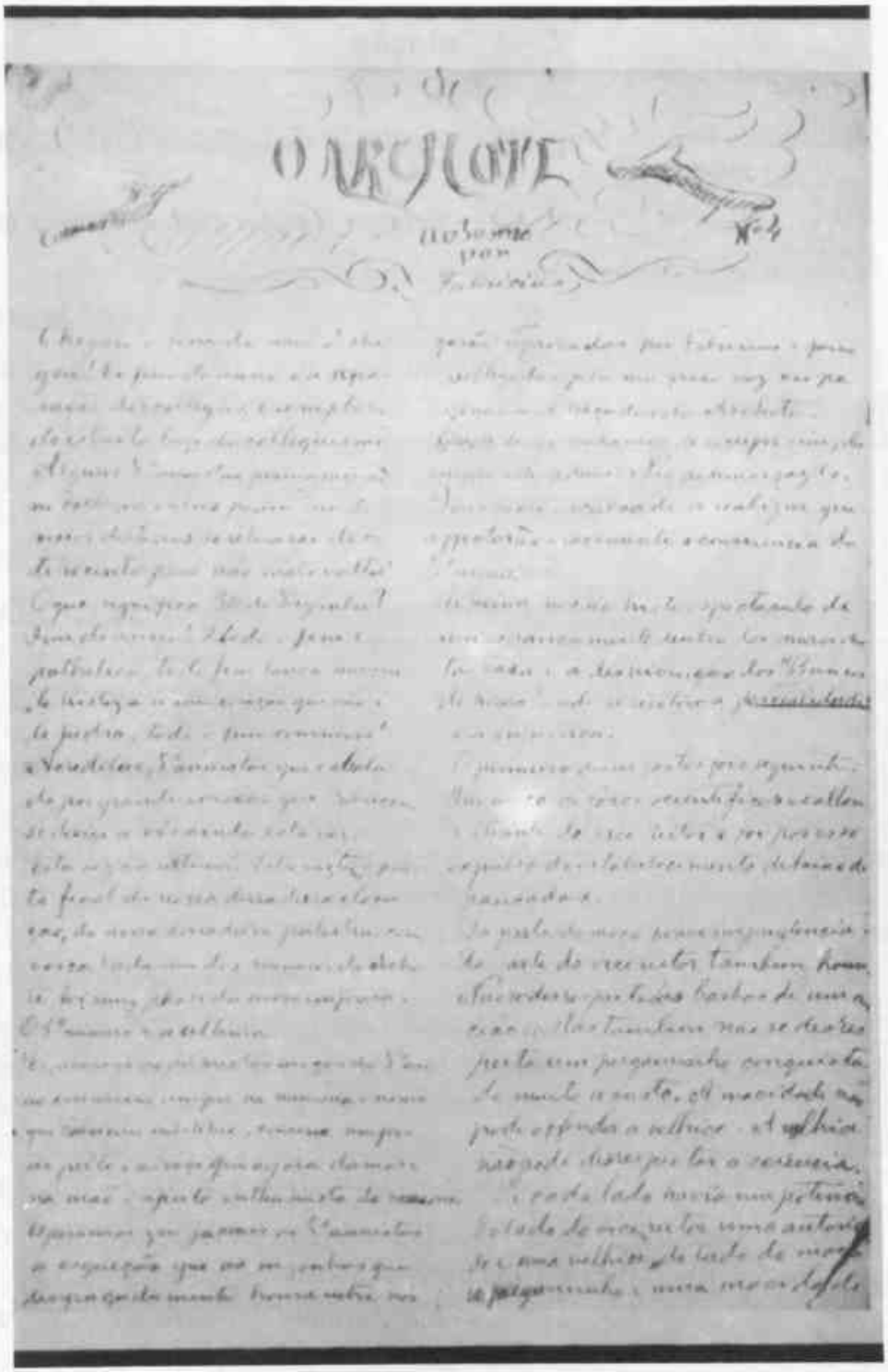
6 – "**O Liberal.** Jornal Crítico, Poético e Político. 1864. nº 1 e 2. Quinta feira, 17 março. O Liberal não tem dia certo para sua publicação. Subscreve-se na rua direita n. 82. Vende-se a folha avulsa por 40 rs." 2 doc. 8 p.

Col. Bellarmino Carneiro II - 31, 27, 11 n. 1-2

7 – "**A Braza.** Crítico e Poético. 1867. Domingo 15 de setembro. Nº 1. O Abraza não tem dia certo para sua publicação. Destribue-se gratis." 4 p.

Col. Bellarmino Carneiro II - 31, 27, 12

8 – "**O Archote.** Ao 5 anno por Fabricius. N. 4" S. l., 1874. Jornal manuscrito por Raul d'Ávila Pompéia, quando aluno do Colégio Abílio.



O Archote, jornal escolar dirigido por Raul Pompéia.

Faz críticas aos professores, inspetores e alunos. Original e fac-símile. Ilustrado. 4 p.

Col. Raul d'Ávila Pompéia II - 31, 27, 25

9 – "**O Clarim**. Anno 1874. Por 4 números... — 1 caderno. Domingo 24 de maio — 31 de julho de 1874. Sai umas duas vezes por semana. N. 2-4." Jornal manuscrito, continuação do "Verme." 2 doc. 8 p.

Col. Hugo Leal I - 6, 17, 2

10 – "**O Tico-Tico**. Redactor — Guidam — 3º nº 12 de junho" 1880. Jornal manuscrito a tinta e lápis, com ilustrações. S. l. 1 tira. 1 p.

Col. Hugo Leal I - 6, 17, 7 n. 2

11 – "**O Republicano**. Ano I. Assignatura p Lisboa. Trimestre. Semestre. Lisboa 5 de maio de 1880. **Num**. 1º. Jornal Manuscrito. Bibliotheca Litteraria Brazileira." Lisboa, 5 maio 1880. 4 p. Sem texto.

Col. Hugo Leal I - 6, 17, 7 n. 3

12 – "**A república**. Anno II. Número II. Assignaturas Lisboa /Trimestre. Semestre /Provincia Trimestre — Semestre / Orgão do Centro Republicano federal. Escritório da Redação. Rua... Não se restituem os manuscriptos. "Bibliotheca Litteraria Brazileira." 4 p. Sem texto. Número avulso — 10 réis. Lisboa, 10 maio 1880.

Col. Hugo Leal I - 6, 17, 7 n. 4

13 – "**O Verme**. Mez II. Número 1º. Jornal manuscrito. Sai uma vez por semana, não havendo dia marcado. Seu formato é em papel almaço folha grande. Redatores — Borges E Hugo." S. d. 4 p.

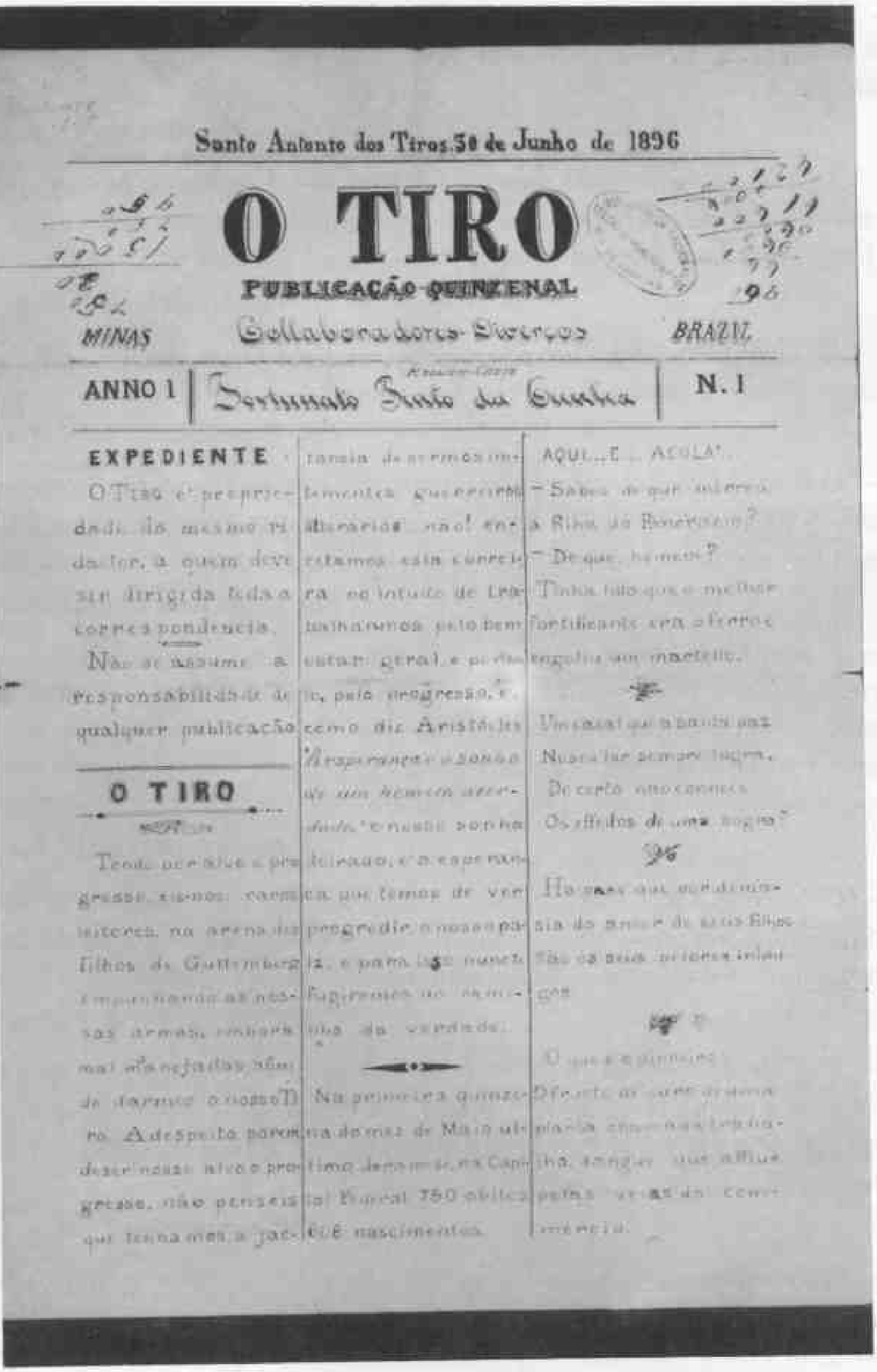
Col. Hugo Leal I - 6, 17, 7 n. 5

14 – "**O Chefe**. Anno 1. n. 2. Itaboraí, 21 ago. 1885. Lê-se, abaixo do título: "Este pequeno orgão é filiado áos Liberaes, e abolicionistas. É propriedade de F. (élix) Pereira da Silva (Vulgo, Felix-sem queixo. Testa de ferro)." 2 p.

Fundo antigo I - 48, 4, 32

15 – "**O Mosquito**. Orgão do Povo." Ano II, n. 17, 34 e 35. São João Marcos, 28 fev., 11 e 18 set. 1892. Redator-chefe responsável José de Paula Assunção. Folha manuscrita publicada aos domingos, de distribuição gratuita. 3 doc. 14 p. Doado à Biblioteca Nacional em 1907.

Fundo antigo II - 31, 27, 9 n. 1-3



Santo Antonio dos Tiros 30 de Junho de 1896

O TIRO

PUBLICAÇÃO QUINZENAL

MINAS — Collaboradores Diversos — BRAZIL

ANNO 1 | Fortunato Pinto da Cunha | N. 1

EXPEDIENTE

O Tiro é propriedade do mesmo redactor, a quem deve ser dirigida toda a correspondencia.

Não se assume a responsabilidade de qualquer publicação.

O TIRO

Tendo por alvo o progresso, eis-nos começando, na arena dos filhos de Guttemberg, empunhando as nossas armas, embora mal [illegible], [illegible] o nosso Tiro. A despeito porém de [illegible] alvo o progresso, não penseis que tenhamos a jactancia de armos [illegible] [illegible]; [illegible] não! entretanto estamos certos de que ao intuito de trabalharmos pelo bem estar geral e pelo progresso, e, como diz Aristóteles "A esperança é o sonho de um homem acordado", e nosso sonho dourado, e a esperança que temos de ver progredir o nosso paiz, e para isso nunca fugiremos do caminho da verdade.

Na primeira quinzena do mez de Maio ultimo, deu-se na Capella [illegible] 750 [illegible] nascimentos.

AQUI... E ... ACULÁ.

— Sabes de que morreu a filha do [illegible]?
— De que, homem?
Tinha tido que o melhor fortificante era o ferro e engoliu um martello.

Um casal que a [illegible] paz
Nunca lhe [illegible],
De certo [illegible]
Os effeitos de uma sogra?

Ha [illegible] que [illegible] sia do amor de seus filhos [illegible] gos.

O que é [illegible]? [illegible] planta [illegible] [illegible] que afflue pelas [illegible] da conveniencia.

O Tiro, dirigido por Fortunato Pinto da Cunha.

16 – "**A Justiça**. Jornal publicado pelos presos politicos da Casa de Correção. 1894." Ilustrado. Exemplares n. II, IV, VIII, XI e XIII; suplementos aos n. VIII, XI e XIII e 2 suplementos ao n. XIII, com listas de presos políticos. Original, 10 doc. 4 p. — *Journal de très mauvais augure*. Typographia, redacção e administração – R. da 5ª Galeria 103 e 106. A Justiça é o jornal de maior circulação em toda a 5ª Galeria.

Col. La-Fayete Cortez. II - 32, 8, 12

17 – "**O Municipio**. Anno 1 — Nº 2. São João Marcos, 12 de agosto de 1894. Folha hebdomadaria. Redactor-chefe responsável J. de Paula Assumpção." Jornal Republicano. 4 p.

Fundo antigo I - 48, 32, 37

18 – "**A Setta**. Dedicado ao Salvador da Republica brazileira. Anno I. São Paulo. Num. 1. Director: A.M.V. Publicação quinzenal — Secretario: Dr. X.P.T.O. 1º. de abril de 1895. S. Paulo." 4 p.

Col. Bellarmino Carneiro II - 31, 27, 13 n. 1

19 – "**O Vigilante**. Orgão noticioso, litterario, politico, crítico e operário." Ano I, n. 1 Rio de Janeiro, 4 jun. 1896. Assina o editorial, Mário Proença Comes. 2 p. Contém dedicatória: "Á illustre redacção do Paiz."

Col. Bellarmino Carneiro II - 31, 27, 20

20 - "**O Tiro**. Publicação Quinzenal. Collaboradores diverços. Redactor-Chefe Fortunato Pinto da Cunha. Anno I, n 1. Minas. Brazil. Santo Antonio dos Tiros, 30 de junho de 1896." 4 p.

Col. Bellarmino Carneiro II - 31, 27, 18

29 "**O Prego.**" N. 10. Rio de Janeiro, 27 out. 1896. 2 p.

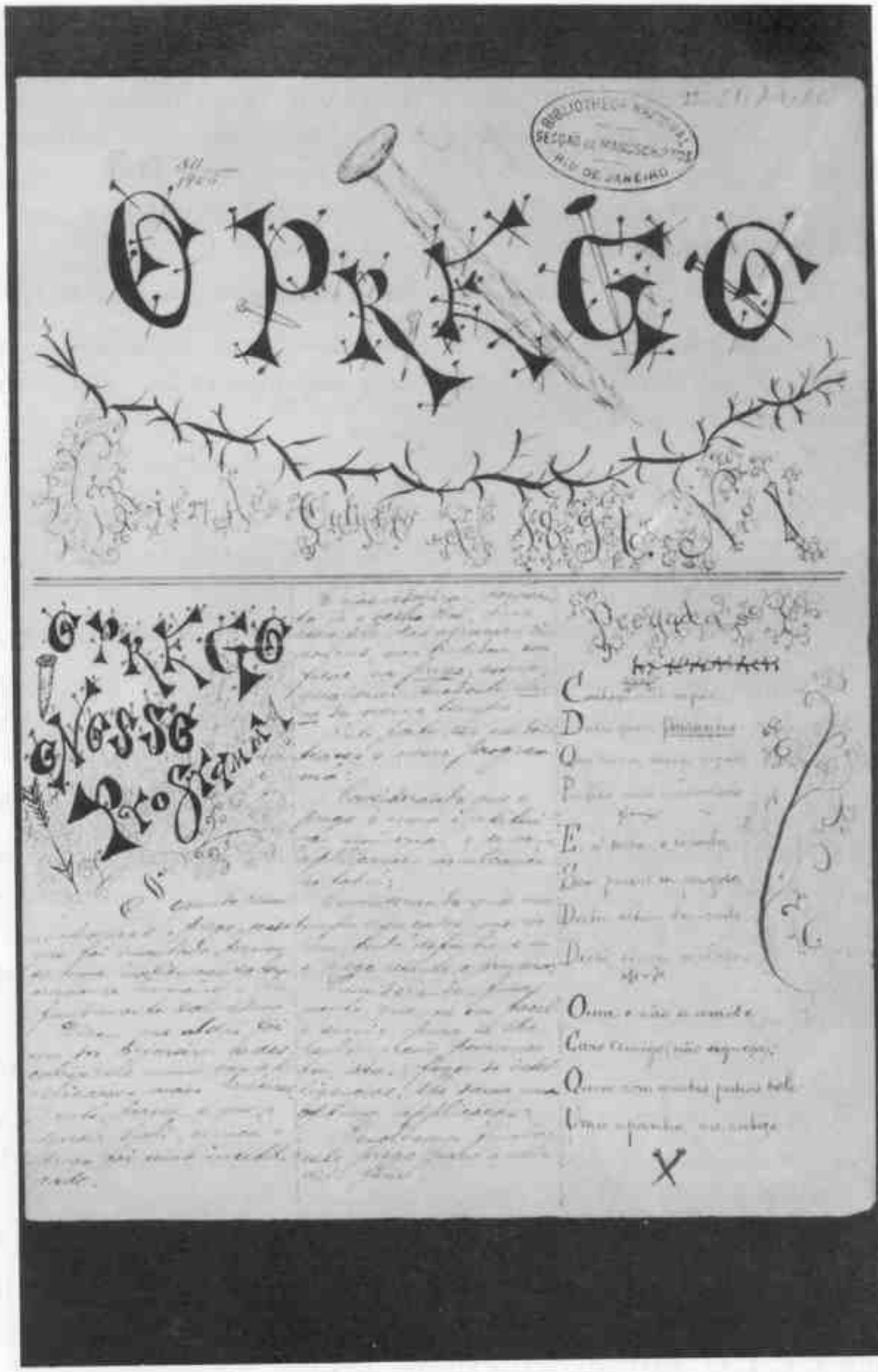
Col. Bellarmino Carneiro II - 31, 27, 10

24 – "**A Setta**. Orgam infantil republicano — Edição especial — consagrada a memória do Marechal F. Peixoto, Director-Redator Alfredo de Vasconcellos. Ano II, n 21. São Paulo, 29 jun. 1897." 4 p.

Coleção Bellarmino Carneiro II - 31, 27, 13 n. 2

25 – "**A Setta**. A memória do Glorioso Salvador da Republica. Anno II. — São Paulo Num 8. Director: — A. M. Vasconcellos. Secretario: — Doctor X. P. T. O. São Paulo 23 de janeiro de 1895." 4 p. numeradas.

Col. Bellarmino Carneiro II - 31, 27, 13 n. 3



O Prego apresenta o seu programa.

24 – "Boletim da Collecção de Jornaes Revistas Boletins Pamphletos E Polyanthéas organisada por Horácio Souza. Cidade de Campos, (Est. do Rio) Abril de 1898. I Tomo. Anno 1.º 6 p. Trata-se de uma relação de jornais dos estados brasileiros. Na capa traz um desenho de Campos.

Cofre 49, 4, 12

25 – "**O Bolina**. Orgão dos Ditos." S. l., jul. 1900. Jornal de cartuns. 4 p.

Col. Bellarmino Carneiro II 31, 27, 16

26 – "**O Sexo.** Orgão imparcial, critico e litterario, consagrado ao bello sexo da Capital da República." Ano I, n. 4 Rio de Janeiro, 29 abr. 1900. Direção de Silvino Rolim. 4 p.

Col. Bellarmino Carneiro II - 31, 27, 17

27 – "**A Revista do Rio**. Orgão aos Interesses diligados do Brazil. Anno I, n 5 (Rio de Janeiro) 14 set. 1902." Ilustrada a lápis. Traz verso sobre a República. 4 p.

Col. Bellarmino Carneiro, II - 31, 27, 14

28 – "**O Sol**. Revista Liberal Orthologica. Circulação internuclear. Collaboração dos Cooperadores da "União Universão." União Libertarea. Pela Rasão O Mundo é nosso. Região Meridional. Primeira Phase: N I. Burgo Sociocratico de Curityba, 5 jun. 1903. Paraná. Brazil." 4 p.

Col. Bellarmino Carneiro II - 31, 27, 15

O Baile, "Orgão dos ditos".

Desenho da página inteira intitulado "A 5ª Galeria perante o Tribunal das Chaves".

O QUE É CONTROLE BIBLIOGRÁFICO UNIVERSAL?

Winston D. Roberts
Coordenador de Atividades Profissionais
Sede da IFLA The Hague

Trabalho apresentado no Seminário Internacional sobre Controle Bibliográfico Universal, Rio de Janeiro, 23-26 de março de 1993

1. Introdução

De maneira simples, o controle bibliográfico pode ser definido como um sistema para registrar e descrever documentos em um catálogo ou banco de dados, com o objetivo de facilitar o acesso a esses documentos. (Posteriormente, refiro-me ao conceito de "controle bibliográfico universal".)

O controle bibliográfico não é um fim em si mesmo. Todos os sistemas de controle bibliográfico foram criados com a intenção de propiciar o acesso eficiente à informação, com economia de esforços e de recursos.

Os princípios são os mesmos, quer os documentos estejam em forma impressa ou eletrônica e independentemente do tipo de biblioteca ou sistema de informação em que estejam armazenados.

O controle bibliográfico pode ser aplicado em escala local limitada; mas, com as modernas tecnologias, já não faz sentido criar registros bibliográficos localmente se já foram criados e estão disponíveis para consulta ou real distribuição de alguma fonte nacional ou internacional.

O controle bibliográfico implica o uso de padrões e procedimentos estabelecidos; mas qual o significado do termo "padrão" no trabalho bibliográfico?

Enquanto padrões podem ser definidos (por exemplo) como especificações técnicas extremamente precisas para comunicação entre *software* e máquinas em um ambiente informatizado de processamento da informação, no trabalho bibliográfico o termo "padrão" engloba códigos de regras de catalogação, tabelas de classificação e vários outros documentos contendo recomendações para a boa prática biblioteconômica, todos sujeitos a interpretações diversas.

Os mais influentes padrões ou recomendações bibliográficos são aqueles documentos disseminados entre fronteiras nacionais (e mesmo culturais), que definem as práticas de trabalho convencionadas em discussões internacionais, visando à sistematização e ao aprimoramento da criação de informações bibliográficas por agências nacionais e outras, bem como a distribuição dessas informações.

Todos os padrões em todos os campos precisam ser periodicamente reexaminados e revisados. Isso também se aplica aos padrões bibliográficos internacionais desenvolvidos nos últimos 30 anos. As questões surgem não somente da experiência profissional nas reais aplicações desses padrões (experiência que normalmente leva à sua correção e aperfeiçoamento), como também, em um sentido mais fundamental, do ambiente econômico e tecnológico em permanente evolução no qual as bibliotecas de todo o mundo têm que atuar.

Neste trabalho, restrinjo-me a uma discussão dessas questões, especificamente do ponto de vista da IFLA. Tentarei primeiro identificar alguns desses temas e suposições subjacentes aos esforços internacionais para desenvolver padrões para bibliotecas e, em seguida, explicar o conceito de *controle bibliográfico universal* — CBU, desenvolvido e promovido pela IFLA. Considerarei algumas das questões que têm sido colocadas pelos membros da IFLA sobre os objetivos do trabalho de padronização e seu papel no fluxo internacional de informações.

2. Cenário atual

2.1 O desenvolvimento dos padrões biblioteconômicos atuais.

É um fato bem documentado que, em meados deste século, a produção de publicações nos países industrializados atingiu proporções assombrosas, colocando uma enorme exigência na capacidade das bibliotecas (e particularmente bibliotecas nacionais e centros de documentação científica) de adquirirem todas as publicações necessárias, catalogá-las e torná-las disponíveis aos seus usuários. No mesmo período, o extraordinário crescimento da publicação de periódicos científicos sobrecarregou os bancos de dados dos principais serviços de resumo e indexação. Este movimento começou a crescer de forma ainda mais dramática nos anos 50.

As necessidades do desenvolvimento econômico e as exigências da pesquisa científica, particularmente nos países mais industrializados, levaram à criação de centros nacionais de documentação e de sistemas de informação. Organismos internacionais, particularmente aqueles que fazem parte do sistema das Nações Unidas, também se envolveram no estabelecimento de redes e sistemas internacionais para a informação científica e tecnológica. No mesmo período, houve um movimento dentro da biblioteconomia em direção à modernização dos padrões técnicos que constituem a base do trabalho bibliográfico.

As décadas de 1960 e 1970 testemunharam a crescente aplicação da automação aos diversos estágios do processamento técnico nas bibliotecas e ao fornecimento e troca de registros legíveis por computador entre bibliotecas e serviços secundários.

Não é minha intenção analisar esses movimentos, mas considerar seus efeitos no desenvolvimento subseqüente dos padrões bibliográficos elaborados e publicados pela IFLA, pela referência a alguns dos principais acontecimentos que marcaram esse desenvolvimento.

Talvez o primeiro marco internacional tenha sido a Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação (International Conference on Cataloguing Principles — ICCP), realizada em Paris em 1961.[1] Essa conferência aprovou uma declaração de princípios para a seleção e a forma das entradas nos catálogos das bibliotecas, que mais tarde tiveram uma grande influência no desenvolvimento dos principais códigos de catalogação, particularmente no Código de Catalogação Anglo-Americano (Anglo-American Cataloguing Rules).

Tais princípios davam grande ênfase ao conceito da entrada principal de cada documento (com entradas secundárias e remissivas) — conceito que a partir de então tornou-se um dos principais dogmas da "filosofia" de catalogação. Os denominados Princípios de Paris também inovaram em controle de autoridade, particularmente nas áreas de nomes de entidades coletivas e cabeçalhos uniformes.

O segundo marco foi o Encontro Internacional de Especialistas em Catalogação (International Meeting of Cataloguing Experts — IMCE), em Copenhague, em 1969. O IMCE resolveu que:

> "Esforços devem ser desenvolvidos na criação de um sistema para o intercâmbio internacional de informações pelo qual a descrição bibliográfica padrão de cada publicação seria estabelecida e distribuída por uma agência nacional no país de origem da publicação. O modo de difusão em tal sistema seria por meio de fichas ou registros legíveis por computador. A eficácia do

> sistema dependerá da padronização máxima da forma e do conteúdo da descrição bibliográfica.[2]

Em 1971, a Comissão de Catalogação da IFLA criou (na British Library em Londres) um escritório que mais tarde transformou-se no Programa Internacional para o Controle Bibliográfico Universal — CBU.

2.2 Controle bibliográfico universal

Em meados da década de 1970, esse escritório, o secretariado do Comitê de Catalogação da IFLA, concentrou os esforços de um grupo de especialistas da IFLA para desenvolver e promover o conceito de CBU. Isso foi feito sob os auspícios da IFLA, com o apoio da Unesco, que na ocasião promovia o UNISIST. Esses desenvolvimentos culminaram em um importante relatório escrito por Dorothy Anderson, no qual ela definia o objetivo do CBU como:

> "... a promoção de um sistema mundial para o controle e o intercâmbio de informações bibliográficas. A finalidade do sistema é tornar disponível universal e prontamente e de uma forma internacionalmente aceitável, os dados bibliográficos básicos de todas as publicações editadas em todos os países".[3]

No mesmo ano, 1974, o escritório de Londres tornou-se o Programa Internacional da IFLA para o CBU; e o conceito de *controle bibliográfico universal* foi adotado pela Unesco como uma importante política a ser desenvolvida.

O conceito de CBU baseia-se na suposição de que cada país implementaria o controle bibliográfico nacional, ou seja, tornaria o depósito de publicações uma exigência legal e estabeleceria uma agência bibliográfica nacional — ABN para criar, publicar e distribuir registros de suas publicações nacionais. Em nível internacional, o CBU seria alcançado pelo intercâmbio de tais registros nacionais entre as agências bibliográficas nacionais.

O conceito de CBU pressupõe a criação de uma rede constituída de componentes nacionais, cada um dos quais abrangendo um amplo espectro de atividades de publicação e biblioteconômicas, todas integradas em nível internacional para formar o sistema global, uma espécie de bibliografia internacional virtual.

Uma das metas do CBU era racionalizar o trabalho biblioteconômico mediante um acordo internacional que aceitasse cada ABN como a única fonte autorizada de registros da própria produção nacional de publicações - isto é, registros completos seriam criados uma única vez e poderiam então ser reutilizados conforme as necessidades por outras bibliotecas em todo o mundo. Presumia-se, ainda, que isso traria benefícios culturais para a comunidade internacional. Enfatizava-se, também, que a razão de ser do CBU era tornar disponíveis os acervos das bibliotecas. Sempre se reconheceu que pouco benefício traria o maior acesso aos registros bibliográficos se a disponibilidade dos documentos originais não fosse também oferecida (esse princípio foi reafirmado pela IFLA em 1982, quando a Federação estabeleceu seu Programa Internacional para a Disponibilidade Universal de Publicações - DUP).

2.3 Os objetivos da IFLA ao promover o CBU

Alguns anos mais tarde, depois que o Programa Internacional da IFLA para o CBU obtivera algum sucesso em promover esse conceito, o Programa publicou um Manual on Bibliographic Control em 1983, no qual declarava

> "O atual programa do CBU difere das idéias anteriores de controle mundial centralizado em que o "Universal" do título tem sido visto como um desenvolvimento progressivo através do fortalecimento do controle bibliográfico nacional e do desenvolvimento e uso de padrões internacionais e outras ferramentas normativas. O Programa é essencialmente prático, com um único objetivo — evitar duplicação de esforços na catalogação e no registro bibliográfico, e baseia-se em duas simples convicções:
> – cada país está melhor qualificado para identificar e registrar as publicações de seus próprios autores; e
> – todos os países estão dispostos, ao registrar suas publicações nacionais, a seguir padrões bibliográficos internacionais." [4]

Nessa citação, podemos ver uma forte ênfase nos aspectos práticos em oposição aos aspectos ideais. A opinião vigente, nos anos que antecederam a formulação do CBU, considerava vital implantar estruturas, sistemas e redes que aproveitassem o desenvolvimento do processamento automatizado das informações e que promovessem os objetivos das políticas nacionais e internacionais. Os exemplos incluem a difusão de numeração padronizada (ISBN e ISSN), o ISDS ou sistemas como o AGRIS e o INIS.

Entretanto, no começo dos anos 80, muitos desses sistemas já estavam bem implantados, enquanto alguns sistemas de catalogação compartilhados haviam se transformado em importantes empresas bibliográficas. Igualmente, o uso de muitos padrões bibliográficos promovidos pela IFLA, Unesco e importantes bibliotecas nacionais se tornara uma parte estabelecida da prática profissional em muitos tipos de bibliotecas.

Em 1987, o International MARC Programme (criado na década de 1970 pela Conferência de Diretores de Bibliotecas Nacionais) fundiu-se com o Programa Internacional da IFLA para o CBU, para formar o atual Programa UBCIM. Na época, os objetivos do Programa UBCIM eram:

> – incentivar o intercâmbio e o uso de registros bibliográficos compatíveis entre bibliotecas em geral e agências bibliográficas nacionais em particular; e
>
> – criar, manter e promover o uso de padrões para o intercâmbio de dados bibliográficos em forma de registros legíveis por computador.

Ao longo dos anos, os objetivos do CBU afinaram-se em termos menos ambiciosos. A IFLA não pode impor padrões; ao invés disso, procura persuadir seus membros da importância de se implementar suas recomendações. Os padrões bibliográficos da IFLA foram adaptados e incorporados a padrões nacionais oficiais pelas agências de normalização de muitos países. No entanto, o uso de padrões bibliográficos particulares somente podem ser impostos pelas agências ou sistemas bibliográficos onde seu uso é uma condição da qualidade de membro.

2.4 As atividades da IFLA na busca da padronização bibliográfica

Historicamente, os esforços da IFLA em promover o CBU concentraram-se em quatro áreas principais:

– o desenvolvimento da International Standard Bibliographic Description — ISBD;
– o desenvolvimento de bibliografias nacionais;
– o desenvolvimento de padrões internacionais para o intercâmbio de registros bibliográficos em forma legível por computador;
– a padronização de formas de entrada para registros bibliográficos.

Nessas quatro áreas, a IFLA produziu resultados significativos, que levaram à efetiva aplicação da padronização. Esse trabalho foi continuado de quatro maneiras:

2.4.1 International Standard Bibliographic Description - ISBD

Essas descrições originaram-se da resolução do IMCE acima mencionada. A. H. Chaplin afirmou que as ISBDs foram:

> "projetadas primordialmente como um instrumento de comunicação internacional de informações bibliográficas. Ao especificar os elementos que deveriam compor uma descrição bibliográfica, ao prescrever a ordem em que deveriam ser apresentados, bem como a pontuação pela qual deveriam ser demarcados, visam a três objetivos: tornar intercambiáveis os registros de diferentes fontes; facilitar sua interpretação transpondo as barreiras das línguas; e facilitar a conversão de tais registros à forma legível por computador."[6]

Em seguida à ISBD original para monografias vieram outras para publicações seriadas, partituras, material cartográfico, livros raros e até uma para materiais não impressos (audiovisuais e outros). Esses documentos não são e não foram destinados a formar um código de regras de catalogação — as ISBDs cobrem apenas a descrição, não a criação das entradas que dão acesso a documentos — mas pretendem assegurar que os dados bibliográficos sejam apresentados sempre da mesma forma qualquer que seja a língua e a forma em que tenham sido escritos. Do início da década de 1980 até 1990, a revisão das ISBDs foi realizada pelo Comitê de Revisão de ISBD instituído pela Divisão de Controle Bibliográfico da IFLA e desde 1987 novas edições dos textos específicos foram publicadas. Essas novas edições incorporaram acréscimos e correções derivadas da experiência prática.

A estrutura básica da ISBD há muito foi incorporada ao CCAA e outros códigos de catalogação e forma a base dos dados descritivos nos registros relacionados nas bibliografias nacionais impressas da maior parte dos países e nos bancos de dados *on line* das maiores agências bibliográficas nacionais.

2.4.2 Bibliografias nacionais

Um importante passo no aprimoramento do controle das bibliografias nacionais foi a organização, pela UNESCO, do Congresso Internacional sobre Bibliografias Nacionais de 1977, em Paris. Com base nas recomendações desse congresso, o Escritório Internacional da IFLA para o CBU posteriormente preparou para a Unesco um

documento intitulado *Guidelines for the national bibliographic agency and the national bibliography*.[6] Esse documento continha recomendações sobre como os registros da bibliografia nacional deveriam ser elaborados, o que deveriam incluir e quais deveriam ser as funções primárias e secundárias da agência bibliográfica nacional ao prepará-los.

Esse documento começava declarando que o conceito de CBU baseia-se em duas convicções:

– cada país está melhor qualificado para identificar e registrar as publicações de seus autores nacionais;

– todos os países devem aceitar os padrões bibliográficos internacionais na elaboração dos registros bibliográficos.

O primeiro requisito é o efetivo controle bibliográfico nacional, oferecido pela agência bibliográfica nacional com o suporte da lei de depósito legal, uma infra-estrutura administrativa adequada e responsabilidade pela publicação de registros oficiais em uma bibliografia nacional. Fazia-se menção, também, à necessidade de bibliografias nacionais retrospectivas para dar uma visão geral do desenvolvimento cultural de um país e para fornecer outras informações para o planejamento governamental.

A agência bibliográfica nacional tem o papel também, segundo essas diretrizes da Unesco, de proporcionar o acesso à edição nacional. (Na prática, a definição de "edição nacional" nunca ficou muito clara, com o crescimento de publicações multinacionais e a prática comum em países em desenvolvimento de incluir em suas bibliografias nacionais os registros de livros de seus cidadãos publicados no exterior (talvez na forma de teses apresentadas em universidades estrangeiras) e também de livros sobre esses países publicados no exterior.

Outras recomendações foram:

– que a Agência Bibliográfica Nacional assegurasse a inclusão dos números padronizados (ISBNs e ISSNs) nos registros nacionais, seja pela atribuição desses números por ela mesma, em concordância com os editores e com as ISDSs, ou incentivando o estabelecimento em separado de uma agência nacional de ISBN e de um centro de dados de periódicos nacionais;

– que a ABN deveria persuadir os editores do valor da catalogação na fonte na publicação tanto em termos de *marketing* quanto em termos de controle bibliográfico nacional. A ABN poderia ainda se tornar um componente nacional dos diversos sistemas especializados de informação científica internacionais;

– que a agência bibliográfica nacional também deveria manter catálogos nacionais de autoridades para nomes e assuntos.

Também foram feitas recomendações sobre o tipo de dados a serem incluídos nos registros nacionais, a apresentação padronizada desses dados e o papel da ABN na distribuição desses registros.

Vários estudos demonstraram que houve um progresso considerável nas últimas duas décadas, mas também que os países de maiores recursos econômicos foram os mais capazes de alcançar esses objetivos.[7]

2.4.3 Padrões para o intercâmbio de registros legíveis por computador

Em 1975, a Conferência de Diretores de Bibliotecas Nacionais (Conference of Directors of National Libraries — CDNL) formou uma comissão para desenvolver um es-

tudo da rede MARC internacional. Esse estudo (o Relatório Wells) eventualmente definiu três pré-requisitos essenciais para tal rede, como: sistemas bibliográficos nacionais eficazes, compatibilidade internacional (isto é, uso de padrões bibliográficos e outros) e serviços de telecomunicações adequados. O trabalho da International MARC Network Committee (IMNC) da CDNL resultou na publicação de dois documentos particularmente significativos: o *International guide to MARC databases and services*[8] (que não só relacionava os serviços disponíveis, mas especificava os padrões bibliográficos que aplicavam) e *International transfers of national MARC records*[9] (que proporciona diretrizes para a elaboração de acordos de serviços entre agências bibliográficas nacionais que desejarem permutar seus registros nacionais, assim ampliando o alcance da padronização). Entretanto, embora muito tenha sido alcançado, a rede MARC internacional nunca correspondeu plenamente aos ideais de seus proponentes.

A IFLA criou um Grupo de Trabalho de Designativos de Conteúdo em 1972 e, ao final de 1976, chegou-se a um acordo com o UNIMARC, o formato descritivo internacional projetado para facilitar o intercâmbio de registros legíveis por computador entre agências bibliográficas nacionais. Foram publicadas duas edições do formato UNIMARC, juntamente com um manual de interpretação baseado na experiência com a aplicação do formato.

Novas melhorias e atualizações culminaram na publicação em 1987 da versão atual do formato, o UNIMARC Manual.[10] O trabalho então continuou com o desenvolvimento do formato de autoridades UNIMARC, publicado pelo UBCIM Programme em 1991.[11]

2.4.4 Padronização das formas de entrada

Muitas listas de entradas padronizadas (para nomes de pessoas, organizações e estados) e trabalhos gerais sobre controle de autoridade foram publicados no início do IFLA International Programme for UBC. Todos foram descritos e comentados inúmeras vezes, de modo que recordarei aqui somente o importante trabalho de Eva Verona sobre cabeçalhos de entidades coletivas,[12] que mais tarde levaram à publicação do *UBC Form and structure of corporate headings*[13]; e o estudo *Names of persons: national usages for entry in catalogues* e posteriormente seu *Supplement*.[14]

O Programa também editou uma publicação denominada *Anonymous Classics* (há muito tempo esgotada), que compilava e fazia a referência cruzada das variantes de nomes e entradas em línguas européias para obras clássicas anônimas da literatura européia. Duas outras significativas publicações foram listas de entradas padronizadas para órgãos ministeriais e legislativos em países europeus e africanos. Entretanto, a produção de tais listas de autoridades cessou, por várias razões. Nos últimos anos, os especialistas da IFLA renovaram seu interesse na integração do trabalho de controle de autoridade e de catalogação descritiva. Um levantamento foi realizado para estudar a viabilidade de atualizar *Names of Persons* e uma oficina de trabalho foi realizada na conferência da IFLA em Delhi para apresentar os resultados desta pesquisa.

O formato UNIMARC está sendo cada vez mais adotado pelas bibliotecas na Europa. A pedido da Comissão Européia, em 1991 a Deutsche Bibliothek investigou a viabilidade de adotar o UNIMARC como um padrão para as bibliotecas nacionais européias: e a recomendação do estudo é positiva. Um seminário da Comissão

Européia sobre o UNIMARC em 1991 fez recomendações muito específicas sobre questões técnicas e econômicas relativas à implementação do formato nas bibliotecas européias.

Em 1992, a IFLA cooperou com a Unesco / PGI na realização de uma oficina de trabalho para discutir questões de compatibilidade entre o UNIMARC e o CCF (Common Communication Format) — alegando que razões de ordem econômica estavam forçando os órgãos responsáveis por normalização a abandonarem posições arraigadas e serem mais flexíveis. Seguindo as recomendações dessa oficina de trabalho, a IFLA espera continuar a cooperação com a Unesco nesta área: para programas de conversão, treinamento, publicação de traduções etc.

2.5 Premissas subjacentes

É evidente, pelo exame das atividades do CBU, que havia algumas temas ou premissas básicas inspirando esse trabalho. Por exemplo:

> a) que os elementos dos dados em uma descrição bibliográfica padronizada deveriam, em grande parte ser aqueles tradicionalmente encontrados nos registros incluídos nos catálogos das bibliotecas ocidentais, eles mesmos baseados no livro impresso, o meio predominante;
>
> b) que registros unitários deveriam ser elaborados para cada item (isto é, com todos os elementos dos dados fornecidos em um único registro com um cabeçalho de entrada principal e entradas secundárias e remissivas adequadas); embora a construção de registros unitários possa variar segundo os diferentes meios;
>
> c) que o projeto dos formatos dos catálogos legíveis por computador também deveriam acomodar a descrição bibliográfica tradicional e a técnica do registro unitário — (isso pode também ser atribuído ao fato de que, com a fita magnética, o meio predominante de troca de registros bibliográficos, somente o acesso a dados de publicações em série fosse prático);
>
> d) que o maior volume de intercâmbio de registros legíveis por computador continuaria a ser em grande parte uma questão para bibliotecas especializadas e bibliotecas nacionais financiadas com recursos públicos (ou outras agências bibliográficas nacionais) capazes de investir pesadamente e desenvolver os sistemas computadorizados necessários para o intercâmbio de registros bibliográficos em fita.

Além dessas premissas sobre questões técnicas e profissionais, outras suposições surgiam das condições econômicas do final dos anos 60 e início dos anos 70 nos países mais industrializados. As bibliotecas nutriam razoáveis expectativas de que os recursos financeiros para suas atividades, e portanto para a implementação dos padrões estabelecidos, continuariam a estar disponíveis em quantidade suficiente.

2.6 Tendências atuais

É comumente aceito que certas tendências começaram, nos últimos anos, a modificar essas premissas iniciais. Algumas dessas tendências ou percepções são

2.6.1 Limites à crescente complexidade dos padrões para a descrição bibliográfica.

O estágio atual de desenvolvimento das ISBDs é visto como sendo o último, simplesmente porque se tornaram complexas demais para todos, exceto as grandes bibliotecas, para precisarem ser aplicadas na íntegra. Além disso, a pontuação específica prescrita pelo sistema de ISBDs, originariamente a característica nova mais notável do sistema, agora é vista por algumas agências de criação e distribuição de registros como desnecessariamente complexa, além de dispendiosa para ser posta em prática.

Na tentativa de legislar para todos os casos possíveis, as ISBDs passaram a se assemelhar cada vez mais a códigos de regras de catalogação. Parece, ainda, a julgar pelas reações tanto de programadores de sistemas quanto de usuários de bibliotecas, que a estrutura da ISBD é complexa demais para ser usada nas telas simples exibidas em alguns catálogos *on line* de acesso público (OPACs - *on line* public-access catalogues).

Quando as bibliotecas implementam sistemas automatizados pela primeira vez, em geral se vêem forçadas a examinar criticamente a necessidade de fornecer todo o leque de opções dado nos códigos de catalogação e padrões descritivos tradicionais para a produção de registros abrangentes e autorizados com dados completos do acervo. Tais bibliotecas empenhadas em manter a alta qualidade dos catálogos *on line* têm de alguma forma que atender aos custos crescentes do emprego e treinamento de pessoal altamente habilitado (tanto programadores quanto catalogadores). É indiscutível que as bibliotecas invistam em sistemas automatizados para aumentar a produtividade no processamento técnico, para tornar mais rápida a recuperação e para ampliar a disponibilidade geral de registros aos usuários das bibliotecas; portanto, a adesão irrestrita a padrões descritivos complexos pode na realidade ser contraprodutiva e certamente não está dentro das possibilidades econômicas de todas as bibliotecas.

O Programa IFLA UBCIM publicou o relatório de um estudo intitulado *Minimal level cataloguing by National Bibliographic Agencies*.[5] Esse estudo aponta novos rumos para os esforços da IFLA na manutenção de padrões para a descrição bibliográfica.

2.6.2 Redes de bibliotecas

Desde o início da década de 1970, particularmente nos países industrializados, a crescente disponibilidade de computadores e o alto nível de ligações nas telecomunicações incentivaram o crescimento da alimentação cooperativa de bancos de dados compartilhados, ou até mesmo o interfuncionamento de catálogos automatizados que diferem significativamente em muitos aspectos, como por exemplo no nível de qualidade e detalhamento de seus registros catalográficos, na qualidade de seus arquivos invertidos e na capacidade de busca que oferecem.

Quando os registros supostamente preparados de acordo com os mesmos padrões são alimentados em um grande banco de dados compartilhado, as diferenças nas políticas postas em prática nas bibliotecas contribuintes podem significar que os registros sejam desnecessariamente rejeitados, ou que registros existentes sejam duplicados, se não forem sujeitos a um laborioso processo de edição. Se a edição dos registros não for adequada, por outro lado, a quantidade de "ruído" na posterior recuperação de informações é muito frustrante e ineficiente do ponto de vista dos usuários das bibliotecas. Por essa razão, as bibliotecas cooperantes têm que chegar a um equilíbrio realista na aplicação de padrões e implementar políticas de controle de qualidade editorial

quando contribuírem para bancos de dados com registros convertidos retrospectivamente. Diversas pesquisas têm sido feitas para explorar maneiras de automatizar o controle de qualidade, mas os resultados não foram inteiramente convincentes e é evidente que há necessidade do emprego de profissionais no trabalho de edição. O desenvolvimento de protocolos de Interconexão de Sistemas Abertos (OSI) permite a interconexão de sistemas em todos os níveis, do *hardware* a formatos de transmissão de dados. As conquistas da OSI possibilitarão a transmissão de enormes volumes de dados através de fronteiras nacionais. As bibliotecas especializadas nos países industrializados, bem como nos países em desenvolvimento, estão agora explorando o potencial de sistemas como Internet, BITNet e EARN.

Essas redes de informação eletrônicas são de inestimável valor para os pesquisadores e para as próprias bibliotecas. Também, provocam questões de direitos autorais e de segurança, especialmente em termos de bancos de dados comerciais e governamentais.

Bibliotecários e profissionais da informação estão agora tentando prever os efeitos que esse fenômeno poderá ter em nossos padrões bibliográficos atuais. Resistirão a tão poderoso fator de mudança?

A IFLA dedica-se atualmente a essa área através do seu Programa UDT (Universal Dataflow and Telecommunications) que realizou alguns estudos com o apoio da Comissão Européia.

Dois interessantes desenvolvimentos de redes (no hemisfério norte) são a NREN (National Research and Education Network) nos Estados Unidos; e o Projeto JON, que visa interligar redes existentes no Reino Unido, na França e na Holanda. A meta dessas duas iniciativas é integrar informações bibliográficas e o acesso a documentos; ambas têm que solucionar questões de ordem técnica (incompatibilidade de padrões, falta de *software* adequado para algumas aplicações) e também têm que se defrontar com problemas mais amplos como:

questões relativas à propriedade intelectual;
- legislação sobre a proteção de dados pessoais;
- conciliação das exigências dos provedores de serviços e usuários;
- obtenção de aprovação e de recursos financeiros de governos e outras organizações.

2.6.3 Conversão retrospectiva

A catalogação retrospectiva (de material não catalogado ou resumidamente catalogado) deve ser diferenciada da conversão retrospectiva dos registros catalográficos manuais existentes para registros legíveis por computador. A catalogação retrospectiva é muito onerosa, consumindo muito tempo na conferência de dados com os registros mantidos em outros bancos de dados, mas no contexto de projetos bem definidos (tal como o ESTC, o internacional *Eighteenth Century Short-Title Catalogue*) ela mostra-se valiosa. A conversão retrospectiva pode ser uma operação relativamente simples quando a qualidade dos registros existentes permitir a utilização de OCR (optical character recognition); mas, ainda que a qualidade dos dados originais não permita bons resultados com OCR, a redigitação dos dados (com posterior edição) tem-se mostrado eficaz. Essa última técnica foi aplicada com sucesso no Projeto de Conversão do Catálogo da British Library, na década de 1980.

As bibliotecas nacionais especializadas da maioria dos países ainda possuem volumosos catálogos manuais (impressos ou em fichas) de seus acervos mais antigos de

livros, manuscritos e outros materiais. Em muitos casos, esses acervos não só incluem material relativo à nação dentro de seus modernos limites territoriais, como também incluem registros escritos e artefatos culturais relevantes para os países vizinhos e, em alguns casos, para antigas possessões coloniais. Além de seu valor como herança cultural, esses acervos constituem um registro histórico do desenvolvimento dos estados modernos. Ainda constituem uma fonte de pesquisa relativamente inexplorada de enorme potencial que a conversão retrospectiva pode tornar acessível.

(Uma interessante iniciativa está agora em andamento para converter os registros mais antigos das bibliotecas especializadas da Europa e vinculá-los a um banco de dados *on line*. Caso seja bem sucedida, abrirá grandes possibilidades para as demais bibliotecas especializadas em todo o mundo com acervos valiosos de material antigo em línguas européias.)

Dois outros fatores justificam cada vez mais o amplo investimento que alguns países vêm fazendo no uso de tecnologias modernas para a conversão ou a catalogação retrospectiva. Esses fatores são a necessidade de maior controle de acervos antigos para o gerenciamento da conservação (por exemplo, identificar os documentos mais em risco e adicionar aos registros informações atualizadas sobre as exigências e os tratamentos de conservação aplicados) e a exigência profissional e política de que acervos raros sejam inteiramente colocados à disposição do público. Os padrões usados para criar e editar os registros bibliográficos desses acervos devem portanto acomodar a adição de novos elementos de dados para atender às novas exigências de administração do acervo; enquanto, ao mesmo tempo, devem corresponder inteiramente às exigências dos usuários proporcionando a clara e auto-explicativa exibição de informações.

2.6.4 Competição no fornecimento de registros

As pressões econômicas sobre as agências bibliográficas nacionais nos países industrializados (os custos operacionais mais altos no ambiente atual, combinados ao crescente volume de publicações nacionais e internacionais) levaram muitas bibliotecas a expressarem seu descontentamento com os serviços bibliográficos nacionais tradicionais. As firmas comerciais há vários anos vêm explorando essa situação oferecendo registros bibliográficos com eficiência e rapidez — tanto para o mercado nacional quanto internacional. Em alguns casos, usam padrões bibliográficos (para regras de catalogação e designação de elementos da informação) derivados dos aplicados nas bibliotecas, mas ainda assim tem havido uma proliferação de diferentes formatos de dados do tipo MARC.

Agências bibliográficas nacionais centrais mantidas com recursos públicos sem dúvida continuarão a existir de alguma forma, mas parece certo que continuarão a enfrentar a competição da iniciativa privada. Elas devem cooperar com esses adversários comerciais, pelo menos a fim de assegurar a aplicação de padrões bibliográficos estabelecidos, para garantir algum controle bibliográfico nacional.

2.6.5 Novas exigências de controle de autoridade e novas possibilidades de acesso a assunto

O controle de autoridade pode ser definido como o funcionamento daqueles sistemas destinados a promover a consistência na apresentação de pontos de acesso.

– *Nomes*

Tradicionalmente, nas bibliotecas de todo o mundo, o controle de autoridade funciona por meio de listas e índices manuais e muitas vezes por referência a bibliografias nacionais e outras fontes impressas. Nos anos 60 e 70, o controle de autoridade nacional em muitos países começou a ser fortalecido pelo crescimento da catalogação compartilhada e dos serviços de distribuição de fichas catalográficas. Com a crescente aplicação de recursos computacionais à catalogação compartilhada baseada em bibliotecas nacionais e bibliotecas regionais cooperantes, o controle de autoridade de nomes tornou-se essencial e ao mesmo tempo mais econômico. Bons exemplos foram o *National Coordinated Cataloguing Program* (NCCP) nos Estados Unidos e as possibilidades de controle de autoridade projetadas no *software* de redes como a WLN. Em escala menor, a maioria dos pacotes de *software* integrado para a manutenção de bibliotecas passaram a oferecer cada vez mais algum recurso de controle de autoridade como característica padrão.

As atividades da IFLA nessa área em geral são bem conhecidas. Além das publicações do CBU já mencionadas, o Programa CBU também publicou *Guidelines for Authority and Reference Entries* (conhecido como GARE).[16] O Programa MARC Internacional publicou um guia internacional para serviços e bancos de dados MARC, dando detalhes do controle de autoridade de nome e de assunto aplicado pelos serviços de registro MARC nacionais que relaciona. (Uma nova edição será publicada em 1993 pelo Programa UBCIM.)

– *Assuntos*

Tradicionalmente, o acesso controlado a assunto foi fornecido por catálogos, quer em fichas, em volumes impressos ou em algum dos recentes meios computadorizados como o COM fiche, arrumados segundo uma das tabelas de classificação internacionalmente aceitas ou por sistemas aceitos de cabeçalhos de assunto, tal como o LCSH ou tesauros especializados de determinadas disciplinas, ou mesmo por cabeçalhos gerados por algum outro sistema de indexação (como o Precis).

Mesmo com o advento de formatos do tipo MARC e sua utilização nos principais bancos de dados bibliográficos, era natural que a recuperação automatizada da informação sobre assuntos controlados em tais bancos de dados deveria continuar inicialmente a ser bastante dependente da especificação de campos contendo dados de assunto estruturados e expressos de acordo com planos tradicionais; embora, obviamente, tenha-se providenciado para que dados de assunto não-controlados (na forma de "palavras-chave") fossem recuperados de outros campos (para nomes, títulos, editores, remissivas). Tal recuperação somente tornou-se possível pela alimentação anterior de dados cujo conteúdo foi designado e articulado segundo a estrutura de um formato de registro específico (geralmente o MARC).

Entretanto, durante toda a década de 1980, enormes avanços da tecnologia (por exemplo, as novas tecnologias de armazenamento de dados, maior velocidade de processamento e *software* de indexação mais sofisticado) uniram-se a abordagens radicalmente novas para tornar os dados disponíveis ao público — em particular, por meio de catálogos públicos *on line* e pela distribuição de registros, na verdade bancos de dados completos, em CD-ROMs. Isso levou a profissão a reconsiderar toda a questão de acesso ao assunto. Da perspectiva do usuário, o assunto constitui uma

parte vital de qualquer registro bibliográfico. A questão agora é: o controle de autoridade de assunto deve continuar a ser tão estruturado quanto no passado ou deveríamos aproveitar a tecnologia para permitir uma busca mais livre e, neste caso, até que ponto os padrões atuais ainda são relevantes?

A IFLA não tem sido muito atuante no desenvolvimento de padrões para o controle de autoridade de assunto. Houve discussões no final dos anos 70 sobre o estabelecimento de um sistema internacional de autoridades, mas produziram poucos resultados (em termos, ao menos, do intercâmbio internacional regular de registros de autoridades entre as bibliotecas). Entretanto, especialistas da IFLA com a ajuda do Programa UBCIM, pesquisaram nos últimos cinco anos o tipo, a estrutura e o conteúdo de catálogos de autoridades de assunto usados por bibliotecas nacionais (e sua disponibilidade para outras). Tais pesquisas levarão, em 1993, à publicação, pelo IBCIM, do *Guidelines for subject authority files*.

2.6.6 Novos meios de distribuição

Novos meios têm permitido o acesso do público a registros bibliográficos criados e mantidos por bibliotecas e serviços de informação. O novo meio para a distribuição comercial e troca de registros bibliográficos e de outros produtos de informação é o CD-ROM. O novo meio principal, ou melhor, o novo instrumento para permitir que o público tenha acesso a bancos de dados *on line* é o OPAC ou o catálogo *on line* de acesso público (*on line* public-access catalogue), que pode ser consultado em uma biblioteca ou centro de documentação ou colocado à disposição através de uma rede pública do sistema *videotexto*. Esses avanços têm diversas implicações importantes para os padrões bibliográficos atuais.

– CD-ROM

No caso do CD-ROM, a saída de registros bibliográficos em disco não precisa ser no formato usado internamente pela instituição distribuidora. Em teoria, os dados podem ser estruturados de diversas formas e remontados por *software* na interface do usuário (talvez um "front end" inteligente) e exibido no formato desejado (que pode ser um formato MARC inteiramente nacional, o UNIMARC, o MARC simplificado, um formato de propriedade particular ou outro) ou com a estrutura da ISBD. Parece que a necessidade de algum tipo de formato de entrada de registros com descritores de conteúdo padronizados não diminuiu. Provavelmente, os diferentes tipos de instituições terão que continuar a usar tipos diferentes de formato de registro — mas os formatos usados certamente terão que se tornar mais compatíveis uns com os outros. O abandono da exigência de acesso seqüencial também abriu novas oportunidades para que as bibliotecas nacionais dessem saída a seus registros em disco não da forma tradicional completa, mas em pequenos pacotes de dados de autoridades, descrição e assunto com mecanismos de ligação apropriados — isto é, como um banco de dados relacional.

OPACs

No caso dos OPACs, as implicações para os padrões atuais são em termos de: os diferentes formatos de exibição em tela (com o usuário geralmente podendo escolher entre vários níveis de detalhe bibliográfico), a exigência da seleção de um número limitado de campos de dados para exibição na restrita área da tela (portanto, levantando a

questão dos critérios de seleção dos campos), a representação na tela das informações de assunto (relacionando campos de dados ou mostrando as relações hierárquicas dos dados no contexto de um *thesaurus*), a necessidade de definir até que ponto a lógica booleana é relevante para a recuperação por um OPAC, a questão da qualidade de controle no banco de dados fonte, a abrangência da indexação em arquivos invertidos e muitas outras. Em futuro próximo, um outro desenvolvimento será a integração do controle bibliográfico e do acesso a documentos através de estações de trabalho dentro das bibliotecas. Isso ficou claro a partir do sucesso do Projeto Mercury na Carnegie Mellon University, nos Estados Unidos, e também na Tilburg University, na Holanda.

3. O contexto internacional

3.1 Transpondo a lacuna entre culturas diferentes

Sempre observou-se que muitos dos atuais padrões para a descrição e classificação bibliográfica de documentos possuem um forte preconceito "ocidental". Entretanto, durante muitos anos empreenderam-se esforços para contrabalançar essa tendência, mantendo, ainda assim, a compatibilidade internacional. Muitos conceitos ultrapassados foram eliminados — por exemplo, aqueles relativos a antigas tecnologias ou ao colonialismo.

Muitas bibliotecas nacionais adaptam significativamente padrões internacionalmente aceitos aos propósitos do controle bibliográfico nacional e da produção de bibliografias nacionais: exemplos disso são a Biblioteca Nacional do Irã que expandiu a Classificação Decimal de Dewey – CDD e os Cabeçalhos de Assunto da Library of Congress (Library of Congress Subject Headings – LCSH), para cobrir a língua e a cultura persas, e as bibliotecas nacionais da Austrália e da Nova Zelândia que também expandiram e adaptaram o LCSH aos seus respectivos contextos nacionais.

Seguindo o sucesso do formato original MARC, muitas bibliotecas nacionais desenvolveram seus próprios formatos, seguindo USMARC ou UNIMARC — o sistema CALCO no Brasil é um exemplo; outro exemplo é a última versão revista do IBERMARC.

As associações de bibliotecas e outros organismos profissionais em muitos países colaboraram nos esforços de adaptação de padrões de origem estrangeira aos seus contextos nacionais. A vigésima edição da Classificação Decimal de Dewey ocupa-se mais da África. O Código de Catalogação Anglo-Americano – CCAA foi adaptado por muitos países da Europa ocidental e por outros países de língua inglesa. Com o incentivo da IFLA e da Unesco, o centro de documentação da Arab League Educational, Cultural and Scientific Organization (ALECSO) está empenhado em um programa de tradução de todos os textos ISBD para o árabe; e naturalmente a IFLA estimula a tradução das ISBDs para muitas outras línguas. Muitas traduções e adaptações do formato UNIMARC estão em andamento ou foram publicadas na França, Portugal, Rússia e na antiga Iugoslávia. O Common Communication Format da Unesco agora também está disponível em francês e foi traduzido e implementado como formato nacional em alguns países (os países Bálticos, a China etc.). Espera-se que o trabalho da ABINIA proporcione um grande ímpeto ao crescimento de elos entre as bibliotecas da América Latina e da Europa, particularmente a interligação de bancos de dados.

Todos esses padrões foram desenvolvidos com muito esforço, baseados em dis-

cussões internacionais que portanto prepararam o caminho para a implementação nos diversos países, de acordo com suas diferentes políticas nacionais. Todos esses padrões são suficientemente flexíveis para serem adaptados, ao menos parcialmente, a diferentes culturas.

3.2 A lacuna econômica

É óbvio que existe uma crescente lacuna econômica e tecnológica entre o norte industrializado e o sul menos desenvolvido. Essa generalização ignora o fato de que, em alguns países europeus, as bibliotecas nacionais e as redes de bibliotecas são pequenas e pouco subvencionadas e, portanto, incapazes de realizar adequadamente a função de agências bibliográficas nacionais em uma rede de controle bibliográfico universal. Também é verdade que as bibliotecas nacionais e outros serviços de informação em alguns países menos desenvolvidos estão bem equipados e de fato demonstram um alto nível de especialização técnica na aplicação da automação e dos padrões de controle bibliográfico.

A falta de informação pode impedir que esforços bem sucedidos sejam empreendidos no combate a problemas econômicos. Pode-se argumentar que o controle bibliográfico, indiretamente, é um de vários pré-requisitos de acesso a informações para o desenvolvimento econômico. Esse tipo de informação está sendo atualmente fornecido pelas principais redes regionais (tal como a PADIS, Pan-African Documentation and Information System) e redes internacionais (tais como a AGRIS e os serviços da CAB International); e centros de documentação científica foram criados até em países extremamente pobres para tirar proveito da existência dessas redes.

Em muitos países e regiões, as redes de informação técnica e científica são mais fortes do que as redes ou serviços baseados em bibliotecas nacionais. (O fato deve-se a vários fatores históricos, alheios ao padrão de desenvolvimento econômico e até da imagem tradicional da biblioteconomia.)

Informações valiosas para o desenvolvimento cultural e econômico também podem ser fornecidas nos campos de humanidades e de ciências sociais pelos bancos de dados das grandes bibliotecas nacionais especializadas dos países mais desenvolvidos; mas o acesso *on line* a esses bancos de dados é difícil e caro; um uso mais eficaz das bibliografias pode ser feito em diferentes meios, quer impresso, COM ou CD-ROM.

4. Políticas de controle bibliográfico

4.1 Percepção da necessidade de controle bibliográfico

É óbvio que, para que o controle bibliográfico seja eficaz, as razões por trás disso devam ser inteiramente compreendidas tanto pelos que atuam na prática quanto pelos que estão em posição de formular políticas — deve haver um nível maior de consciência dos benefícios e das implicações potenciais do acesso mais amplo à informação.

Nos países onde a política nacional de informação já foi ou está sendo elaborada, tais políticas devem reconhecer a importância do princípio de controle bibliográfico e a necessidade de ferramentas e padrões técnicos para alcançá-lo.

O controle bibliográfico deve ser apropriado, ou seja, completamente integrado a uma infra-estrutura flexível de acordo com os recursos disponíveis em cada país. É

preciso que haja mecanismos para o recebimento e a circulação de informações e bibliotecários treinados para operarem esses mecanismos que tenham compreensão dos padrões de controle bibliográfico, bem como de conhecimento do assunto.

Há poucos anos, talvez não fosse prático sugerir a aplicação de novas tecnologias da informação nas bibliotecas nacionais de países em desenvolvimento, porque em muitos desses países faltava até o mais simples equipamento e mesmo os recursos para manter acervos atualizados. Um estudo das bibliografias nacionais publicado há cinco anos[17] mostrou que muitos dos países menos desenvolvidos não produziam regularmente uma bibliografia nacional impressa e, em alguns casos, não possuíam uma biblioteca nacional funcionando adequadamente.

Hoje, entretanto, nos serviços de bibliotecas nacionais da maioria dos países em desenvolvimento, estão sendo instalados equipamentos automatizados modernos, o pessoal está sendo treinado e as bibliotecas estão sendo ligadas a redes internacionais. Muita atenção tem sido dada seriamente ao problema de acervos de livros e periódicos desatualizados ou em deterioração. O prestígio e a "visibilidade" das bibliotecas nacionais nos países em desenvolvimento estão evoluindo.

Agora, é uma atitude realista instar junto aos serviços bibliográficos nacionais dos países em desenvolvimento que redobrem os esforços de atendimento às exigências de controle bibliográfico universal e nacional como proposto pela IFLA e adotado pela UNESCO. Eles conhecem os procedimentos e possuem a tecnologia apropriada.

Entretanto, é claro que não seria sensato incentivar as bibliotecas nesses países a seguirem ao pé da letra as diretrizes e recomendações desenvolvidas há 20 anos. Muito aconteceu desde então: em particular, novas tecnologias revolucionaram a editoração, a criação e distribuição de registros bibliográficos, a entrega de documentos e os serviços públicos oferecidos pelas bibliotecas nacionais.

As bibliotecas nacionais não podem simplesmente automatizar seus procedimentos tradicionais de controle bibliográfico nacional — precisam reexaminá-los primeiro. Devem investigar a demanda por novos tipos de serviço, para novos grupos de usuários; e devem cooperar da maneira adequada com outros sistemas de informação documentária e de controle bibliográfico que se desenvolveram fora e independente do que podemos chamar de área biblioteconômica "tradicional" — tal como os sistemas de documentação científica e tecnológica e serviços para os negócios e a indústria.

Várias organizações internacionais desenvolveram *software* e formatos de dados para uma automação apropriada: dois exemplos óbvios são a Unesco, cujo General Information Programme desenvolve e mantém o Common Communication Format (CCF) e o *software* CDS/ISIS, e o International Development Research Centre (IDRC) que distribui o pacote de *software* MINISIS. Tais esforços são vitais: cada país deve estar capacitado a construir a estrutura básica de uma infra-estrutura da informação, adequada ao seu contexto nacional; mas esta estrutura tem que ser revestida. Os sistemas de informação nos países em desenvolvimento devem ser capazes de adquirir e usar (em forma legível por computador) dados de todas as fontes estrangeiras que considerem adequadas para suas necessidades. Isso está de acordo com o princípio da disponibilidade universal de publicações (DUP), divulgado pela primeira vez pela IFLA e posteriormente adotado pela Unesco como um objetivo político fundamental. Vale a pena repetir aqui que os padrões de controle bibliográfico não são importantes em si mesmo, mas como etapas no caminho para tornar disponíveis os documentos. A cooperação com os editores é essencial. A biblioteconomia precisa desenvolver-se e manter um relacionamento de trabalho construtivo com os editores, fazendo-os ver

que editoras e bibliotecas são interdependentes. A biblioteconomia deve tentar assegurar que seja consultada na definição da legislação específica (por exemplo, na definição de atividades de bibliotecas nacionais e na operação do depósito legal de publicações) e da legislação de direitos autorais e outras questões de propriedade intelectual. Uma vez realizado o trabalho de base, todos os países podem ligar-se a sistemas internacionais de informação e a circuitos de distribuição automatizada de registros bibliográficos.

4.2 Áreas a serem abrangidas pelas políticas de informação

A Unesco, através do seu General Information Programme, promoveu o desenvolvimento de políticas e planos de informação nacionais em muitos de seus estados membros; mas ela reconhece que ainda há muito trabalho a ser feito. A UNESCO publicou diretrizes para o desenvolvimento de tais políticas, onde há essa citação do Professor Neelameghan:

> "O objetivo da política nacional de informação é obter o acesso e a utilização otimizada do conhecimento especializado e profissional, das informações econômicas, sociais, técnicas e científicas e do conhecimento especializado gerado e/ou disponível dentro do país e em outras partes do mundo como um recurso na solução de problemas e como um meio para o desenvolvimento de todos os setores da sociedade."[13]

No desenvolvimento de estratégias nacionais de informação, a importância cultural e econômica dos serviços de biblioteca precisa ser reconhecida e é evidente que os sistemas de controle bibliográfico apóiam esses serviços. As políticas precisam levar em consideração o inter-relacionamento do controle bibliográfico com outros requisitos, como por exemplo os mecanismos para DUP e o fornecimento de documentos, bem como a preservação e conservação do material bibliográfico.

As políticas têm que levar em consideração os problemas de automação: o alto custo do equipamento (mesmo ao nível de pequenos computadores pessoais) e de ligações de telecomunicações. Os microcomputadores com *software* simples são muito úteis na automação de procedimentos manuais repetitivos, na criação de úteis bancos de dados locais e no estímulo a uma maior compreensão da população das novas tecnologias da informação.

Os currículos da biblioteconomia precisam ser constantemente revistos, para reavaliação do ensino do controle bibliográfico. As políticas nacionais de informação devem levar em consideração a necessidade de permitir e incentivar a livre circulação da informação e de seus produtos; isto é, superar barreiras comerciais, fiscais e legais.

5. O envolvimento da IFLA

Em 1991, a IFLA publicou sua declaração de política de longo prazo. Esse documento concentra-se em quatro áreas políticas: o papel social, educacional e cultural das bibliotecas; a melhoria do acesso e da disponibilidade da informação; o aprimoramento profissional na área da biblioteconomia; e o desenvolvimento e a aplicação de novas tecnologias.

Com relação ao uso dos acervos das bibliotecas, a declaração de política diz que a IFLA:

– encorajará seus membros a estabelecerem e manterem uma liderança bibliográfica, fornecendo registros bibliográficos a comunidades bibliotecárias e de serviços de informação;
– promoverá o desenvolvimento e a aplicação de padrões bibliográficos internacionais, como por exemplo para formatos legíveis por computador, incentivando a cooperação internacional nesse campo através do estabelecimento de redes internacionais de agências bibliográficas;
incentivará bibliotecas a desempenharem um papel de liderança no suprimento de documentos públicos, tanto em nível nacional quanto internacional, através da entrega convencional e eletrônica de documentos, do empréstimo e da ampla cooperação com outros parceiros do mercado da informação;
– contribuirá para a redução das barreiras existentes ao acesso da informação e da disponibilidade de documentos, respeitando os princípios de *copyright*.[19]

A declaração de política também deixa claro que a IFLA incentivará a aplicação da tecnologia da informação aos serviços de biblioteca "para assegurar o papel essencial da biblioteca como provedora e supridora de informações; assegurando a participação das instituições biblioteconômicas na elaboração de protocolos e padrões técnicos internacionais, relevantes para a prática biblioteconômica."[20]

Em 1992, a IFLA publicou seu Programa de Médio Prazo 1992-1997. O programa declara os objetivos de todas as unidades profissionais da IFLA, inclusive dos Programas Centrais. Os objetivos do Programa UBCIM continuarão a ser a manutenção dos padrões bibliográficos e dos formatos legíveis por computador da IFLA, publicando informações a respeito (no periódico do Programa) e revendo e desenvolvendo o leque de padrões da IFLA para o controle de autoridade. O programa também mantém cursos de treinamento na aplicação dos padrões da IFLA.

Para 1993, o Programa UBCIM planeja:

– *workshops* de treinamento em CBC e UNIMARC (na Hungria e no Senegal, com uma outra em Gana em 1994);
– um *workshop* em UNIMARC na conferência da IFLA em Barcelona;
– um segundo *workshop* sobre a relação entre UNIMARC e CCF (em 1993 ou 1994).

Uma das atividades mais importantes do programa UBCIM é a manutenção e a promoção dos formatos UNIMARC. Todo o interesse no potencial do UNIMARC e as inúmeras traduções e novas aplicações em determinadas bibliotecas nos últimos anos levaram a IFLA a desenvolver um mecanismo para a discussão e aprovação de mudanças no formato: é o Comitê Permanente do UNIMARC (para a qual o escritório do UBCIM age como um secretariado). Esse comitê revê as aplicações existentes, aconselha sobre sua harmonização (e se necessário critica aplicações "ilegais"), discute extensões e elabora políticas para a promoção e divulgação do formato.

O Programa UBCIM também promoverá o UNIBASE, que é um banco de dados de amostragem dos registros UNIMARC produzido com o CDS / ISIS. Será distribuído um disquete para fins de treinamento e será demonstrado primeiramente em Barcelona na conferência da IFLA em agosto de 1993.

Não se deve esquecer que os padrões descritivos, as ISBDs, foram emitidos nos formatos UNIMARC. As ISBDs precisarão de alguma manutenção de tempos em tem-

pos, mas não será necessária nenhuma revisão maior. A fase de desenvolvimento das ISBDs está terminada; a principal atividade agora é a promoção, publicidade e treinamento.

6. Outros rumos

A melhor utilização de recursos escassos pode exigir a simplificação de padrões usados para registros bibliográficos nacionais. O compartilhamento de recursos continuará a ser importante.

Os vínculos com as profissões correlatas serão benéficos. A arquivologia, por exemplo, tem atacado, nos últimos cinco anos, a questão de padrões e formatos para a descrição de arquivos e para o acesso automatizado às coleções.

Foi proposta a organização de outro congresso mundial sobre bibliografias nacionais, com o apoio da Unesco, em 1997, 20 anos depois do primeiro congresso. Se essa proposta se concretizar, o objetivo será examinar o ambiente político, editorial e tecnológico no qual os serviços bibliográficos nacionais agora atuam (e nos quais atuarão no final do século). Pode ser também uma oportunidade para um sério exame de todos os aspectos do relacionamento entre bibliotecas e editores.

A preservação da "memória nacional" de cada povo através de serviços bibliográficos nacionais efetivos contribui para a preservação da herança cultural do mundo. Os registros bibliográficos podem vir a comportar mais e mais dados de preservação e informações sobre exemplares substitutos.

Há uma questão com implicações de longo alcance para os princípios e a prática do controle bibliográfico universal. As pressões econômicas sobre as bibliotecas são crescentes, significando redução de pessoal e de aquisições. A profissão como um todo está percebendo que é impossível preservar tudo que já foi publicado e depositado em bibliotecas nacionais — a seleção será necessária. Os sistemas de controle bibliográfico serão usados para selecionar o material a ser preservado; e, por implicação, eventualmente manterão registros de outros documentos que desapareceram.

No futuro, alguns sistemas de informação especializados conterão, cada vez mais, dados de assunto ao invés de registros de documentos como tal. Os sistemas de bibliotecas podem se beneficiar das pesquisas que estão sendo realizadas sobre o acesso automatizado ao assunto para acervos de museus.

A identidade política de novos Estados também pode ser manifestada, e obscurecida, pelo conteúdo e abrangência de bibliografias nacionais. A biblioteconomia pode ser chamada a discutir a revisão de algumas fronteiras; mas a profissão deve defender os princípios humanísticos nos quais o trabalho bibliográfico nacional e internacional fundamenta-se.

7. Conclusões

O conceito de Controle Bibliográfico Universal ainda é relevante, embora seu nome traia suas origens da época em que parecia possível a concepção de sistemas universais ideais. Talvez a IFLA devesse enfatizar a idéia de "redes bibliográficas universais".

Duas providências precisam ser tomadas: os padrões bibliográficos da IFLA precisam ser mantidos e é preciso que se faça um esforço maior para trazer as bibliotecas nacionais e os serviços de informação dos países menores e menos desenvolvidos para a rede internacional de controle bibliográfico.

As atividades de padronização bibliográfica da IFLA sempre se voltaram para fora. Os padrões foram concebidos por grupos de trabalho internacionais e publicados somente depois de exaustivas e longas consultas internacionais. As bibliotecas nacionais foram encorajadas não só a atualizar seu próprio trabalho como a envolverem-se na comunicação com as outras bibliotecas.

Padrões biblioteconômicos adequados ao controle bibliográfico são de grande valor para todos os países, desde que sejam tecnicamente bem planejados, permanentemente mantidos, desenvolvidos dentro dos parâmetros de uma política de informação e aplicados de modo eficiente em relação aos custos pelas agências públicas ou privadas que criam e divulgam registros bibliográficos. A aplicação de tais padrões pode indiretamente contribuir para o desenvolvimento econômico e cultural de um país.

Talvez devêssemos reconhecer ainda o nacionalismo inerente às bibliografias nacionais. No mundo aparentemente mais estável de alguns anos atrás, parecia mais evidente que o CBU poderia ser alcançado. Nós na biblioteconomia não estamos divorciados das novas realidades econômicas e políticas internacionais e deveríamos reconhecer plenamente o valor das variedades de auto-expressão nacional no trabalho bibliográfico nacional. Em benefício da comunicação internacional, nosso objetivo deveria ser levar alguma uniformidade a essa variedade.

Tradução: Geni Hirata

BIBLIOGRAFIA

1. *International conference on cataloguing principles*, Paris, 1961. Report / ec. A. H. Chaplin. – Londres: IFLA, 1963. (Reimpresso em 1981, com uma introdução de Dorothy Anderson, pelo escritório internacional da IFLA para o CBU.)

2. *International meeting of cataloguing experts*, Copenhague, 1969. Report. In: Libri 20 (1) 1970.

3. ANDERSON, D. *Universal Bibliographic Control: a long-term policy, a plan for action*. – Pullach bei Munchen: Verlag Dokumentation, 1974. (p. 11)

4. *Manual on bibliographic control / IFLA International Office for UBC*. – Paris: UNESCO / PGI and UNISIST, 1983. – (PGI-83/WS/8)

5. CHAPLIN, A. H. In: *Foreword to the ISBD (M)* (preliminary edition).

6. *Guidelines for the national bibliography and the national bibliographic agency / IFLA International Office for UBC*. – Paris: UNESCO, 1979. – (PGI / 79 / WS / 18)

7. Veja: BEAUDIQUEZ, M. *Bibliographical services throughout the world 1975 – 1979*. – Paris: UNESCO, 1984. Suplemento 1980 (1982); suplemento 1981 – 1982 (1985); suplemento 1983 – 1984 (1987).
Bell, B. *An annotated guide to current national bibliographies*. Alexandria, VA: Chadwyck-Healey, 1986.
Proceedings of the National Bibliographies Seminar, 1987 / ed. W. Roberts. – Londres: IFLA UBCIM Programme, 1988.

8. *International guide to MARC databases and services*. – Frankfurt: Deutsche Bibliothek. (1a ed. 1984; 2ª ed. 1986; 3ª ed. em preparação pelo IFLA UBCIM Programme.)

9. *International transfers of national MARC records: guidelines for agreements relating to the transfers of national MARC records between national MARC agencies*. – Londres: IFLA UBCIM Programme, 1987.

10. *UNIMARC Manual* / ed. B. Holt et al. – Londres: IFLA UBCIM Programme, 1987.

11. *UNIMARC / Authorities*. Universal format for authorities... – Munique, etc.: K. G. Saur, 1991. (UBCIM-Publications – new series vol. 2)

12. VERONA, Eva. *Corporate headings: their use in library catalogues and national bibliographies: a comparative and critical study*. – Londres: IFLA Committee on Cataloguing, 1975

13. *Forms and structure of corporate headings*. Londres: IFLA International Office for UBC, 1980.

14. *Names of persons: national usages for entry in catalogues* (3ª ed.). Londres: IFLA International Office for UBC, 1977. Veja também seu Supplement..., 1980.

15. LAMBRECHT, Jay. *Minimal level cataloguing by national bibliographic agencies*. Munique, etc. : K. G. Saur, 1992, (UBCIM Publications – new series vol. 8)

16. *Guidelines for authority and reference entries*. – Londres: IFLA International Programme for UBC, 1984.

17. BELL, Barbara. *An annotated guide to current national bibliographies*. – Alexandria, VA: Chadwyck-Healey, 1986.

18. MONTVILOFF, V. *National information policies: a handbook on the formulation, approval, implementation and operation of a national information policy*. – Paris: UNESCO, 1990. [A citação é de "Establishmment of a national information policy and a strategy for its implementation. Report to the government of Egypt"(não publicado) de A. Neelameghan e J. Tocatlian – UNESCO, 1987]

19. *IFLA Long term policy*, in: Medium–Term Programme, 1992. p.7

20. *IFLA Long term policy statement*, in: Medium Term Programme, 1992. p.9

O PAPEL DA AGÊNCIA BIBLIOGRÁFICA NACIONAL

Ross Bourne
Director assistente (Planejamento e Padrões)
British Library National Bibliographic Service
Boston Spa, Reino Unido

Trabalho apresentado no Seminário Internacional sobre Controle Bibliográfico Universal, Rio de Janeiro, 23-26 de março de 1993.

1. Introdução

É mais fácil dar exemplos de agências bibliográficas nacionais — ABNs em diversos países do que defini-las. Embora a Unesco tenha tentado fazer exatamente isso no capítulo 2 de seu *Guidelines for the national bibliographic agency and the national bibliography*, é preciso que se diga que sua definição é mais uma racionalização da prática corrente do que um conceito filosófico *a priori*. As ABNs se desenvolveram segundo as circunstâncias particulares de cada país, que podem ter evoluído por todo tipo de razões que pouco ou nada têm a ver com o que compreendemos como a função da atividade bibliográfica nacional. Entretanto, seja qual for o seu valor, a definição da Unesco é a seguinte:

> "A agência bibliográfica nacional é a unidade organizacional estabelecida dentro do sistema de bibliotecas de um país e que é responsável por:
>
> - preparar o registro bibliográfico completo e autorizado de cada publicação nova editada no país e prepará-lo segundo os padrões bibliográficos estabelecidos;
>
> - publicar esses registros o mais rápido possível em uma bibliografia nacional emitida regularmente." [1]

A definição da Unesco, entretanto, não só é uma racionalização como pretende ser uma prescrição para futuras ABNs. A publicação acima citada teve origem em uma importante conferência realizada em Paris em 1977. Nessa conferência, o Congresso Internacional sobre Bibliografias Nacionais, os participantes propuseram-se a elaborar recomendações sobre todos os aspectos da atividade bibliográfica nacional; tais recomendações destinavam-se a serem apresentadas a governos, especialmente onde tais atividades estivessem ausentes ou em um estágio primitivo.

Agora, quase vinte anos mais tarde e depois de inúmeros desenvolvimentos tecnológicos, econômicos e políticos importantes, talvez essas recomendações precisem ser revistas; e realmente a Seção de Bibliografia da IFLA espera assumir a liderança de tal revisão. Mas, por enquanto, vejamos alguns modelos de agência bibliográfica nacional.

Meu primeiro modelo é o visualizado pela Unesco. Uma única agência, com uma espécie de mandato nacional, com recursos humanos e técnicos, talvez retirados da Biblioteca Nacional da qual provavelmente é parte integrante, e com acesso a publicações correntes, geralmente em decorrência da legislação sobre depósito legal. Embora a ABN possa fazer parte de um organismo maior, é suficientemente independente para produzir um serviço bibliográfico nacional distinto.

Um outro modelo que se desenvolveu é aquele em que o comércio livreiro assumiu a liderança. Por suas próprias razões comerciais, o comércio nacional de livros pode coordenar ou implantar serviços de listagens coordenadas de títulos "in print", publicadas a intervalos regulares. Tais listagens podem na realidade desempenhar uma ou mais das funções da bibliografia nacional (que abordarei em seguida); o fato de terem evoluído fora da comunidade biblioteconômica não vem ao caso: o que importa é que agem como registros permanentes da produção impressa nacional.

Um outro modelo que deveria ser considerado reconhece a diversidade de órgãos que produzem informações bibliográficas; refiro-me ao fato de que não só bibliotecas, mas também editores, livreiros e outros integrantes do ramo de livros, como impressores e distribuidores, precisam de informações bibliográficas de algum tipo para que

possam atuar com eficácia. Por razões que explorarei mais tarde, pode ser que o fardo de produzir a bibliografia nacional seja maior do que uma agência possa carregar. Portanto, a ABN pode se valer de informações bibliográficas originadas fora de suas quatro paredes, do próprio mercado livreiro e de outras bibliotecas.

A ABN torna-se nem tanto uma produtora de registros bibliográficos mas uma coordenadora, capaz de transformar registros de uma variedade de fontes diferentes em um serviço coerente.

Mas é preciso que fique igualmente claro que as ABNs não se encaixam em um padrão racional e bem arrumado, em razão de não vivermos em um mundo racional e bem arrumado. Há ainda outros fatores externos que estão corroendo a prescrição da Unesco para as ABNs. Examinarei essa questão posteriormente, mas agora quero dizer uma coisa sobre a ABN do presente.

2. Onde tudo começa

Se não houvesse editores publicando livros não haveria necessidade de uma bibliografia nacional. Isso é tão óbvio que não precisa ser dito. Mas a razão de eu estar dizendo o óbvio é querer chamar atenção para a absoluta diversidade do que é publicado, os problemas acarretados por essa avalanche de material e os interesses comuns que compartilhamos com o mundo editorial.

Não disponho de números editoriais em escala global (parte do problema é como definimos "mercado editorial"), mas se podemos amar por base o Reino Unido, não há sinal de diminuição na enorme quantidade de material publicado. Os números disponíveis mais recentes, publicados em *The Bookseller*, o veículo do mercado livreiro britânico, revelam um total de 24.941 livros novos publicados no primeiro semestre de 1992,[2] um crescimento de 18,5% sobre o mesmo período de 1991.

Por extrapolação, o total de 1992 será de cerca de 50.000; e é preciso acrescentar a esse número mais um total de cerca de 19.000 novas edições (muitas das quais podem, é claro, ser reimpressões). Esse aumento ocorre, obviamente, em um cenário de recessão econômica, no qual as empresas estão fechando ou associando-se a outras e onde os consumidores têm menos dinheiro para gastar. Por outro lado, os livros colocados à venda no Reino Unido não estão sujeitos a impostos ou, pelo menos, não até agora. O que está mudando, é claro, é a facilidade com que a publicação pode ocorrer: a editoração eletrônica está se tornando um lugar comum, de tal modo que já não são necessários um alto nível de organização e suporte financeiro para produzir um produto de boa qualidade; com isso, as editoras bem pequenas podem ser beneficiadas.

Tenho me referido à "impressão" como se ela fosse a única forma de publicação, mas obviamente o livro tradicional é apenas um formato, embora aquele com que estamos mais familiarizados. Mas não devemos nos esquecer de outros tipos de publicações, tais como filmes, vídeos, gravações de som, CD-ROMs e *software* de computador. Embora esses no momento não desafiem a supremacia do livro impresso em termos de números, não resta dúvida de que compreendem uma fatia crescente do mercado editorial; sem dúvida, as principais cadeias de lojas no Reino Unido estão cada vez mais abastecidas dessas publicações. Quaisquer que sejam os números globais de novas publicações, os itens diferentes dos livros impressos constituem uma parte significativa; a ABN deve levá-los em conta, independente de dificuldades práticas como os meios para utilizá-los.

As diretrizes da Unesco reconhecem a importância da legislação sobre depósito legal para a ABN. Poucas bibliotecas, mesmo as maiores, poderiam dispor dos recursos financeiros para adquirir todos os títulos publicados no país; uma lei originalmente destinada a garantir que não se escrevessem coisas difamatórias contra o governo agora permite que as bibliotecas colecionem e preservem a produção impressa nacional. Entretanto, enquanto o não depósito de uma publicação pode representar penalidades perante a lei, na prática isso raramente acontece, já que o custo da ação judicial pode exceder em muito o custo dessa publicação.

Nem a legislação de depósito legal acompanhou as novas tecnologias: em inúmeros países, somente publicações impressas podem ser requisitadas, enquanto as publicações em outros formatos escapam do alcance da Biblioteca Nacional. Mais uma vez, a Unesco publicou diretrizes para a legislação de depósito legal que reconhecem outras formas de publicação além dos livros impressos.[3] Se a ABN deve ter um alcance abrangente, não pode ignorar uma área cada vez mais significativa da produção editorial, embora (como observado anteriormente) também deva levar em consideração os meios pelos quais esses materiais são acessados.

3. As funções do registro bibliográfico nacional

Não basta definir a agência bibliográfica nacional ou dizer como adquire sua matéria-prima; toda essa atividade deve ter um propósito. Para que são usados os registros bibliográficos nacionais?

As diretrizes da Unesco identificam as seguintes funções:

a) seleção e aquisição. A bibliografia nacional fornece a seus usuários informações suficientes para saber a utilidade que um item pode ter para o seu acervo e para solicitá-lo. Entre os dados fornecidos, estão o nome do editor, o preço, o assunto e em alguns casos o nível do público leitor a que se destina;

b) identificação e referência. As informações fornecidas incluem ainda a autoria e o histórico bibliográfico do item;

c) catalogação. O registro bibliográfico submete-se a padrões nacionais e/ou internacionais, permitindo que seja copiado para utilização nos catálogos de outras bibliotecas. As formas que os registros bibliográficos podem acotar são abordadas em uma seção posterior deste trabalho.

Essas funções estão adequadas às necessidades atuais. Entretanto, os registros bibliográficos nacionais podem ser usados com finalidades menos imediatas: por exemplo:

d) agem como memória da produção editorial de um país. Como tal, as informações podem ser utilizadas para fins estatísticos, assim como refletem os valores intelectuais e culturais da época, constituindo um fonte histórica para futuros pesquisadores.

Com relação a essa última função, Marcelle Beaudiquez, da Bibliothèque Nationale de Paris, refere-se à bibliografia nacional como sendo uma testemunha da memória nacional.[4]

Essas quatro funções colocam um fardo importante sobre a ABN, que tem que fornecer ao mesmo tempo não só um recurso indispensável à comunidade de bibliotecas do país no qual está situada, como também um recurso histórico para o conhecimento

futuro. Às vezes, esses objetivos entram em conflito, quando menos por simples razões econômicas, que podem significar ter que fazer uma opção entre prioridades: ainda que um pequeno registro seja suficiente para a função (a) acima, um registro mais completo é necessário para a função (d).

4. Como avaliar o sucesso

Atualmente, não basta fornecer um produto, tal como uma bibliografia nacional, distribuí-lo pelo mundo e esperar que alguém o ache útil. Os organismos que financiam as bibliotecas querem ter certeza de que seu dinheiro está sendo bem gasto, e além disso, aqueles que compram produtos bibliográficos nacionais estarão menos inclinados a renovar sua assinatura anual se tais produtos não corresponderem a alguns critérios. Mais uma vez, esses critérios são cobertos pelas diretrizes da Unesco, mas podem ser resumidos como sendo critérios de abrangência, atualidade e qualidade.

A *abrangência* já foi parcialmente abordada. A bibliografia nacional contém todo o material publicado em todos os formatos? Se é seletiva, há uma lista disponível das exclusões? Essas exclusões são incluídas em outras publicações?

A *atualidade* diz respeito não só ao tempo que um item leva para ser registrado na bibliografia nacional, mas também a freqüência de publicação da bibliografia. Uma bibliografia nacional pode cobrir inteiramente a produção editorial nacional, mas, se for irregular e pouco freqüente, as vantagens de sua abrangência podem se perder conforme os itens se esgotem.

A *qualidade* refere-se à aplicação consistente de padrões, assim como à precisão das informações contidas na bibliografia nacional. Os padrões serão tratados mais tarde neste trabalho, mas por enquanto é preciso que se diga que os usuários querem ter como certa a qualidade das informações bibliográficas fornecidas.

Este seminário é sobre *controle bibliográfico universal* — CBU. Meu antecessor nesta mesa já descreveu o CBU e enfatizou o contexto internacional em que o CBU atua. A abrangência, a atualidade e a qualidade estão no âmago de uma contribuição nacional bem sucedida ao CBU ideal; elas podem ser medidas, ao menos por amostragem, mas a minha impressão é que as bibliotecas ainda têm um longo caminho a percorrer antes de poderem aceitar completamente o princípio do que se poderia chamar de contabilidade bibliográfica, ou a avaliação objetiva (ao invés de subjetiva e em geral preconceituosa) desses importantes serviços.

5. Formas assumidas pelos registros bibliográficos nacionais

A bibliografia impressa já não é o único meio de veicular informações bibliográficas, mas apesar da atratividade de outros formatos é provável que continue a ser a forma predominante na mente da maioria dos usuários. Afinal, a página impressa não requer nenhum equipamento especial, pode ser carregada e passada adiante, aceita anotações e, quando superada, pode ser reciclada.

Por outro lado, quando a bibliografia nacional é publicada a intervalos freqüentes, torna-se um desperdício de papel e seu próprio arranjo limita sua utilização. O acesso é restrito a seqüências lineares, quer alfabéticas ou numéricas; o que isso significa é que é necessária uma precisão maior por parte do usuário: o usuário tem que saber o

nome correto do autor e adivinhar qual cabeçalho de assunto ou número de classificação o catalogador atribui. Embora seja possível pesquisar em um arranjo por assunto de entradas bibliográficas, a economia da situação implica que um item receberá apenas uma ou duas entradas de assunto, assim privando o usuário de buscas de assunto mais específicas.

Nesse contexto, as bibliografias impressas deveriam incluir as que são produzidas em microforma: embora bibliografias em microfichas sejam mais compactas, elas requerem um equipamento especial, alguns usuários as consideram difíceis de usar, o acesso é limitado porque seu arranjo seqüencial é semelhante ao produto impresso e a matéria-prima usada, à base de petróleo, pode contribuir para a degradação gradual do planeta.

A automação da bibliografia nacional implica maior potencial de acesso. O acesso por palavra-chave torna-se possível, não apenas para termos em um cabeçalho de assunto ou para o sobrenome de um autor, termos que já podem ser procurados em uma bibliografia impressa, com todas as suas limitações, mas também para outras palavras e códigos no registro bibliográfico, tal como o local e o ano da publicação, a língua, palavras em subtítulos e assim por diante. A busca booleana pode permitir ao usuário combinar termos a fim de limitar o número de registros pesquisados. A própria forma da bibliografia automatizada facilita, pelo descarregamento, a reutilização direta dos registros bibliográficos no próprio sistema de catalogação da biblioteca do usuário.

O reverso dessas vantagens aparentemente inatacáveis é econômica e política. Econômica porque a automação implica altos custos. Embora possa haver vantagens econômicas na produção de registros bibliográficos automatizados, esse investimento tem que ser combinado ao recebimento, pela biblioteca, das informações na forma de *mainframes* que podem receber fitas magnéticas, terminais ligados a sistemas de telecomunicações ou PCs com *drives* de CD-ROM. Mais especificamente, o sistema local deve ser capaz de lidar com dados bibliográficos de acordo com quaisquer funções que a informação se destine a servir. As bibliotecas podem ter pouca ou nenhuma influência sobre os sistemas que têm que usar; muitos sistemas tornaram-se disponíveis para as bibliotecas não porque tivessem sido projetados com as bibliotecas em mente, mas porque as bibliotecas foram vistas como oferecendo um mercado adicional para um produto cuja função original era um pouco diferente de nossas necessidades particulares.

O fator político é mais sério. Suspeito que, à medida que a tecnologia permite que os bibliotecários tenham melhor acesso a arquivos bibliográficos, a lacuna entre bibliotecas com recursos automatizados e aquelas que não dispõem dessas vantagens aumenta. Para ser mais franco, a lacuna tecnológica entre o mundo industrializado e o não-industrializado está crescendo.

O melhor acesso à informação para um grupo de países significa que os que não possuem tais vantagens podem ficar ainda mais para trás na corrida econômica, ao mesmo tempo aumentando sua dependência de países mais afortunados. Não sei qual a resposta correta. Não sou um economista nem um político. O que fica claro é que devem ser tomadas medidas para reduzir o impacto dessa lacuna tecnológica, não necessariamente com mais ajuda e aconselhamento (embora possam ser importantes), mas talvez desacelerando o crescimento tecnológico.

6. Outras considerações

Quero chamar atenção para algumas questões importantes para a atividade bibliográfica nacional. Em primeiro lugar, quero considerar não só a bibliografia nacional como tal, mas o que um recurso bibliográfico pode propiciar. A justificativa para uma bibliografia nacional é que ela reúne a produção editorial nacional. Mas incluído nesse recurso deve estar a elaboração de bibliografias menores, como por exemplo material de e sobre autores nacionais, material histórico e geográfico, literatura infantil e assim por diante. Para todas elas deve haver mercado e mercado significa renda que pode ser investida na ABN. Pode ser que valor em forma de anotações e comentários tenham que ser acrescentados a esses subprodutos, mas pode ser um dinheiro bem empregado se houver mercado e o preço for estabelecido no nível certo.

Falei em renda. Com que recursos financeiros a ABN é realmente mantida? Como eu disse, o modelo comum é a ABN fazer parte de uma organização maior. Essa em geral é a Biblioteca Nacional, cuja aquisição de publicações nacionais recebidas através do depósito legal e procedimentos de catalogação formam a matéria prima da ABN. Mas esses procedimentos de catalogação implicam que a bibliografia nacional seja ela mesma um subproduto da função da Biblioteca Nacional e que, portanto, o preço da bibliografia nacional não represente inteiramente o custo de sua produção, ou exige-se que a ABN cubra todos os seus custos de produção? Se for este o caso, os custos são de tal ordem que um preço econômico resultaria em poucas bibliotecas poderem mantê-la? Até que ponto essas bibliotecas dependem da atividade bibliográfica nacional e portanto são uma audiência cativa? O que fica claro é que a ABN não pode querer exercer um monopólio da informação bibliográfica nacional; em um mundo competitivo, não se pode esperar que outras organizações comerciais não vejam aí uma oportunidade e queiram capitalizá-la. As políticas governamentais podem ditar que órgãos mantidos com recursos públicos não devem oferecer serviços que minem os oferecidos pelo setor privado; mas se o próprio setor privado subsidiar os serviços que fornece, onde fica a ABN?

A aplicação de padrões é fundamental para a ABN. Como o eixo (presume-se) de uma rede bibliográfica nacional mais ampla, a ABN obriga se não só a aplicar padrões de descrição bibliográfica e de assunto, como também ajudar a defini-los. Não entrarei em detalhes sobre o que esses padrões compreendem, uma vez que outros palestrantes abordarão o assunto. Basta, no momento, dizer que incluirão códigos de catalogação nacionais, listas de cabeçalhos de assunto, tabelas de classificação, regras de romanização, arquivamento e, se a ABN for automatizada, padrões de formatação e codificação de dados bibliográficos em fita magnética. O leque de padrões disponíveis é dado na abrangente publicação de Dorothy Anderson *Standard practices in the preparation of bibliographic records*,[5] mas a importância de padrões é reforçada nas diretrizes da Unesco já mencionadas. O que eu gostaria de ressaltar aqui é o papel que a ABN deve exercer. Já disse que a ABN ajuda a definir os padrões; porém, mais do que isso, a ABN deveria talvez ser obrigada a assumir o papel de liderança a esse respeito. Deveria garantir que os padrões fossem mantidos em seus próprios produtos, identificar onde os padrões precisam ser atualizados ou talvez onde novos padrões são necessários, promover seu uso e contribuir para o seu desenvolvimento internacional.

Devo falar um pouco mais sobre as perspectivas internacionais. A editoração é uma atividade internacional, especialmente no que diz respeito às principais línguas do

mundo, certamente aquelas que são línguas oficiais das Nações Unidas. Não é necessário dizer que as bibliotecas não podem ser intrinsecamente nacionais em seu escopo. As bibliotecas, e particularmente bibliotecas nacionais e outras bibliotecas de referência especializada, adquirem material de outros países. Muitos de nossos padrões bibliográficos foram desenvolvidos em resultado de iniciativas da IFLA; o objetivo do Controle Bibliográfico Universal, como já ouvimos, é estabelecer uma rede bibliográfica em que cada país seja singularmente responsável pelo registro de suas publicações nacionais. Mas para que essa rede bibliográfica global esteja dentro da realidade deve haver uma base comum para a informação que está sendo registrada. Como o centro nacional de informações bibliográficas, a ABN deve estar em posição de representar seu país em atividades internacionais de padronização, bem como exercer uma liderança em seu país. E obviamente a vantagem de sua participação em nível internacional é que a ABN pode fazer uso dos registros bibliográficos de outros países ao invés de ter que recriá-los quando esses livros são adquiridos localmente. Os padrões são a chave da reutilização: propiciam a consistência e a autoridade.

7. Questões para pensar

Quero concluir com um olhar para o futuro. Alguma coisa do que eu disser pode parecer beirar o pessimismo, mas acho que temos que encarar esses recentes avanços como oportunidades e não como ameaças. Devo dizer, a essa altura, que estou redigindo um artigo a ser publicado em breve na Alexandria. Seu título pode causar um pequeno frisson, *National bibliographies - do they have a future?*[6] Nesse artigo, chamo atenção para algumas tendências que podem alterar a maneira tradicional com que as ABNs têm atuado. Uma delas são os crescentes laços que estão sendo desenvolvidos entre as diferentes partes do que pode ser chamado de comunidade do livro, em outras palavras, editores, livreiros e bibliotecários, para não mencionar impressores, distribuidores, alimentadores de sistemas e assim por diante. Todos esses grupos precisam e usam informações bibliográficas legíveis por máquina, embora por razões distintas. Entretanto, grande parte dessa informação é comum: elementos como o título, o autor e o ISBN são comuns em toda a comunidade. Por que não, portanto, tirar partido desse fato e estabelecer um sistema em que tais informações são criadas apenas uma vez, mas é passada ao longo da cadeia conforme o livro prossegue da publicação, à livraria e à biblioteca? No Reino Unido, foi criado um órgão representante de todos esses segmentos para facilitar a comunicação eletrônica e dedicar-se ao compartilhamento de dados comuns: o *Book Industry Communication* ou BIC está recebendo amplo apoio intelectual e financeiro de toda a comunidade do livro e sua presença já é sentida em um contexto europeu mais amplo. A pergunta que eu gostaria de fazer é se uma economia nacional pode se dar ao luxo de não maximizar recursos dessa forma. Não é a ABN o órgão para coordenar e articular o acervo e a redistribuição de informações bibliográficas? Pode um órgão arcar com os custos de fornecer toda essa informação de seus próprios recursos?

Já mencionei o contexto internacional e a possível competição do setor privado. Devo mencionar ainda o que alguns podem considerar a ameaça dos bancos de dados internacionais como o OCLC. Estamos presumindo, é claro, que há uma vantagem intrínseca em reunir informações sobre a produção editorial de um país; mas não se

esqueça que os Estados Unidos não possuem bibliografia nacional como tal e na verdade não fazem nenhuma distinção prática em seus produtos bibliográficos entre as publicações americanas e as estrangeiras. Com seu abrangente alcance de dados bibliográficos, pode-se dizer que o OCLC superou a necessidade de uma bibliografia nacional. A ABN pode competir?

A outra ameaça — se é que se pode dizer assim — está na própria definição de uma bibliografia nacional, em outras palavras, a bibliografia de uma nação. Nos últimos quatro anos, nosso conceito de nacionalidade mudou, não só porque o mapa mundial está tão diferente, com a antiga URSS dividida agora em quinze outros países, a Alemanha unificada e a Iugoslávia em mudança. Parece haver movimentos em direções contrárias, com as barreiras comerciais caindo em alguns lugares — como por exemplo dentro da Comunidade Européia — mas em outras comunidades menores, baseadas no caráter local, na língua, na religião ou na raça, reconhecendo maior autoconsciência e buscando estabelecer seu próprio futuro político independente de laços geopolíticos passados. O que estou dizendo é que a bibliografia nacional hoje pode não estar necessariamente cobrindo o mesmo território amanhã: não é dever do bibliotecário manter estruturas políticas perpétuas — embora sejamos todos cidadãos e seja de esperar que, como tal, tenhamos uma responsabilidade democrática a esse respeito — mas precisamos demonstrar sensibilidade e presteza em aceitar mudanças se e quando ocorrem. Para concluir, gostaria de citar o parágrafo de encerramento do meu artigo da Alexandria.

> "O título deste trabalho coloca uma questão: as bibliografias nacionais têm futuro? O futuro, em grande parte, está fora de controle; pode ser decidido por economistas, generais e tecnocratas. Qualquer controle que tenhamos pode resultar em um produto que fique um pouco aquém de nossas expectativas. Mas há um lado positivo em tudo isso. Nós realmente temos o poder de ver um pouco o futuro; não temos que bloquear nossas opções e com antecipação podemos tomar decisões bem fundamentadas. Estamos começando a transpor o golfo entre o comércio de livros e nós mesmos e podemos tentar influenciar a resolução dos problemas que compartilhamos. E, mais importante, temos a nosso favor um amplo leque de organismos profissionais que alimentam a ABN com recomendações, auxiliam-na na determinação de padrões de qualidade, relevantes para os usuários da bibliografia nacional, e a ajudam a ver a si mesma no contexto da comunidade bibliotecária e da informação como um todo, cuja importância como o meio pelo qual a informação registrada é preservada e colocada à disposição para a humanidade é fundamental para o êxito de todos os organismos envolvidos".

Tradução: Geni Hirata

BIBLIOGRAFIA

1. IFLA International Office for UBC. *Guidelines for the national bibliographic agency and the national bibliography*. Paris: Unesco, 1979, p. 4.

2. *'Publishers' output up, prices up'*. The Bookseller, 2 de outubro de 1992, p. 984.

3. *LUNN*, Jean. *Guidelines for legal deposit legislation*. Paris: Unesco, 1981.

4. *BEAUDIQUEZ*, Marcelle. "National bibliography as witness of national memory". IFLA Journal, 18 (2), 1992, pp. 119-123.

5. *ANDERSON*, Dorothy. *Standard practices in the preparation of bibliographic records*. Edição revista. Munique: Saur [para o IFLA UBCIM Programme]. 1989.

6. *BOURNE*, Ross. "National bibliographies - do they have a future?" Alexandria [a ser publicado no final de 1993]

CONTROLE BIBLIOGRÁFICO UNIVERSAL EM UM CONTEXTO EM MUDANÇA

Tom Delsey
Diretor de Política e Planejamento
Biblioteca Nacional do Canadá

Trabalho apresentado no Seminário Internacional sobre Controle Bibliográfico Universal, Rio de Janeiro, 23-26 de março de 1993.

Controle bibliográfico universal em um contexto em mudança

Desde o começo, o maior desafio para o sucesso do programa *controle bibliográfico universal* tem sido o enorme volume e complexidade da tarefa. Nos últimos vinte anos, o programa alcançou um nível de sucesso notável. Mas hoje o desafio tem mais uma dimensão. O volume e a complexidade continuam. Mas a mudança emerge como um desafio igualmente poderoso para o programa.

O contexto global

Estamos caminhando progressivamente para uma sociedade baseada no conhecimento. Em conseqüência, a informação surge como um recurso estratégico mundial, não só para o desenvolvimento econômico, como também para o desenvolvimento social e cultural. Nossos recursos de informação estão se expandindo em proporções sem precedentes. A demanda por informações cresce continuamente e se torna mais diversificada. E nesse contexto, o acesso eficiente à informação em escala global torna-se cada vez mais crítico.

Ao mesmo tempo, estamos presenciando incríveis avanços na tecnologia da informação. A capacidade da nova tecnologia e a velocidade com que a informação pode ser processada são imensamente maiores do que há apenas vinte anos atrás.

A convergência das tecnologias da computação e das telecomunicações abriu novas avenidas para o crescimento e a inovação. O processamento da informação e a comunicação de dados não mais ocorrem apenas dentro de um ambiente local ou setorial. O ambiente de sistemas abertos está se tornando uma realidade; as redes globais estão emergindo, ligando recursos informacionais internacionalmente e atravessando fronteiras setoriais.

A economia do mundo da informação também mudou. A última década presenciou um enorme crescimento nos setores da tecnologia da informação e das telecomunicações. As chamadas indústrias do conhecimento representam o maior setor de crescimento nas principais economias de todo o mundo. Mas o crescimento da economia da informação ocorreu dentro do contexto de um enfraquecimento mais geral da economia global. As recessões que afetaram os principais mercados nos últimos anos causaram sérios transtornos na economia de diversos países. Os governos, enfrentando déficits crescentes e o fardo da dívida acumulada, tiveram que cortar os gastos públicos significativamente. E conforme crescem as pressões fiscais sobre as instituições públicas, os governos voltam-se para o setor privado em busca de alternativas. Em conseqüência, os papéis pertinentes aos setores público e privado no fornecimento de serviços de informação estão sendo abertos à discussão.

Consideradas individual e coletivamente, essas mudanças econômicas, tecnológicas e estratégicas alteraram significativamente o contexto global do *controle bibliográfico universal*. O ambiente no qual o programa atua hoje não é o mesmo de há vinte anos. E sugiro que em sua maior parte as questões com que o programa se depara atualmente fluem diretamente dessas grandes mudanças no ambiente.

Objetivos do programa

O objetivo do *controle bibliográfico universal*, como declarado originalmente em 1974, é *"tornar pronta e universalmente disponível, em uma forma internacionalmente aceita, os dados bibliográficos básicos sobre todas as publicações editadas em todos os países."*[1]

Sob o objetivo específico do programa de alcançar disponibilidade imediata e universal de dados bibliográficos há claramente um vínculo a uma meta maior. Desde o início, a meta principal do *controle bibliográfico universal* tem sido facilitar o acesso à informação. E na sociedade de hoje o valor de qualquer programa dirigido a facilitar o acesso à informação deveria ser óbvio. Na realidade, o significado de alcançar o controle bibliográfico universal é, no mínimo, maior hoje do que era quando o programa foi concebido. A emergência de uma sociedade cada vez mais baseada no conhecimento e o crescente reconhecimento na última década da importância estratégica da informação serviram para reforçar a importância dos objetivos do programa.

Mas o nosso progresso em direção a uma sociedade baseada no conhecimento fez mais do que ampliar o valor dos objetivos do programa. Também colocou esses objetivos sob nova perspectiva. A importância crescente do acesso à informação na sociedade atual veio acompanhada de uma significativa expansão da amplitude e da variedade das fontes de informação das quais a sociedade depende e por uma série cada vez mais diversificada de necessidades e usos da informação. Conseqüentemente, é mais importante do que nunca visualizar os objetivos do *controle bibliográfico universal* dentro do contexto de uma meta mais ampla: facilitar o acesso global à informação. E é essencial reconhecer que o programa é apenas um meio de apoiar a realização dessa meta.

Tanto como um conceito e como um programa, o *controle bibliográfico universal* sempre se concentrou claramente em facilitar o acesso a um segmento do universo da informação: documentos publicados. Seu alcance é universal no sentido de que objetiva facilitar o acesso mundial à produção total de informações publicadas. Não é, entretanto, universal no sentido de que objetiva facilitar o acesso a todas as formas de informação. E não estou sugerindo que devesse ser. O que estou sugerindo é que está se tornando cada vez mais importante reconhecer que o programa deve funcionar afinal dentro de um contexto mais amplo. Se quiser atender efetivamente ao seu propósito, deve fazê-lo de uma forma que complemente os esforços que visam facilitar o acesso a outros segmentos do universo da informação. E deve interagir eficazmente com quaisquer sistemas que se apresentem para facilitar o acesso a esses outros segmentos.

Estrutura do programa

Em uma concepção mais ampla, o programa *controle bibliográfico universal foi* originalmente concebido como abrangendo três elementos:

1) uma rede de agências bibliográficas nacionais, cada qual responsável pelo controle da produção editorial de seu próprio país;
2) um conjunto de padrões para garantir a compatibilidade de dados bibliográficos em escala internacional; e
3) um conjunto de "protocolos" para o intercâmbio de informação bibliográfica

entre países, que tratem de questões de política bem como de especificações técnicas para formatos de intercâmbio.

Desde o seu início há vinte anos, o programa deu passos importantes na implementação e aprimoramento desses elementos estruturais. Mas é evidente que a força da mudança no ambiente está começando a exercer uma pressão significativa na estrutura do programa. A tecnologia, a economia e a dinâmica do mercado da informação trouxeram para o primeiro plano todo um leque de questões que afeta a maneira como a estrutura funciona.

Agências bibliográficas nacionais

O primeiro elemento na estrutura é a rede de agências bibliográficas nacionais. Em grande parte, essa rede desenvolveu-se incorporando a responsabilidade pelo controle bibliográfico da produção de publicações de um país, formal ou informalmente, no mandato da Biblioteca Nacional. Considerada a natureza abrangente dos objetivos do CBU, parece natural que a responsabilidade pelo componente nacional do programa em geral recaísse nos ombros da biblioteca nacional. Como administradores dos sistemas de depósito legal, as bibliotecas nacionais geralmente são as instituições mais capacitadas a monitorar a produção editorial de um país e a captar os dados exigidos pelo programa CBU.

Mas podemos presumir que os mandatos das bibliotecas nacionais sejam uniforme e completamente consistentes com os objetivos do *controle bibliográfico universal*? No caso de bibliotecas nacionais mais novas, estabelecidas de acordo com os modelos promovidos pela Unesco, até podem ser. Mas muitas das instituições que hoje desempenham as funções de uma biblioteca nacional já existiam muito antes desses modelos serem desenvolvidos. Tais instituições em geral têm uma longa história como a principal biblioteca de referência do país. Como tal, geralmente abrigam os mais extensos acervos das publicações nacionais de um país, mas esta não é sua *raison d'être*. Elas evoluíram basicamente como instituições de apoio a pesquisas científicas e acadêmicas. Em grande parte, seus acervos não se concentraram na produção impressa nacional, mas em publicações de todo o mundo, selecionadas por causa de seu reconhecido valor para a pesquisa. Em consequência, quando essas instituições aceitaram responsabilidade nacional por programas como o *controle bibliográfico universal* e o depósito legal, em geral o fizeram reconhecendo — implícita ou explicitamente — a primazia de seu papel como instituições de pesquisa. O saber e a literatura da pesquisa mundial continuam a ser o foco principal dessas instituições.

A influência dessa tradição geralmente pode ser observada até nos instrumentos considerados fundamentais para o desenvolvimento de acervos completos da produção editorial nacional: as leis e regulamentos que governam o depósito legal. Virtualmente, todos os sistemas de depósito legal em funcionamento hoje são, até certo ponto, sistemas que excluem, ou por concepção ou por *default*. A maioria exclui várias categorias de publicações como a literatura comercial, livros didáticos, itens de chamado interesse "local" e material efêmero de vários tipos. O volume maciço de publicações que recaem nessas categorias, e as implicações práticas de se tentar colecionar todos eles, obviamente foram fatores que determinaram sua exclusão dos sistemas de

depósito legal. Mas acho que podemos inferir também que sua exclusão deve se, em parte, à sua reconhecida falta de valor para a ciência e a pesquisa.

Igualmente, a maioria dos sistemas de depósito legal têm sido um pouco lentos para responder à evolução de novas formas de publicação. Mais uma vez, um pouco dessa hesitação pode ser atribuída às complexidades da administração de acervos de meios não impressos. Mas acho que podemos presumir que a tradição erudita também constitui um fator no atraso que geralmente existe entre o surgimento de novas formas no mercado e a inclusão efetiva desses meios em sistemas de depósito legal.

Portanto, enquanto as bibliotecas nacionais podem ser instituições melhor aparelhadas para assumir o papel de agência bibliográfica nacional, acho que temos que reconhecer que o mandato da Biblioteca Nacional nem sempre pode ser inteiramente consistente com os objetivos do *controle bibliográfico universal*. Isso quer dizer que os interesses da Biblioteca Nacional em coletar e proporcionar o acesso bibliográfico aos materiais publicados em seu próprio país podem de fato não ser tão universais em escopo quanto os objetivos gerais do *controle bibliográfico universal* fariam crer. Em um nível básico, qualquer lacuna que exista entre o mandato da Biblioteca Nacional e o papel oficial da agência bibliográfica nacional tem o potencial de criar uma fraqueza estrutural no "sistema" global do *controle bibliográfico universal*. Até há bem pouco tempo, essa inconsistência intrínseca não era tão óbvia. Mas muitas das mudanças que estão ocorrendo no ambiente mais amplo estão começando a pressionar o sistema e, como conseqüência, qualquer deficiência, seja pequena ou grande, tem maior probabilidade de ser exposta.

A pressão se faz sentir, primeiro, do "lado da demanda" do sistema. À medida que caminhamos para uma sociedade mais centrada na informação, fica claro que devemos atender às necessidades informacionais de todos os segmentos da sociedade. A informação possui um valor crescente para os negócios e a indústria, para as instituições públicas e as organizações não-governamentais e para o cidadão individual. O sistema, portanto, já não pode mais se dar ao luxo de concentrar-se em atender às necessidades do saber e da pesquisa acadêmica. A variedade de informações publicadas que os usuários requerem está se expandindo. As maneiras pelas quais eles acessam a informação de que necessitam estão se diversificando. E a questão do tempo de resposta às suas necessidades de informação está se tornando mais crítica.

Em segundo lugar, há uma pressão crescente sendo exercida sobre o "lado da oferta" do sistema, ou seja, sobre as próprias agências bibliográficas nacionais. Como instituição, têm que lidar com um volume crescente de publicações e um conjunto de novos meios e formatos de publicação em rápida expansão. Além e acima do substancial aumento da carga de trabalho, elas têm que lidar com custos crescentes de recursos humanos e materais. Os avanços na tecnologia da informação oferecem a essas instituições novas oportunidades para atuarem com mais eficiência e eficácia. Mas, ao mesmo tempo, as novas tecnologias exigem um alto investimento em tempo, esforço e dinheiro para desenvolvimento e implementação. E depois há o fardo acumulado do passado: o custo sempre crescente da armazenagem e preservação das coleções da memória da produção editorial nacional. Nos últimos anos, as pressões de custos sobre as instituições que funcionam como agências bibliográficas nacionais tornaram-se até maiores, conforme os níveis de financiamento público declinaram. Aumentos nos subsídios institucionais estão se tornando cada vez mais raros. Em muitos casos, as agências bibliográficas nacionais verificam que seus orçamentos estão sendo excedidos e, em conseqüência, seu poder de compra está declinando em termos reais. Outras estão lidando com reais reduções de orçamento, aplicadas a cada ano.

A aritmética é simples. Os principais investimentos requeridos pela tecnologia, armazenamento e preservação estão consumindo uma parte cada vez maior dos recursos institucionais. O recurso global está declinando. O resultado líquido é que cada vez menos recursos estão disponíveis para aquisições e controle bibliográfico. Para a maioria das agências nacionais, portanto, não há opção, exceto reduzir custos e aumentar a produtividade nessas áreas.

Estamos agora começando a ver diversas bibliotecas nacionais importantes adotarem uma abordagem mais concentrada no desenvolvimento de coleções. Estão examinando o "ciclo de vida" dos custos de aquisição, organização e manutenção de acervos que devem ser perpetuamente preservados e estão tentando racionalizar todo o processo. Em conseqüência, algumas dessas instituições estão agora questionando seriamente a viabilidade de acervos completos. Algumas estão considerando até uma abordagem mais seletiva para a guarda e processamento das publicações que recebem através do depósito legal.[2]

Embora poucas bibliotecas nacionais tenham até aqui deliberadamente adotado políticas de limitação ainda maior no escopo de seus acervos da produção editorial nacional, muitas se viram, por *default*, adquirindo em escala menos abrangente do que no passado. Com menos recursos para monitorar a produção impressa do país, elas simplesmente não são tão eficazes na identificação e aquisição de novas publicações. Também mostram-se hesitantes em aventurarem-se na aquisição de novas formas, reconhecendo o que isso pode acarretar em termos de investimento adicional em tecnologia e complexidade adicional ao dilema da preservação.

Quanto à atividade de controle bibliográfico propriamente dita, o impacto das pressões sobre os recursos parecem ainda mais disseminados. Muitas bibliotecas nacionais acham cada vez mais difícil acompanhar o fluxo de material que é publicado e fornecer o nível de controle bibliográfico exigido pelo programa CBU. A fim de manter a cabeça fora d'água, vêem-se obrigadas a introduzir sistemas de priorização bastante rígidos e às vezes um pouco arbitrários, que determinam quais categorias de publicações serão processadas primeiro. Na maioria desses sistemas, as publicações que recaem nas categorias de menor prioridade muito provavelmente nunca chegam a ser catalogadas. A maioria das principais bibliotecas nacionais também implementaram níveis hierárquicos de tratamento, abrangendo desde a catalogação completa para determinadas categorias de publicações, passando por várias gradações, até o chamado nível mínimo para outras. Embora o nível básico de descrição bibliográfica possa não ser significativamentte afetado, essas medidas de cortes de custos tendem a ter implicações importantes para o acesso bibliográfico, porque muito freqüentemente envolvem a eliminação dos pontos de acesso de nome e de assunto ou a minimização de dados de remissivas e autoridades.

O que vemos, então, é uma lacuna crescente entre o ideal do controle bibliográfico abrangente e a realidade do que pode ser realizado pela maioria das agências bibliográficas nacionais. E parece improvável que a tendência seja revertida. A estrutura como originalmente concebida — uma rede de agências bibliográficas nacionais, cada qual responsável pela produção editorial de seu país — está simplesmente sobrecarregada. Temos que buscar meios, portanto, de fortalecer a estrutura. Caso contrário, não parece haver outra opção senão deliberadamente reduzir a abrangência e os objetivos do programa CBU, ou simplesmente deixar que siga um curso em declínio.

Nessa conjuntura, a maneira mais viável de fortalecer a estrutura seria através de uma descentralização ainda maior de responsabilidades. Em muitos países, a biblioteca

nacional já compartilha a responsabilidade pelo controle bibliográfico da produção editorial do país com outras instituições. Em alguns casos, essas outras instituições possuem um mandato nacional formal que se iguala ao da biblioteca nacional, mas centrado em formas específicas, como filmes ou gravações sonoras. Em outros casos, a biblioteca nacional assumiu a liderança no estabelecimento de programas descentralizados para o controle bibliográfico envolvendo instituições que têm uma responsabilidade jurisdicional mais limitada ou talvez simplesmente uma capacidade e um foco de cobertura particulares. As bibliotecas estaduais ou municipais podem assumir a responsabilidade pelo controle das publicações oficiais editadas dentro de sua jurisdição. As bibliotecas acadêmicas de pesquisa ou as bibliotecas públicas nos principais centros urbanos podem assumir a responsabilidade pelas publicações de interesse particular dentro de sua área local. Independente do modelo seguido, o objetivo de tais abordagens compartilhadas ou descentralizadas ao controle bibliográfico é assegurar uma cobertura mais completa da produção editorial nacional pelo correlacionamento da responsabilidade bibliográfica com o mandato principal ou os interesses das instituições participantes. Trata-se, na realidade, simplesmente da extensão lógica da delegação de responsabilidade às agências bibliográficas nacionais em que o programa de Controle Bibliográfico Universal foi originalmente estabelecido. Entretanto, conforme crescem as pressões do "lado da demanda", torna-se cada vez mais importante estender ainda mais o conceito de descentralização. Até o presente, os parceiros envolvidos em tais programas têm sido em grande parte instituições de pesquisa. Elas podem atuar em escala menor ou em um campo um pouco diferente, mas basicamente desempenham um papel não muito distinto daquele da biblioteca nacional. E geralmente tendem a refletir o mesmo preconceito em relação ao saber e à pesquisa acadêmica. Assim, enquanto a parceria possa resultar numa cobertura mais abrangente das publicações de reconhecido valor para a pesquisa, podem não servir para estender o escopo da cobertura significativamente além de suas fronteiras tradicionais. Essas parcerias também tendem a se centralizar em instituições situadas, como as bibliotecas nacionais, no setor público. Como tal, as próprias parcerias continuam vulneráveis às restrições gerais de financiamento público e às pressões por recursos que se sucedem.

Está se tornando cada vez mais evidente que, para provocar uma diferença qualitativa na eliminação da lacuna entre o ideal do *controle bibliográfico universal* e as realidades atuais, temos que considerar a possibilidade de uma extensão radical da rede de agências empenhadas na tarefa. Precisamos considerar um leque muito mais amplo de parcerias. Conforme aumenta a pressão por recursos em nossas instituições públicas, precisamos explorar o potencial do envolvimento do setor privado em mais alto grau. Editores e outros produtores da informação já estão envolvidos em programas de cooperação com várias agências bibliográficas nacionais. O potencial existe para se usar essas parcerias para alcançar um controle bibliográfico mais eficiente e mais eficaz das publicações e de outros produtos da informação que emanam dos mesmos editores e produtores. Também há potencial para utilizar os esforços consideráveis despendidos por grandes associações industriais, consórcios e grupos de defesa em reunir e organizar a extensa variedade de informação publicada que é crítica para o trabalho que desenvolvem.

Em nível corporativo, muitos produtores, distribuidores e usuários da informação possuem um amplo interesse em melhorar o acesso bibliográfico à informação publicada. Ou por causa de seus interesses de proprietário em publicações ou por causa da importância para eles de acessar informações para os seus negócios, eles despendem

tempo e esforços consideráveis em criar dados bibliográficos para facilitar o acesso. Além disso, podem justificar os custos. O desafio futuro para o Controle Bibliográfico Universal, acredito, será canalizar uma parte maior dos esforços atualmente despendidos no setor privado para a realização dos objetivos do programa.

Padrões

O segundo elemento estrutural importante do programa CBU é um conjunto de padrões destinados a assegurar a compatibilidade de dados bibliográficos em escala internacional.

Em seus estágios iniciais, o esforço em desenvolver padrões bibliográficos para o programa adotou a mesma abordagem básica utilizada no desenvolvimento da rede de agências bibliográficas nacionais: aproveitar uma estrutura já existente. Os padrões para descrição bibliográfica, como originalmente concebidos e desenvolvidos para o programa, derivaram de um conjunto de convenções bem estabelecidas para a compilação de catálogos de bibliotecas que evoluíram no século anterior. Considerando-se os objetivos do programa e o papel fundamental destinado às bibliotecas nacionais, a escolha de um modelo bibliotecon6mico para a descrição bibliográfica pareceu tanto óbvia quanto lógica.

Em retrospecto, entretanto, podemos ver que o modelo teve certas deficiências inevitáveis. Primeiro, ele evoluiu de uma época em que a principal e quase exclusiva forma de publicação era o livro impresso. Por conseguinte, as convenções para descrição foram, sob muitos aspectos, intrinsicamente orientadas para as características dessa forma de publicação. Segundo, o catálogo da biblioteca, até aquele ponto de sua história, havia sido projetado para um ambiente manual. As limitações do catálogo de biblioteca em forma de livro ou de fichas haviam em grande parte determinado a estrutura do registro bibliográfico. E terceiro, as convenções para a descrição bibliográfica que serviram de modelo para o programa derivaram da tradição bibliotecon6mica européia que presumia implicitamente que as publicações a serem descritas eram basicamente de origem ocidental e que a descrição seria registrada em língua ocidental. Nas últimas duas décadas, conforme o programa se expandiu e se aprimorou, os preconceitos inerentes às convenções escolhidas como os modelos originais para seus padrões bibliográficos começaram a vir à tona e as convenções tiveram que ser tratadas uma a uma. Na primeira etapa de desenvolvimento, a dificuldade de acomodar a descrição de formatos de publicação mais novos dentro das convenções estabelecidas para os livros impressos levou a uma divergência crescente entre os padrões que haviam sido desenvolvidos para cada formato distinto. Em um esforço para trazer um grau maior de uniformidade ao processo de desenvolvimento de padrões, a ISBD (G) foi desenvolvida para servir como uma estrutura básica à qual as diferentes ISBDs teriam que se ajustar. A isso seguiu-se um abrangente esforço de "harmonização", destinado a eliminar ao máximo as inconsistências de detalhes que haviam se infiltrado no estágio inicial do desenvolvimento. De modo similar, os padrões originais foram revistos e adaptados nos últimos anos para melhor acomodarem as convenções de um leque maior de culturas, assim como descrições registradas em caracteres não romanos.

Mas até agora, não houve nenhuma revisão exaustiva da estrutura subjacente que

forma a base de todos os padrões de descrição bibliográfica do programa. A estrutura formal que evoluiu para atender às exigências do catálogo impresso na forma de livro ou de fichas ainda serve de modelo para os padrões bibliográficos do programa. Até mesmo o elemento formal da pontuação prescrita que foi enxertado no formato convencional do registro, embora ostensivamente introduzido para facilitar a conversão de registros em forma legível por máquina, é na realidade mais um estorvo do que um auxílio no processamento de dados. Os avanços ocorridos na tecnologia da computação nos últimos vinte anos levaram a mudanças significativas na maneira como os engenheiros de *software* visualizam estruturas de dados. Mas a estrutura das ISBDs continua essencialmente a estrutura criada para servir à tradicional apresentação do catálogo em um ambiente manual. O estreito vínculo entre os padrões do programa CBU para descrição bibliográfica e o catálogo de biblioteca tradicional também é problemático em termos do potencial do programa para atrair parceiros de fora do setor de bibliotecas. Enquanto outros setores geralmente têm necessidades semelhantes às das bibliotecas e criam registros bibliográficos que incorporam muitos dos mesmos elementos de dados, as convenções que usam para registrar esses elementos nem sempre são idênticas às usadas na catalogação bibliotecária. Assim, enquanto pode haver um grau significativo de congruência nas exigências, as estruturas formais e as convenções de dados adotadas em cada domínio geralmente agem como barreiras à compatibilidade.

A história do desenvolvimento do *Guidelines for the Application of the ISBDs to the Description of Component Parts* ilustra, na minha opinião, as dificuldades colocadas pela adesão um pouco rígida do programa às estruturas e convenções derivadas exclusivamente de uma tradição bibliotecária. O projeto começou, ao menos em parte, como uma tentativa de estabelecer compatibilidade entre os padrões usados no programa CBU e as práticas seguidas pela comunidade de indexação e resumos. A princípio, o desenvolvimento do que foi então concebido como uma ISDB para "descrição analítica" partiu de uma premissa falsa porque os princípios básicos do programa ditavam que a ISDB resultante deveria estar em conformidade com a ISDB (G). Há, no entanto, uma diferença fundamental entre a descrição de uma publicação isolada (que é para o que a ISDB(G) foi destinada) e a descrição de apenas um de muitos trabalhos individuais que possam estar contidos em uma publicação desse tipo (que é o que uma descrição "analítica" foi criada para fazer). Não é de surpreender, portanto, que tenha se mostrado impossível de funcionar dentro das limitações originalmente impostas. Eventualmente, o problema foi reexaminado e encontrou-se um meio de empregar a estrutura da ISDB(G) sem literalmente forçar a inclusão do "analítico" *dentro* da estrutura e a solução resultante foi incorporada no *Guidelines*. Mas o desafio maior de desenvolver um padrão para "partes componentes" que fosse compatível com as práticas seguidas no setor de indexação e resumos continuou problemático. O *Guidelines* realmente permite um certo grau de flexibilidade em termos dos elementos dos dados incluídos na descrição, mas ainda exige adesão à estrutura formal e às convenções das ISBDs. E isso inevitavelmente limitou a extensão à qual foram adotadas pela comunidade de indexação e resumos.

No ambiente computacional de hoje, as estruturas formais usadas para a exibição de dados não mais conduzem os próprios projetos de bancos de dados. Cada vez mais, os bancos de dados estão sendo projetados em torno de modelos que se concentram nas "entidades" que os dados devem descrever e refletem os relacionamentos lógicos entre essas entidades. Tais modelos lógicos têm a vantagem de ser mais estáveis, no

sentido de que é menos provável que requeiram uma reestruturação maior à medida que as necessidades por novos elementos de dados emerjam. Também são mais flexíveis, no sentido de que podem responder mais pronta e eficientemente a variações nas exigências dos usuários em relação à exibição formatada dos dados. O suporte para esses modelos de dados em geral é construído diretamente no banco de dados através de dicionários de dados que definem cada elemento dos dados e mapeiam as relações entre os elementos. Assim, se uma nova aplicação ou uso dos dados requer que eles sejam manuseados ou exibidos em um formato diferente de qualquer formato anteriormente definido, a mudança pode ser programada simplesmente introduzindo-se uma nova "sintaxe" que usa o dicionário de dados como seu "vocabulário" básico. O processo é análogo ao uso da linguagem natural. Nossos dicionários e vocabulários nos fornecem um repertório de palavras, cada qual com um significado definido, que podem ser usadas na criação de uma variedade de estruturas, na forma de expressões ou frases. Estamos limitados apenas pelas relações definidas ou pelas regras de linguagem. Em um ambiente como esse, o conceito de compatibilidade de dados que é tão central aos objetivos do Controle Bibliográfico Universal assume uma nova perspectiva. Essencialmente, o foco para compatibilidade desloca-se das estruturas formais associadas à exibição de dados às estruturas lógicas subjacentes associadas às entidades que os dados representam. O desafio, portanto, é estabelecer um nível plausível de compatibilidade entre os modelos subjacentes e um "vocabulário" comum para a definição dos elementos dos dados. Se isso puder ser alcançado, será possível transportar dados de um banco de dados para outro, bem como exibi-los em um formato inteligível para o receptor sem impor estruturas formais idênticas nos dois sistemas. Esse, na realidade, é o conceito que está na base dos protocolos que estão sendo desenvolvidos para suportarem a Interconexão de Sistemas Abertos.

Em termos menos técnicos, o que isso significa é que existe um escopo potencialmente maior para o programa CBU manter o nível de compatibilidade essencial aos seus objetivos sem ter que se ater como no passado às estruturas formais das ISBDs. Se um modelo lógico comum para dados bibliográficos pode ser estabelecido e aceito pela comunidade mais ampla, e se os elementos dos dados podem ser definidos em termos traduzíveis de um domínio para outro, haverá um espaço muito maior para cooperação e parceria entre bibliotecas, a comunidade de indexação e resumos, editores e outras organizações envolvidas em documentação. Ainda haveria necessidade de um grau razoável de consistência nas convenções para registro de certos elementos críticos de dados, mas um grau efetivo de compatibilidade poderia ser alcançado sem a imposição do tipo de uniformidade estrutural que o programa exigiu até agora.

Uma mudança de uma estrutura de uniformidade mais rígida para uma forma de compatibilidade com a lógica básica dos dados bibliográficos também poderia ajudar a solucionar alguns dos outros problemas que o programa enfrentou no passado. Um modelo lógico do tipo que descrevi, ao menos em teoria, serviria como uma estrutura mais eficaz para o futuro desenvolvimento de padrões bibliográficos para o programa do que a ISBD(G) o faz atualmente. Sendo baseado em relacionamentos lógicos ao invés de relacionamentos formais refletidos em uma estrutura convencional, o modelo seria mais adequado para acomodar novos elementos de dados associados a formatos de publicação e meios recém-lançados. Também abriria novas possibilidades para registrar e manipular formas de linguagem variantes dos dados pertencentes ao mesmo elemento de dados. Isso, por sua vez, permitiria que os padrões para o programa fossem mais flexíveis com relação às publicações multilíngües, eliminando a necessi-

dade de que a descrição desse preferência arbitrária a apenas uma forma de linguagem entre as diversas que possam estar refletidas na própria publicação. E, finalmente, um modelo lógico poderia servir de base para racionalizar os esforços de se distanciar da noção de que todas as publicações requerem uma descrição no mesmo nível de detalhamento. Um modelo lógico nos permitiria avaliar de uma forma analítica a exigência de cada elemento de dados específico em relação à função que se espera que o registro bibliográfico desempenhe.

Protocolos de intercâmbio

O terceiro e último elemento importante da estrutura do programa é um conjunto de protocolos destinado a facilitar o intercâmbio de dados bibliográficos entre países.

A nível técnico, esses protocolos concentraram-se nos formatos UNIMARC para dados bibliográficos e de autoridade. Mais uma vez, assim como ocorre com as ISBDs, os formatos UNIMARC baseavam-se em estruturas de registros que já existiam. Os antecessores do UNIMARC eram os diversos formatos nacionais derivados direta ou indiretamente daqueles originalmente desenvolvidos pela Library of Congress. O que o UNIMARC fez foi criar um "super" formato que ostensivamente resolvesse quaisquer incompatibilidades que pudessem existir entre os formatos nacionais e, assim, forne ceu um veículo comum para o intercâmbio de dados entre sistemas nacionais.

Porém, novamente, há uma lacuna perceptível entre a teoria e a prática. Embora as especificações do UNIMARC tivessem sido desenvolvidas relativamente no começo do programa, a implementação do formato UNIMARC pelas agências bibliográficas nacionais levou muito mais tempo do que originalmente previsto e ainda há relativamente poucas agências produzindo uma versão UNIMARC de seus arquivos nacionais. Essas agências que fizeram a conversão de programas, capacitando-se a aceitar registros de outros países no formato UNIMARC e carregá-los em seu próprio banco de dados, em geral consideraram a tarefa longa e árdua. No final, o nível de compatibilidade tem se mostrado significativamente menor do que o esperado. Entretanto, talvez ainda mais importante seja o fato de que os formatos de intercâmbio como originalmente concebidos estejam sendo rapidamente ultrapassados pelos avanços nas tecnologias da computação e das telecomunicações. Os formatos do tipo UNIMARC foram concebidos para a segunda geração de tecnologia computacional. Foram projetados para aceitar a transferência em fita magnética dos chamados arquivos de registros "planos", que foram estruturados praticamente do mesmo modo que seus antecessores haviam sido nos arquivos manuais. Esses sistemas de segunda geração estão agora sendo gradualmente suplantados por sistemas de terceira e quarta gerações com bancos de dados relacionais estruturados em torno dos modelos lógicos descritos anteriormente. A transferência de registros entre sistemas está, cada vez mais, sendo realizada via telecomunicações, usando-se protocolos de transferência de arquivos.

À medida que as redes eletrônicas internacionais se expandirem e a Interconexão de Sistemas Abertos se tornar uma realidade, os formatos como o UNIMARC serão gradualmente substituídos por protocolos mais adequados a um modo eletrônico de comunicação. O intercâmbio de dados entre sistemas será conduzido cada vez mais em uma base *ad hoc* em resposta a buscas específicas por informação e cada vez menos através da transferência rígida de arquivos predefinidos completos. Também haverá uma demanda maior para transferir dados entre sistemas que atuam em domínios dife-

rentes. Portanto, haverá uma pressão maior para que se abandone os formatos como o UNIMARC que foram projetados para funcionar dentro de redes "fechadas", de um único domínio. A própria tecnologia desloca-se rapidamente para o apoio ao intercâmbio internacional de informações entre setores distintos. Em um nível tecnológico, portanto, o ambiente conduzirá ao tipo de parcerias multissetoriais que parece ser o meio mais viável de assegurar o fortalecimento futuro do programa CBU.

Ao nível não-técnico, o programa CBU foi desde o começo concebido como um sistema para funcionar em um modelo aberto. A premissa original para o programa foi a de que o intercâmbio irrestrito de dados entre as agências bibliográficas nacionais traria com ela benefícios econômicos ao minimizar a duplicação de esforços na criação de dados. Para otimizar o benefício econômico, o programa incentivou o intercâmbio e o uso mais amplo possível dos registros criados pelas agências bibliográficas nacionais. Nos protocolos originais, desenvolvidos para os acordos de intercâmbio, estava implícita a noção de que era preciso dar valor igual à contribuição de cada país ao programa e que os registros criados por uma agência cobrindo sua produção nacional deveriam ser encarados com um intercâmbio justo para os registros de qualquer outra agência nacional. Da mesma forma, as restrições no uso subseqüente dos registros recebidos através do intercâmbio deveriam ficar limitadas ao mínimo.

Mas esse conceito original parece ter sofrido uma mudança considerável nos últimos anos. A economia do mercado da informação tendeu não só para o aumento do valor intrínseco da informação, como também para atribuir-lhe um valor extrínseco de bem de consumo. Em conseqüência, várias das principais agências bibliográficas nacionais começaram a ver os registros que haviam produzido sendo incorporados em produtos e serviços colocados no mercado pelo setor privado em bases comerciais, não só em seus próprios países como em outros também. Ao mesmo tempo, as agências bibliográficas nacionais estavam elas mesmas sendo pressionadas pelos governos que as financiavam a gerarem uma renda extra para compensar os custos de suas operações. O resultado foi que um certo número delas partiu para a proteção de seus interesses através de alguma forma de licenciamento para controlar o uso por terceiros dos registros produzidos por elas. Mais recentemente, a Library of Congress adotou uma política que coloca até mesmo o intercâmbio de registros entre as agências bibliográficas nacionais para seu próprio uso em bases quase comerciais. Os países cujo universo de registros bibliográficos gerados a partir da produção editorial nacional alcança menos do que a metade dos registros produzidos anualmente pela Library of Congress agora têm que pagar metade do preço regular da assinatura pelos registros da Library of Congress como parte do acordo de intercâmbio.

Essa tendência para restringir o uso dos registros bibliográficos e impor taxas de licença tem o potencial, acredito, de minar seriamente os objetivos do programa CBU. Em países de economia relativamente forte, os efeitos não devem ser tão dramáticos a curto prazo. Os empreendimentos comerciais estão preparados para pagar as taxas estipuladas, bem como a atender as exigências administrativas. No final, entretanto, os custos adicionais geralmente são repassados ao usuário. Mas nos países menos desenvolvidos, as taxas estabelecidas pelas agências produtoras dos registros que têm maior probabilidade de estar em demanda podem ser proibitivas. Mesmo as agências bibliográficas nacionais em tais países podem não ter condições de pagar um intercâmbio de registros com uma agência do porte da Library of Congress se o próprio intercâmbio exigir o pagamento de uma taxa de assinatura rateada.

A comercialização de registros bibliográficos talvez seja inevitável. E se o programa CBU realmente expandir seu escopo para abranger a parceria com organizações de outros setores do campo da informação, tanto públicas quanto privadas, a pressão para atribuir valor monetário aos registros pode até mesmo aumentar. Mas, considerando-se as raízes do programa, e seu objetivo original de facilitar o acesso universal à informação, esse deslocamento em direção à comercialização adquire implicações de mais longo alcance. Em particular para os países menos desenvolvidos. Corremos o risco de colocar fora do alcance desses países mais um recurso vital. Um recurso de importância estratégica para seu futuro desenvolvimento.

Direções futuras

As mudanças que afetam o programa de Controle Bibliográfico Universal são de grande importância. Mas o impacto da mudança tem sido gradual. Os sinais de pressão sobre o sistema têm sido freqüentemente esporádicos e obscurecidos por outros fatores. Mas as tendências estão se tornando cada vez mais evidentes. E as questões que precisam ser debatidas estão se tornando mais claras.

Nos últimos anos, tanto a IFLA quanto a Conferência de Diretores de Bibliotecas Nacionais (Conference of Directors of National Libraries — CDNL) começaram a tratar diretamente das questões de maior importância.

Em 1990, a IFLA patrocinou o Seminário sobre Registros Bibliográficos, em resposta ao crescente reconhecimento da necessidade de discutir as questões enfrentadas pelo programa como um todo, assim como individualmente pelas agências bibliográficas nacionais que apóiam o programa. Esse Seminário produziu uma série de importantes recomendações que podiam preparar o terreno para o desenvolvimento futuro do programa.

Há um trabalho em andamento sobre um projeto que está analisando as exigências funcionais dos registros bibliográficos da estaca zero, por assim dizer. Os resultados desse exercício poderiam fornecer as bases para um modelo lógico de dados bibliográficos que abriria inúmeras opções para o futuro. Poderia prover uma base sistemática, racional, para a discussão da questão do que de fato são os "dados bibliográficos básicos" que o programa CBU objetiva fornecer. Poderia levar também à utilização mais eficaz da tecnologia computacional de hoje para ajudar a aumentar a produtividade em nossas agências bibliográficas nacionais. Também poderia servir como plataforma para a transformação dos padrões bibliográficos que sustentam o programa e para um campo mais extenso de parcerias. Em um esforço paralelo, a CDNL começou um exame do modo como as agências bibliográficas nacionais funcionam no ambiente atual, que será seguido de uma exploração do potencial para o estabelecimento de parcerias de trabalho com editores e outros atores no campo da informação, a fim de aumentar a abrangência e a eficácia dos programas de controle bibliográfico universal.

Esses e outros projetos ajudarão a definir com mais clareza as questões e os desafios com que o programa CBU se depara; propiciarão uma base melhor para avaliarmos o potencial das diversas opções e oportunidades; e ajudarão a tornar mais clara a resposta a mudanças que o fortalecimento futuro do programa está exigindo.

Tradução: Geni Hirata

BIBLIOGRAFIA

1. ANDERSON, Dorothy . *Universal Bibliographic Control: A Long-term Policy, a Plan for Action* (Pullach/Munique: Verlag Dokumentation, 1974), p. 11.

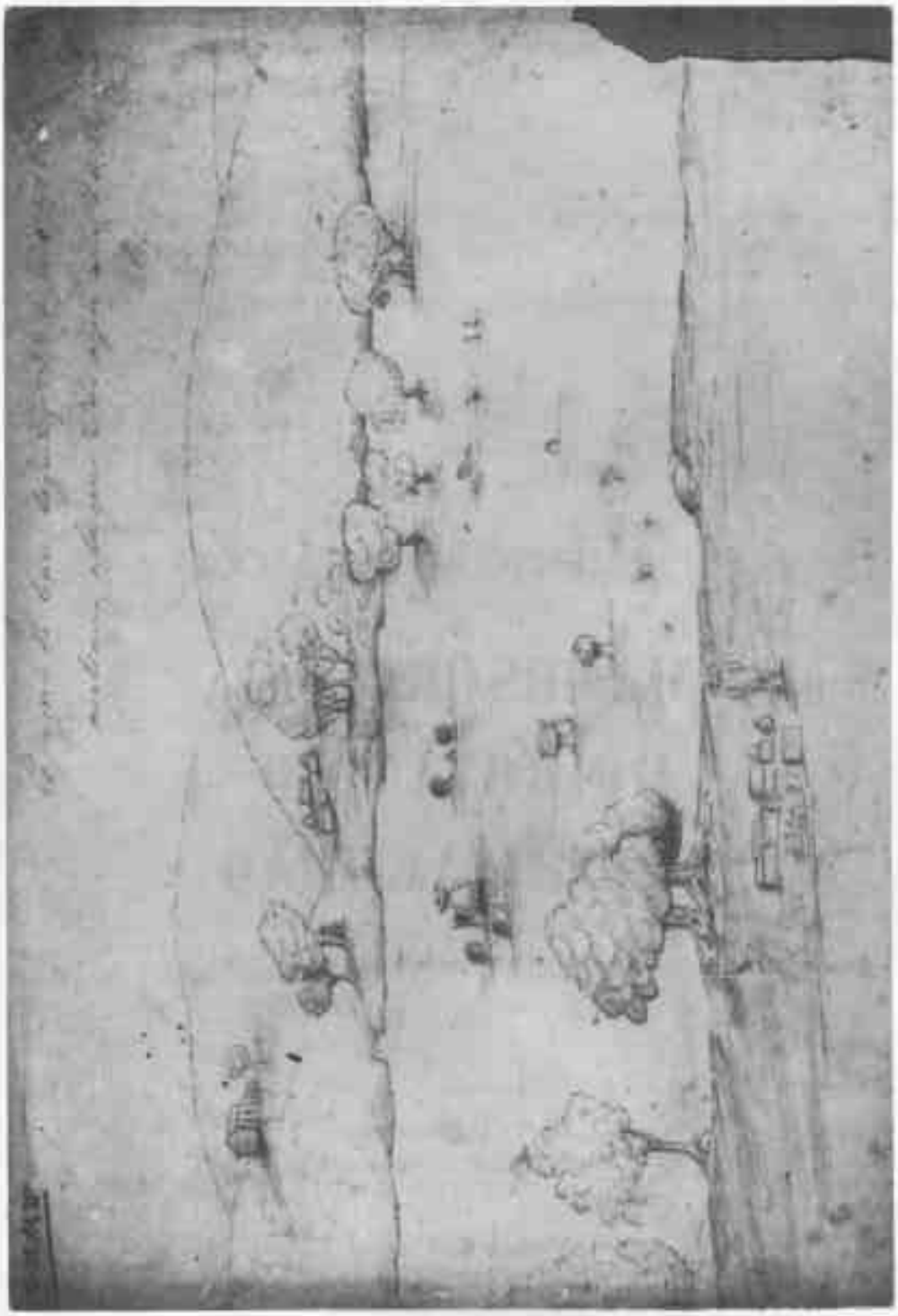
2. Veja, por exemplo: Brian Enright, *et al.*, *Selection for Survival: A Review of Acquisitions and Retention Policies* (Londres: The British Library, 1989).

SUPLEMENTO AO CATÁLOGO

MANUSCRITOS DO BOTÂNICO FREIRE ALEMÃO

Darcy Damasceno
Chefe da Seção de Manuscritos
(10 mai. 1957 a 1º fev. 1982)

Waldir da Cunha
Chefe da Divisão de Manuscritos
(4 abr. 1988 a 7 ago. 1995)



Travessia do Rio Curu, 28 de janeiro de 1861. Desenho a lápis. Original

1 - INTRODUÇÃO

Este suplemento ao catálogo *Manuscritos do Botânico Freire Alemão* — que foi publicado no volume 81 dos Anais da Biblioteca Nacional, por Darcy Damasceno e Waldir da Cunha —, abrange 57 peças e constitui parte do acervo do naturalista recentemente transferido da Divisão de Iconografia para a Divisão de Manuscritos. É um material esclarecedor de sua biografia e de suas relações com personalidades internacionais, principalmente sobre a expedição científica ao Ceará, conhecida na época como "Expedição das Borboletas".

Francisco Freire Alemão foi médico da Câmara Imperial, diretor do Museu Nacional e professor da Faculdade Nacional de Medicina. O conjunto de sua obra congrega 880 peças, entre documentos relativos aos *Estudos botânicos*, à *Exposição exploradora ao Ceará* e aos trabalhos científicos e biográficos, além de vasta correspondência. A coleção de Freire Alemão foi incorporada ao patrimônio da Biblioteca Nacional, através de compra, em diversas etapas:

1 – *Estudos botânicos* – apesar de figurarem, em 1881, na Exposição de História do Brasil, só foram adquiridos em 1913. Contém 665 desenhos aquarelados.

2 – Em 10 de dezembro de 1895 – o códice intitulado Livro - sexta cópia de sua correspondência com vários naturalistas europeus.

3 – Em 29 de novembro de 1913 – foram adquiridos à viúva de Freire Alemão, Maria Angélica Freire, pelo valor de 1:548$000, sua correspondência ativa e passiva, os documentos biográficos e os papéis da expedição exploradora ao Ceará.

4 – Em 28 de dezembro de 1947 – a sobrinha de Freire Alemão, Maria Freire de Vasconcellos, doou à Biblioteca Nacional uma coleção de manuscritos sobre botânica.

5 – Em 30 de dezembro de 1968 – cerca de 42 desenhos intitulados *Plantas e Cartas*, algumas acompanhadas de manuscritos, referentes à viagem da Comissão Científica ao Ceará, chefiada por Francisco Freire Alemão.

De todo o acervo de Freire Alemão, três conjuntos permanecem inéditos e podem se constituir numa bela publicação.

1 – *Estudos botânicos - 1834/1866* - 17 V. (5, 4,18-34)
São 665 desenhos botânicos, coloridos, tendo em suas margens escritos explicativos.

2 – *Flora cearense - 1859/1861* - 9V. (I.-28,7,2-10).
Contribuição do riscador Freire Alemão à fitogeografia do Ceará.

3 – *Diários da expedição ao Ceará - 1859/1861.*
São 173 documentos, inquéritos e desenhos (há dúvidas quanto à autoria de alguns *croquis* por parte de Freire Alemão) que reconduzem ao itinerário da expedição. Freire Alemão teve a companhia do pintor Reis Carvalho, que pintou inúmeras aquarelas representando os costumes locais. Esses trabalhos podem ser vistos no Museu Nacional de Belas Artes.

Freire Alemão não foi apenas o renomado médico do imperador d. Pedro II, com formação em Paris. A partir de experiências naturalistas na região do Mendanha,

Campo Grande, ganhou fama internacional como botânico e respeito e admiração dos ilustres Von Martius, Brignole, Fischer, Auguste de Saint Hilaire, João Miers e De Candolle. Suas peregrinações a cavalo pela Mata Atlântica, a partir de 1834, acabaram por transformá-lo num verdadeiro "fiscal da natureza". Foi nessas cavalgadas matinais que ele colheu e anotou informações preciosas e criou regras de conservação, de corte de madeira e de reprodução de espécimes nativos da flora atlântica.

Todo esse trabalho está catalogado em *Estudos botânicos*. São inúmeros espécimes relacionados quanto a tamanho, floresceência e frutificação, com a devida classificação. Freire Alemão foi além: anotou derrubadas e seus mateiros e minuciosamente inventariou as epífitas, uma espécie de orquídea rara, em vias de extinção, somente encontrada na Mata Atlântica.

A importância de Freire Alemão e a dimensão de seu trabalho são exemplos de amor e de luta em prol do equilíbrio do meio ambiente, que hoje inspiram novas atitudes ecológicas.

2 - DOCUMENTOS

Este suplemento foi preparado tendo por base a mesma organização adotada no catálogo *Manuscritos do Botânico Freire Alemão*, a saber: I - Documentos biográficos; II - Correspondência ativa; III - Correspondência passiva; IV - Correspondência alheia; V - Estudos botânicos; VI - Papéis da expedição ao Ceará: 1 - Diários; 2 - Notas e informações; 3 - Desenhos, VII - Notas várias, desenhos e documentos interessantes.

I - Documentos biográficos

1- Carta mandando pagar a D' Maria Angélica Freire Alemão, viúva do dr. Francisco Freire Alemão, a pensão anual de 1.000$000 (1 conto de réis). Palácio do Rio de Janeiro, 29 maio 1877. Original. 1 p.

I -28,5,94

II - Correspondência ativa

2- ALEMÃO, Francisco Freire. Rascunho de cartas (2) a destinatário não declarado, tratando da Sociedade Velosiana. Rio de Janeiro, 5 out. 1858. Original.

I - 28, 11, 1.

III- Correspondência passiva

3- DONETIS, Leonardo José. Carta a Francisco Freire Alemão, pedindo-lhe fosse portador de outra para o dr. Pompeu, na capital do Ceará. [Rio de Janeiro, 1859.] Original. 1 p.

I - 28,11,17 n 2.

4- CISNEIROS, Manuel Freire Alemão de. Bilhete ao tio Francisco Freire Alemão, tratando de uns estudos botânicos S. l. n. d. Original

I - 28, 11, 2.

IV - Correspondência alheia

5- VASCONCELOS, Ivelino de. Carta a Dona Maria Freire de Vasconcelos, agradecendo referências a um artigo sobre o botânico Freire Alemão. Rio de Janeiro, 18 out. 1948. Original.

I - 28, 11, 3.

6 SOUSA, João Francisco de. Carta a Dona Maria Freire de Vasconcelos, agradecendo referências ao seu livro sobre o botânico Freire Alemão e pedindo informações sobre Manuel Freire Alemão de Cisneiros. Rio de Janeiro, 26 out. 1948. Datilografada, com assinatura.

I - 28, 11, 4.

V - Estudos botânicos

7- CISNEIROS, Manuel Freire Alemão de. "Brevissima notícia de algumas plantas medicinais do Brasil, mal conhecidas". Rio de Janeiro, 1858. Cópia datilografada.

I - 28, 11, 14.

VI - Papéis da expedição ao Ceará

7 - Diários: notas e informações

8- ALEMÃO, Francisco Freire. Notas sobre culturas do alto da serra do Urubureiama e sobre a viagem do Boqueirão até Passagem Limpa. Passagem Limpa, 22 out. [1860]. Original. Ocorrem notas sobre vocabulário.

I -28,11,23 n.1

9 ___. Listas de plantas e madeiras da serra de São Benedito e de Vila Viçosa. São Benedito, 22 nov. Vila Viçosa, 2 dez. 1860. Original.

I - 28,11,29.

10- ALEMÃO, Manuel Freire. Notas de viagem pelo Ceará. Baturité, 11 fev. 1861. Original. 5 p.

I - 28, 11, 52

11- THÉBERGE, Pedro. Notas sobre a Brahuna do Cariri e o Arvêrro do Sertão. S. l. n. d. Original em francês. 2 p.

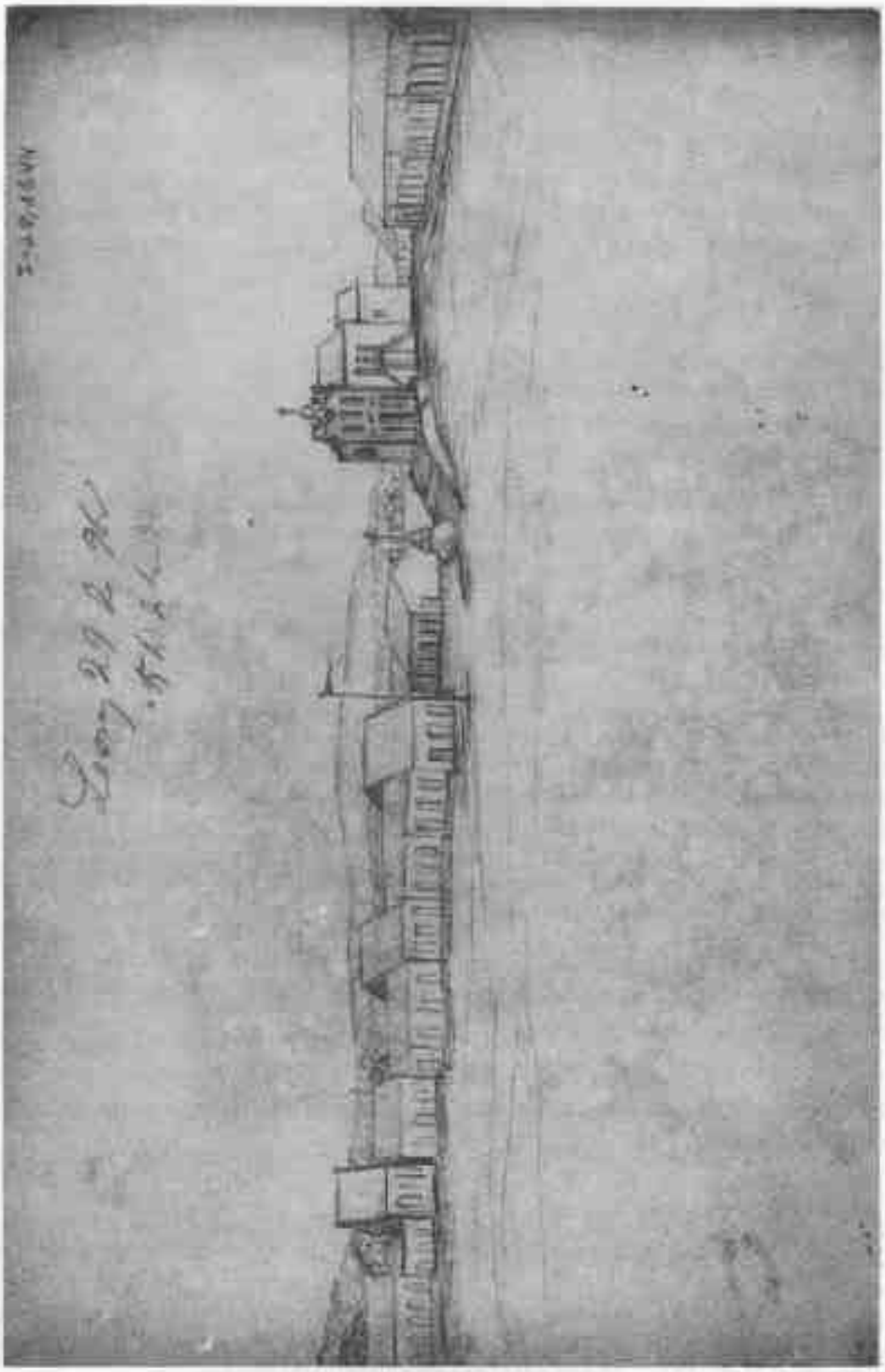
I - 28, 11, 53.

12 - ALEMÃO, Francisco Freire. Desenhos (2) de trajes femininos e notas sobre o povo do Ceará. Fortaleza, fev. 1859. Original. 1 p.

I - 28, 11, 15.

13 . Desenhos (8) de cangalhas, selas, roupas de couro e cercas. Ocorre a descrição da casa em que pousava a Comissão Científica, em Fortaleza, e notas sobre a linguagem popular. Pacatuba, 23 maio [1859] Fortaleza, s.d. Original. 4 p.

I - 28, 11, 16.



Vila de Lavras, 29 de outubro de 1861. Desenho a lápis. Original

14 ____. Cartas (2) do curso do rio Jaguaribe, com detalhe da Ilha Grande. Aracati, 5 set. 1859. Cópias. Lápis.

I - 28, 11, 18

15 ____. Perspectiva da rua principal de Araçati, mostrando as casas que dão fundos para o rio. Aracati, 6 set. 1859. Original. Lápis. 92,5 cm x 22 cm.

I - 28, 11, 19

16 ____. Desenho do curso do rio Jaguaribe. Aracati, 8 set. 1859. Original. Ocorrem no verso esboços de casas da vila de Aracati, provavelmente.

I - 28, 11, 20.

17 ____. Distâncias em léguas entre várias localidades, do Crato a Pacatuba. Pacatuba, 8 mar. — 3 abr. [1860]. Original.

I - 28, 11, 17 n. 1.

18 ____. "Carta da Estrada da Fortaleza a Baturité, e dos terrenos e lugares adjacentes, feita segundo um esboço feito a olho pelo Sr. Capm. Henrique Gonsalves de Justa, e novas observações delle, e minhas particulares". Pacatuba, 18 abr. 1860. Original. 2 p. Tinta e lápis.

I - 28, 11, 21

19 ____. Nota sobre uma fenda que se fez entre Crato e Barbalho, durante uma seca. [Fortaleza (?)] 1º jun. 1860. Original. Ocorre um desenho, a lápis.

I - 28, 11, 22.

20 ____. Desenho de um açude natural formado pelo rio Caufpe. Anjicos, 10 out. 1860. Original. Lápis.

I - 28, 11, 23 n. 2.

21 ____. "Ururuetama. Aspectos das montanhas, que ficão a noroeste de S. Francisco, onde se ve o Frade. Tirado da janella da Casa da Camara em 17 de outubro de 1860". Original. Lápis.

I - 28, 11, 24.

22 ____. Perspectiva de uma fazenda no Joá, com registros minúsculos, que chegam até a linha do horizonte. Joá, 19 out. 1860. Original. Lápis

I - 28, 11, 25.

23 ____. Itinerário de Fortaleza ao Ipu, com as distâncias entre as várias localidades. Ipu, 25 out. 1860. Original.

I - 28, 11, 26.

24 ____. "Plano approximado da villa do Ipu. 30 de outubro de 1860". Original. Lápis

I - 28, 11, 28.

25 ____. Desenho de rocha em forma de vaso, que se encontra na estrada de São Pedro para Vila Viçosa. Vila Viçosa, 5 dez. 1860. Original. Lápis.

I - 28, 11, 30.

26 ____."Plano da nova povoação da Vargem Grande". Vargem Grande, 1º jan. 1861. Original. Lápis.

I - 28, 11, 31.

27 ____. Traçado da nossa viagem do Ipu a Sobral. Meruoca 4 Janeiro de 1861". Original. Lápis.

I - 28, 11, 32

28 ____. "Capella de N. S. da Conceição de Meruoca em 8 de Janeiro de 1861". Original Lápis.

I - 28, 11, 33.

29 ____, "Plano conjectural da Serra da Meruoca com o traço do caminho, e lugares por onde passamos". Meruoca, 8 jan. 1861. Original. Lápis.

I - 28, 11, 34.

30 __ . "Passamos do Curu, segunda-feira 28 de janeiro de 1861". Original. Lápis. Trata-se da travessia a que se refere Melo Morais na biografia de Francisco Alemão.

I - 28,11,35.

31 __ . Plano (3) da vila do Canindé. Canindé, 4 fev. 1861. Original. Lápis.

I - 28,11,36.

32 ____. "Traçado da viagem da Secção Botanica, com seus pousos marcados de Canindé á Fortaleza - de Janeiro a Fevereiro de 1861". Ocorrem notas sobre a serra de Baturité e seu povoamento. Pacatuba, fev 1861 Original. Lápis e tinta.

I - 28,11,37.

33 _. Vista de Pacatuba da janela do Capm Henrique" — 16 de março de 1861. Original. Lápis.

I - 28,11,38.

34 ____. Perspectiva da localidade de Boa Vista. Boa Vista, 28 abr. 1861 Original. Tinta e lápis.

I - 28,11,40.

35 ____. Planta da povoação de São Francisco, na serra de Uruburetama. São Francisco, 17 out. 1861 Original. Lápis.

I - 28,11,41.

36 ____."Rua do Commercio, tomada, pela camara lucida, da janella do sobrado em que estamos, e que fica entre 1/3 a lesnordeste (para baixo) e 2/3 a susudoeste para mais ou menos, e que é a parte de cima, e que foi desenhada, digo tomada". Icó, 25 out. Original Lápis.

I - 28,11,42.

37 ____. "Uma rua da cidade do Icó". [Icó, out. 1861.] Original. Lápis. Trata-se de um estudo para o precedente.

I - 28,11,43.

38 ____. Perspectiva da vila de Lavras. "Lavras 29 de 9bro 5 h da tarde . [1861]. Original. Lápis.

I - 28,11,44.

39 ____. "Cascata chamada Bica, no Ipú". Ipu, 30 out.1860 — Fortaleza, 24 mar. 1861. Original. Lápis. Com perspectiva do vilarejo. Ocorrem notas sobre a queda-d'água e seu regime.

I - 28,11,27.

40 ____. "Pirapora em Maranguape". Abril, 1861. Original. Lápis. É desenho de trecho d'água em terreno pedregoso.

I - 28,11,39.

41 ____. "Boqueirão. 21 de 9bro vindo de Icó para Lavras, 11 horas da manhã". Original. Lápis. Com esboço anterior.

I - 28,11,47 n 1. e 2

42 ____. Carta topográfica da serra do Baturité e adjacências. S. l. n. d. Original. Lápis. Nos dois lados do papel.

I - 28,11,46.

43 ____. Lowdon. Carta da região compreendida entre o rio Piranha e o litoral, mostrando um projetado caminho de ferro que ligaria as localidades de Ipu e Cranja. S.l.n.d. Gravação.

I - 28,11,51

44 ____. Plano da região compreendida entre Santa Rosa, Jardim e Brejo Grande. [Fortaleza, 5 ago. s.a.] Original. Lápis.

I - 28,11,50.

45 ____. "Plano de Campo Grande". S. l. n. d. Original. Lápis.

I - 28,11,45.

46 ____. Plano de povoação não identificada, com referências a pessoas, prédios e lugares. S. l. n. d. Original. Lápis. Com esboço anterior.

I - 28,11,48.

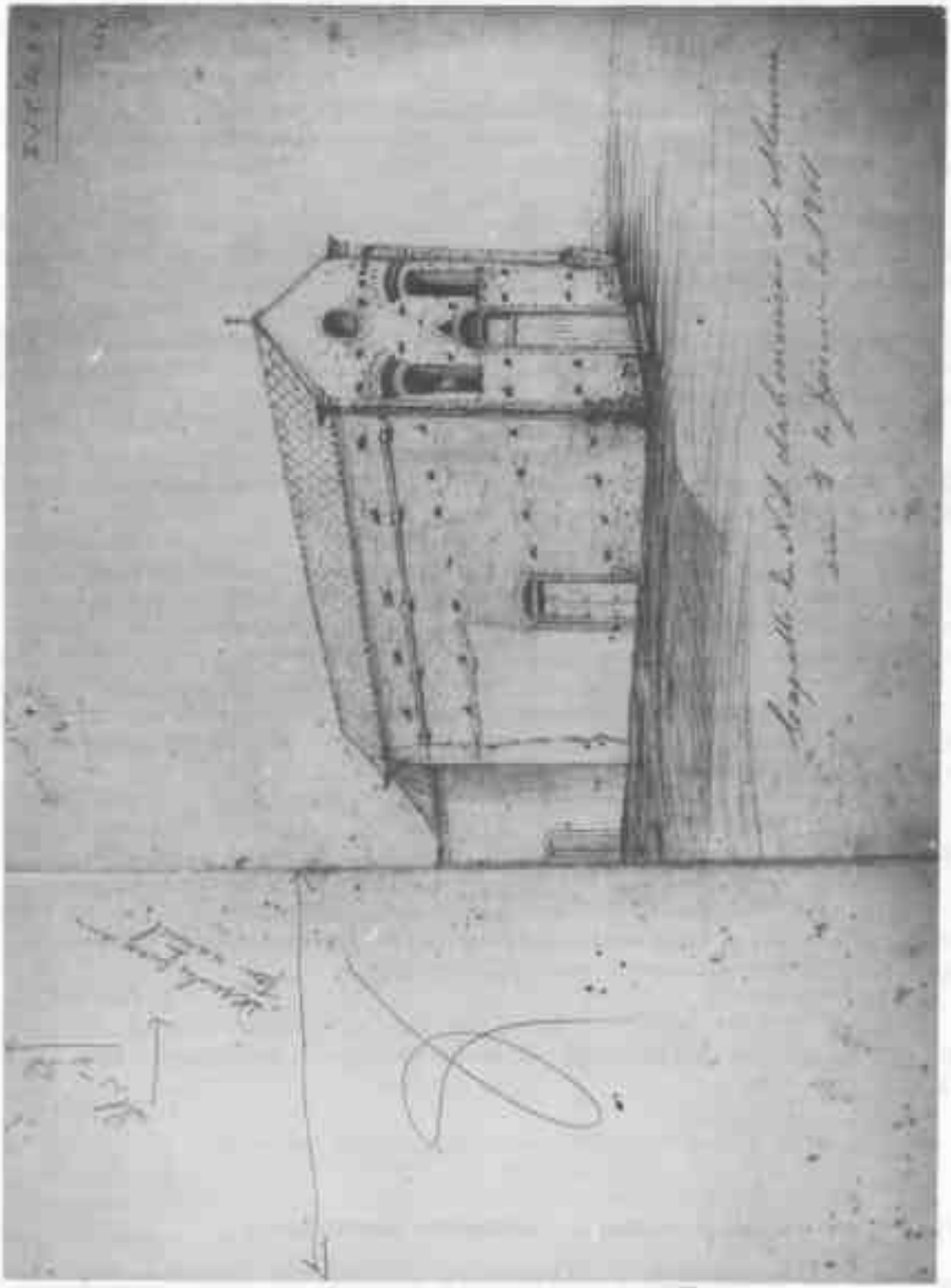
47 ____. Perspectiva de localidade não identificada. S.l. n.d. Original. Lápis. 59 x 12,5 cm.

I - 28,11,49.

VII - Notas várias, desenhos e documentos interessantes.

48- ALEMÃO, Francisco Freire. Nota em que se transcreve um ofício do subdelegado de Campo Grande sobre a escolha de lugar para os enterramentos. S. l., 29 nov. 1855. Original .

I - 28,11,6.



Capela de Nossa Senhora da Conceição de Meruoca, 8 de janeiro de 1861. Desenho a lápis. Original.

49 ____. Boireau. Retrato. Tinta. S. l. n. d. Original.

I - 28,11,13.

50 ____. Planta rasa da casa do barão do Rio Preto. S. l. [1862]. Original. Lápis.

I - 28,11,7 n.2.

51 ____. Planta rasa das casa de fazenda do conde de Baependi. [Santa Rosa, fev. 1862] Original. Lápis.

I - 28,11,7 n.1.

52 ____. Desenho de parte da freguesia de Campo Grande, na zona rural do Rio de Janeiro. S.l., maio 1867. Original. Lápis.

I-28,11,8.

53 ____. Desenho da região do Catonho, em Jacarepaguá, zona rural do Rio de Janeiro. S.l., 9 ago. 1868. Original. Lápis.

I - 28,11,9.

54 ____. Desenho de um chinês em traje típico. S. l. n. d. Original. Lápis.

I - 28,11,11.

55 ____. Desenho, em esboço, de um templo. S. l. n. d. Original. Lápis.

I - 28,11,10

56 ____. José Marcelino de Araújo Barros. Réu do assassinato do Livramento. S. l. n. d. Original. Desenho. Tinta

I - 28,11,12.

57 ____. Charadas e adivinhações criadas por Freire Alemão e apresentadas ao Imperador. S. l. n. d. [185] Original.

I - 28,11,5.

REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA DA BIBLIOTECA EUCLIDES DA CUNHA

Adriana Pereira da Fonseca Villaça
Chefe da Biblioteca Euclides da Cunha

Quando se fala em biblioteca pública, a idéia que logo vem à cabeça é a de um salão ou várias salas com mesas ocupadas por pessoas que lêem e fazem anotações, concentradamente, vendo-se ao fundo, em destaque, numa das paredes, a inscrição: SILÊNCIO. Até aí, tudo bem. É preciso um ambiente sereno e ordenado para que os estudantes e diletantes da cultura possam fazer suas pesquisas ou leituras.

No entanto, existe no Centro do Rio de Janeiro, no prédio do Palácio da Cultura (rua da Imprensa, 16, Castelo), uma biblioteca pública que, nos últimos anos, vem se reestruturando em busca da modernização, sem perder suas características próprias. Ao entrar nela, o visitante logo é atraído por um simpático estande onde encontrará materiais promocionais à sua disposição, tais como camisetas, chaveiros, marcadores de livros, canetas e outros objetos com o logotipo da casa. Ou, se preferir, poderá iniciar sua visita pela videoteca, que está em pleno funcionamento e é dotada dos recursos mais modernos, com fitas de vídeo sobre os mais diversos assuntos da cultura brasileira e internacional.

Criada pela Lei nº. 378, de 13/01/37, a Biblioteca Euclides da Cunha (BEC) foi planejada para funcionar no 4º. andar do então Ministério da Educação e Saúde, segundo projeto arquitetônico que lhe destinou mobiliário próprio, cobrindo uma área total de 786, 30m. Concebida com o objetivo de reunir obras sobre problemas gerais de administração e sobre assuntos especiais do Ministério (que posteriormente passou a chamar-se da Educação e Cultura), ela depois se vinculou ao Instituto Nacional do

Salão de consultas da Biblioteca Euclides da Cunha.

Livro (INL), à Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ) e finalmente, em 1981, à Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Registrada no 7º Conselho Regional de Bibliotecas (CRB-7) em 1949, sob o nº. 176, a Biblioteca recebeu o nome de Euclides da Cunha como seu patrono através da Portaria INL/MEC nº. 68, de 19/03/68. Pelo Decreto nº. 99.603, de 19/10/90, que aprovou o Estatuto da Fundação Biblioteca Nacional, a BEC passou a subordinar-se diretamente à presidência desse orgão. Dentre os objetivos da nova Fundação, a Biblioteca Euclides da Cunha desempenha papel relevante, desenvolvendo projetos, programas e atividades de molde a incentivar o crescimento intelectual, a formação humanística e o hábito de leitura na comunidade.

O atual acervo bibliográfico e documental — que esta incorporado ao patrimônio da União — atinge aproximadamente 90 mil volumes, compreendendo valiosas coleções, publicações do MEC e da UNESCO, periódicos nacionais, obras de referência, monografias, fitas de vídeo e áudio, teses universitárias etc., além de uma alentada mapoteca. Dentre as coleções, que abrangem praticamente todas as áreas do conhecimento, destacam-se as obras completas de Ruy Barbosa, a Brasiliana e, evidentemente, a Euclidiana. Todo esse acervo tem sido constituído, basicamente, por duplicatas provenientes do Depósito Legal da Biblioteca Nacional, através da Seção de Intercâmbio/DNL, bem como a partir de doações de entidades privadas e dos próprios usuários.

Comemoração do aniversário de Euclides da Cunha, janeiro de 1992.

Serviços, Cursos, Programas

A BEC é de livre acesso a todos os consulentes, individuais ou em grupo, e também a instituições públicas e privadas, prestando serviços que incluem:

– empréstimo domiciliar;
– empréstimo interbibliotecas;
– serviço de referência;
– informações por telefone;
  reprografia;
– indexação de jornais e outros periódicos;
– catálogo com informações de utilidade pública

Além do apoio que oferece às pesquisas para as atividades curriculares do ensino de primeiro, segundo e terceiro graus, a Biblioteca também se tem dedicado a realizar cursos extracurriculares voltados para esses três níveis, tais como:

– Treinamento Vivencial em Recreação (1994);
– Processo Criativo na Arte de Contar Histórias (1995);
– Oficina de Produção Oral e Escrita (1995).

Dentre os programas em andamento, merece especial destaque o Programa de Apoio Didático, o qual se insere nos objetivos da BEC em seu papel de instituição democrática, orientadora do estudantado na utilização de fontes bibliográficas para um melhor aproveitamento dos trabalhos escolares. Como resultado concomitante, desenvolve-se nos jovens um maior sentido de cidadania. Para usufruir dos benefícios do Programa de Apoio Didático, basta que o órgão de ensino (tanto da área pública como da particular) marque uma visita de um grupo de, no máximo, vinte alunos à Biblioteca: no decorrer dessa visita, a BEC dará uma orientação técnica sobre o seu acervo, e, na videoteca, os estudantes assistirão à exibição de fitas sobre temas de seu interesse.

Espaço Cultural

A Biblioteca Euclides da Cunha tem cedido o seu Espaço Cultural a artistas locais e de regiões do Brasil para exposição de seus trabalhos, lançamento de livros etc., com o fito de dar apoio e incentivo aos jovens, que, muitas vezes, não têm acesso às galerias de arte ou às grandes editoras e necessitam de um local para estrearem suas criações. É esta uma forma eficaz de a BEC participar das manifestações artísticas e literárias de novos valores da comunidade. Em 1992, por exemplo, foi patrocinado o lançamento do livro *Paes Barreto de rio Formoso: Sabor de Mamucabas*, de Noêmia Paes Barreto Brandão; e, em 1993, o escritor André Gardel autografou seu *...E o dado é quatro*, no Espaço Cultural da BEC. Nos últimos anos, realizaram-se as seguintes exposições, incluindo tanto obras como iconografia:

– "Monteiro Lobato e o Dia Internacional do Livro Infantil", em 1991;
  "O Outro Euclides" e alusivas ao Dia Nacional do Folclore e ao Dia da Bandeira, em 1992;
– alusivas ao Dia Mundial da Saúde e ao Dia da Liberdade de Imprensa, em 1993;
  "Eleições: Consciência Nacional" e sobre a Copa do Mundo de Futebol, em 1994.

No ano de 1994, algumas efemérides deram motivo a exposições comemorativas no Espaço Cultural da Biblioteca:

140 anos de publicação do romance *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antônio de Almeida;
– 80 anos de nascimento do escritor José Cândido de Carvalho;
– 30 anos de falecimento da escritora e poetisa Cecília Meireles.

Concursos Literários

Uma das tarefas primordiais da BEC é, evidentemente, a de incentivar os estudantes ao hábito da leitura e estimulá-los no desenvolvimento dos talentos de criação literária. Dessa maneira, têm sido promovidos concursos abertos à participação de alunos do primeiro e segundo graus das redes pública e particular de ensino, em nível nacional, com o apoio do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas da FBN/DNL. De 1991 a 1993, foram estes os temas colocados para os jovens de todo o país:

– "Ecologia";
"Colombo: visionário ou conquistador?";
– "Poesia Livre";
– "Cidadania brasileira: temos direito a ela?";
– "Miséria e fome: qual a solução?".

Videoteca

Seguindo os métodos mais atualizados da tecnologia educacional, este setor da BEC é bastante procurado por estudantes e usuários em geral. Na videoteca encontram-se à disposição da comunidade 693 fitas de vídeo, dentre as quais se destacam alguns trabalhos comemorativos realizados nos últimos anos:

– em 1992, sobre o Dia do Índio, o Dia da Libertação dos Escravos e o Dia Nacional do Folclore;
– em 1993, sobre o Dia Internacional do Livro, o Dia da Consciência Negra e o Dia da Pátria;
– em 1994, sobre o Dia Mundial da Saúde e o Dia Internacional de Combate à AIDS.

Laboratório de Línguas

Há muitas pessoas que não têm oportunidade ou recursos financeiros para freqüentarem cursos de idiomas, ou mesmo para aprimorarem os seus conhecimentos em línguas estrangeiras. Para suprir essa necessidade, a Biblioteca Euclides da Cunha mantém um "Laboratório de Línguas" que dispõe de um total de 647 fitas de audiocassete, de molde a proporcionar a todos os autodidatas o acesso a idiomas como inglês, francês, alemão, espanhol, italiano, russo e japonês. No período de 1991 a 1994, registraram-se 1.800 inscrições no "Laboratório de Línguas". A procura maior direcionou-se aos idiomas inglês, italiano e espanhol.

Ações Administrativas

Desde a reestruturação iniciada em 1991, muitas têm sido as atividades de caráter administrativo e técnico implementadas pela BEC, destacando-se inicialmente a revitalização do "Catálogo–Principal". Além destes, cabe mencionar a realização dos seguintes trabalhos:

- "Manual Técnico da BEC";
- questionário "Perfil do Usuário";
- relatório do "Inventário de Monografias e Periódicos ;
- regulamento do "Serviço de Atendimento da BEC".

Captação de Acervo/Atendimento

Os serviços que a Biblioteca Euclides da Cunha vem prestando à comunidade no período mencionado podem ser quantificados, tanto em termos de captação de acervo como no atendimento aos usuários, conforme se segue:

Captação de acervo

- Compras	171
- Doações de particulares	2.469
- Doações da Seção de Intercâmbio	6.371
- Atendimento - Usuários inscritos	12.807
- Consulta/Empréstimos	95.145
- Empréstimos interbibliotecas	132
- Pesquisas telefônicas	230
- Reprografias	171

Perfil do Usuário

Do total de freqüentadores da BEC, 90% são constituídos por estudantes. Os restantes 10% constituem-se de adultos que se utilizam dela para leituras recreativas ou culturais. No entanto, como é de conhecimento geral, a comunidade escolar é, na verdade, parte da elite cultural brasileira, já que, da nossa população, poucos conseguem chegar aos bancos escolares, e, dos que chegam, raros são aqueles que logram concluir o primeiro grau. Esta realidade foi revelada pelo questionário denominado "Perfil do Usuário", aplicado pela Biblioteca em 1994, que apresentou os seguintes resultados, em termos percentuais:

Sexo		Residência		Idade		Escolaridade	
Masculino	45,5	Zona Sul	20,25	< 10 anos	2,75	< 1º grau	33
Feminino	54,5	Zona Norte	35,05	10 - 15 anos	21,75	> 1º < 2º grau	17
		Zona Oeste	20,70	15 - 20 anos	25,50	2º grau completo	23
		Centro	5,50	20 - 25 anos	20,50	Sup. Incompleto	30
		Interior	4,00	> 25 anos	23,50		
		N/Informa.	14,50				

Entrega dos prêmios de literatura infanto-juvenil concedidos pela Fundação Nacional do Livro Infanto-Juvenil, no Dia Nacional do Livro: Affonso Romano de Sant'Anna (FBN), Elizabeth Serra (FNLIJ) e Eliana Yunes (Proler)

Reestruturação Organizacional

A atual estrutura organizacional da BEC, de acordo com o seu Estatuto Interno, está assim constituída:

- Chefia;
- Seção de Serviços Bibliográficos;
- Seção de Difusão de Acervo;
- Seção de Circulação;
- Seção de Multimeios;
- Seção de Promoção Cultural;
- Setor de Automação.

A partir de 1981, quando passou a pertencer à Fundação Biblioteca Nacional, a Biblioteca Euclides da Cunha foi chefiada por:

- Valda Valverde Santos (de 03/09/81 a 14/07/82);
- Dirciléa Fernandes de Sá (de 13/08/82 a 27/12/83);

– Roberto Clins de Mello (de 27/12/83 a 18/06/84);
– Selma Mendes Fontes Sodré (de 19/06/84 a 03/04/86);
– Cinira de Souza Faria (de 04/04/86 a 01/04/87),
Mariza Serrão Braun (de 04/05/87 a 11/03/91);
– Adriana Pereira da Fonseca Villaça (desde 12/03/91).

De Olho no Futuro

Estas, em linhas gerais, são as características da nossa Biblioteca Euclides da Cunha. Procurando desempenhar, com o melhor dos esforços de sua equipe de funcionários, as tarefas que lhe competem, a BEC se posiciona sempre e cada vez mais em direção ao cumprimento dos seus objetivos. Na preservação da tradição e da cultura brasileiras, apoiamo-nos nos modernos recursos tecnológicos e, com os olhos postos num futuro melhor para a nossa gente, servimos à comunidade. Preparamo-nos, assim, para enfrentar os grandes desafios culturais que nos reservam os próximos séculos e milênio.

PRECIOSIDADES DO ACERVO

OS TRINTA VALÉRIOS

Joaquim Marçal Ferreira de Andrade
Coordenador do Profoto/Projeto de Preservação e Conservação
do Acervo Fotográfico da Biblioteca Nacional

O *retrato* é um dos mais antigos gêneros de fotografia produzidos no mundo. O francês Daguerre, inventor do daguerreótipo (1839), e o inglês Fox Talbot, inventor do calótipo (1841), — considerados os pais da fotografia — já apontavam esse caminho, entre muitos outros, através de seus retratos. O surgimento de novos processos e formatos nos anos 1850 populariza a produção de retratos fotográficos, num processo crescente e ininterrupto que vem até os nossos dias.

A *fotomontagem* é um gênero de fotografia que surge também nessa mesma década. O sueco radicado na Inglaterra Oscar Rejlander apresentou, numa exposição, em 1857, uma alegoria intitulada "The Two Ways of Life", resultado da composição de trinta negativos em papel fotográfico, num trabalho que durou seis semanas para ser realizado; obteve grande sucesso e acabou adquirido pela rainha Vitória.

A combinação desses dois gêneros, o *retrato* e a *fotomontagem*, ocorre também nessa época. Em sua antologia *La Photographie en France*, André Rouillé reproduz um *carte-de-visite* datado de *circa* 1860 e intitulado "L'Artiste", creditado à casa fotográfica de Torbéchet, Allain et Cie. Trata-se de um múltiplo auto retrato de Zacharie-Jean-Baptiste de Torbéchet como escultor, pintor e fotógrafo. Ademais, Torbéchet é o modelo vivo e está representado no busto, no retrato pendurado na parede, na tela do pintor .. Ao todo, são nove Torbéchets, que, segundo Rouillé, misturam humor, megalomania e a afirmação de que o fotógrafo é um artista, assim como o pintor ou o escultor.

No Brasil, o fotógrafo Valério Octaviano Rodrigues Vieira se destacou nessa combinação de gêneros. Nascido em Angra dos Reis, RJ, estudou na Academia de Belas Artes e iniciou sua carreira de fotógrafo na década de 1880. Em 1892 fixou-se na cidade de São Paulo, produzindo retratos, vistas e documentando acontecimentos diversos da cidade.

Além de dominar vários processos fotográficos, Valério Vieira era um profissional habilidoso e criativo. Para justificar tal afirmação, citaríamos dois dos trabalhos que o consagraram: a fotomontagem "Os trinta Valérios", que participou em 1904 — juntamente com o trabalho de outros grandes fotógrafos brasileiros — da exposição "Louisiana Purchase Exposition" em St. Louis, EUA, tendo lhe valido a medalha de prata, e um panorama da cidade de São Paulo, com 12 metros de comprimento, que obteve o Grande Prêmio da Exposição Nacional de 1908, no Rio de Janeiro. Vale também mencionar as fotografias produzidas para seus cartões de boas-festas, das quais a Biblioteca Nacional possui três exemplares.

"Os trinta Valérios" foi produzido na virada do século e retrata um ambiente festivo onde acontece um concerto, assistido por uma pequena platéia. Trata-se de uma fotomontagem produzida em papel de gelatina e prata, nas dimensões de 22 x 29 cm, montada em cartão-suporte medindo 31 x 38 cm. Valério se repete em todos os membros da audiência, músicos, *maître*, garçom, nos retratos pendurados na parede e no busto sobre um móvel, perfazendo o total enunciado. Além da originalidade — são raros os trabalhos desse gênero no mundo — merece destaque a qualidade do acabamento, fruto do processo de trabalho de um grande fotógrafo que pouco conhecemos e cujo estudo aprofundado ainda está por se realizar.

An. Bibl. Nac., Rio de Janeiro, *114*

An. Bibl. Nac., Rio de Janeiro, *114*

BIBLIOGRAFIA

KOSSOY, Boris. *Origens e expansão da fotografia no Brasil — século XIX*. Rio de Janeiro, FUNARTE, 1980.

MENDES, Ricardo; JUNQUEIRA, Mônica de Camargo; CARVALHO, Vânia Carneiro de; LIMA, Solange Ferraz de. *Laudo técnico e de avaliação*. Museu Paulista/Universidade de São Paulo, 1992.

NEWHALL, Beaumont. *The History of Photography — from 1839 to the Present. Completely revised and enlarged edition*. New York, The Museum of Modern Art, 1986.

ROUILLÉ, André. *La Photographie en France. Textes & controverses: une anthologie, 1816-1871*. Paris, Éditions Macula, 1989.

RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

1994

SUMÁRIO

Introdução 227

Assistência aos Servidores 230

Preservação do Patrimônio Edificado 231

Informática 232

Preservação do Patrimônio Bibliográfico e Documental 235

Difusão e Intercâmbio Cultural 240
- Serviços Oferecidos
- Visita Guiada
- Difusão do Acervo
- Exposições

Captação e Processamento Técnico do Acervo 245
- Captação do Acervo
- Intercâmbio de Publicações
- Processamento Técnico do Acervo
- ISBN
- Direito Autoral
- Estabelecimento de Normas e Padrões Bibliográficos

Projetos 253
- Banco de Teses
- Identificação do Acervo de Material Estrangeiro
- Automação do Catálogo Kardex de Periódicos
- Base de Dados de Controle de Terminologia
- Base de Dados de Manuscritos da Biblioteca Nacional
- Catálogo de Periódicos Brasileiros Microfilmados
- Banco de Dados de Publicações Seriadas
- Setor de Projetos Culturais

Promoção do Livro, da Leitura e das Bibliotecas 255
- Publicações
- Cursos e Seminários
- Feiras de Livros
- Bolsas e Prêmios
- Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas
- Promoção da Leitura

Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC 266

Representação Externa da Presidência da FBN 268

Representação Externa dos Diretores 270

Anexos: 272
- Movimento Estatístico da Biblioteca Nacional
- Nível de Escolaridade dos Leitores da Biblioteca Demonstrativa
- Usuários/FBN
- Atendimento a Distância Brasil e outros Países
- Leitores Inscritos
- Empréstimo do Acervo
- Usuários Atendidos aos Sábados na Biblioteca Nacional

Introdução

A melhor imagem de como a Fundação Biblioteca Nacional concluiu o ano de 1994 pode ser tirada da festa de fim de ano no saguão do edifício-sede, quando ali se apresentou o recém-organizado Coral que reúne as vozes de nossos funcionários. Encerrava-se assim não apenas um ano de trabalho e quatro da gestão desta presidência, mas uma etapa dentro do projeto Biblioteca Ano 2000. Um trabalho harmônico e com objetivo claro.

A sensação geral era de que havia se solidificado um programa e havíamos saltado os piores obstáculos. As obras de restauração do edifício-sede aproximam-se do fim. Apesar dos distúrbios que isto acarreta, a Casa funciona plenamente. Na Casa da Leitura, em Laranjeiras, continuaram também as obras do anexo para dotar aquele complexo de auditório e salas de trabalho. Em Brasília também realizamos obras e dotamos a Biblioteca Demonstrativa de um computador DEC 3000-133, capaz de atender à demanda atual. Por falta de verba, no entanto, não pudemos adiantar o Anexo da Rodrigues Alves. Mesmo assim, tentando transformar o prédio num local de trabalho, ali instalamos uma equipe de contratados que, utilizando computadores alugados, processaram 45 mil obras.

No que diz respeito aos trabalhos tradicionais da Casa, foram incorporadas 200.787 peças que aqui chegaram através do depósito legal, doações, compra e intercâmbio. E no Bibliodata Calco chegamos a registrar 181.729 obras. Contribuímos para o Catálogo de Acervos Antigos, da ABINIA, com quatro mil títulos e com três outros para o Catálogo de Periódicos do século XIX dentro do projeto da Unesco para Recuperação da Memória do Mundo. Foram atribuídos 6.854 números de ISBN e higienizados 5.779 volumes. Entre as obras restauradas, destaquem-se os 23 mapas antigos que foram expostos no Rio e São Paulo, numa exposição patrocinada pelo Banco Real e que foi a mais visitada da história da BN.

Salto significativo ocorreu no registro de direitos autorais. Dinamizada a nossa representação em São Paulo e planejando ter representações em várias partes do país, chegamos a atender pessoalmente 16.815 clientes e outros 13.445 por Correio. Com a informatização do EDA (Escritório de Direitos Autorais), esse número crescerá ainda mais, facilitando também o processo de registro em todo o país.

Em 1994 foram atendidas na Biblioteca Nacional, na Biblioteca Euclides da Cunha e na Biblioteca Demonstrativa de Brasília 468.511 pessoas. A BEC promoveu uma série de concursos aumentando seu atendimento ao público estudantil. A Biblioteca Demonstrativa desenvolveu o Programa do Tele-idoso levando a domicílio obras para os leitores mais velhos. Torna-se necessário, no entanto, melhorar as instalações da BEC e transformar a Biblioteca Demonstrativa na grande biblioteca que a capital do país requer. Partindo da constatação de que era necessária uma aproximação com as bibliotecas universitárias, realizamos em Manaus o primeiro encontro com dezenas dessas bibliotecas e as colocamos em contato com o já existente Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. A partir daí passamos a assinar convênios com as bibliotecas universitárias procurando integrá-las ao nosso trabalho dentro de um convênio guarda-chuva. Por

sua vez, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas realizou várias reuniões a nível nacional e regional e operou a distribuição de 113.248 obras, além de realizar o programa "O Escritor na Cidade" em 17 municípios.

O Proler desenvolveu cerca de 250 atividades na Casa da Leitura, e o programa Leia Brasil, feito junto com a Petrobras e com a participação de técnicos do Proler, deu assistência a 8.925 alunos através do caminhão-biblioteca no Rio, Campos, Macaé e São Paulo. Promoveu ainda o Proler dois seminários internacionais reunindo países do Mercosul e do Pacto Amazônico e realizou 15 grandes módulos pelas diversas regiões do país, instalando-se já em 200 municípios. No entanto, ainda não conseguimos dar estrutura funcional ao Proler. Faltam DAS, e não se conseguiu em Brasília um novo Regimento e um novo Estatuto.

A FBN esteve presente com estandes em diversas feiras do livro, em Brasília, São Paulo, Bologna e Paraguai. Ainda não conseguimos viabilizar um estande oficial que articule o Itamaraty e o Ministério da Cultura. Mas na Feira de Frankfurt fomos responsáveis por duas grandes exposições: "Literatura Brasileira, Singular e Plural" e "Literatura Brasileira – Confluências". A primeira exposição circulou a seguir por vários países nórdicos.

Concedemos 25 bolsas de tradução para divulgar nossa literatura no exterior, demos prêmios para romance, poesia, ensaio e tradução e editamos 36 livros e revistas, além de mandar um "clipping" sobre nossa literatura para 273 especialistas em todo o mundo. Realizamos também 19 cursos sobre assuntos bibliotecon6micos e gerais e o setor de Projetos Culturais fez uma pesquisa e exposição sobre o Golpe/Revolução de 1964 (no Rio e Campinas), além de pesquisas sobre a bibliografia a respeito do carnaval e de adiantar as pesquisas sobre o comunismo no Brasil.

O projeto Prófoto continua a ser um exemplo nessa área dentro e fora do país. O projeto de informatização do acervo musical passou a ser referência em âmbito nacional e internacional. Resta agora ampliá-los, buscar mais financiamento para que avancem efetivamente.

O setor que atende às demandas à Lei Rouanet gerenciou a análise de 173 projetos apresentados em reuniões em Brasília.

A FBN participou ativamente de organismos internacionais com os quais tem relações institucionais. Destaque-se o CERLALC – Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e no Caribe, ABINIA – Associação de Bibliotecas Nacionais Ibero-Americanas e IFLA – International Federation of Library Associations and Institutions.

Como se verá mais detalhadamente no relatório a seguir, a Fundação Biblioteca Nacional esteve presente dentro e fora do país, atuando de uma forma excepcional a despeito de todas as dificuldades. O ano começou com um novo ministro da Cultura — Luiz Roberto do Nascimento e Silva —, o quinto desde que assumimos esta direção. O ano terminou com a eleição de um novo presidente, Fernando Henrique Cardoso, que substitui Itamar Franco.

Neste ano de 1994 a FBN ganhou duas citações honrosas. Foi mencionada em reportagem do "Jornal do Brasil", como a instituição federal que melhor funciona no Rio. E ganhou, na categoria especial, o Prêmio de Marketing, conferido pela Associação Brasileira de Marketing. Sem dúvida, a instituição sai progressivamente do gueto que sempre a caracterizou. O desafio que se nos apresenta daqui para frente é ampliar, cada vez mais, o interesse crescente da população pelo nosso trabalho e nossa capacidade de produzir um serviço eficiente. Para isto, entre várias outras medidas, pretendemos nos voltar também cada vez mais para a valorização dos chamados "recursos humanos", propiciando treinamentos através do setor de Desenvolvimento Institucional, e procurando canais de comunicação com os funcionários para que as energias sejam potencializadas num trabalho harmônico que reverta em benefício do público, que é nosso alvo imediato.

Affonso Romano de Sant'Anna
Presidente
Fundação Biblioteca Nacional

Assistência aos Servidores

Objetivo:

Propiciar aos servidores condições de desenvolvimento funcional, participação nos processos de aprimoramento gerencial e institucional, assegurando a contribuição para a formação do seu patrimônio individual e bem-estar.

Nesse sentido, foram concedidos:

- 37.060 vales-refeição a 560 servidores.
- assistência pré-escolar aos filhos dos servidores durante a jornada de trabalho, tendo sido atendidas 170 crianças.
- 79.087 vales-transporte distribuídos a 260 servidores.

Desenvolvimento de recursos humanos:

A área de Desenvolvimento Institucional tem por finalidade planejar e executar ações que possam interferir no desempenho dos recursos humanos, considerando seu potencial e cultura organizacional e as metas institucionais. Devido à carência de mão-de-obra, ocasionada por aposentadorias recentes, saída de alguns funcionários aprovados em concursos públicos para outras instituições, assim como a criação de novos programas e o aumento da freqüência de leitores, tornou-se necessário um "plantão" de recrutamento para selecionar funcionários de outras instituições do serviço público interessados em atuar profissionalmente na FBN. Esse trabalho foi realizado pela área de Desenvolvimento Institucional, segundo princípios e técnicas de psicologia específicos. Além disso, deu-se continuidade ao recrutamento de estudantes de nível superior para estágio supervisionado.

Apresentação da Cia. Sonho e Drama na comemoração dos 100 anos de nascimento de Aníbal Machado, 15 dezembro 1994.

Foi realizado um encontro com os funcionários readmitidos (dos 80 servidores anistiados, 74 entraram em exercício), ocupantes de cargos da área de documentação, com o objetivo de mantê-los atualizados quanto aos projetos em andamento. Dentro das ações voltadas para o acompanhamento de pessoal, foi implantado um programa de "reflexão sobre a aposentadoria".

Procurou-se exercitar o debate e estimular a elaboração de propostas para a solução de problemas relacionados com a reprografia. O mesmo tipo de procedimento se deu com relação ao tema Atendimento ao Público. A área colaborou intensamente na constituição do Corul da FBN que contou com a participação de quarenta funcionários, ocorrendo a primeira apresentação na seminária de Natal de 1994.

A FBN participou da comissão coordenada pelo Ministério da Cultura para elaboração da política nacional do Idoso e da Família através dos projetos da Biblioteca Demonstrativa e da Biblioteca Euclides da Cunha relacionados a esses temas.

Foi reativado o sistema de Estágio de 2º e 3º graus, assim como a implantação do programa de estágio laborativo (menores da FEEM). Todos os servidores da FBN tiveram a oportunidade de participar do seminário institucional "Trabalho em Bibliotecas: Presente e Futuro".

Criado o programa de "Desenvolvimento Gerencial", voltado para todos os níveis de chefia da FBN, tendo sido promovidos sete cursos, nesse sentido.

Realizados dois treinamentos na área comportamental, para funcionários, com o objetivo de proporcionar aos participantes um espaço de reflexão e de desenvolvimento de suas relações pessoais.

Preservação do Patrimônio Edificado

Objetivo:

Conservação e manutenção do patrimônio edificado, assegurando o suporte administrativo necessário ao funcionamento das atividades. Proteção dos bens culturais, documentais, bibliográficos e iconográficos proporcionando condições adequadas de trabalho aos servidores e fornecendo aos usuários ambiente e instalações satisfatórias para pesquisa e estudos. Nesse sentido, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

Prédio-sede

Através do Convênio firmado com o Banco Real e a Fundação Roberto Marinho no valor de US$ 2.3 milhões de dólares, foi possível realizar o projeto "Obra Aberta".

A primeira etapa foi a restauração do saguão principal com cores e pinturas originais, reinaugurado em agosto com a exposição "Mapas Raros", que mostrou ao público, pela última vez, quarenta e seis originais da coleção de vinte mil mapas históricos do acervo. A segunda etapa, em andamento, é a restauração da fachada, com o término previsto para julho de 1995, quando será executada a reforma dos jardins do prédio.

O Convênio nº 002/94, firmado entre o Ministério da Cultura/Fundo Nacional de Cultura e esta Fundação, para a realização do Projeto "Obras nas Edificações da Biblioteca Nacional" resultou nas seguintes ações:

- Obras de impermeabilização do patamar da escada de acesso principal;
- Obras de reforma dos banheiros;

– Obras de instalações elétricas da calçada e do 2º andar;
– Obras de instalações elétricas de iluminação para os salões de Obras Gerais e Periódicos.

Casa da Leitura

– Obras de instalação do auditório/teatro, de noventa e nove lugares;
– Obras de reforma do prédio anexo da Casa da Leitura.

Prédio anexo da FBN

– Obras de conclusão e recuperação da rede de águas pluviais;
– Concessão de energia elétrica para o prédio, pela Light;
– Reforma parcial das instalações elétricas existentes.

Informática

Tendo em vista os objetivos do projeto Biblioteca 2000, o Serviço de Informática cumpriu, em 1994, algumas etapas dos vários projetos em que está empenhado.

Contando com recursos disponibilizados no final de 1993, foi possível adquirir parte dos equipamentos e *software* (rede Pathworks) necessários para iniciar o projeto de instalação da rede interna (REDE-BN).

Adquirimos, também, para a Biblioteca Demonstrativa de Brasília, o computador DEC 5000/133 de tecnologia RISC, igual ao computador instalado na Biblioteca Nacional, em 1992.

O projeto da REDE-BN, iniciado em 1993 com a instalação dos terminais do segundo andar (Salão de Obras Gerais) foi implementado, com a aquisição da rede Pathworks, e a interligação dos microcomputadores da Coordenadoria de Serviços Bibliográficos – DPT.

Desenvolvimento de sistemas

Foram concluídos os seguintes sistemas:

– Implantação do Acesso Remoto ao Cadastro do ISBN (International Standard Book Number) para a Agência Brasileira do ISBN que, no Brasil, é atribuição da Biblioteca Nacional.
– Sistema Central de Informações para orientação aos pesquisadores – faz acesso remoto através da RENPAC da INTERNET.
– Sistema de Administração de Bens Patrimoniais, através da contratação da prestação de serviços de consultoria.
Sistema de Mala Direta – atende aos diversos Setores da FBN.
– Cadastro de Autores – resultado do projeto de informatização do EDA (Escritório de Direitos Autorais). Definida a configuração dos equipamentos necessários para a automação do Cadastro de Autores.
– Sistema de Controle de Estoque de Obras Publicadas – desenvolvido para o Departamento Nacional do Livro.

Em andamento:

– Sistema de Controle do Almoxarifado

O projeto de Informatização da FBN por necessitar de um significativo aporte de capital vem sendo desenvolvido em etapas, de acordo com os recursos provenientes do Tesouro Nacional, do Fundo Nacional de Cultura e também de patrocínios.

Dentro do Programa Nacional de Informações Culturais, o Serviço de Informática está adquirindo, juntamente com o DPT e DRD, um sistema automatizado de catalogação bibliográfica — Sistema de Catalogação *On line* ORTODOCS — desenvolvido pela empresa Potiron, localizada em São Paulo — que foi considerado o único produto nacional compatível com o formato CALCO, aprovado pelos técnicos da FBN, para ser utilizado na automação do processamento técnico da Casa. A implantação desse sistema eliminará as etapas de preenchimento de planilhas e digitação do processo de catalogação.

Com recursos do FNC, a FBN está ampliando a REDE-BN, através da aquisição de equipamentos e *softwares* (*up grade* do computador DEC 5000/240 por um de capacidade maior e tecnologia Alpha para servidor da rede), bem como da implantação dos serviços de instalação física de rede elétrica e lógica. A concretização dessa etapa significa a completa informatização da FBN em termos de infra-estrutura, tornando irreversível o processo de automação das suas atividades.

Sistema automatizado do acervo musical da Biblioteca Nacional, inaugurado em 31 de outubro de 1994.

Outras atividades:

– Contratação de treinamento em Pathworks para 2 servidores do Núcleo de Informática;

– Instalação do computador da Biblioteca Demonstrativa;

– Aquisição do Sistema Mumps Ypsum para Biblioteca Demonstrativa;

– Contratação de consultoria e treinamento, da Digital, para a equipe de Informática da Biblioteca Demonstrativa de Brasília;

Contratação de consultoria, através de recursos do PNUD, para desenvolvimento de um sistema de recuperação, modelagem da base de dados e migração dos arquivos de dados do Sistema Inventário de Periódicos, em produção na UFRJ, para REDE-BN;

– O Serviço de Informática, juntamente com o Departamento de Processamento Técnico, participou do *Biblos 2000 - Congresso Internacional de Biblioteconomia*, realizado em Belo Horizonte. Lá foi instalado um *stand* onde o congressista podia consultar o acervo da Biblioteca Nacional, via Renpac. No I Encontro de Bibliotecas Universitárias, realizado em Manaus, o Serviço de Informática proferiu palestra sobre o Projeto de Informatização da FBN.

– O Serviço de Informática tem procurado atender à necessidade de orientação (consultoria técnica) no processo de informatização de Bibliotecas Públicas, Universitárias e demais instituições que recorrem à Fundação Biblioteca Nacional, em busca de uma assessoria técnica, por sua credibilidade.

Instituições como Petrobras (Cenpes), UFF, Cia. Vale do Rio Doce, Universidade Santa Úrsula, Universidade da Bahia, Biblioteca Pública do Rio Grande, estão entre as instituições que buscam na FBN subsídios para tomada de decisão sobre seus projetos de Informatização.

A FBN conta, hoje, com sessenta microcomputadores, duas impressoras laser, trinta impressoras matriciais, duas impressoras jato de tinta, distribuídos e espalhados por todos os setores do prédio-sede e dos anexos.

O Serviço de Informática atende a todos os setores da Instituição dando suporte técnico no uso de microcomputadores, além de suprir todo o atendimento de manutenção dos equipamentos da FBN.

Preservação do Patrimônio Bibliográfico e Documental

Objetivo:

Conservar, restaurar, encadernar e reproduzir o acervo bibliográfico e documental da Biblioteca Nacional. Nesse sentido, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

Preservação do acervo fotográfico da Biblioteca Nacional - PROFOTO

Financiado com recursos provenientes do Convênio de Cooperação Financeira firmado entre a Biblioteca Nacional e a Fundação Banco do Brasil.

Automação: Concluiu-se o desenvolvimento do Aplicativo (conjunto de programas de computador) para catalogação e indexação automatizada de documentos fotográficos, procedendo-se ao registro no Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Atualmente, encontra-se em processo o pedido de cadastramento na Secretaria de Informática no Ministério da Ciência e Tecnologia.

Tratamento técnico:

Foi concluída a fase de elaboração de regras de catalogação e procedimentos para indexação das fotografias. Os tesauros (vocabulários controlados para indexação de assuntos: tópicos, gêneros e características físicas) cresceu consideravelmente, assim como o cadastro de autoridades. Além disso, foram catalogadas e indexadas mais de 1.000 imagens, além de algumas centenas que se encontram em processo.

Seminário sobre a Guerra do Paraguai, coordenado pelo historiador Carlos Guilherme Mota, 23 de novembro 1994

Conservação e acondicionamento:

Realizou-se o diagnóstico e a higienização de cerca de 2.000 imagens.

Reprodução fotográfica:

Deu-se continuidade às atividades de produção dos negativos de segunda geração das fotografias do acervo. Foram reproduzidas cerca de 2.400 imagens. A partir desse arquivo serão confeccionadas, futuramente, as cópias requisitadas pelos usuários.

Conservação, restauração e encadernação do acervo

Prosseguem os trabalhos de acondicionamento das estampas da coleção Alexandre Rodrigues Ferreira, pertencentes à Divisão de Manuscritos, num total de quarenta e seis desenhos acondicionados em *passe partout*. Além destes, foram restaurados e acondicionados oito desenhos aquarelados para integrar a exposição "O Brasil dos Viajantes", em São Paulo.

Higienização de trinta mapas raros, pertencentes à Divisão de Iconografia, selecionados para integrar a exposição "Brasil na Cartografia da BN e Mapas Raros e Curiosos da BN".

Higienização da coleção Souza Brasil, doada à FBN em dezembro de 1993. Foram higienizadas 3.337 folhas documentais.

Higienização da coleção Pascoal Segreto, doada a FBN em 1993. Foram higienizadas 1.992 partituras, acondicionadas em doze caixas, pertencentes à Divisão de Música.

Implementação de atividades descentralizadas de higienização nas Divisões de guarda do acervo especializado.

Restauração do desenho a nanquim "Cabeça de Negro", de Tomás Santa Rosa Jr., de 1935, pertencente à Divisão de Iconografia, para integrar a exposição "Brasil Século XX", promovida pela Fundação Bienal de São Paulo, entre 24 de abril e 29 de maio de 1994.

Restaurados e acondicionados, em pastas, 13 mapas antigos pertencentes à Divisão de Iconografia para fazerem parte da exposição "A Arquitetura Militar dos Descobrimentos" realizada na cidade do Porto, em Portugal, em julho de 1994.

Higienizados e restaurados 21 mapas raros, pertencentes à Divisão de Iconografia, para a exposição "Mapas Raros da Biblioteca Nacional" realizada no saguão da FBN, em agosto de 1994.

Restauradas 427 folhas da "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", de 1908, pertencente à Divisão de Obras Raras.

Acondicionados, sob forma de *passe partout*, 11 mapas do "Arquivo Morgado de Mateus", pertencentes à Divisão de Manuscritos.

Conclusão das encadernações, em capa dura de pergaminho, sem douração, e acondicionamento em tecido, da obra *Bibliorum Sacrorum*, pertencente à Divisão de Obras Raras.

Restauradas duas folhas do periódico raro *Gracio Suburbano*.

Demonstrativo da produção técnica da Divisão de Conservação e Restauração, em 1994.

Folhas higienizadas	5.506

Folhas restauradas	- *2.898*
Volumes higienizados	- *5.779*
Volumes fumigados	- *79*
Volumes encadernados	- *479*
Volumes dourados	- *878*
Volumes restaurados	- *19*
Volumes reestruturados	- *155*
Obras de arte restauradas	- *117*
Acondicionamento	- *241*

O número de folhas restauradas corresponde à soma do número de folhas dos dezenove volumes restaurados.

Microrreprodução de documentos:

Conclusão dos trabalhos de microfilmagem de manuscritos sobre a História da Bahia, num total de noventa e seis rolos de microfilmes, para atender a solicitação do Arquivo Público da Bahia.

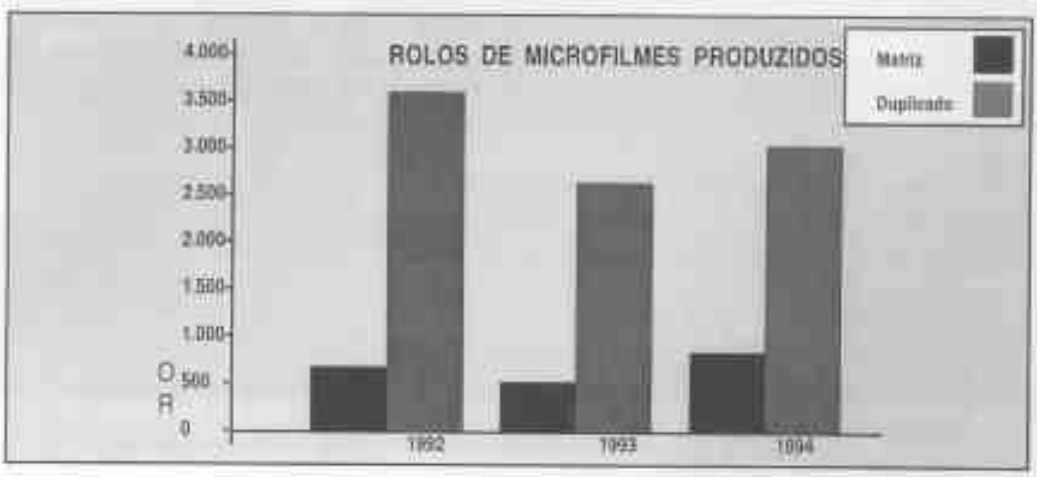
Pesquisa, preparação documental e microfilmagem, num total de oito rolos, do jornal "Diário Espanhol", periódico raro cujo único exemplar, no Brasil, é o da FBN, segundo informação de pesquisadores.

Retomada do preparo documental dos manuscritos da Coleção "De Angelis", que trata da Guerra do Paraguai.

Retomados os entendimentos com o jornal *O Globo*, visando à microfilmagem da coleção pertencente à FBN, com patrocínio daquela empresa jornalística.

Sistematização de procedimentos, objetivando maior agilidade aos serviços através da revisão dos formulários usados na requisição de cópias, da elaboração de painéis auto-explicativos produzidos em conjunto com o Núcleo de Editoração e Programação Visual e treinamento de funcionários do Departamento de Referência e Difusão (DRD) para atendimento de usuários do acervo microfilmado.

Ação complementar à atualização das informações sobre o acervo microfilmado pela DIMIC, Divisão de Microrreprodução, a partir da reorganização do arquivo de microfilmes e arquivo de negativos fotográficos.



Reativação do Laboratório de Fotografia com a alocação de fotógrafo laboratorista e capacitação de servidor do Laboratório de Microfilmagem.

Encaminhamento do Projeto de Microfilmagem à Fundação Vitae visando à recuperação e ampliação das atividades da Divisão de Microreprodução.

Demonstrativo das atividades, no período:

Rolos microfílmicos matrizes	*650*
Rolos microfílmicos duplicados	*2.795*

Dos 2.795 rolos duplicados, 1.785 são do tipo positivo e 1.010 do tipo "DOF", para atendimento de usuários do Rio de Janeiro e de outros Estados.

Produção de fotogramas de microfilmes - 2.701.900

Preparos de documentos para microfilmagem:

Títulos	*91*
Páginas	*590.366*
Cópias eletrostáticas	*12.849*
Cópias xerográficas	*168.923*

Levantamento e Microfilmagem de Jornais/Periódicos Raros dos Estados Brasileiros, de 1830 a 1930 (fase de conclusão).

Conclusão do levantamento, pesquisa e microfilmagem de periódicos brasileiros pertencentes ao acervo da Biblioteca Nacional, do período de 1830 a 1900, considerados importante fonte de pesquisa da memória social brasileira, abrangendo jornais de 19 estados brasileiros.

Projetos:

Restauração do acervo Quinhentistas Portugueses:

– Restauração de 46 títulos de livros raros "Quinhentistas Portugueses" do acervo da Divisão de Obras Raras, num total de 5.660 folhas.
O Projeto foi realizado no Laboratório de Restauração/Divisão de Conservação e Restauração e constitui a 2ª fase de trabalhos de restauração do acervo "Quinhentistas". A 2ª fase teve início em maio de 1993 e o término em junho de 1994. A seleção dos títulos para restauração foi baseada no Catálogo da Exposição "Impressos Quinhentistas Portugueses", realizada em 1987.
Fonte de financiamento: Fundação Calouste Gulbenkian, de Lisboa.

Preservação do acervo fotográfico da Coleção Teresa Cristina Maria:

– Preservação do acervo fotográfico, estimado em 40.000 imagens fotográficas, empregando técnicas de conservação (higienização e acondicionamento), reprodução fotográfica para criar um arquivo de negativos de 2ª geração e processamento técnico biblioteconômico automatizado (catalogação, classificação e indexação) das imagens.

Fonte de financiamento: Fundação Banco do Brasil.

Pesquisa físico-química de papéis, cartões e materiais poliméricos:

– Avaliar a reatividade química e o comportamento físico através de análises de esforço mecânico de papéis, cartões e materiais poliméricos empregados nos trabalhos de conservação (acondicionamento) do acervo fotográfico do PROFOTO. Até o momento, já foi realizado o 1° conjunto de ensaios para uma amostra de papel denominado Art Velin.

Fonte de financiamento: Fundação Banco do Brasil.

Restauração e conservação do acervo precioso da Biblioteca Nacional.

– Conservar, restaurar e/ou encadernar incunábulos, coleção de retratos e xilogravuras da Coleção Goeldi.

Foram selecionadas peças representativas do chamado acervo precioso pertencentes às divisões de Obras Raras e Iconografia, a saber: 21 incunábulos num total de 2.263 folhas, 145 xilogravuras e cerca de 15.000 retratos (estes somente para serem higienizados).

Livraria Booklmakers inaugurada no saguão nobre da Biblioteca Nacional, 11 de janeiro de 1994.

Difusão e Intercâmbio Cultural

Objetivo:

Divulgar o acervo da Biblioteca Nacional através de diferentes meios de comunicação para a disseminação da informação.

Serviços Oferecidos

Biblioteca Demonstrativa: Além de empréstimo domiciliar, orientação aos usuários, salas de reuniões de várias entidades culturais etc., a Biblioteca Demonstrativa colocou à disposição dos leitores os seguintes serviços:

– Serviços de caixas-estantes

Durante o corrente ano foram emprestadas caixas-estantes contendo livros de literatura infanto-juvenil ou adulta às seguintes instituições: Biblioteca Escolar Pública da Vila Planalto, CODEVAS F - Companhia de Desenvolvimento do São Francisco, Hospital de Base do DF e Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso.

– Biblioteca Sonora para Deficientes Visuais

A Biblioteca Demonstrativa cedeu um pequeno espaço para funcionamento da Biblioteca Sonora da Associação Brasiliense de Deficientes Visuais, composta por obras gravadas em fita cassete. Em 1994 a ABDV designou um funcionário para atendimento, na BDB, aos seus associados.

– Tele-Idoso

Entrega domiciliar de livros aos vinte idosos cadastrados. Nova campanha de divulgação foi iniciada visando este número em 1995.

Visita Guiada

Outra vertente do atendimento ao público é o Programa de Visita Guiada, instituído em 1992, que dá ao visitante a oportunidade de conhecer a história da Biblioteca Nacional, sua arquitetura eclética, os salões de leitura, os serviços oferecidos ao público, entre outros. Neste exercício, em virtude das obras de restauração da Instituição, as visitas foram suspensas no período de janeiro a junho.
Tendo em vista que nessa atividade o DRD só dispõe de 1 (um) funcionário efetivo, contou-se com a colaboração do Colégio Prado Júnior, com o objetivo de receber estagiários para atuarem na recepção e na visita guiada. Apesar da grande ajuda prestada por esses auxiliares, reconhecemos a necessidade de dispor de guias mais especializados para atender a visitantes nacionais e estrangeiros. Neste sentido, o DRD está estudando a possibilidade de recrutar funcionários da Casa para constituir o grupo de guias da Biblioteca e promover curso de especialização a ser ministrado pela Universidade Estácio de Sá, valendo-se do convênio assinado anteriormente, entre as duas Instituições, para a produção de *folders* institucionais.

Difusão do Acervo

Apresentação do acervo em oito grandes exposições e oitenta mostras especiais.
Utilização do acervo, como suporte de pesquisa, na montagem de cenários e confecção de guarda-roupa de peças teatrais, telenovelas e filmes.

Exposições

BIBLIOTECA NACIONAL

Caricaturas	11/01
Mapas Raros	2/8 a 29/8
Incunábulos	24/8 a 31/10
Mostra parcial da Exposição Literatura Brasileira: Singular e Plural, apresentada na Feira do Livro de Frankfurt	07 a 16/10
Automação do Acervo de Música	20 a 23/10
Desenhos Botânicos de Maria Werneck	24/10 a 19/11
Tomás Antônio Gonzaga: bicentenário	25/10 a 19/11
Nova Vista Chinesa	03 a 15/11
Moda — fotografias de Adriana Pilighani	06 a 26/11
Enciclopédia Brasileira e Outros Achados na Biblioteca Nacional	17 a 28/11
Guerra do Paraguai	23 a 28/11
Lindolf Bell - " A Catequese poética"	29/11 a 12/12

Thomas Ender: Expedição ao Brasil, 1817	30/11 a 30/12
O Peixe Voador: Cem Anos de Aníbal Machado	15/12 a 10/01/95
Coleção Cervantina, de Genival Londres	Dezembro a Fevereiro

PROLER

Fantasiarte: O universo mágico das miniaturas	Maio
Ilustrações Ver-de-Ver-meu-pai, de Roger de Mello	Julho
Livros de Pano, de Iries Carvalho	20 a 31/08
Centenário de publicação dos Contos da Carochinha	10 a 31/10
Semana da Consciência Negra	4 a 20/11

BIBLIOTECA EUCLIDES DA CUNHA

Saúde do Organismo: Prevenção, em comemoração ao Dia Mundial da Saúde	Abril
Copa do Mundo - 94	Junho
Coleção Gibi (1944 a 1950) em homenagem ao Dia da Imprensa	Setembro
Consciência Nacional — exposição sobre as eleições	Outubro
Constituições Brasileiras — em homenagem à Proclamação da República	Novembro

BIBLIOTECA DEMONSTRATIVA

Carmem Miranda, 85 anos depois — em comemoração ao Dia Internacional da Mulher	Março
Tal Pai, Tal Filho — em comemoração ao aniversário de Brasília, foram expostas fotografias de Gabriel Gondim Filho	Abril
Espeleologia — exposição em comemoração à Semana do Meio Ambiente	Junho
III Exposição dos Artistas Plásticos da Terceira Idade - participação de 12 artistas	Setembro
Cuide bem do que é seu — exposição educativa pela preservação do patrimônio da Biblioteca Demonstrativa	Outubro

Exposições Realizadas no Exterior

Feira de Frankfurt

Exposição - Pavilhão Central - "Literatura Brasileira: Confluências"

A exposição "Literatura Brasileira: Confluências", montada no Pavilhão Central, constou de dois painéis de 18m de comprimento x 5m de altura, onde iconograficamente representamos momentos e autores emblemáticos da nossa literatura brasileira. Nos dois painéis, monitores de vídeo exibiram cenas das minisséries e novelas da TV Globo (em inglês) versando sobre obras literárias de autores brasileiros.

Devido às condições do espaço oferecido para a exposição, e considerando que o seu público estaria sobrecarregado de informações, face ao grande porte da Feira, optou-se por uma linguagem cênica de assimilação mais rápida e direta, tendo apenas textos (em alemão e inglês) que complementassem a linguagem visual.

Exposição – Stadtbucherei "Literatura Brasileira: Singular e Plural"

Montada na Biblioteca Pública Central de Frankfurt, esta exposição constou de 34 painéis fotográficos, com textos em alemão, que traçam um perfil dos principais temas e características da literatura brasileira do século XVI aos nossos dias. Devido ao sucesso e a qualidade da exposição, o Ministério das Relações Exteriores, através do Consulado do Brasil, em Frankfurt, decidiu fazer dela uma exposição itinerante, que circulará entre as principais cidades da Alemanha, bem como entre outras capitais da região.

Projetos

Desenvolvimento dos seguintes projetos visando à preservação das peças originais:

Digitalização de cerca de 20.000 mapas raros que integram o acervo iconográfico. Foram escaneados vinte e três mapas, em 1994;

Automação do acervo musical, adotando o sistema MUSI, com o total de 134 partituras do compositor Ernesto Nazareth já digitadas e 1.970 registros na base de dados bibliográficos;

– Segurança do acervo contra furtos com a instalação de dispositivos eletrônicos no acervo geral e especializado;

– Preservação e conservação do acervo fotográfico da Biblioteca Nacional;

– Banco de Bibliografias - BIBLIO/DINF, integrado por 100 bases de dados;

– Acondicionamento especial da Coleção Hemerográfica, garantindo a preservação de 16.000 fascículos de jornais, diários oficiais e revistas correntes;

– Catálogo Coletivo de Fundos Antigos, integrado por 4.000 títulos de monografias pertencentes ao acervo raro e Catálogo Coletivo de Periódicos de

séc. XIX integrado por 3.000 registros de jornais da FBN. Estes catálogos integram o Projeto "Memória Del Mundo", da UNESCO, coordenado pela Associação de Bibliotecas Nacionais de Ibero-America - ABINIA, integrada por 22 países e patrocinado pela Sociedade Estatal para o V Centenário do Descobrimento da América, da Espanha. Os catálogos reúnem em CD-ROM 180 mil registros de publicações impressas;

– Incorporação ao acervo da Biblioteca Nacional de 12.000 volumes referentes ao acervo raro, até então inacessível ao pesquisador

– Elaboração de texto para o Projeto Multimídia sobre a Biblioteca Nacional, visando fornecer ao público amplo conhecimento sobre a história, acervo, serviços da Instituição, entre outros

– Criação da base de dados sobre teatro, considerando o acervo já existente na Divisão de Manuscritos e aquele doado pela Sociedade Brasileira de Autores Teatrais - SBAT. Foram processados e digitados 4.624 registros de peças da coleção Teatro-Censura

Diante da situação crítica estabelecida pela falta de espaço físico para a guarda do acervo corrente, no prédio-sede, a Divisão de Referência e Difusão implantou o projeto de remanejamento de coleções para criação do espaço necessário à absorção de novas publicações.

Captação e Processamento Técnico do Acervo

Objetivo:

Ampliar o acervo da Biblioteca Nacional, através da captação, por Depósito Legal, compra, doação e permuta, e executar o processamento técnico do acervo recebido e do existente, visando à disponibilização dessas informações através das bases de dados da Biblioteca Nacional.

Captação do Acervo

Através de um trabalho de divulgação do Depósito Legal — Lei nº 1.825 de 20/12/1907, junto às editoras, durante a realização das Bienais do Livro nas gravadoras nacionais, e através de dispositivos que atinjam diretamente o público — *folders*, filipetas (com orientação sobre a Lei), contatos telefônicos e artigos nos jornais e revistas especializadas, bem como ao incremento da política de doação, intercâmbio e compra de material bibliográfico raro, houve um significativo enriquecimento do acervo, no período

Intercâmbio bibliográfico

Captação de material bibliográfico

Durante o ano de 1994 foram recebidas cerca de 29.915 peças enviadas como permuta ou doação por instituições estrangeiras, doadores particulares. Desse total foram recebidas 3.352 monografias, 5.061 fascículos de periódicos, 21.532 peças de material especial: música, iconografia, cartazes, microfichas etc.

Distribuição de material bibliográfico

Integram o cadastro do Programa de Intercâmbio Bibliográfico 1.039 instituições brasileiras e 497 estrangeiras, que recebem, regularmente, as publicações editadas pela FBN

Duplicatas/publicações descartadas

As duplicatas provenientes do Depósito Legal e as publicações estrangeiras sem interesse para o acervo totalizam 50.047 publicações. Todas foram enviadas, como doação, às bibliotecas cadastradas, e que demonstraram interesse em recebê-las.

Publicações oficiais brasileiras

Foram enviadas, a título de permuta internacional, a *Revista Marítima Brasileira*, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e a *Revista da Academia Brasileira de Letras*, totalizando 634 fascículos.

Total Geral de Distribuição de Peças:	
Monografias	- 6.849
Periódicos	- 30.006
Outros	- 21.156
Total	- 58.011

INTERCÂMBIO DE PUBLICAÇÕES

DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICAÇÕES: 58.011 PEÇAS

RECEBIMENTO DE PUBLICAÇÕES: 29.915 PEÇAS

INCORPORAÇÃO DE PEÇAS AO ACERVO

Originais inéditos	6.066
Monografias	41.103
Periódicos	33. 302
Manuscritos	2.670
Música	1.824
Iconografia	88.100
Fitas de Vídeo	372
Teses	6.700
Microfilmes (rolos matrizes)	650
Total:	**200.787**

Assinado convênio entre a Fundação Biblioteca Nacional e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, para aquisição de material bibliográfico referente a 30 volumes (redigidos entre 1.631 e 1.757) sobre contratos de arrendamento de coleta de impostos no Brasil, estabelecidos entre a Coroa Portuguesa e comerciantes do Atlântico, incorporados ao acervo da Seção de Guarda do Acervo Raro.

Devido à liberação do orçamento apenas no mês de dezembro de 1994, a aquisição de obras se restringiu a 15 títulos de periódicos considerados fundamentais para a coleção da Biblioteca Nacional.

SÍNTESE DAS DOAÇÕES

	DOADOR	MATERIAL	N. PEÇAS
1	Alfonso Romano De Sant'Anna	Discos Livros	22 192
2	Gisela Gerlach	Manuscrito de Cleopatra Mariano	01
3	Marco Morel	Manuscritos de Edmar Morel. Recortes de jornais Fotografias	arquivo não contabilizado
4	Serviço De Divulgação E Relações Culturais Dos Estados Unidos - USIS	Publicações	163
5	Eduardo Arroyo	Litografia Fitas de vídeo	01 01
6	Editora Ática	Livros para distribuição entre as bibliotecas públicas	65 títulos em 1000 volumes
7	Maria Werneck de Castro	Dos vinhos botânicos Manuscritos (não contabilizados)	45
8	Tatiana Leskova	Livros e programas de balet Manuscritos	67 78
9	Ana Maria Barreto de Almeida	Manuscritos sobre a Guerra do Paraguai	1.000
10	Maury Rouède Bernardes	Manuscritos, Coleção Emílio Rouede Fotografias Recortes	23 (não contabilizada)
11	Marcio Souza	Fitas de vídeo Publicações Tela de Projeção Discos	364 402 01 41
12	João Vicente Da Costa	Manuscritos de Cleopatra Mariano	01
13	Alia Oliveira Gomes	Coleção de fotografias de Alair Gomes	8 mil ampliações em papel e 80 mil fotografias em 35 mm

14	Rodrigo Goulart	Livros e programas de ballet Fotografias Telões do século XIX	115
15	Daniel Senise	Desenhos	04
16	Sebastião Paula	Gravura	01
17	Eduardo Eloy	Gravura	01
18	Carlos Costa	Desenhos	06

Processamento Técnico do Acervo

Objetivo:

Realizar a catalogação e a classificação automatizadas do acervo retrospectivo e dos oriundos de doação/permuta, visando torná-los disponíveis ao público pesquisador.

TÍTULOS CATALOGADOS
BIBLIOTECA NACIONAL

UNIDADE	TÍTULOS
Departamento de Referência e Difusão - Periódicos e Material especial	1.031
Departamento de Processos Técnicos - Monografias	14.481
TOTAL	15.512

O cadastro de editores é um indicador corrente que torna disponível, para diversos setores da Biblioteca Nacional - informações relativas ao parque editorial gráfico do país.

A base armazena atualmente 3.128 editores fornecendo: endereço, linha editorial, número de cadastro na Agência Brasileira do ISBN e a forma padronizada do nome da editora segundo normalização do processamento técnico.

Durante o ano de 1994, foram cadastrados 1.851 editores.

Uma importante etapa na divulgação do cadastro foi a publicação da 1ª edição do *Catálogo dos Editores Brasileiros*, com 3.128 registros. A importância dessa publicação pode ser sentida pela intensa procura por parte de editores e bibliotecários de diversas instituições, interessadas em sua aquisição.

Processamento Automatizado:

BIBLIODATA/CALCO	
Cadastramento na Base de Dados	Títulos
Títulos Novos	*0.293
Cooperação	*.878
TOTAL	12.471

Participação da FBN na rede bibliodata/calco (posição em 07/11/1994)	Títulos
Total da Rede	760.140
Total/Biblioteca Nacional (equivalendo a 23% do total da rede)	181.729

DIGITAÇÃO	Registros Novos	Alterações
Base bibliocata/calco	12.972	10.296
Base controle de terminologia	19.575	4.920
TOTAL	32.648	15.216

Catalogação Cooperativa Posição da FBN na rede (posição em 07/11/1994)	Títulos utilizados de cada biblioteca
Biblioteca Nacional	126.975
Biblioteca da FGV	55.452
Biblioteca da PUC/RJ	32.807
Biblioteca da ESG	23.379
Biblioteca da UFMG	21.518

ISBN

A Agência Brasileira do ISBN recebeu um terminal de computador para informatizar os seus serviços.

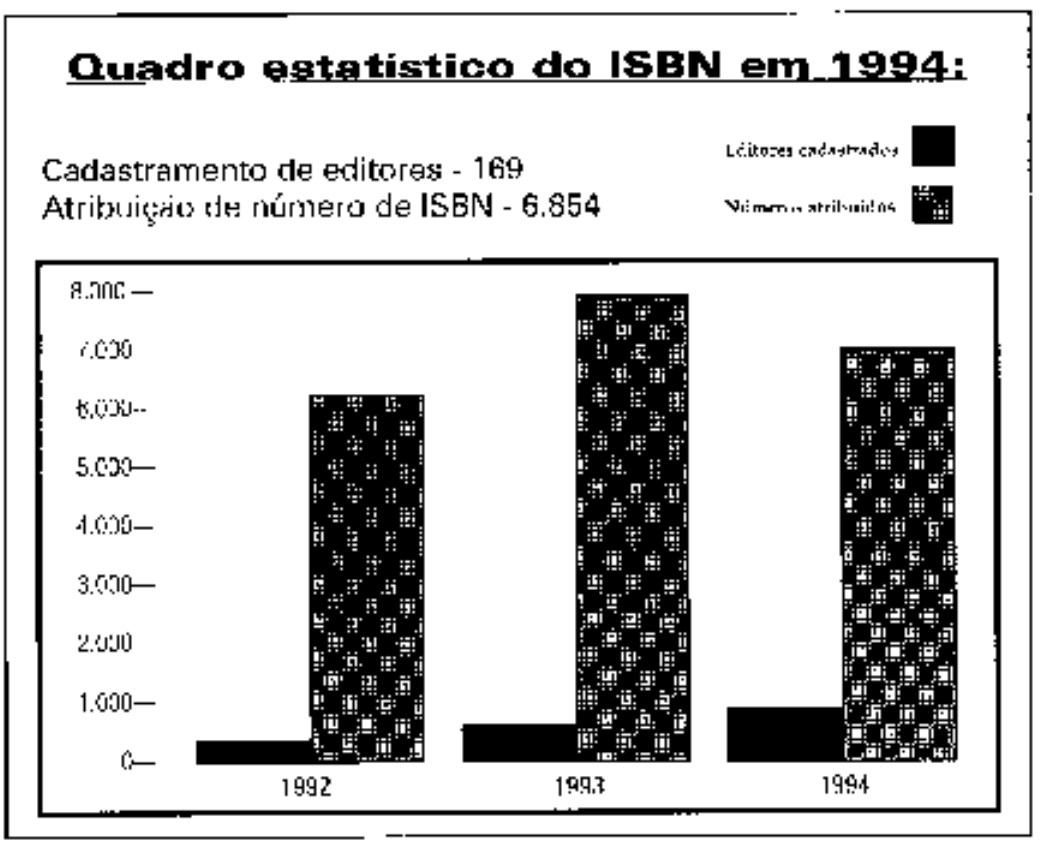
A equipe atual do ISBN conta com dois técnicos da área de Documentação, uma estagiária e um digitador.

Com a aquisição do terminal a Agência tem dado os seus primeiros passos na utilização do Sistema Microisis, desenvolvido dentro dos padrões ditados pelo CERLALC. Como realização, foi concluída a digitação do *Catálogo das Editoras Cadastradas no Sistema ISBN*, de acordo com informações fornecidas pelas próprias editoras. Foi, como de praxe, enviado cópia do mesmo para a Agência Internacional do ISBN e para o CERLALC. Um terço dos formulários de solicitação do nº do ISBN já está digitado. Nesse conjunto estão incluídos as solicitações feitas em 1978.

Outra grande vitória da Agência foi a publicação "Tabela de Assunto do ISBN". Tem aumentado muito a procura de cadastramento das editoras no ISBN, pela necessidade de atribuição do código de barras.

Foi organizado e impresso o novo formulário para cadastramento de editoras, facilitando o controle e a clareza nas informações.

A Agência mantém o controle estatístico mensal de atividades, com vistas à futura publicação de um boletim trimestral.



Direito Autoral

Objetivo:

Assistir os direitos do autor e oferecer proteção à produção cultural.

Foram desenvolvidas as seguintes atividades no Escritório de Direitos Autorais:

- Vertente técnico-jurídica

Pareceres:	
Obras em dependência	- 1.250
Obras indeferidas	- 101
Obras em estudo	- 307
Atendimento ao público:	
Pessoalmente	- 16.865
Atendimento ao público via postal	- 13.445

- Vertente cartorária:

Pedido de registro	- 8.598
Obras intelectuais registradas:	
Obras inéditas	- 6.066
Obras publicadas	- 1.800
Averbações à margem do registro	- 900
Traslados remetidos aos autores	- 8.560
Certidões de 2ª via	- 857

Manutenção do catálogo:

Por autor	- 12.831
Por título	- 8.566
Topográfico	- 8.566
Cessionários (cessão de direitos de autor)	- 500
Domínio público	- 120

O Escritório de Representação da FBN, em São Paulo, estabeleceu grupos de estudos e seminários para a difusão e orientação do *registro de direito autoral*. Foram efetuados, em 1994, pela Representação, 2.321 registros.

O quadro em anexo demonstra o resultado favorável das atividades do Escritório em São Paulo:

Serviços prestados em São Paulo:	1992	1993	1994
Nº de registro de obras intelectuais	687	1.708	2.324
Recebimento de obras por depósito legal	211	509	620
ISBN			
Cadastramento de editor	-	19	27
Solicitação de número	-	114	2.3
PRONAC			
Atendimentos	-	48	97
Projetos protocolados	-	15	19

Estabelecimento de Normas e Padrões Bibliográficos

Para cumprir o papel de órgão normalizador em âmbito nacional, a Biblioteca Nacional, atendendo a uma de suas funções básicas como Agência Bibliográfica Nacional, designou servidores para integrar reuniões técnicas, a saber:

– Grupo de trabalho da Rede BIBLIODATA para revisão e atualização do "Manual Calco para entrada de Dados no Sistema BIBLIODATA" – reuniões semanais, na FGV.
– Comissão Técnica de Cabeçalhos de Assunto do Sistema BIBLIODATA – reuniões semanais, na FGV.
– Comissão Técnica de Catalogação do Sistema BIBLIODATA – reuniões semanais, na FGV.
Comissão de Estudo de Documentação do CB14/ABNT – reuniões quinzenais, na ABNT.

Cumpre ressaltar a importância da presença da Biblioteca Nacional em todas essas reuniões técnicas, pois é um consenso na comunidade de documentação o poder decisório da Biblioteca Nacional em relação a padrões bibliográficos.

Fundamental também foi a atuação externa da Biblioteca Nacional nessa área, destacando-se a contribuição da FBN, no Comitê de Política Editorial de Classificação Decimal, através dos setores de Classificação e Controle de Terminologia que enviaram propostas de alteração para a área de Periódicos da História do Brasil. Estas propostas foram aceitas e serão publicadas na edição do DDD Eletrônico (ed. 1994, em CD-ROM) e na 21ª edição da Dewey Decimal Classification.

Os setores de Classificação e Classificação Especial também enviaram propostas de alterações e correções à Comissão da Library of Congress encarregada da publicação da Library of Congress Subject Headings, referentes à inclusão de cabeçalhos de assunto na área de História do Brasil.

Projetos

Banco de teses

Integrar ao acervo da Biblioteca Nacional a produção acadêmica de todas as instituições de nível superior do país, colocando à disposição do público pesquisador as informações resultantes do seu processamento técnico.

O Banco de Teses da Biblioteca Nacional é o único banco de dados da produção técnico-científica do País intercambiável com qualquer instituição nacional ou internacional. Destaque deve ser dado a dois importantes subprodutos do projeto, já disponíveis aos usuários:

1 - Catálogo de Autoridades de Instituições de Pós-Graduação – fornece as estruturas hierárquicas das instituições brasileiras que oferecem cursos de mestrado e/ou doutorado. Versão preliminar disponível em meio magnético (disquetes).

2 - Processamento de Teses: Manual de Preenchimento da Planilha – Manual Calco para processamento de teses desenvolvido a partir do Manual Calco de Monografias. Versão preliminar disponível em forma impressa.

Esse projeto foi financiado pelo CNPq através da concessão de 15 bolsistas.

Identificação do acervo de material estrangeiro:

– Identificar e tornar disponíveis aos pesquisadores as monografias que faziam parte do acervo retrospectivo de material estrangeiro localizado no prédio-anexo da Biblioteca Nacional.
O desenvolvimento desse projeto viabilizou o uso do prédio-anexo da Biblioteca Nacional como espaço definitivo para localização e guarda de acervos bem como permitiu a disponibilização de informações contidas em um acervo importante, devido às suas características de material estrangeiro de difícil acesso ao pesquisador brasileiro.

Material estrangeiro identificado: 5.082 títulos.

Automação do Catálogo Kardex de Periódicos:

Criação de uma base de dados com informações referentes ao controle do recebimento e incorporação dos periódicos nacionais e estrangeiros.

Desenvolveu-se uma base de dados em Microisis, na qual foram previstos todos os campos já constantes nas fichas do Kardex, acrescida de campos mais específicos, que permitirão uma recuperação mais eficiente das informações.

O recebimento diário de periódicos na Biblioteca Nacional alcança uma média de 250 fascículos. O controle das rotinas é feito manualmente através do sistema Kardex. A automação do sistema Kardex irá contemplar uma das atividades mais importantes no sistema de periódicos da Biblioteca Nacional além de tornar essas informações disponíveis para as demais unidades da Biblioteca Nacional, permitindo a disseminação externa dessas informações através da Bibliografia Brasileira.

Base de dados de controle de terminologia

Promover a atualização da base de dados de controle de terminologia, objetivando dar suporte às atividades de indexação e recuperação da informação em todas as unidades organizacionais da Biblioteca Nacional.

A base de dados de Controle de Terminologia foi desenvolvida em Microisis e possui 4.685 registros referentes a termos de indexação (cabeçalhos de assunto) e 14.990 registros referentes a remissivas e referências. Cabe ressaltar que um dos principais produtos dessa Base é a emissão automatizada das fichas de autoridade de assunto (catálogo de autoridade da Biblioteca Nacional) e suas respectivas fichas remissivas e de referências que, anteriormente, eram datilografadas (19.805 fichas).

Base de dados de microfilmes da Biblioteca Nacional

O projeto prevê a transcrição detalhada dos registros com a localização dos microfilmes e dos documentos originais, assim como a indicação sobre a disponibilidade de cópia em positivo.
No momento, estão relacionados mais de 600 títulos, de um universo estimado em mais de 30.300 rolos de microfilmes matrizes.

Catálogo de periódicos brasileiros microfilmados

O projeto tem por objetivo atualizar, organizar e publicar, sob forma de catálogo, as informações sobre o acervo de periódicos brasileiros microfilmados pela Biblioteca Nacional.
Como consequência, está em andamento a implantação da base de dados, desenvolvida em Microisis, que relaciona os 7.400 títulos de periódicos brasileiros dos séculos XIX e XX, extintos e correntes, microfilmados pela Biblioteca Nacional. A base de dados inclui os Relatórios Ministeriais do Império e os Relatórios Presidenciais da Primeira República, num total de 54 registros. A base de dados poderá ser consultada *on line*.

Banco de dados de publicações seriadas

Conversão de 60.000 registros de títulos de periódicos e 250.000 registros de coleção, adotando novo sistema de entrada de dados que permitirá a catalogação/*on line*, visando o pronto acesso pelo pesquisador.

O Setor de Projetos Culturais realizou as seguintes pesquisas:

– Pesquisa sobre o Golpe de 1964, apresentando uma cronologia referente ao período entre a renúncia do presidente Jânio Quadros (25/08/61) e a edição do Ato Institucional nº 5 (12/12/1968) e um levantamento de biografias de personalidades envolvidas no Golpe, em reunião realizada na PUC/RJ e na UNICAMP. Todo esse levantamento resultou em uma exposição na PUC/RJ e na participação no seminário "1964, Trinta Anos Depois".

– Pesquisa e implantação da base de dados sobre carnaval, em Microisis.

Projeto Preservação da Memória do Partido Comunista Brasileiro – projeto contando com bolsistas do CNPq e estagiários com o objetivo de efetuar um levantamento de fontes para o estudo do PCB, nas várias áreas do acervo da FBN.

Promoção do Livro, da Leitura e das Bibliotecas

Objetivo:

Incentivar o desenvolvimento de bibliotecas públicas, nacionalmente estruturadas como centros referenciais de cultura e de informação; promover a divulgação da literatura brasileira e da produção editorial nacional no Brasil e no Exterior, estimulando a criação literária nacional, incentivar a leitura, induzindo a uma maior participação dos indivíduos no processo de desenvolvimento econômico e social.

Publicações:

"Anais da Biblioteca Nacional", vols. 111,112,113;
"Tabela de Assuntos - ISBN";
Revista "Brazilian Book Magazine", nºs 3, 4, 5, 6, 7 e 8;
Revista "Poesia Sempre", nºs 2, 3 e 4;
"Agenda Permanente da Literatura Brasileira", 2ª edição corrigida e aumentada;
"Joaquim Manuel de Macedo ou os Dois Macedos; A Luneta Mágica do II Reinado", estudo crítico da obra por Tânia Serra;
"Catálogo de Editores Brasileiros", "Catálogo de Periódicos Microfilmados";
"Guia das Bibliotecas Públicas do Brasil", "Biblioteca Pública: sua organização, administração e serviços";
"Brazilian Novel Catalog ;
"Social Sciences Catalog";
"Brazilian Authors Translated Abroad",
"Ouvrages Brésiliens Traduits en France", co-edição com a Universidade Federal Fluminense;
"Cadernos de Leitura";
"Páginas de Leitura";
"Ler e Pensar";

Coleção Raul Pompéia (literatura brasileira):
"O Momento Literário", de João do Rio;
"O Morto", de Coelho Neto;
"A Intrusa", de Julia Lopes de Almeida;

Coleção Celso Cunha (estudos críticos de documentos lingüísticos):
"Um Tratado da Cozinha Portuguesa do Século XV", com transcrição diplomática e vocabulário por Antônio Gomes Filho;
"O Livro de Isaac de Nenive" - séc. XV fac-símile, com transcrição diplomática, introdução e notas técnicas por Ronaldo Menegaz;
"Vocabulário da Miscelânea de Garcia de Resende" - séc. XVI - fac-símile, introdução e vocabulário por Ronaldo Menegaz.

Demonstrativo da produção da bibliografia brasileira, em 1994

Vol.	Nº	Ano	Realizado no período Jan/Dez 1994
11	2	1993	Abril/94 (Publicada)
	3	1993	Agosto/94 (Publicada)
	4	1993	Dezembro/94 (Publicada)
	1	1994	Dezembro/94 (Publicada)
	2	1994	Dezembro/94 (Publicada)
	3	1994	Dezembro/94 (Em fase de processamento técnico)

O Clipping "Notícias de Literatura Brasileira" é elaborado com base em notícias, reportagens e entrevistas retiradas dos principais jornais de vários estados do Brasil: Rio de Janeiro (Jornal do Brasil, O Globo, Jornal do Commercio, O Fluminense, Folha Carioca, Rio Arte, Leviatã) - São Paulo (Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, revistas: Veja e Isto É) - Minas Gerais (O Estado de Minas) - Paraná (Nicolau) - Sergipe (Palavra, Arte e Palavra) - Pará (O Liberal) - Brasília (Jornal de Brasília) etc.

O Clipping é enviado a cerca de 275 endereços fora do Brasil, entre agentes literários, departamentos de literatura brasileira em universidades européias e americanas, centros de Estudos Brasileiros, livreiros, editoras, tradutores etc.

Montagem de Livraria Expositiva, para a distribuição e venda de publicações da FBN, na Representação de São Paulo.

Cursos e Seminários:

Foram realizados os seguintes cursos, oferecidos aos servidores e ao público externo:

Oficina de Literatura

Despertar no leitor o prazer de ler através de exercícios e técnicas diversificadas, e preparar educadores, capacitando-os para o trabalho de leitura.

Professora, Suzana Vargas;

Período: abril/maio

Oficina de Leitura

Para jovens entre 14 e 18 anos: despertar nos estudantes o prazer da leitura, destacando as particularidades dos recursos expressivos e a função terapêutica da leitura e criação.

Período: abril/maio

Neruda: O Poeta e seus Amigos

Além de difundir a obra de um dos maiores poetas latino americanos, despertar o

gosto pela língua espanhola. Programa:

- Neruda: o nascimento do poema (Bella Josef);
- Neruda e Gabriela Mistral (Júlio Dalloz)
- Neruda o americanismo revisado (Cláudia Luna)
- Neruda e Lorca - um diálogo (Ester de Oliveira)
- Vinicius de Moraes em diálogo com Pablo Neruda (Dalma B. do Nascimento.)

Período: 11 a 15 de abril.

De Juscelino a Castelo Branco: Anos de Crença, Anos de Crise

Examinar a sociedade brasileira do ângulo das questões políticas mais significativas de seu passado recente, de forma a construir uma reflexão acerca de suas condições atuais.
Professora: Maria Aparecida Resende Mota.
Período: 25 a 28 de abril.

Metodologia da pesquisa

Capacitar o aluno a distinguir os vários níveis de procedimento científico e a conhecer alguns métodos e técnicas de pesquisa mais usuais na área das ciências humanas e sociais.
Professor: Marcus Alexandre Motta.
Período:3, 5, 10, 12 e 17 de maio.

O processo editorial e a análise de texto

Fornecer um método de análise de originais, segundo as necessidades de uma editora.
Professora: Isis Valéria Gomes.
Período: 6 a 9 de junho.

Informação: Produto em transformação

Transmitir noções básicas da prática, processamento e recuperação da informação, em centros de documentação.
Professora: Lícia Carvalho Medeiros.
Período: 13 a 17 de junho

Oficina do conto

Desenvolver o fluxo da escrita e ampliar o campo de possibilidades da narrativa.
Professora: Elizabeth Pereira de Carvalho.
Período: agosto a outubro

Oficina de literatura

Segundo módulo do mesmo curso oferecido no primeiro semestre (abril/maio).
Professora: Suzana Vargas.
Período: agosto a outubro

Oficina de escrita

Visa desenvolver a escrita ajudando o aluno a expressar com clareza suas idéias e emoções, levando-o através de exercícios lúdicos a (re) descobrir o prazer de escrever. Objetiva também o estímulo à leitura e o despertar do potencial criativo.
Professora: Sílvia Carvão.
Período: agosto a outubro.

O Universo de Julio Cortázar
Analisar, à luz das teorias recentes, a contribuição do escritor argentino para a reformulação do processo de criação. Programa:
- Cortázar e a Metafísica do Tango (Bella Josef);
- Cortázar e a Modernidade (Alexandre Jairo Marinho Morais);
- O Jogo da Amarelinha: narrador e *alter ego* (Júlio Aldinger Dalloz);
- Renovação Estética e Busca da Identidade em "O Jogo da Amarelinha" (Cláudia Luna);
- A Representação do Homem Novo (Sílvia Inês Cárcano).

Coleções especiais: obras raras
Proporcionar aos estudiosos e responsáveis pela guarda de acervos preciosos subsídios práticos para a identificação, processamento técnico e resgate desses acervos.
Professores: Equipe da Divisão de Obras Raras/FBN. Equipe do Núcleo de Proteção Documental/FBN.
Período: 12, 16, 19, 23 e 26 de setembro.

Projeto de pesquisa e elaboração em Ciências Humanas
Permitir ao aluno condições de elaboração de um projeto de pesquisa. Definir a importância do projeto para futuros trabalhos científicos. Caracterizar os passos de um projeto de pesquisa. Definir *corpus* documental e interpretação.
Professor: Marcus Alexandre Motta.
Período: 12, 16, 19, 23 e 26 de setembro.

Uso de catálogo de livros raros: automação de redes de informação
Estudo do uso de catálogos e sua aplicação em catálogos de obras raras, com vistas a automação. Os livros raros na era da automação - novas tendências e tecnologias.
Professora: Valéria Gauz.
Período: 26 a 30 de setembro.

Literatura e a cidade
Investigar as relações entre literatura e experiência urbana, enfocando a representação e a dramatização de algumas cidades modernas. Paris, Nova York, Rio de Janeiro, Lisboa, Buenos Aires: como essas cidades geram e são geradas pelos textos. A cidade sob uma ótica interdisciplinar vista como *locus* da modernidade e da pós-modernidade, apreendendo a escrita de cidade e a cidade como escrita.

Coleções especiais: Música
Visa oferecer subsídios para a organização e processamento técnico de acervos musicais
Professores: Equipe da Divisão de Música/FBN (Oren Perlin, Mauro Perelmann e Kátia Maria Diniz Araújo).
Período: 24 a 27 de outubro.

Conservação e restauração de material bibliográfico
Dar subsídios técnicos, restauração de acervos bibliográficos e documentais.
Professores: Equipe da Divisão de Conservação e Restauração/FBN.
Período: 07 a 11 de novembro.

Técnicas de microreprodução
Dar subsídios sobre técnicas de microreprodução aplicadas à preservação de acervos bibliográfico-documentais.
Professores: Equipe da Divisão de Microreprodução/FBN.
Período: 21 a 25 de novembro.

Reflexões sobre direito autoral (Seminário)
Dois dias de estudos e reflexões sobre um tema que é sempre atual (5 e 6 de dezembro).
Local: Auditório da Faculdade Cândido Mendes.

Feiras de Livros

Feira do Livro de Brasília
Representando a Fundação Biblioteca Nacional, em Brasília, a Biblioteca Demonstrativa foi responsável pela montagem e coordenação do *stand* da Fundação durante a XIII Feira do Livro de Brasília, que aconteceu no período de 29 de outubro a 6 de novembro.

III Bienal Internacional do Livro

Montagem do *stand* em cooperação com a IBM – pela representação FBN/SP, de 17 a 28 de agosto.
A presença da Biblioteca Nacional em feiras internacionais tem-se mostrado um importante elemento de divulgação do autor e do livro brasileiro no exterior.

30ª Feira Del Libro Per Ragazzi - Bologna
A Biblioteca Nacional comprou estantes, doou o espaço para a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ) e para as editoras brasileiras que manifestaram o desejo de participar daquela feira. A Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil conseguiu a doação de mais um *stand*, o que significa que o Brasil teve um amplo e nobre espaço para divulgar suas editoras e sua produção na área de literatura infantil e juvenil.
Período: 7 a 10 de abril.

Feira de Assunção - Paraguai
Atendendo à solicitação do Sr. José de Souza Rodrigues, diretor do Centro de Estudos Brasileiros, no Paraguai, a Biblioteca Nacional enviou à Feira Internacional de Livros de Assunção um *kit* contendo 65 livros de autores brasileiros, para comporem o espaço que o CEB conseguiu naquela Feira. Através de articulações com a VARIG, a FBN obteve gratuidade para o transporte aéreo até Assunção e, ao final da feira, o CEB providenciou o retorno de parte do material (uma coleção composta de 22 clássicos da literatura brasileira foi doada ao CEB).
Período: 10 a 14 de agosto.

46ª Feira do Livro de Frankfurt
A Biblioteca Nacional teve uma participação muito ativa nesta feira, quando o Brasil foi o país tema do evento. A divulgação da cultura brasileira foi realizada através de exposições, lançamento de catálogos, concessão de bolsas de tradução de autores

brasileiros, palestras e outras ações que motivaram o sucesso da participação brasileira na Feira de Frankfurt.

Bolsas e Prêmios

Concessão de bolsas para tradução de livros de autores brasileiros no exterior: programa para estimular a divulgação da literatura brasileira no exterior. Em 1996, 28 livros foram selecionados por uma comissão, para tradução:

Alemão:
Caco Barcellos, *Rota 66*
Edgard Telles Ribeiro, *O criado mudo*
João Guimarães Rosa, *Tutaméia*
Luiz Vilela, *Um ró na garganta*
Maria Amélia de Almeida Teles, *Breve história do feminismo no Brasil*
Rubem Fonseca, *Agosto*

- *Búlgaro:*
Varios, *Selected Brazilian Poetry*

- *Dinamarquês:*
Clarice Lispector, *A maçã no escuro*
João Guimarães Rosa, *Grande sertão: veredas*

- *Espanhol:*
Ana Maria Machado, *O canto da praça*
Rachel de Queiroz, *O quinze*

- *Francês:*
Graciliano Ramos, *Insônia*
Mário de Andrade, *Amar, verbo intransitivo*
Mário de Andrade, *Contos novos*
Moacyr Scliar, *Sonhos tropicais*

Holandês:
Caio Fernando Abreu, *Onde andará Dulce Veiga*

- *Inglês:*
Clarice Lispector, *A cidade sitiada*

- *Italiano:*
Antônio Callado, *Sempreviva*
Mário de Andrade, *O turista aprendiz*
Varios, *Mostra do gelo*

- *Romeno:*
Antônio Olinto, *Tempo de palhaço*

- Tcheco:
  Clarice Lispector, *Stories by Clarice Lispector*
  Murilo Rubião, *A ronina do rosa azul*

Convênio nº 002/94, assinado entre a FBN e o Ministério da Cultura - Fundo Nacional da Cultura, para o desenvolvimento de ações constantes da Programação FBN/FNC-94.

Nesse sentido, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

Programa de concessão de prêmios literários
Entre os programas de incentivo ao autor e a literatura do Brasil e Portugal, está a concessão de prêmios literários.
Em 1994, a Biblioteca Nacional concedeu prêmios às diversas categorias ligadas ao livro e à literatura brasileira, tais como: poesia, ensaio, tradução e romance.

Foram premiados os seguintes autores:

Gênero romance: José J. Veiga

Gênero poesia: Mauricy Félix

Gênero ensaio: Wilson Martins

Gênero tradução: Estela dos Santos Abreu

Programa de concessão de bolsas literárias. Bolsas para escritores brasileiros
O Programa de Bolsas para escritores brasileiros foi instituído através da Portaria nº 224/94, de 26/8/94, e visa apoiar financeiramente os escritores brasileiros contemporâneos com obras já iniciadas e por terminar.
No ano de 1994, os premiados com as Bolsas para Escritores Brasileiros foram os seguintes:
Gênero poesia: *Língua de mulher*, de Carmem Moreno e *Oração para os que têm fome*, de Paulo Pinto

Gênero conto: *Camuflagem*, de Luciano Trigo, e *Vadiagem*, de Jason Tércio

Gênero romance: *A última quimera*, de Ana Miranda
e *Um largo, seus membros*, de Adolfo Bezerra Júnior.

Bolsas de tradução de autores brasileiros
O Programa de Bolsas de Tradução visa apoiar e incentivar os tradutores e editores estrangeiros na tradução de escritores da literatura brasileira.
Foram concedidas, em 1994, 9 Bolsas de Tradução para editoras estrangeiras.

IV Concurso literário da Biblioteca Euclides da Cunha
Com o objetivo de incentivar a classe estudantil do 1º e 2º graus ao hábito da leitura e à valorização da criação literária, foi promovido pela Biblioteca Euclides da Cunha o

IV Concurso literário - Tema: "Cidadania Brasileira: Temos Direito a Ela?"

Vencedores:
1º lugar do 1º Grau - Colégio Marista São José/RJ
1º lugar do 2º Grau - Centro Educacional nº 2 - Paranoá/DF

X Concurso Literário Infanto Juvenil da Biblioteca Demonstrativa - Categoria Poesia

Tendo por tema "O Esporte Brasileiro" o X Concurso Literário Infanto-Juvenil da Biblioteca Demonstrativa foi encerrado no dia 2 de dezembro com a solenidade de entrega de prêmios às crianças vencedoras e contou com a presença de 7 atletas locais, campeões nacionais e internacionais.

Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas

Realização do Projeto "O Escritor na Cidade" propiciando a visita de escritores aos municípios brasileiros num total de 78 apresentações em 17 Municípios com a participação de 40 escritores.

Promoção do IV Encontro Nacional de Coordenadores de Sistema de Bibliotecas Públicas, realizado no Rio de Janeiro, de 31/08 a 02/09.

O Programa de Desenvolvimento do acervo das Bibliotecas do Sistema ofereceu às Bibliotecas Públicas 113.248 livros.

Promoção da Leitura

O ano de 1994 foi de consolidação de idéias e de muito trabalho em torno do Programa Nacional de Incentivo à Leitura - Proler.

Acre, Paraíba, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul já estão incorporados de maneira definitiva à rede Proler.

Rondônia, Pará, Tocantins, Sergipe, Paraná estão concluindo os pontos iniciais necessários para sua incorporação ao Programa.

Amapá, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina articulam sua participação no Programa.

São cerca de 260 municípios e localidades, onde o Proler já está implementado.

Trabalhando com um público variado, calculado em torno de 9.000 pessoas, formado por professores de 1º, 2º e 3º graus, estudantes, músicos e artistas plásticos, bibliotecários, auxiliares de bibliotecas, animadores culturais, agentes de saúde e agentes comunitários, o Proler tem como base de seu trabalho o envolvimento e comprometimento, nas suas ações, de prefeituras municipais, secretarias de cultura, secretarias de educação, fundações culturais, universidades e faculdades, SESI, SESC e outras entidades da sociedade civil, além de empresas públicas e privadas.

Estas premissas — articulação e parcerias — levaram a um movimento em direção à América Latina, onde duas ações se destacam: reunião com países do MERCOSUL, em junho/julho, e reunião com países do Pacto Amazônico, em setembro.

Todo o conjunto de ações do ano foi realizado com recursos da FBN, do FNDE, da FINOR e do FINAM, repassados através de projetos específicos, planejados na Casa da Leitura, laboratório onde são geradas as idéias que dão vida ao Proler.

A Casa da Leitura, situada em Laranjeiras, no Rio de Janeiro, RJ, tem suas atividades organizadas em três grandes áreas:

- Centro de Atividades de Práticas Leitoras, que promove as atividades da Casa. Recebe autores, faz debates, exercita a leitura etc. Realizou mais de 250 atividades, recebeu mais de 5.00 pessoas;
- O Centro de Formação de Recursos Humanos viabilizou as atividades nos Estados. Foram 15 seminários e mais de 30 reuniões de articulação;
- O Centro de Referência e Documentação iniciou o processo de estruturação da Casa da Leitura como centro de referência em práticas leitoras. Reuniu documentação, trabalhou-a tecnicamente, estabeleceu a base da memória do Proler. O acervo conta com cerca de 15 mil itens, em suportes diversos.

Na sua concepção de ampliar espaços e estabelecer novas parcerias, o Proler vem mantendo contatos com áreas de meio ambiente, saúde, militares, empresas e outras associações da sociedade civil.

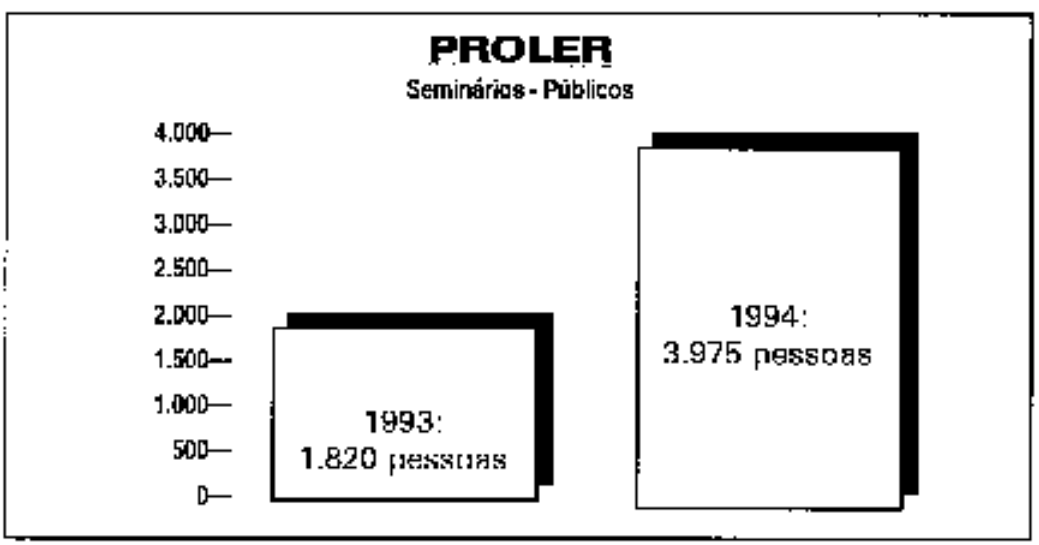
Suas representações distinguem o reconhecimento do Proler como agente da política brasileira de educação: o Programa Nacional de Biblioteca do Professor e o Plano Decenal de Educação para Todos.

O projeto de capacitação de promotores de leitura está sendo desenvolvido em todo o país e, em 1994, o Proler organizou 15 seminários, contando com um público de 3.975 especialistas, de 107 cidades brasileiras.

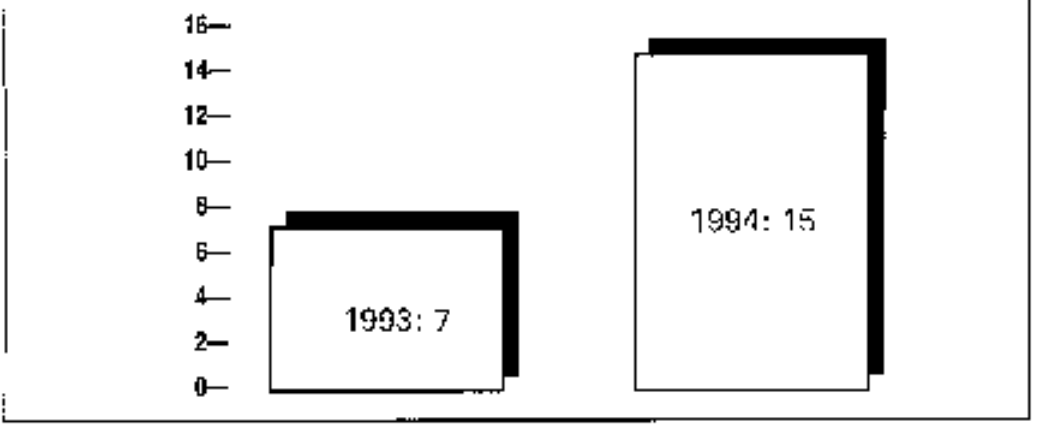
Outro projeto desenvolvido com o objetivo de incentivar a leitura entre crianças e jovens do primeiro grau da rede municipal de ensino, implantado em 1992, com o patrocínio da Petrobras, o projeto Leia Brasil constituiu a Biblioteca Volante, contando, em 1994, com um acervo 45 mil volumes correspondentes a 624 títulos de autores nacionais. Montada no baú de três caminhões urbanos, a Biblioteca Volante atendeu a 66 escolas de 7 municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Além de livros, estão disponíveis outras manifestações culturais, tanto sob a forma de exibição de filmes, como através de animadores culturais. Foram beneficiados com o projeto Leia Brasil 8.925 estudantes.

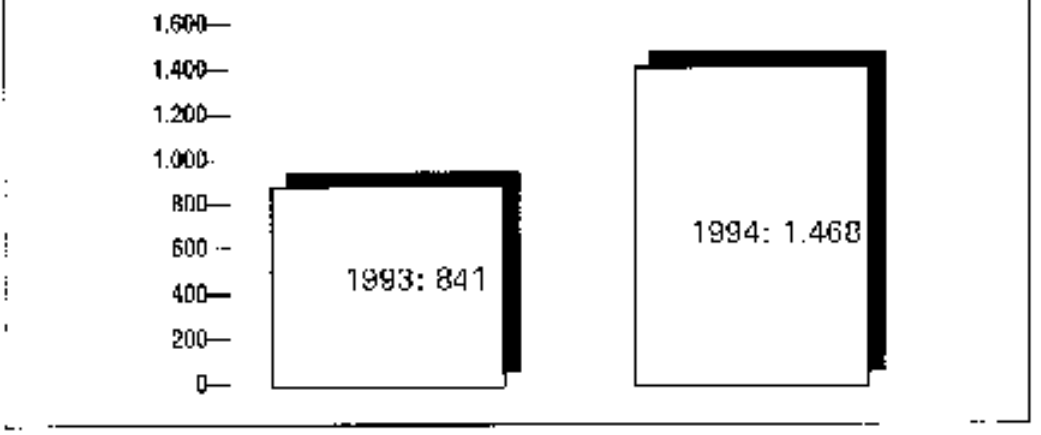
Importante papel exerceu o Escritório de Representação de São Paulo, como intermediário e divulgador do Proler, naquele estado.



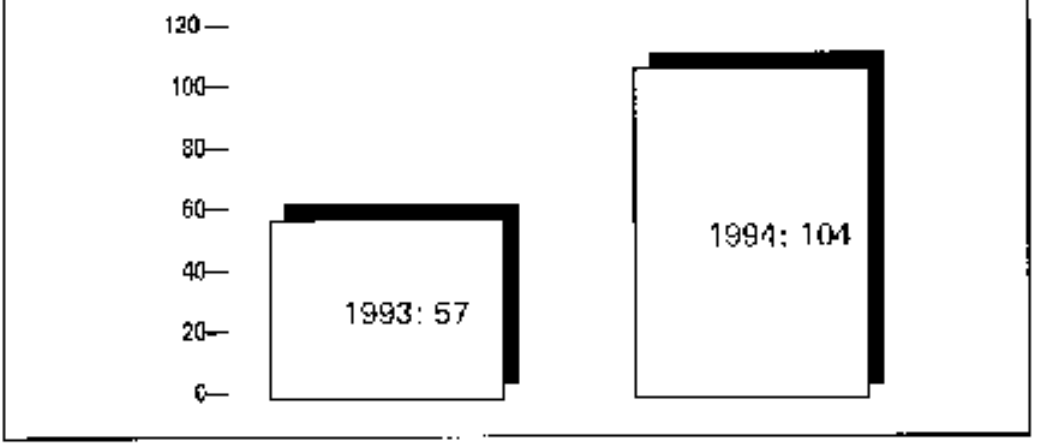
Seminários - Módulos



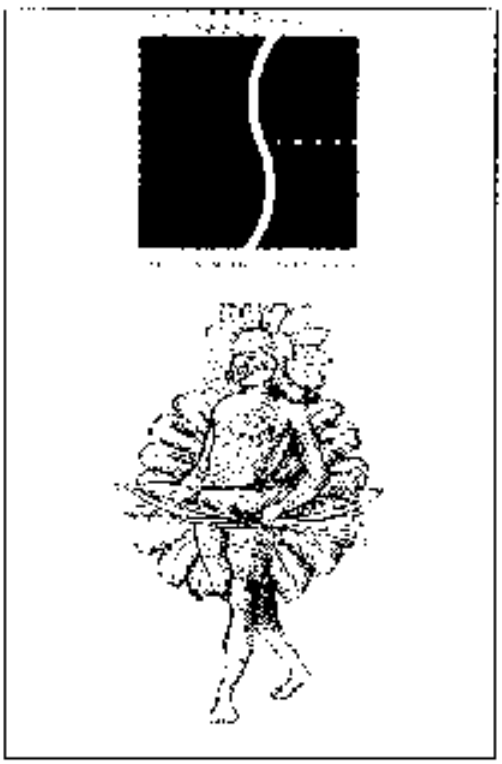
Leia Brasil - Público



Leia Brasil - Atividade



Poesia Semper, nº3 dedicada à poesia norte-americana.



Poesia Semper, nº4, dedicada à poesia alemã.

Programa Nacional de Apoio à Cultura — PRONAC

O Programa Nacional de Apoio à Cultura — PRONAC — é o órgão criado pelo Poder Executivo para captar e canalizar recursos para projetos culturais quer através de incentivos fiscais quer através do Fundo Nacional de Cultura.

A Fundação Biblioteca Nacional é uma das entidades supervisionadas à qual foi delegada a competência de funcionar como instância técnica de apreciação de projetos, no segmento cultural relativo a bibliotecas, arquivos e demais acervos, além daqueles relacionados ao livro.

Paralelamente, a Biblioteca Nacional assessora e orienta os proponentes de projetos culturais quanto aos procedimentos exigidos pelo PRONAC.

Participa, também, como membro nato dos conselhos onde são deliberados os projetos — o Comitê Assessor do Fundo Nacional da Cultura — FNC — e a Comissão Nacional de Incentivos à Cultura — CNIC.

O Escritório de Representação da FBN em São Paulo promove intenso serviço de orientação dos interessados nos benefícios do PRONAC.

Em anexo, os demonstrativos da atuação do PRONAC na Biblioteca Nacional.

Projetos PRONAC

Projetos FNC

Situação

Em análise	- 14
Em julgamento pelo Comitê Assessor	- 65
Aprovados	- 8
Arquivados	- 9
Arquivamento temporário	- 3

Tipo de apoio:

Edição de livro/revista/jornal	- 26
Acervo/informalização/pesquisa/ Conservação	- 43
Implantação/construção/recuperação	- 21
Eventos	- 7

Tipo de instituição

Pública:

Federal	- 10
Estadual	- 27
Municipal	- 49

Privada:

Com fins lucrativos	- 1
Sem fins lucrativos	- 10

Região:		
	Norte	- 5
	Nordeste	- 19
	Centro-Oeste	- 10
	Sudeste	- 28
	Sul	- 35
	Total:	97

Projetos Mecenato

Situação:		
	Em análise	- 1
	Aprovados	- 56
	Não aprovados	- 17
	Arquivados	- 2
Tipo de Apoio:		
	Edição de livro/revistas/jornal	- 72
	Eventos	- 3
	Pesquisa	- 1

Tipo de Instituição

Instituição privada:		
	Com fins lucrativos	- 30
	Sem fins lucrativos	- 8
	Pessoa física	- 38
Região:		
	Norte	- 2
	Nordeste	- 5
	Centro-Oeste	- 7
	Sudeste	- 53
	Sul	- 9
	Total:	76
	Total de projetos FNC e Mecenato:	**173**

Representação Externa da Presidência da FBN

19 a 24 de abril:	Participação, como jurado, do "Prêmio Pégaso" de Literatura (Bogotá/Colômbia).
23 a 27 de maio:	Preparação para a Feira de Frankfurt, que teve por tema "O Brasil" (Frankfurt/Alemanha).
20 a 22 de junho:	Primeiro Seminário de Cooperação Técnica FBN/CRUB/IES (Manaus/Amazonas).
28 de junho:	Reunião de Políticos Nacionais de Leitura, para os países do Mercosul (Porto Alegre/Rio Grande do Sul).
6 de julho:	Palestra proferida no Reunião do Conselho Nacional de Política Cultural; "Política Editorial Brasileira" - problemas e perspectivas (Rio de Janeiro/RJ).
2 de agosto:	Conferência no Simpósio Nacional de Leitura; "Leitura, Saber e Cidadania", realizado no Centro Cultural Banco do Brasil (Rio de Janeiro/RJ).
12 de agosto:	Assinatura de convênio com a Universidade de Piracicaba, dentro do Programa de Cooperação Técnica com as universidades brasileiras (Piracicaba/São Paulo).
19 de setembro:	Reunião de Políticas Nacionais de Leitura para os países do Pacto Amazônico e do Grupo dos Três (Brasília/Distrito Federal).
26 de setembro:	Reinauguração da Biblioteca Pública do Paraná (Curitiba/Paraná).
4 a 13 de outubro:	Feira do Livro de Frankfurt — Presença da Biblioteca Nacional através de painéis, publicações, *stand*, palestras (Frankfurt/Alemanha).
10 de outubro:	Leitura de poemas na Casa de Bertnold Brecht (Berlim/Alemanha).
11 de outubro:	Leitura de poemas na Livraria Müller (Düsseldorf, Alemanha)
3 de novembro:	I Feira do Livro de Brasília e I Feira Internacional de Cultura (Brasília, DF). A organização desse evento contou com a colaboração da Biblioteca Demonstrativa de Brasília.
21 de novembro:	Encontro de Escritores Latino-Americanos. Na ocasião, houve lançamento do nº 4 da revista *Poesia Sempre* (Assunção, Paraguai).
23 de novembro:	Feira do Livro de Santiago (Santiago, Chile).
25 de novembro:	Leitura de poemas no lançamento da revista *Poesia Sempre*, nº 4 (Buenos Aires, Argentina).
30 de novembro:	Primeiro Seminário IBM de Literatura e Mercado Editorial — palestras sobre o tema "Bibliotecas e Centros de Pesquisa" Centro Cultural Cândido Mendes (Rio de Janeiro, RJ).

Lançamento da revista *Poesia Sempre* nº 3 (*)

29/3	- Recife (PE)
25 a 30/4	- São Francisco, Yale, New York (Estados Unidos)
8/10	- Frankfurt (Alemanha)

Lançamento da revista *Poesia Sempre* nº 4 (*)

3/11	- Brasília (DF)
21/11	- Assunção (Paraguai)
23/11	- Santiago (Chile)
25/11	- Buenos Aires (Argentina)

*viagens patrocinadas pelos promotores dos eventos.

Apresentação de partes inéditas da ópera O Guarani, pelo Coro do Teatro Municipal, sob a regência do maestro Silvio Barbato, 23 de setembro de 1994.

Representação Externa dos Diretores

Departamento de Referência e Difusão

CONDEX/RIO 94 - "Multimídia e a Memória Nacional ;
17º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação e 2º Congresso Latino-Americano de Biblioteconomia e Documentação— Belo Horizonte (MG);

Fórum Brasileiro de Fotografia. Centro Cultural Banco do Brasil (RJ);

II Jornada de Preservação e Conservação de Documentos. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (RJ);

Fórum Informática e Cultura. Museu da República (RJ);

VII Seminário da ABRACOR — Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais, Petrópolis (RJ);

10º Congresso da Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais, Petrópolis (RJ);

10º Congresso da Associação dos Arquivistas Brasileiros e 1º Fórum de Arquivos Municipais de Tradição Ibérica (São Paulo);

V Assembléia Geral da ABINIA — Associação de Bibliotecas Nacionais Ibero-Americanas (Santo Domingo, República Dominicana).

Departamento de Processos Técnicos

17º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação e 2º Congresso Latino Americano de Biblioteconomia e Documentação, Belo Horizonte (MG);

1º Seminário de Cooperação Técnica FBN/CRUB/IES. Manaus (AM);

2º Seminário de Cooperação Técnica FBN/CRUB/IES. Rio de Janeiro (RJ);

8º Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, Campinas (SP);

Reunião Anual de Avaliação da Rede BIBLIODATA, Campinas (SP);

60ª Conferência Geral da IFLA, Havana (Cuba);

Departamento Nacional do Livro

1º Seminário de Cooperação Técnica FBN/CRUB/IES. Manaus (AM);

Reunião com jornalistas alemães para divulgação dos trabalhos para a Feira Internacional do Livro/Frankfurt, na Câmara Brasileira do Livro, São Paulo (SP);

Projeto "O Escritor na Cidade", nas cidades paulistas de Ubatuba, São José dos Campos e Lorena;

46ª Feira Internacional do Livro, em Frankfurt (Alemanha);

40ª Feira do Livro de Porto Alegre (RS);

XVIII Feira do Livro de Brasília e I Feira Internacional de Cultura, Brasília (DF);

Seminário "Desenvolvimento para a Amazônia", no IPEA, Rio de Janeiro (RJ);

II Feira do Livro de Caracas (Venezuela).

Entrega da Medalha Biblioteca Nacional ao embaixador Sérgio Barcellos Telles, diretor do Departamento Cultural do Itamaraty, 26 de outubro de 1994.

Anexos

Movimento Estatístico da Biblioteca Demonstrativa

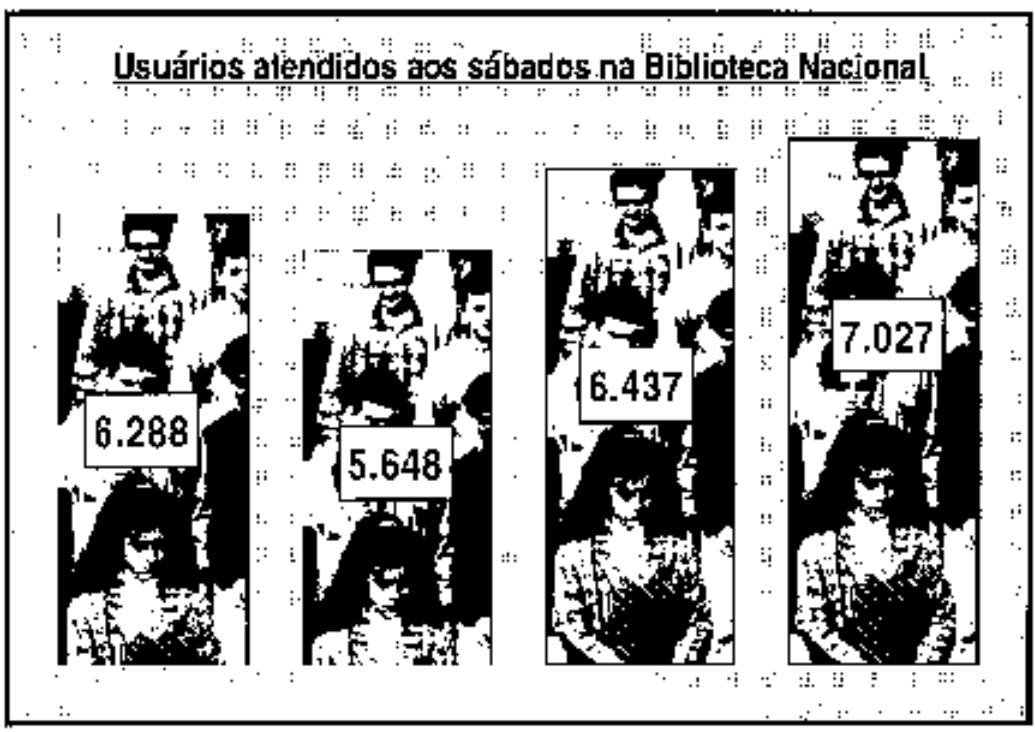
Freqüência de leitores durante o ano: 330.645			
Mês	Total	Dias úteis	Média Diária
Janeiro	16.224	21	773
Fevereiro	16.973	22	767
Março	34.385	27	1.344
Abril	35.715	23	1.553
Maio	36.798	26	1.415
Junho	31.424	25	1.256
Julho	19.550	26	751
Agosto	31.232	27	1.156
Setembro	29.872	25	1.194
Outubro	27.519	25	1.100
Novembro	31.649	24	1.327
Dezembro	19.554	20	977

Nível de escolaridade dos leitores da Biblioteca Demonstrativa		
Alfabetização	229	0,77%
1º Grau (1ª a 4ª série)	928	3,15%
1º Grau (5ª a 8ª série)	2.900	9,84%
2º Grau incompleto	6.367	21,60%
2º Grau completo	5.645	19,16%
Superior incompleto	8.081	27,42%
Superior completo	4.965	16,85%

Usuários	Total anual	Média mensal
Biblioteca Nacional	153.776	10.898
Biblioteca Euclides da Cunha	27.080	2.257
Biblioteca Demonstrativa	330.645	27.554
Total	**488.511**	**40.709**

Atendimento a distância Brasil/outros países	
Pedidos de Pesquisa Bibliográfica	1.858
Peças Referenciadas	17.388

	Leitores inscritos	Empréstimo do acervo
Probi	51	391
Biblioteca Demonstrativa	29.454	52.777
Biblioteca Euclides da Cunha	12.010	7.669
Total	41.515	60.717



Direção da Fundação Biblioteca Nacional

PRESIDÊNCIA — Affonso Romano de Sant'Anna
Chefia de Gabinete — Ana Regina Machado Carneiro
Assessoria Jurídica — José Marcio Catulio dos Reis
Escritório de Direitos Autorais — João Diodecio Willington
Assessoria — Myriam Lewin
Assessoria Técnica — Lúcia Carvalho Medeiros
Assessoria de Imprensa — Ricardo De Hollanda
Editoração e Programação Visual — Suzana Martins

Departamento de Planejamento e Administração
Diretor — Tomás de Aquino Chaves de Mello
Coordenadoria de Planejamento — Cilon Silvestre de Barros
Informática — Maria Emília Medeiros do Nascimento
Projetos e Análise de Sistemas — Rogério Collares de Queiroz Ferreira
Suporte — Julio Barbosa Castro
Programação Orçamentária — Maria Eva da Silva
Arquitetura — Luiz Antônio Lopes de Souza
Coordenadoria de Administração — Marly Goulart Lopes
Recursos Humanos — Vera Lúcia Cigarte Carvalho
Cadastro — Alexandre Holanda Barbosa
Benefícios — Selma Regina Mattos da Cunha
Contabilidade e Finanças — José Eluno de Assis Junior
Execução Orçamentária e Financeira — Maria Regina Melquiades
Análise Financeira — Luiz Sotey Lomonaco
Manutenção Administrativa — Moacir Firmino da Silva
Almoxarifado — Aldo de Araújo
Protocolo e Arquivo — Sergio Duayer Hosken
Serviços Gerais — Clemildo Rangel
Compras e Patrimônio — Luiz Fernando Zugliani
Compras — Márcia Distásio Pereira
Patrimônio — Luiz Carlos Lima de Oliveira

Departamento de Processos Técnicos
Diretora — Beatriz Helena da Costa Nunes
Assessoria — Rose Mary Guerra Amorim
Coordenadoria de Preservação — Antônio Carlos Nunes Baptista
Conservação e Restauração — Tatiana Ribeiro Christo
Laboratório de Restauração — Liamara Leite Tamaiz
Conservação e Encadernação — Jayme Spinelli Junior
Microreprodução — Valéria Gauz
Microfilmagem — Carlos Alberto de Oliveira
Pesquisas e Preparo Documental — Solange Galvão de Souza
Coordenadoria de Serviços Bibliográficos — Liana Gomes Amadeo
Depósito Legal — Virgínia Freire da Costa
Serviços Técnicos — Maria Fernanda Rodrigues Pinho Araújo

Aquisição e Seleção — Carla Rosana Chianello Ramos
Catalogação Especial — Patrícia Waldeck Ferreira
Classificação Especial — Sérgio Apelian Valério
Registro Patrimonial — Cláudia Maria Nascentes Barbosa
Bibliografia Brasileira — Gisélda Brasil Aronovich
Catalogação — Suely Mattos Vahia
Classificação — Angela Monteiro Bittencourt
Controle de Terminologia — Ella Gabriella de Oliveira
Editoração Calco — Célia Regina da Silva

Departamento de Referência e Difusão
Diretora — Suely Dias
Assessoria — Ana Maria Naldi
Informação Automatizada — Maria Madalena Schmid Martins
Coordenadoria de Acervo Geral — Maria Hercyna Magiano da Póvoa
Publicações Seriadas — Tania Mara Guimarães di Motta
Obras Gerais — Maria das Graças Gonçalves da Silva
Referência — Maria Cristina Feitosa Coelho
Informação Documental — Eliane Perez
Coordenadoria de Acervo Especializado — Maria Lizete dos Santos
Música e Arquivo Sonoro — Maria Georgina Starneck Hungria
Obras Raras — Rejane Benning Briglia
Iconografia — Lívia Martins Simões
Manuscritos — Waldir da Cunha

Departamento Nacional do Livro
Diretor — Marcio Gonçalves Bentes de Souza
Assessoria — Maria Regina Simões Sales
Coordenadoria do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas — Maria Celeste Garcia Mendes
Apoio aos Sistemas Estaduais — Sandra Maria Mendonça Domingues
Ação Cultural — Célia Regina Costa Domingues
Coordenadoria de Promoção do Livro — Gilberto Vilar de Carvalho
Divulgação Internacional — Eliane Pszczol
Intercâmbio — Edelweiss Sauerbronn
Editorial — Ana Lucia Fanfa Ribas França
ISBN — Suely Ferreira Alcixo

Programa Nacional de Incentivo à Leitura — Proler
Coordenador — Francisco Gregório Filho
Assessora Especial para a Política Nacional de Leitura — Eliana Yunes

Biblioteca Demonstrativa de Brasília
Diretora — Maria da Conceição M. Salles
Processamento Técnico — Sonia Maria Abreu Costa
Apoio Administrativo — Isabela de Faria Leite
Materiais Especiais — Nivalda Cassianno Silva
Informática — José da Silva Neiva

Biblioteca Euclides da Cunha
Diretora — Adriana Pereira da Fonseca Villaça
Tratamento Bibliográfico — Marli Felgueiras Silva Pinheiro
Pesquisa e Divulgação — Katia Jane de Souza Machado

Escritório de Representação de São Paulo
Representante — Priscila Maria Netto Soares

Escritório de Representação de Minas Gerais
Representante — Hildebrando Fontes Neto